



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS:**  
**PROFESSOR MILTON SANTOS – IHAC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES**  
**INTERNACIONAIS – PPGRI**

**FLÁVIO FRANCO SANTANA DE JESUS**

**HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NA INSERÇÃO**  
**INTERNACIONAL DO BRASIL NO GOVERNO LULA (2003 – 2010):**  
**UMA ANÁLISE COM BASE NAS AGENDAS DA REDE BRASILEIRA PELA**  
**INTEGRAÇÃO DOS POVOS (REBRIP)**

Salvador

2016

**FLÁVIO FRANCO SANTANA DE JESUS**

**HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NA INSERÇÃO  
INTERNACIONAL DO BRASIL NO GOVERNO LULA (2003 – 2010):  
UMA ANÁLISE COM BASE NAS AGENDAS DA REDE BRASILEIRA PELA  
INTEGRAÇÃO DOS POVOS (REBRIP)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciência: Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Governança Global.

Linha de Pesquisa: Organizações Internacionais e Processos Políticos Contemporâneos.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão.

Salvador

2016

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA para ser confeccionada pelo autor

JESUS, FLÁVIO FRANCO SANTANA DE  
HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO  
BRASIL NO GOVERNO LULA (2003 ? 2010): UMA ANÁLISE COM BASE NAS  
AGENDAS DA REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS (REBRIP)  
/ FLÁVIO FRANCO SANTANA DE JESUS. -- SALVADOR, 2016.  
216 f. : il


Orientador: Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão.  
Dissertação (Mestrado - Relações Internacionais) --  
Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades,  
Artes, Ciência: Professor Milton Santos, 2016.


1. Globalização. 2. Hegemonia. 3. Contra-Hegemonia. 4. Lula.  
5. REBRIP. I. Aragão, Daniel Maurício Cavalcanti de. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE **FLÁVIO FRANCO SANTANA DE JESUS**, ALUNO DO CURSO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na Sala 105 do Pavilhão de Aulas Glauber Rocha (antigo PAF III) da Universidade Federal da Bahia, a banca examinadora designada pelo Colegiado deste Núcleo de Pós-Graduação em Relações Internacionais, composta pelos Professores Dr. **Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão** (PPGRI/UFBA) orientador do aluno, Dr. **Antonio Renildo Santana Souza** (PPGRI/UFBA) e Dra. **Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos** se reuniu para avaliar a dissertação, intitulada: "**Hegemonia e Contra-Hegemonia na Inserção Internacional do Brasil no Governo LULA (2003-2010): Uma Análise com Base nas Agendas da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP)**". Realizada a defesa pública da dissertação o aluno foi submetido à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora, após analisar a defesa da dissertação feita pelo aluno, deferiu a mesma como **APROVADA**. Nada mais havendo a ser tratado, esta banca examinadora encerrou os trabalhos do qual lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientador, pelos demais membros da banca, pela Vice - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação e pelo aluno.

Salvador, 14 de outubro de 2016.

  
Prof. Dr. **Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão** - Orientador  
Doutor em Relações Internacionais pela PUC - Rio.  
Professor adjunto da Universidade Federal da Bahia

  
Prof. Dr. **Antonio Renildo Santana Souza**  
Doutor em Administração pela UFBA  
Professor adjunto da Universidade Federal da Bahia

  
Dra. **Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos**  
Doutora em Administração pela UFBA

  
Profa. Dra. **Denise Cristina Vitale Ramos Mendes**  
Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo  
Vice- Coordenadora PPGRI-UFBA

  
**Flávio Franco Santana de Jesus**  
Mestrando

*Aos meus tios-pais:*

*Lourdinha Mariano, pelo amor incondicional, cuidado e carinho ao longo destes anos.*

*Paulo Mariano, minha fonte de sabedoria e inspiração na busca incansável pelo conhecimento.*

## AGRADECIMENTOS

Acredito que as conquistas e vitórias de negros e negras são construídas por um conjunto de pessoas: familiares, amigos (as), companheiros (as), instituições públicas e privadas, e por quê não entidades religiosas e seres vivos?, os quais contribuiram sob diversas formas de apoio, para a realização e contemplação de nossos sucessos, nas diversas etapas das nossas vidas. Nesta fase de conclusão da minha Dissertação de Mestrado, vai ter “textão” SIM, para contemplar todos (as) envolvidos (as) neste processo!!! Sendo assim, gostaria de agradecer:

### **À Rede da Academia:**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida, a qual foi de fundamental importância para a realização das etapas desta pesquisa.

Ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI), da Universidade Federal da Bahia, e meu orientador, Prof<sup>o</sup> Dr. Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão, por ter me propiciado diversas leituras, e o interesse em me aprofundar sobre os estudos críticos marxistas, no âmbito das Relações Internacionais, desde meu reingresso no curso de Graduação do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, com Área de Concentração em Relações Internacionais. A rica experiência de me envolver com uma diversidade de temáticas e autores, nas disciplinas da graduação e do mestrado, me fez perseguir em pesquisar as contradições existentes nas relações entre Estado e Sociedade Civil, durante a redação deste estudo. Sou muito grato pela sua paciência na condução de minha orientação, por ter acreditado no meu potencial, e não ter desistido de mim, nos momentos mais difíceis da realização deste estudo.

À Prof<sup>a</sup> Dra. Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos pelas críticas construtivas na banca de qualificação desta Dissertação, que serviram para o aprimoramento deste estudo.

Aos professores do PPGRI: Prof<sup>a</sup> Elsa Kraychete, pelas ricas discussões e contribuições de suas aulas nas disciplinas Economia Política Internacional e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, as quais possibilitaram uma melhor análise das temáticas desta pesquisa; Os Prof<sup>a</sup> Denise Vitale e Prof. José Sacchetta pelas disciplinas de Política Externa I e II, os quais me proporcionaram um melhor entendimento da complexidade sobre os estudos de Análise de Política Externa Brasileira.

À secretária do PPGRI, Pérola Cavalcante Dourado pela dedicação e paciência com os processos administrativos e o apoio ao longo do curso.

Aos amigos da primeira turma do mestrado: Antônio Carlos Ferreira, Breno Fernandes, Fernando Ferraz, Juliana Senna, Laura Escudeiro, Milton Deiró, Moisés Moreira, Paula Pimenta, Renata Ribeiro e Vilson Alves, pela maravilhosa convivência, pelos ricos, intensos e efervescentes debates acadêmicos, sobre diversos temas, como também as polêmicas da vida. Sem sombras de dúvidas, guardarei em memória, o melhor de cada um de vocês, e torço para trilharem uma avenida de oportunidades, com sucessos e felicidades nesse mundão afora!!!

**À minha galera das quebradas, becos e vielas de “Ssa City”: CORTA!!!:**

Às amigas “do certo pelo certo”: Sarah Nascimento, Livia Borges e Maria Hortência Pinheiro, pelo apoio, compaixão, por todas as ajudas de diversas naturezas, sendo minha régua e compasso, minha fortaleza e farol para trilhar meus caminhos em busca do novo. Sou muito grato por terem vocês na minha vida, especialmente nos momentos mais difíceis, quando sempre estiveram presentes, demonstrando que posso contar sempre com vocês. Esta pesquisa não poderia ser concluída se não tivesse a solidariedade, o incentivo e a torcida de vocês, para conseguir alcançar meus objetivos. Este agradecimento ainda é pouco da grandeza e nobreza das pessoas maravilhosas que vocês são. Muito obrigado por existirem e estarem presentes na minha vida!!!

Aos “parças” pretos: Leandro Silva (blóder), Alex Vasques (bunda), Jeferson Conceição (boneco), Cleber Pereira (Skeeter), Ygor Borba (Borba), Ricardo Coutinho (Couts), Eldon Batista (Migueloso), André Viana (boneco de Olinda), Maurício Guimarães (Dente), Maurício Nascimento (Mauriçã), Reginaldo Alves (Regis) pelo apoio e amizade ao longo destes anos.

Às amigas pretas feministas do afrontamento: Aline Moreira, Maíra Azevedo (Tia Má), Juci Santana, Renata Nascimento, Natália Gonçalves, Ana Marta Silva, Taís Matos, Ângela Guimarães, Daniele Costa, Karine Oliveira, Kadine Ferreira, Eva Dayane, pela amizade, apoio e estímulo ao longo de uma década de companherismo. De fato, vocês contribuíram e muito para as discussões presentes nesta pesquisa. #tamojunto.

Aos amigos “do maior grupo” de whatsapp do carnaval de Salvador: “SindiPombo – Filhos de Gandhi”, na figura de Rafael Cabalero (“Caba – o que há de melhor entre nós”), por

este representar a alegria e as descontrações da amizade que impera entre nós, para além do carnaval. #Ajayô!!

Ao amigo Marcus Barata pela digitalização do fluxograma da dinâmica da Política Externa Brasileira do Governo Lula. Muito obrigado por esta ajuda.

Aos amigos do grupo de whatsapp – “Diáspora Stalinista”: Bruno da Mata, Cláudio André de Souza, Davi Pires, Felipe Ramos, Henrique Campos, Otávio Miranda, Pedro Ribeiro, Tiago Andrade, pela amizade agregada de intensos e ricos debates sobre geopolítica mundial, entre polêmicas e picuinhas, sugestões e críticas construtivas (e destrutivas) sobre algumas temáticas desta pesquisa.

À amiga Lara Schmetmann, pela amizade ao longo destes cinco anos, pelo apoio e compreensão e sua torcida fervorosa no alcance dos meus objetivos. Muito obrigado por estar comigo em todos os momentos desta jornada.

À minha ex-companheira e amiga Eberé Anosike pelo companheirismo, amizade e apoio em todas as etapas desta dissertação.

Às amigas do “tempo de colégio”: Carine Tito (Cari), Daniele Nobre (Dani), Fabricia Mascarenhas (Bry) e Camila da Palma (Mila), pela maravilhosa companhia, pelas vivências e experiências, por todo o apoio, pelas alegrias e tristezas, pelo amor e solidariedade, em todas as fases da minha vida, na certeza de que sempre estarão torcendo pelo meu sucesso e minhas escolhas nesta vida. Um agradecimento especial a Fabricia, por sua compaixão e compreensão sobre minhas decisões, sendo, portanto, meu porto seguro e minha fortaleza, onde busco sempre me guiar pelos seus conselhos, na certeza de me tornar uma pessoa melhor. Muito obrigado a todas vocês, meus amores!!!

Aos amigos João Carlos, Rubens Antônio e Jorge pelo apoio, preocupação e solidariedade, assim como toda ajuda concedida, sob diversas naturezas, nos momentos mais difíceis, da última etapa desta pesquisa. Sem vocês, com certeza, não teria concluído o último capítulo desta dissertação. Serei eternamente grato a vocês, e muito obrigado pela dedicação e amizade, de coração!!!

Aos companheiros e amigos de apartamento, os “*roomates*” Carlos Andrés Mosquera e Gabriel Muniz pelo apoio, solidariedade e ricos debates sobre as temáticas deste estudo.

### **Aos companheiros e companheiras da luta política da esquerda no Brasil:**

Aos camaradas do Partido Comunista do Brasil por compartilhar da idéia de que a luta política contra o capital neoliberal é possível via o engajamento político rumo ao socialismo.



À turma da nova geração da União da Juventude Socialista, do Núcleo Loreta Valadares da UFBA: Luma Galindo (Nega Luma), Gabriela Caldas (Gabi), Yago Santos (Yaga), Matheus de Moraes (Matéia), Natan Ferreira (Natana), pela amizade e torcida na conclusão desta etapa da minha vida acadêmica.

Aos camaradas da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG): a querida “bruta-flor” presidenta e amiga Tamara Naiz (T.), o meu orgulho e amigo Gabriel Nascimento (Gab), a amiga “ sempre de buenas” Gabrielle Paulanti (Gabi), a amiga combativa e alegre Hercília Melo, o amigo Giovanni Kley, as amigas e ex-presidentas Elisângela Lizardo e Luana Bonone, os companheiros “polêmicos” Marcelo Arias (Marcelinho) e Pedro Camargo (Peixe), os camaradas Dalmare Anderson, Alecilda Oliveira, Laís Moreira, Allyson Lemos, Phillipe Pessoa, Antônio Bomfim, Túlio Gonçalves e Lenilton Junior, Marcos de Moraes, Igor Dias e Carolina Pinho, muito obrigado pelo convívio, apoio e aprendizado; pelas ricas experiências de lutas políticas, no Movimento Nacional de Pós-Graduandos, onde ao longo destes dois anos de compartilhamento de gestão, aprendi muito com todos vocês, a lutar por mais direitos aos pós-graduandos, e mais investimentos em ciência e tecnologia à serviço da emancipação e do desenvolvimento econômico e social do povo brasileiro. “ANPG, A LUTA É PRA VALER!!!”.

Aos camaradas e amigos do grupo de whatsapp: Instituto Elvio Magalhães (IEM) pela amizade, apoio, e momentos de descontrações e ricos debates sobre a vida e o mundo. Muito obrigado a cada um de vocês.

Aos camaradas do Distrital Universitário do PC do B – UFBA pelo compartilhamento de tarefas políticas, e o bom convívio da luta política cotidiana por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

### **Em especial:**

À minha segunda família, o Unzó Mutalambô Yê Sambangô, por meio do Taata de Nkisse Sambangô, Seu Mutalambô (Okê Arô!), Seu Sete Flechas (Aweto!), Maria Padilha das Sete Encruzilhadas (Laroyê Exua!), e os Taatas, Makotas e meus Npangueangues. Muito obrigado pelo apoio e solidariedade. Nzambi Nquatersaa!!!

Ao meu filhote, Trucke, meu cachorro salsichinha, que em várias madrugadas me acompanhou na elaboração desta dissertação, demonstrando seu amor e carinho nesta jornada.

A minha família: meus tios-pais Paulo Mariano, Lourdinha Mariano, meus primos-irmãos, Fábio Mariano, Bruno Mariano, Fernanda Pépin, por todo amor, carinho, e apoio ao

longo da minha vida. Esta dissertação é fruto da dedicação de vocês!! Sou eternamente grato por ter uma família maravilhosa, que sempre torceu pelas minhas vitórias e conquistas!!!

Às divindades africanas que me fortalecem nas batalhas da vida: Ao dono da minha cabeça, do meu corpo, dos meus caminhos, O Cavaleiro de Aruanda, Senhor das Matas, Oxóssi (Okê Arô!); à minha mãe Senhora dos Ventos e das Tempestades: Iansã (Eparrei Oyá!!) e a Senhora do amor, da beleza e da doçura, minha mãe Oxum (Ora yê yê ô!). Asé!!!!

*“É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho; de examinar com atenção a vida real; de confrontar nossa observação com o nosso sonho; de realizar, escrupulosamente, nossa fantasia. Sonhos, acredite neles.”*  
*(Vladimir Ilitch Lenin, Que fazer? 1902).*

## RESUMO

A pesquisa analisa como a inserção internacional do Brasil, durante o governo Lula (2003-2010), a partir da sua agenda de política externa, se relacionou com a hegemonia política do bloco de poder da governança global neoliberal, e como a Rede Brasileira pela Integração dos Povos se relacionou com a agenda da política externa deste governo, no intuito de verificar em que medida, a Era Lula contribuiu ou não com os processos de contra-hegemonia à globalização neoliberal, na perspectiva desta Rede. A partir da adoção da perspectiva epistemológica da Teoria Crítica Marxista Neogramsciana, esta pesquisa identifica que a globalização contemporânea apresenta uma estrutura histórica da hegemonia do capital global neoliberal, produtora de relações desiguais de poder global, através de um bloco histórico liderado pela hegemonia da classe capitalista transnacional dos Estados Unidos e seus aliados, a qual mantém seu projeto hegemônico sustentado pelos aparelhos ideológicos de poder, por meio das organizações e regimes internacionais. No entanto, a sociedade civil tem produzido lutas políticas contra-hegemônicas à governança global neoliberal, através de movimentos e grupos sociais subalternos, os quais denunciam os impactos negativos do neoliberalismo, no estabelecimento da soberania e autodeterminação dos povos. No Brasil, com a chegada do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder, a inserção internacional do Brasil, através de sua política externa, foi marcada pela assimilação de aspectos hegemônicos e contra-hegemônico, refletidas nas disputas entre as diferentes forças sociais, as quais buscaram influenciar e incidir sobre os rumos do Brasil, na geopolítica internacional, no contexto da globalização neoliberal. Assim, este estudo sinaliza que as agendas de política comercial e multilateralista atenderam os interesses das elites políticas e econômicas da sociedade civil nacional e ao bloco de poder internacional, através da assimilação de aspectos hegemônicos, e as agendas de política de integração regional e de cooperação dialogaram com as pautas e demandas da Rede Brasileira pela Integração dos Povos, de modo que esta Rede ressignificou sua agenda política de luta contra-hegemônica à globalização neoliberal, no entendimento de que a agenda de Política Externa Brasileira, durante o governo Lula, ainda que reconhecendo as contradições presentes na inserção internacional do Brasil, possibilitou avanços para os povos e Estados do Sul global, compreendendo, assim, este governo enquanto aliado político estratégico no acúmulo político da luta contra-hegemônica ao capital global neoliberal.

Palavras-Chave: Globalização, Neoliberalismo, Hegemonia, Contra-Hegemonia, Sociedade civil, Política Externa Brasileira, Lula, REBRIP.

## **ABSTRACT**

The study analyses how the international insertion of Brazil during the Lula government (2003-2010), from its foreign policy agenda was related to the political hegemony of the power bloc of the neoliberal global governance, and how Brazilian Network for the Integration of Peoples was related to the agenda of the foreign policy of this government, in order to verify to what extent the Lula's era was contributed or not to the processes of counter-hegemony of neoliberal globalization from the perspective of this Network. Since the adoption of the epistemological perspective of the Critical Marxist Neogramscian theory, this research identifies that contemporary globalization has a historical structure of the hegemony of neoliberal global capital, producing unequal relations of global power through a historical bloc led by the hegemony of the transnational capitalist class of US and its allies, which maintains its hegemonic project supported by the ideological apparatus of power, through international organizations and regimes. However, civil society has produced political struggles counter-hegemonic neoliberal global governance through movements and subaltern social groups, which denounced the negative impacts of neoliberalism, the establishment of sovereignty and self-determination of peoples. In Brazil, with the arrival of former President Luiz Inácio Lula da Silva to power, the international insertion of Brazil, through its foreign policy was marked by the assimilation of hegemonic and counter-hegemonic aspects, reflected in disputes between different social forces, which sought to influence and focusing on the direction of Brazil, in international geopolitics, in the context of neoliberal globalization. This study indicates that the agendas of commercial and multilateralist policy served the interests of political and economic elites of the national civil society and the international power bloc, through the assimilation of hegemonic aspects, and the agendas of regional integration and cooperation policy dialogued with the issues and demands of the Brazilian Network for the Integration of Peoples, such that this Network resignified their political agenda of counter-hegemonic struggle to the neoliberal globalization, with the understanding that the agenda of Brazilian Foreign Policy, during Lula's government, although recognizing the contradictions present in the international insertion of Brazil, has enabled advances for the peoples and states of the global South, comprising, thus, this government as a strategic political ally in the political accumulation of the counter-hegemonic to the neoliberal global capital.

**Keywords:** Globalization, Neoliberalism, Hegemony, Counter-Hegemony, Civil Society, Brazilian, Foreign Policy, Lula, REBRIP.

## RÉSUMÉ

La recherche analyse comment l'insertion internationale du Brésil pendant le gouvernement Lula (2003-2010), depuis son agenda de politique étrangère était liée à l'hégémonie politique de la puissance du bloc néolibéral de la gouvernance mondiale, et comme le Réseau Brésilien pour l'intégration des Peuples était liée au programme de la politique étrangère du gouvernement, afin de vérifier dans quelle mesure Le gouvernement Lula a contribué ou non aux processus de contre-hégémonie de la mondialisation néolibérale, dans la perspective de ce réseau. Depuis l'adoption de la perspective épistémologique de la Théorie Critique Marxiste Néogramscienne, cette recherche identifie que la mondialisation contemporaine a une structure historique de l'hégémonie du capital néolibéral mondial, productrice de relations inégales de puissance mondiale à travers un bloc historique mené par l'hégémonie de la classe capitaliste transnationale des États-Unis et ses alliés, qui maintient son projet hégémonique soutenu par l'appareil idéologique du pouvoir, par le biais des organisations et des régimes internationaux. Cependant, la société civile a produit des luttes contre-hégémoniques à La gouvernance néolibérale mondiale, à travers des mouvements et des groupes sociaux subalternes, qui ont dénoncé les effets négatifs du néolibéralisme, dans l'établissement de la souveraineté et de l'autodétermination des peuples. Au Brésil, avec l'arrivée de l'ancien président Luiz Inácio Lula da Silva au pouvoir, l'insertion internationale du Brésil, a été marquée par l'assimilation des aspects hégémoniques et contre-hégémoniques, reflétée dans les conflits entre les différentes forces sociales, qui a cherché à influencer sur la direction du Brésil dans la géopolitique internationale. Cette étude indique que les agendas de la politique commerciale et multilatéraliste répondaient aux intérêts des élites politiques et économiques de la société civile nationale et du bloc de puissance internationale, par l'assimilation des aspects hégémoniques, et les agendas de la politique d'intégration régionale et la politique de coopération ont dialogué avec les lignes directrices et les exigences du Réseau Brésilien pour l'Intégration des Peuples, de sorte que ce réseau a ressignifié leur agenda politique de lutte contre-hégémonique à la mondialisation néolibérale, sous la compréhension que l'agenda de la politique étrangère brésilienne, pendant le gouvernement Lula, bien que reconnaissant les contradictions présentes dans l'insertion internationale du Brésil, a permis des progrès des peuples et des États du Sud global, comprenant, donc, ce gouvernement comme un allié politique stratégique dans l'accumulation politique de la lutte contre-hégémonique à la capitale mondiale néolibérale.

Mots-clés: Mondialisation, Néolibéralisme, Hégémonie, Contre-Hégémonie, Société Civile, Politique Étrangère Brésilienne, Lula, REBRIP.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Organograma: Estrutura Organizacional da REBRIP.....	84
FIGURA 2 – Fluxograma: Dinâmica da Coordenação Política da PEB no Governo Lula (2003 – 2010): Interação entre agentes políticos, sociedade civil e agenda da política externa brasileira.....	122
FIGURA 3 – Mapa dos 10 Eixos que compõem a IIRSA .....	142

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 – Quatro Fases da REBRIP.....	90
QUADRO 2 – Fração Hegemônica a posição política do Estado em uma determinada conjuntura histórica.....	104
QUADRO 3 – Ações da Agenda da PEB com base no Plano Plurianual (2004 – 2007 / 2008 – 2011) da Era Lula (2003 – 2010).....	126
QUADRO 4 – Lista dos 100 Países Parceiros pela Cooperação Sul-Sul Brasileira.....	150



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Destino das Exportações Brasileiras (Bilhões de dólares) .....	133
GRÁFICO 2 – Investimentos Diretos Brasileiros no Exterior entre 2002 – 2010 .....	134
GRÁFICO 3 – Balança Comercial Brasileira em US\$ a preços FOB .....	135
GRÁFICO 4 – Distribuição Geográfica das Transnacionais Brasileiras.....	136
GRÁFICO 5 – Classificação da Cooperação Sul-Sul Brasileira por Segmento (2000 – 2014) .....	151

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio  
ABC – Agência Brasileira de Cooperação  
ALADI – Associação Latino-Americana de Integração  
ALBA – Aliança Bolivariana para os povos da nossa América  
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas  
ALCSA – Área de Livre Comércio da América do Sul  
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis  
ASC – Aliança Social Continental  
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento  
BM – Banco Mundial  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul  
CAMEX – Câmara de Comércio Exterior  
CAN – Comunidade Andina das Nações  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CARICOM – Comunidade do Caribe  
CASA – Comunidade Sul-Americana das Nações  
CDSA – Conselho de Defesa Sul-Americano  
CEB – Coalizão Empresarial Brasileira  
CI – Cooperação Internacional  
CID – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento  
CIM – Centro de Integração do Mercosul  
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNS – Cooperação Norte-Sul  
CONEX – Conselho Consultivo Privado da Câmara de Comércio Exterior  
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa  
CRE – Comissão de Relações Exteriores  
CREDN – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas  
CSS – Cooperação Sul-Sul  
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA – Estados Unidos da América

FASE – Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional

FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

FCES – Fórum Consultivo Econômico e Social

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOB – Free on Board

FOCEM – Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul

FSM – Fórum Social Mundial

GATS – Acordo Geral sobre Comércio de Serviços

GTs – Grupos de Trabalho

IBAS – Índia, Brasil, África do Sul

IED – Investimentos Externos Diretos

IIRSA – Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana

IMEF – Instituto de Formação do Mercosul

ISM – Instituto Mercosul Social

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MD – Ministério da Defesa

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior

MEC – Ministério da Educação

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MinC – Ministério da Cultura

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti

MME – Ministério de Minas e Energia

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MS – Ministério da Saúde

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTs – Movimentos Sociais Transnacionais  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
ODM – Observatório do Mercosul  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OIs – Organizações Internacionais  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONGIs – Organizações Não-Governamentais Internacionais  
ONGs – Organizações Não-Governamentais  
ONU – Organizações das Nações Unidas  
OTAN – Organização do Tratado Atlântico Norte  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
Parlasul – Parlamento do Mercosul  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PEB – Política Externa Brasileira  
PEC-G – Programa Estudante-Convênio Graduação  
PEC-PG – Programa Estudante-Convênio Pós-Graduação  
PPA – Plano Plurianual  
PRM – Países de Renda Média  
PROUNI – Programa Universidade para todos  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
REAF – Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul  
REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos  
REM – Reunião Especializada de Mulheres do Mercosul  
SCG – Sociedade Civil Global  
SI – Sistema Internacional  
TANs – Transnational Advocacy Network  
UE – União Européia  
UNASUL – União de Nações Sul-Americanas  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
UNILAB – Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-brasileira  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	22
<b>CAPÍTULO 1: GLOBALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA NEOLIBERAL: Processos de Hegemonia e Contra-Hegemonia na Geopolítica Internacional</b> .....	29
<b>1.1. Hegemonia nas Relações Internacionais: Descortinando as visões positivistas para um olhar pós-positivista neogramsciano</b> .....	31
<i>1.1.1. As visões positivistas sobre Hegemonia: Realismo, Liberalismo e Teoria do Sistema-Mundo Wallersteiniano</i> .....	32
<b>1.2. Um olhar Gramsciano sobre Hegemonia: as contribuições de Antonio Gramsci e Robert Cox</b> .....	40
<b>1.3. Hegemonia e Contra-Hegemonia na Globalização Neoliberal</b> .....	49
<b>CAPÍTULO 2: DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE CONTRA-HEGEMONIA E A CONTESTAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: A Rede Brasileira pela Integração dos Povos</b> .....	54
<b>2.1. A Perspectiva Transnacionalista Construtivista Cosmopolita</b> .....	57
<b>2.2. A Perspectiva Crítica Marxista Neogramsciana</b> .....	70
<b>2.3. A Contestação Política Contra-Hegemônica da Sociedade Civil Brasileira à Globalização Neoliberal: A Rede Brasileira pela Integração dos Povos</b> .....	78
<i>2.3.1. Da origem a Fundação</i> .....	79
<i>2.3.1. A Consolidação e a Diversificação da Agenda Política</i> .....	90
<b>CAPÍTULO 3: A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL ATRAVÉS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE O GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010): Aspectos Hegemônicos e Contra - Hegemônicos no contexto da Globalização Neoliberal</b> .....	97
<b>3.1.A inserção internacional do Brasil no contexto da Globalização Neoliberal</b> .....	97
<b>3.2. A Política Externa Brasileira Neoliberal: os governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso</b> .....	109

3.2.1. <i>O início da agenda neoliberal: O governo de Fernando Collor de Mello (1989 – 1992)</i> .....	109
3.2.2. <i>A continuidade: O cosmopolitismo neoliberal do governo de Itamar Franco (1992 – 1994)</i> .....	111
3.2.3. <i>A consolidação do neoliberalismo: O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002)</i> .....	114
<b>3.3. A Política Externa Brasileira do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010): Aspectos Hegemônicos e Contra-Hegemônicos no contexto da globalização neoliberal</b> .....	118
3.3.1. <i>Política Comercial:</i> .....	127
3.3.2. <i>Política de Integração:</i> .....	137
3.3.3. <i>Política de Cooperação:</i> .....	145
3.3.4. <i>Política Multilateralista:</i> .....	156
<b>3.4. A Rede Brasileira pela Integração dos Povos e a análise das contradições do Governo Lula (2003 – 2010) no contexto da globalização neoliberal</b> .....	164
3.4.1.1. <i>DIVERGÊNCIA: À Política Comercial e Multilateralista</i> .....	165
3.4.1.2. <i>CONVERGÊNCIA: À Política de Integração e Cooperação</i> .....	175
3.4.2. <i>Ressignificação da luta contra-hegemônica à globalização neoliberal?</i> 180	
A. <i>Mudança do Repertório Tático de Contestação – Resistência combinada com participação e disputa da agenda da PEB:</i> .....	181
B. <i>Apoio Crítico da Agenda da Política Externa Brasileira do Partido dos Trabalhadores:</i> .....	181
C. <i>Defesa do Conselho Nacional de Política Externa enquanto instrumento de democratização e influência da sociedade civil sobre a agenda da PEB:</i> .....	183
D. <i>Acúmulo de forças na arena da sociedade civil brasileira:</i> .....	183
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	191
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	198
<b>ANEXO A</b> .....	208
<b>ANEXO B</b> .....	211

## INTRODUÇÃO

O regresso à democracia que conheceu a América Latina, a partir anos 1980, com a derrocada das ditaduras militares, possibilitou a garantia e a expansão das liberdades políticas e democráticas nas sociedades nacionais neste espaço geopolítico. O progresso político experimentado pelos países latino-americanos, a partir da redemocratização, correspondeu a uma nova realidade internacional que se delineava na geopolítica mundial, através da consolidação dos valores democráticos como sistema de governo, eixo condutor da nova ordem mundial marcada pelo fim da Guerra Fria e a promoção da globalização.

A promessa internacional de uma nova era, de um mundo multifacetado, multipolar de progresso político, econômico e social culminou no encadeamento de mudanças estruturais de grande abrangência afetando a todos. No mundo todo, a globalização trouxe consigo, em diferentes gradações, variadas formas de violência simbólica, político-econômica e identitária produzida pela nova ordem econômica global do sistema capitalista. A realidade é que a globalização do capitalismo implica a globalização das tensões e as contradições sociais, em que se envolvem em grupos, classes sociais, partidos políticos e sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública.

A expansão das reformas neoliberais no espaço latino-americano durante a década de 1990 trouxe consigo uma profunda transformação do Estado e de sua relação com a economia e as classes sociais. A privatização das empresas públicas, o desmantelamento do *Welfare State*, a liberalização dos mercados de bens e capital, a diminuição de ingresso de investimento externo direto, a queda dos preços das matérias-primas, fuga de capitais, bem como a constante pressão dos bancos e das organizações econômicas internacionais, desemprego, desvalorização dos câmbios nacionais, dentre outras políticas, resultaram na diminuição da capacidade de regulação e intervenção estatal na esfera econômica e social, bem como um relativo aumento da influência direta das elites econômicas nacionais no âmbito da geopolítica latino-americana.

No processo global de orientação neoliberal da economia mundial, é interessante constatar a transformação do campo político na América do Sul, fato que não se produziu nos outros continentes da periferia do capitalismo central. Perry Anderson (2005) assinala que na América Latina, a resistência ao neoliberalismo possibilitou a construção de revoltas, revoluções e lutas políticas no espaço geopolítico latinoamericano, como a Batalha de Chiapas no México (1994), a luta das populações indígenas da Bolívia e Peru, bem como a ampla campanha contra a implementação da Área de Livre Comércio entre as Américas

(ALCA), a partir de coalizões de governos e de movimentos sociais numa frente ampla de resistência à nova hegemonia neoliberal da globalização contemporânea. Neste cenário de lutas políticas empreendidas por grupos sociais marginalizados pelos impactos negativos da globalização neoliberal, entidades e organizações da sociedade civil nacional brasileira buscaram organizar sua luta política contra-hegemônica às políticas e diretrizes da governança global neoliberal, através da criação da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), no intuito de somar às lutas políticas contra o avanço e a ofensividade do neoliberalismo, nas sociedades nacionais da América Latina.

Sendo assim, neste contexto de efervescência política no espaço latino-americano, os movimentos sociais da América do Sul, engajados na sociedade civil, ao demandarem por políticas sociais, bem como de reconhecimento cultural-identitário, conseguiram articular sua luta política na esfera institucional, resultando na eleição de um novo ciclo de governos de centro-esquerda e de esquerda no espaço sul-americano, como a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, Ricardo Lagos (Chile, 2000), Luiz Inácio da Silva (Brasil, em 2002), Nestor Kirchner (Argentina, 2003), Tabaré Vasquez (Uruguai, 2005), Evo Morales (Bolívia, 2005), Rafael Correa (Equador, 2006), Michelle Bachelet (Chile, 2006), Fernando Lugo (Paraguai, 2008), depositando, neste sentido, suas esperanças por um novo caminho pós-neoliberal, um novo ciclo de desenvolvimento, de recuperação do *Welfare State*, de políticas de redistribuição de renda, garantia e acesso a educação, saúde, habitação, pleno emprego dentre outras demandas socioeconômicas.

No caso do Brasil, a REBRIP e diversos movimentos sociais optaram pelo apoio da construção da eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no comando da direção do Estado-Nação brasileiro, tendo em vista que o seu governo representaria um projeto alternativo à ordem neoliberal vigente, a partir da construção de uma sociedade pós-neoliberal, no âmbito nacional e um novo posicionamento político do Brasil, na globalização neoliberal.

Ao assumir a presidência da república em 2003, numa coalizão de centro-esquerda, Lula definiu como perspectiva de sua administração, um novo pacto político, fundamentado numa agenda de política de alianças e de compromissos, com as elites políticas e econômicas burguesas, bem como os grupos sociais subalternos, da sociedade civil nacional, os quais foram os signatários de sua campanha e gestão política. Tendo em vista a construção de uma agenda neodesenvolvimentista nacional, o governo Lula estabeleceu como compromisso de sua gestão, um conjunto de reformas estruturantes na sociedade brasileira, através da



promoção de políticas de redistribuição de renda, como a instituição do Bolsa Família<sup>1</sup>, políticas de justiça socio-identitárias, através de reformas ministeriais, como a criação das Secretárias Especiais de Políticas para Mulheres (SPM) e de Promoção a Igualdade Racial (SEPPIR), bem como uma maior valorização a agenda cultural e ambiental a ser desenvolvida pelo país e as reformas de base estruturantes, como políticas de acesso ao emprego, investimento em educação, habitação, saúde dentre outros. Paralelo a estas mudanças estruturais, Lula promoveu também o fortalecimento do empresariado nacional, através de iniciativas do crescimento do parque tecnológico e industrial nacional, por meio de uma agenda neodesenvolvimentista internacional, por meio da sua agenda de política externa, na geopolítica internacional, como forma de garantir seu compromisso com a garantia dos interesses dos diferentes grupos sociais aliados na manutenção de sua governabilidade política nacional.

Neste sentido, a presente pesquisa parte da indagação de *como* foi engendrada a inserção internacional do Brasil no século XXI, durante o governo Lula (2003-2010), através de sua política externa, nos processos de hegemonia e contra-hegemonia a globalização neoliberal.

Desta forma, o referido estudo parte da hipótese de que, com a conformação de um novo ciclo de governos democráticos e progressistas, no âmbito da esquerda política na América do Sul (através de coalizões de centro-esquerda), a inserção internacional do Brasil durante o governo Lula operou nos marcos do neoliberalismo, assimilando aspectos hegemônicos e contra-hegemônicos, no contexto da globalização neoliberal, devido às contradições existentes na conformação de grupos sociais hegemônicos (burguesia interna produtiva) e contra-hegemônicos (movimentos sociais e partidos políticos de centro-esquerda e esquerda) da sociedade civil nacional, os quais influenciaram e incidiram no ordenamento da agenda da política externa brasileira, para a inserção internacional do Brasil.

Assim, partimos da hipótese também que, no âmbito a sociedade civil brasileira, a Rede Brasileira pela Integração dos Povos, enquanto uma coalizão de grupos sociais subalternos tem mantido sua ação de contestação contra o neoliberalismo, a partir da disputa com as forças hegemônicas, no âmbito doméstico e internacional, no estabelecimento de uma ressignificação de aliança de compromissos com o governo Lula, na perspectiva de que a agenda da PEB deste governo construiu uma tentativa de reconfiguração da governança da

---

<sup>1</sup> O Programa Bolsa Família é uma Política Pública de transferência direta de renda para família em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, no sentido de combater a pobreza e a miséria, a qual foi instituída pelo primeiro mandato do governo Lula, através da Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, consagrando-se, enquanto Lei Federal n. 10.836, em 9 de janeiro de 2004.

ordem mundial, representando suas demandas, suas lutas emanadas para transformação social, para o fortalecimento de processos contra-hegemônicos à globalização contemporânea neoliberal.

Neste sentido, a importância de se empreender esta pesquisa justifica-se, em contribuir para os estudos críticos sobre os processos políticos contemporâneos na globalização, através da observação da relação dialética entre processos hegemonia e contra-hegemonia, na relação entre Estado e Sociedade Civil (tendo como recorte os movimentos sociais), numa simbiose teórica entre as Relações Internacionais e a Ciência Política, tendo em vista a elaboração de uma análise de reflexão crítica da chegada ao poder de governos de esquerda e centro-esquerda (no caso aqui analisado, o Brasil com o governo Lula), de como estes se inserem no mundo globalizado sob a hegemonia do neoliberalismo, nas dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais, e como os grupos sociais contra-hegemônicos ao capital (aqui analisado a REBRIP), se posicionam na relação com estes governos e articulam sua ação contestatória contra o neoliberalismo, durante a gestão política da esquerda no poder do Estado.

Assim, este estudo se repousa nas perspectivas teóricas do marxismo, como construtos epistemológicos que possibilitam, a partir do método de análise materialista, histórico e dialético, compreender as contradições existentes das relações sociais globais de poder, da realidade concreta da ontologia das diferenças de classes, nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, do mundo em que vivemos. Logo, buscaremos dialogar com as contribuições teóricas do marxismo estruturalista da análise sobre o Sistema-Mundo capitalista de Immanuel Wallerstein (, no sentido de compreender a dimensão estruturalista da globalização neoliberal, e as formulações teóricas de Antonio Gramsci e a teoria crítica neogramsciana de Robert Cox, a fim de analisar a relação dialética entre hegemonia e contra-hegemonia da inserção internacional do Brasil, durante o governo Lula, no contexto histórico da globalização neoliberal vigente. Portanto, sendo uma pesquisa sobre a temática: a inserção internacional do Brasil nos processos de hegemonia e contra-hegemonia, na globalização contemporânea neoliberal, o presente estudo não é um trabalho sobre análise de política externa. Contudo, dialogaremos com os estudiosos sobre a Política Externa Brasileira como Rafael Villa (2005), Monica Hirst, Letícia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima (2010), dentre outros, no sentido de verificar como a agenda da política externa do governo lula para o comércio, a integração regional, a cooperação e o multilateralismo, absorveu aspectos hegemônicos e contra-hegemônicos, e os posicionamentos políticos da REBRIP sobre estes assuntos.

A partir da apresentação da fundamentação teórica que reside este estudo, esta pesquisa tem como objetivo compreender como a inserção internacional do Brasil, durante o governo Lula (2003-2010), a partir da sua agenda de política externa, se relacionou com a hegemonia política do bloco de poder da governança global neoliberal, e como a REBRIP se relacionou com a agenda da política externa deste governo, no intuito de verificar em que medida, a Era Lula contribuiu ou não com os processos de contra-hegemonia à globalização neoliberal, na perspectiva desta Rede. Através da delimitação do objetivo principal desta proposta, traremos outros objetivos, os quais servirão de subsídios na compreensão da problemática deste trabalho, tais como:

- Compreender a globalização contemporânea, e as alternativas globais de contestação política, no âmbito da ordem mundial neoliberal;
- Analisar a sociedade civil enquanto arena de disputas de projetos hegemônicos e contra-hegemônicos;
- Compreender a cronologia histórica e a trajetória do repertório de luta contra-hegemônica da REBRIP, antes e durante a gestão do ex-presidente Lula, no sentido de verificar se houve ressignificação de sua tática política de enfrentamento às iniciativas neoliberais;
- Analisar a agenda da Política Externa Brasileira da Gestão do governo Lula (2003-2010) através da assimilação de aspectos hegemônicos e/ou contra-hegemônicos, nas políticas de comércio, integração regional, cooperação e multilateralismo, no contexto da ordem mundial neoliberal;
- Investigar os posicionamentos políticos da Rede e se esta organização política identifica o governo Lula como aliado na luta política contra-hegemônica e por transformações no âmbito da esfera política doméstica e internacional.

No sentido de corresponder com o desafio proposto pelo problema deste estudo, bem como os objetivos específicos, a metodologia da presente pesquisa é desenvolvida pelo método qualitativo, se enquadrando enquanto uma pesquisa bibliográfica e documental. Para Vromen (2010), a pesquisa qualitativa, por sua natureza plural, consegue compreender a pluralidade dos significados de um dado fenômeno, no contexto e na história em que a pesquisa científica é desenvolvida. Assim, optou-se pelo procedimento metodológico bibliográfico e documental, uma vez que, de acordo, com Gil (2010) “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado [...] Tradicionalmente, esta modalidade de

pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos” (GIL, 2010, p.29), sendo, portanto, necessário dialogar com os estudos científicos já publicados sobre as temáticas deste trabalho, pois, conforme asseguram Michaliszyn e Tomasini (2008), a pesquisa bibliográfica é “desenvolvida a partir de referências teóricas que apareçam em livros, artigos [etc].” (MICHALISZYN; TOMASINI, 2008, p.51). Quanto à adoção do procedimento documental, Vromen (2010), nos revela que, esta técnica de investigação é um:

uso qualitativo de fontes primárias de documentos e textos é provocar o significado deles, usando-os para ‘contar a História’ ou recriar uma consequência histórica dos eventos. Isto é substantivamente diferente dos estudos sistemáticos de textos primários via o conteúdo da análise quantitativa, que visualiza padrões e busca fazer generalizações. “Duas tradições dentro da Ciência Política de análise de textos e documentos são introduzidas aqui: abordagem historiográfica e a análise de discurso interpretativista.” (VROMEN, 2010).

Desta forma, a partir deste postulado de Vromen (2010), através da técnica documental, pretende-se descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos levantados oriundos das fontes primárias, como os: boletins, notas, campanhas, artigos publicados pela REBRIP, como também os discursos proferidos pelos agentes institucionais da Política Externa Brasileira, durante a gestão do governo Lula.

Assim, esta dissertação se estrutura em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o debate teórico sobre o conceito de hegemonia, a partir das visões positivistas da teoria realista, liberal e da perspectiva teórica marxista do sistema-mundo moderno de Wallerstein, bem como as contribuições da teoria crítica neogramsciana de Robert Cox, tendo como base as formulações filosóficas de Antônio Gramsci, no sentido de explicar a natureza ontológica da configuração hegemônica da geopolítica internacional. Explicita, então, que a análise realista através da *Hard Power*, a neoliberal por meio da *Soft Power*, e a demonstração das relações das desigualdades e hierarquias entre os Estados-Nação, emersos numa estrutura sistêmica fundamentada na economia-mundo capitalista, da perspectiva estruturalista do marxismo de wallersteiniano, possuem limitações no entendimento de que a hegemonia é construída no âmbito da disputa política do sistema interestatal. Analisa, por sua vez, sob a égide da contribuição pós-positivista do marxismo da teoria crítica neogramsciana, que a ordem mundial neoliberal é hegemônica, pois está ancorada em processos políticos de disputa hegemônica e contra-hegemônica, por forças sociais, no âmbito da sociedade civil de um Estado-Nação, em que a hegemonia de uma classe social é construída, dentro do Estado, se internacionalizando, configurando, assim, a natureza ontológica da realidade concreta do

mundo, sob o domínio e controle das dimensões da política, da economia, do social, do cultural, pela capacidade da classe social hegemônica ser capaz de representar a garantia da manutenção e sobrevivência dos interesses do capital, à nível doméstico e internacional.

O segundo capítulo analisa como os processos de contra-hegemonia à globalização neoliberal são construídos no âmbito da sociedade civil, a partir do debate sobre o conceito de sociedade civil e movimentos sociais, da perspectiva transnacionalista construtivista cosmopolita e da teoria crítica marxista neogramsciana. Analisa a contestação política da sociedade civil brasileira, contra as iniciativas de liberalização da economia, através da Rede Brasileira pela Integração dos Povos, demonstrando sua origem, fundação e a consolidação do seu projeto contra-hegemônico ao neoliberalismo, a partir da diversificação de sua agenda política, no contexto da globalização neoliberal, a partir da chegada ao poder do ex-presidente Lula.

Por fim, o terceiro e último capítulo se dedica a analisar a inserção internacional do Brasil, na geopolítica internacional, durante o governo Lula (2003 – 2010), através da sua agenda de política externa, demonstrando as contradições existentes da absorção de aspectos hegemônicos e contra-hegemônicos, da governança global neoliberal. Explicita, então, num primeiro momento, as contradições existentes do bloco de poder no Estado-nação brasileiro, a partir das disputas políticas entre as diferentes forças sociais da sociedade civil nacional brasileira, as quais estão inseridas no bloco histórico da era Lula. Discorre, num segundo momento sobre o histórico neoliberal da inserção internacional do Brasil, nos anos 1990, a partir dos governos dos ex-presidentes: Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Por último, aborda a assimilação dos aspectos hegemônicos e contra-hegemônicos da agenda da Política Externa Brasileira, na era Lula, nos assuntos sobre política comercial, de integração regional, de cooperação e multilateralista, e investiga os posicionamentos políticos da REBRIP, a partir da análise desta Rede sobre as contradições existentes da inserção internacional do Brasil, através da agenda da política externa do governo Lula (2003 – 2010), no contexto da globalização neoliberal.

## 1 A GLOBALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA NEOLIBERAL: Processos de Hegemonia e Contra-Hegemonia na Geopolítica Internacional

“Não está ao meu alcance criar uma sociedade ideal, contudo está ao meu alcance descrever o que, na sociedade existente, não é ideal para nenhuma espécie humana em sociedade”.

Florestan Fernandes

As mudanças no sistema internacional, especificamente na arena da geopolítica mundial, no Pós-Guerra Fria, abriram novas oportunidades para a discussão sobre temas e áreas (comércio, cultural, meio ambiente, direitos humanos, dentre outros) que, ao longo da segunda metade do século XX, constituíam-se como assuntos secundarizados, enquadrados como *low politics*, tanto pelos *policy-makers* quanto pelos intelectuais da tradição realista da disciplina. O fim da ordem bipolar, longe de ser o fim da história, como preconizou Francis Fukuyama<sup>2</sup>, abriu um longo período de incertezas e instabilidades, e a construção de novos cenários, através da emergência de uma nova ordem internacional multipolar, marcada pelo surgimento de novos atores estatais, não-estatais, e uma diversificada agenda de debates impulsionada pelas implicações políticas e econômicas da globalização.

Neste novo cenário internacional, os anos 1990 foi uma década de profundas transformações nas relações internacionais, através da globalização, a qual tem estabelecido mudanças substanciais em todos os âmbitos da vida social, incluindo modificações nas relações sociais de poder no sistema internacional, bem como nas bases do desenvolvimento econômico, as quais são conduzidas pelo avanço científico e pela revolução tecnológica, com níveis crescentes de penetração nas economias nacionais e, de uma profunda reestruturação produtiva nas dinâmicas das relações laborais.

Durante a década de noventa do século XX se manteve, a nível mundial, o predomínio ideológico das concepções neoliberais e seu papel diretivo, não somente na definição de estratégias das políticas nacionais e internacionais, no âmbito econômico, mas também, na redefinição do conjunto das relações sociais. A partir da livre propagação dos fluxos do

---

<sup>2</sup> Francis Fukuyama é cientista Político e economista estadunidense, intelectual do neoliberalismo. Publicou a obra: FUKUYAMA, Francis. O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, na qual defende o liberalismo político e econômico enquanto projeto ideológico eficaz para a humanidade.

capital transnacional, a globalização neoliberal estabeleceu a consolidação do capital financeiro global, sob a ideologia neoliberal, o qual moldou as relações econômicas entre os Estados-Nação, tornando-se força motriz sobre o sistema capitalista contemporâneo. Emir Sader (2005) sistematiza o neoliberalismo ao afirmar que:

**O neoliberalismo não é apenas uma política econômica, mas um projeto hegemônico, que contém valores essenciais do capitalismo liberal – o consumismo, o egoísmo, o individualismo, o mercantilismo – e que reorganiza não apenas as relações sociais, mas também as relações de poder. O neoliberalismo é a cara assumida pelo capitalismo na sua fase de hegemonia econômica do capital financeiro. Ele se articula internacionalmente com a hegemonia estadunidense, tendo os organismos financeiros e comerciais internacionais como seus braços de poder – o FMI, o Banco Mundial, a OMC, entre eles. Conta com a ideologia do “livre comércio” no plano econômico e com a “luta contra o terrorismo” nos planos político e militar. Se constitui assim em um sistema de poder, que vai da economia à política, passando pela ideologia e pelos planos tecnológico e militar. O instrumento essencial de implementação do neoliberalismo é a desregulamentação, isto é, a eliminação das travas à livre circulação do capital. (SADER, 2005, **grifos nossos**).**

Portanto, sob a orientação do Consenso de Washington<sup>3</sup>, a globalização neoliberal, surge como uma forma de superação da crise do capitalismo mundial ocorrida nos anos 70, constituindo-se como expressão da nova ordem mundial contemporânea multipolar: a globalização. Através do discurso propalado pelos organismos econômicos internacionais como: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), esta concepção estabelece a idéia de que o conjunto de orientações e diretrizes de reformas e ajustes estruturais incentivaria o funcionamento dos mercados, apoiado na iniciativa privada e na menor presença estatal nas atividades econômicas, garantindo assim, a retomada das altas taxas de investimento, e o crescimento econômico com distribuição de renda, aos países semiperiféricos e periféricos do sistema capitalista.

Diante deste novo contexto da nova ordem internacional multipolar, a globalização contemporânea, sob o prisma da hegemonia neoliberal do capital, ao consolidar a ideologia do

---

<sup>3</sup> O Consenso de Washington foi uma reunião realizada por economistas e funcionários do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 1989 nos Estados Unidos, tendo em vista a reformulação da governança global, a partir de um conjunto de prerrogativas da política econômica internacional ancorada no processo de liberalização radical das economias do Sul global, especialmente da América Latina, a partir da ideia de que o desenvolvimento econômico e social se daria através de diminuição do papel do Estado na regulação da economia, isto é, abertura comercial alicerçada na eliminação de protecionismo e restrições ao capital transnacional, por meio da desburocratização e desregulamentação dos mercados nacionais, consubstanciados pelo rigor da disciplina fiscal, da redução de gastos públicas e uma reforma tributária eficiente que promovesse a inserção do investimento externo direto, sob a disciplina fiscal do câmbio de mercado.

liberalismo político e econômico, estabelece um processo de maior acirramento das competições geopolíticas e econômicas no sistema internacional, difundindo uma concepção de sociedade, onde primam os interesses econômicos e financeiros, onde o social configura-se em um produto subordinado e acessório da atividade econômica. Compreende-se, portanto, que a nova ordem econômica global do sistema capitalista, ao produzir variadas formas de violência simbólica, político-econômica e identitária, no mundo todo, estabelece, também, a globalização das tensões e as contradições sociais, que se envolvem em grupos, classes sociais, partidos políticos e sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública.

A partir do esboço do contexto histórico da configuração da nova ordem multipolar do sistema internacional, fundamentado pela globalização do sistema capitalista, é mister compreender que as transformações e tensões políticas, econômicas, sociais e culturais na geopolítica mundial do pós Guerra Fria estão inseridas no entendimento da globalização neoliberal enquanto fomentadora de arenas de disputas políticas nas relações internacionais, tornando, assim, imprescindível, a reflexão sobre o conceito de hegemonia, para a análise e compreensão da globalização contemporânea. Neste sentido, buscaremos analisar as contribuições teóricas, no âmbito das Relações Internacionais, das tradições: Realismo, Liberalismo, Marxismo (a Teoria do Sistema-Mundo, a perspectiva neogramsciana), no intuito de subsidiar a proposta deste capítulo: compreender os processos de hegemonia e contra-hegemonia na globalização contemporânea neoliberal.

### **1.1 Hegemonia nas Relações Internacionais: Descortinando as visões positivistas para um olhar pós-positivista neogramsciano**

A trajetória da disciplina - Relações Internacionais - tem sido marcada por um rico e efervescente debate acerca das mudanças e rupturas sobre a geopolítica mundial. As distintas abordagens das escolas positivistas: Realismo, Liberalismo, Marxismo e Construtivismo estabeleceram uma discussão densa referente aos aspectos ontológicos e epistemológicos, a partir de análises que refletiram as continuidades, variações, regularidades e possibilidades de transformações do sistema internacional.

O debate sobre hegemonia se tornou relevante, no âmbito da disciplina, a partir das discussões sobre o papel do Estado-Nação, seus interesses e preferências pela legitimação do poder na geopolítica mundial, a partir do Institucionalismo Liberal e do Neorealismo. Contudo, outras abordagens oriundas do Marxismo, como a Teoria do Sistema-Mundo de



Immanuel Wallerstein, assim como a Teoria Crítica Neogramsciana de Robert Cox, buscaram debater a ontologia da disciplina, concentrando esforços intelectuais para o entendimento do sistema internacional.

Sendo assim, analisaremos no primeiro momento, as contribuições das teorias positivistas das Relações Internacionais: Realismo, Liberalismo, a abordagem marxista da Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein e, em seguida, a Teoria Crítica de Robert Cox caracterizada como perspectiva neogramsciana da disciplina, para a análise da globalização neoliberal contemporânea enquanto concepção atual da hegemonia do sistema capitalista.

### **1.1.1 As visões positivistas sobre Hegemonia: Realismo, Liberalismo e Teoria do Sistema-Mundo Wallersteiniano**

A tradição Realista (os clássicos, como Hans Morgenthau e os neorealistas, como Kenneth Waltz e Robert Gilpin) concebe a ordem mundial em um Sistema Internacional fundamentado numa estrutura política de relação interestatal, de natureza anárquica, (desprovido de uma autoridade suprema), onde os estados se constituem enquanto unidades políticas territoriais, atores exclusivos no cenário internacional. Sendo assim, a partir dos pressupostos filosóficos de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, o Realismo advoga que o centro da política internacional é a luta pelo poder, cuja política externa é governada por leis objetivas, originárias da natureza humana – egoísta - (conforme prescreveu Thomas Hobbes), cujos interesses dos estados em maximizar o poder são a principal referência para a ação internacional. Neste sentido, para esta corrente, a anarquia condiciona uma relação interestatal de competição e desconfiança, onde esta estrutura política do sistema internacional estabelece um comportamento racional de auto-ajuda, cujo objetivo final de qualquer estado é garantir a proteção de suas fronteiras, isto é, a preservação de sua segurança, de sua sobrevivência, e em busca (e manutenção) do poder.

Kenneth Waltz (1983) cientista político estadunidense e um dos fundadores do neorealismo, no âmbito da disciplina Relações Internacionais, em sua obra – *Theory of International Politics* –, ao sinalizar que a estrutura política do sistema internacional estabelece os atores estatais enquanto portadores de iguais condições funcionais numa balança de poder (caracterizada pela distribuição de capacidades militar, tecnológica, política e econômica), entre os Estados-Nação, não quer dizer a garantia de um equilíbrio de poder entre as nações. Neste sentido, a balança de poder, ao denotar as disparidades das capacidades entre

os atores estatais, revela o caráter hierárquico entre as nações no sistema internacional, no qual Robert Gilpin (1981), cientista político estadunidense e um dos fundadores do neorealismo, em sua obra – *War and Change in World Politics* –, define enquanto um sistema hegemônico, no qual um único Estado potente controla e domina os demais Estados, onde a governabilidade do sistema internacional depende da possibilidade de que o Estado dominante utilize de forma efetiva suas capacidades militares, econômicas e tecnológicas, com persuasão, para induzir ou forçar a outros Estados a satisfazer suas preferências.

Desta forma, Robert Gilpin (1981) nos revela que a congregação destes dispositivos confere uma posição privilegiada ao Estado, que determinará suas possibilidades de manutenção de uma ordem mundial hegemônica. Entretanto, o autor sinaliza que, em longo prazo, os custos do exercício do poder aumentam com rapidez os benefícios almejados pelo hegemon. Sendo assim, este autor afirma que as potências hegemônicas teriam uma situação de equilíbrio entre custos e benefícios, os quais estabelecerão o início de uma fase de crise e declínio hegemônico.

Gilpin (1981) atenta para fatores internos (economia) e externos (custos políticos com hegemonia), os quais podem ocasionar o declínio hegemônico do Estado-Nação. No entanto, Gilpin sugere que guerra hegemônica, em momentos de crises, traz como consequência, a mudança do sistema, a partir de uma nova distribuição de poder internacional, provocando uma reordenação dos atores do sistema internacional. A guerra hegemônica, para o autor, inaugura uma nova potência hegemônica que estabelecerá as bases da ordem política e econômica internacional ajustadas a seus interesses particulares, iniciando, assim, uma nova fase hegemônica e uma transformação significativa da ordem mundial.

A tradição Liberal, a partir de suas vertentes, como o Institucionalismo Neoliberal do cientista político estadunidense Robert Keohane (1984) – *After Hegemony: cooperation and discord under the world* –, analisa a geopolítica mundial sustentada num mundo anárquico, através de uma sociedade internacional de múltiplos atores internacionais, que mantém uma relação de interdependência complexa, a partir da cooperação internacional. Ao propor um nível de análise que rejeita a visão de um mundo estado-cêntrico conflituoso proposto pelos realistas, esta corrente de pensamento estabelece os atores não-estatais (indivíduos, Organizações internacionais, empresas multinacionais, a sociedade civil) como categorias importantes no nível de análise das relações internacionais, devido aos múltiplos canais de interações que envolvem estes atores numa relação de interdependência, no âmbito da geopolítica mundial.

Embora os autores liberais rejeitem a prerrogativa realista do sistema internacional ser arena exclusiva dos atores estatais, é na estrutura política interestatal que Keohane (1984) analisará o conceito de hegemonia nas Relações Internacionais. Para este autor, um Estado é hegemônico porque tem preponderância em recursos materiais devido ao seu acesso as matérias primas vitais, ao controle das principais fontes de capital, a manutenção de um amplo mercado para exportações e controle de vantagens competitivas sobre bens de produção. A visão economicista de hegemonia de Keohane (1984) denota que o Estado tem de ser mais forte economicamente do que qualquer outro e ostentar capacidades políticas e militares, para poder estabelecer uma ordem dentro do sistema internacional. Para o autor, a manutenção continuada da hegemonia de um único poder predominante é garantida pela criação de regimes internacionais, os quais estabelecem regras fundamentais no âmbito político econômico, que garantem a governabilidade do hegemom na sociedade internacional.

A partir das contribuições das tradições Realista e Liberal das Relações Internacionais, verifica-se que o Institucionalismo Liberal constrói a ideia de hegemonia baseada no *soft Power*, isto é, hegemonia é dominação através da cooperação, respaldada pelo livre mercado e, o Neorealismo, a hegemonia é coerção para legitimação do poder, pelo uso da *hard Power*. No entanto, as formulações propostas pelos realistas e liberais sobre a noção de hegemonia, ainda são limitadas para compreender a estruturação da nova geopolítica multipolar e as implicações econômicas, políticas e sociais desencadeadas pela globalização contemporânea neoliberal, pois estas correntes não problematizaram a complexificação das contradições das relações de poder entre os atores internacionais, na geopolítica mundial, para uma melhor compreensão dos processos políticos contemporâneos da globalização neoliberal. Sendo assim, faz-se necessário resgatar as abordagens marxistas no campo teórico das Relações Internacionais, uma vez que estas buscam analisar a política mundial, a partir de uma perspectiva de compreensão das relações globais de poder, entre os diferentes atores internacionais (sejam eles atores estatais ou não-estatais), inseridas num período histórico específico. A preocupação, no geral, destes enfoques, consiste em problematizar e questionar o conjunto de premissas e prerrogativas epistemológicas e ontológicas, do debate hegemônico dicotomizado, no âmbito disciplinar das Relações Internacionais, entre os Realistas e Liberais.

De certo, apesar de possuir elementos de unidade teórica no que concerne a formação de uma “agenda” de debate, que seria as relações globais de poder, seja a partir de um sistema-mundo, proposto por Immanuel Wallerstein, ou uma ordem mundial proposta por Robert Cox, não se pode afirmar a existência de uma Escola de Pensamento Marxista das RIs, uma vez que estas abordagens possuem divergências teórico-metodológica internas, restando

somente as formulações e contribuições da Teoria Marxiana sobre Estado, regimes de acumulação de produção, e luta de classes, enquanto subsídios teóricos para suas formulações teóricas sobre a política mundial. Logo, buscaremos analisar como a perspectiva positivista da Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein estabelece *insights* para o entendimento da geopolítica mundial vigente fundamentada pela globalização neoliberal.

Immanuel Wallerstein (1976) sociólogo marxista estadunidense, em seu estudo – *The modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the World-Economy in the Sixteenth Century* –, buscou explicitar a Teoria do Sistema-Mundo, com o objetivo de analisar as relações internacionais, a partir de uma abordagem estruturalista e histórica das relações sistêmicas de poder da política mundial. Para ele, as relações internacionais são a representação de um Sistema-Mundo Moderno estruturado historicamente e institucionalmente por um conjunto de regras, leis onde atores estatais e não-estatais se disputam, em busca de seus interesses, através da economia-mundo capitalista. De fato, o autor concentra sua atenção para os atores estatais, estes emersos numa estrutura política interestatal que é sistêmica e histórica marcada pela divisão do trabalho, cuja relação de produção é caracterizada pela monopolização dos fatores de produção pelos estados capitalistas fortes e pela transferência da mais valia produzida nos estados capitalistas fracos às economias dos estados do centro, originário do Sistema-Mundo Moderno.

O conceito de economia-mundo wallersteiniano vem da história econômica e está relacionada com a capacidade de um modo de produção moldar um mundo em si mesmo determinado pela relação espaço-tempo, que tem sua origem na economia capitalista européia do século XVI, a qual conseguiu se expandir e integrar outras economias do mundo (Wallerstein, 2005). Neste sentido, Wallerstein sinaliza que a economia-mundo é produtora de uma relação desigual e hierárquica de poder na estrutura sistêmica interestatal, uma vez que divide o mundo numa relação de exploração entre Centro X Periferia/Desenvolvimento X Subdesenvolvimento e uma zona semiperiférica que igualmente assegura a manutenção e o ordenamento sistêmico da estrutura da economia-mundo e o sistema interestatal, interconectados e desenvolvidos historicamente de forma simultânea. O autor registra que,

el mundo en el que vivimos, el sistema-mundo moderno, tuvo sus orígenes en el siglo xvi. Este sistema-mundo estaba entonces localizado en sólo una parte del globo, principalmente en partes de Europa y de América. Con el tiempo, se expandió hasta abarcar todo el mundo. Es y ha sido siempre una economía-mundo. Es y ha sido siempre una economía-mundo capitalista. (WALLERSTEIN, 2005, p.21).

O significado da economia-mundo capitalista, para o entendimento da História mundial, é explicitado por Wallerstein (2005), em sua formulação teórica do Sistema-Mundo moderno, quanto este autor ressalta que,

[...] lo que queremos significar con economía-mundo (la *économie-monde* de Brandel) es una gran zona geográfica dentro de la cual existe una división del trabajo y por lo tanto un intercambio significativo de bienes básicos o esenciales así como un flujo de capital y trabajo. Una característica definitoria de una economía-mundo es que no está limitada por una estructura política unitaria. Por el contrario, hay muchas unidades políticas dentro de una economía-mundo, tenuemente vinculadas entre sí en nuestro sistema-mundo moderno dentro de un sistema interestatal. Y una economía-mundo comprende muchas culturas y grupos (que practican múltiples religiones, hablan múltiples idiomas y son diferentes en sus comportamientos cotidianos). Esto no significa que no hayan desarrollado algunos patrones culturales comunes, lo que llamaremos una geocultura. Significa que ni la homogeneidad política ni la cultural debe ser esperable o encontrada en una economía-mundo. Lo que unifica con más fuerza a la estructura es la división de trabajo constituida dentro de ésta. (WALLERSTEIN, 2005, p.22).

Diante disto, para Wallerstein (2006), a economia-mundo capitalista tem certas características distintivas. A primeira característica deste sistema social com base no valor generalizado é a sua dinâmica auto-gerida implacável da acumulação de capital em escala crescente, impulsionada pelos proprietários dos meios de produção. Para este autor, a explicação para a divisão do trabalho dentro do sistema capitalista mundial entre centro e periferia pode mostrar os mecanismos de apropriação de mais-valia a nível mundial pela classe média, através da troca desigual incorporada em muitas cadeias industriais que garantam controle operário e monopolização da produção.

No entanto, conforme Wallerstein (2006), observar as características desse sistema histórico, implica em compreender que tudo passa pela mercantilização, pela transformação da força de trabalho, do produto do trabalho e das relações sociais em mercadorias. Tudo é transformado em capital, valor que se valoriza, que se auto-expande. Esta passa a ser a lei do sistema histórico capitalista. Sendo assim, para este autor, tem-se, agora, o surgimento da força de trabalho, e é através dela que o capital se valoriza e acumula. Os processos produtivos, para este autor, passam a ser organizados no formato de cadeias mercantis. Através dessas cadeias mercantis é que se estabelece o mundo das trocas suplantando-se as trocas locais e regionais. É notório que a divisão social do trabalho já está inserida no espaço de atuação dessas cadeias mercantis, e com o desenvolvimento do sistema histórico capitalista se estende geograficamente conferindo uma hierarquização espacial dos processos produtivos, levando com isso a uma crescente polarização entre as áreas da economia mundo. Na medida

em que ocorre a transnacionalidade das cadeias mercantis, eis que se estabelece a transnacionalidade da divisão do trabalho e com ela a troca desigual.

Desta forma, como assegura Wallerstein (2006), a divisão social do trabalho, ampliada geograficamente, confere o estabelecimento de espaços mais ou menos estruturados economicamente e isto implica que as trocas intermediárias trazem subjacente a troca desigual, que pouco a pouco, se expande para toda a economia-mundo garantindo o desenvolvimento das regiões do centro do capitalismo e o subdesenvolvimento das regiões da periferia do capitalismo.

De acordo com Wallerstein (2006), é através dessa troca desigual de relações econômicas, que as regiões denominadas de centro encontram o principal mecanismo para apropriarem-se de parcela maior do produto excedente total (lucro total), o que confere a estas regiões a possibilidade de ampliar a acumulação de capital ainda mais, pois aumentam as quantidades de recursos disponíveis destinadas à busca de novas tecnologias, permitindo aos produtores centrais ganhos de produtividade, e conseqüentemente vantagens competitivas maiores, reforçando com isso o mecanismo já estabelecido da troca desigual na economia-mundo.

Para Wallerstein (2006), uma vez estabelecida a estrutura: centro e periferia, no espaço da economia-mundo, apresentam-se os problemas de valorização do capital, e dentre eles os mais importantes na análise de Wallerstein, referem-se aos custos com a força de trabalho e aos custos de transação na demanda de desenvolvimento. Nessa perspectiva, o que se observa é que nos países do centro da economia mundo capitalista a grande maioria da força de trabalho é proletarizada, ou seja, a estrutura familiar é composta quase que na sua totalidade de trabalhadores, que por sua vez vendem sua força de trabalho em troca de salários para poderem subsistir. Isto quer dizer que a margem para a diminuição do principal custo dos produtores intermediários nas regiões ou países centrais é extremamente reduzida, razão pela qual as estruturas estatais devem atuar no sentido de manter parte dos trabalhadores em estruturas semiproletárias com o intuito de amenizar os problemas de maximização dos lucros.

No entanto, dificuldades para a valorização do capital inevitavelmente surgem, e de acordo com Wallerstein (2006), se estabelece a necessidade de rearranjos nas cadeias produtivas, de diminuição de custos e de busca de espaços onde a força de trabalho ou os custos de transação se mostrem mais vantajosos aos capitalistas. Este autor registra ainda que as maiores proporções de mais-valia foram obtidas pela monopolização da cadeia produtiva que se encontrava no centro da economia capitalista.

É importante perceber, além disso, de que a economia mundo capitalista está historicamente fundamentada no antagonismo de classes, ou seja, de um lado o trabalhador e de outro o capitalista e, é nessa relação de exploração na qual se funda este sistema histórico, demonstrando dessa maneira, a impossibilidade de efetivação dos princípios de liberdade e igualdade social tal como preconizam a discurso da democracia ocidental.

A partir da instituição das relações de desigualdade de poder econômico, Wallerstein (1996) explicita que, no Sistema-Mundo Moderno, a relação sistêmica histórica e institucional da estrutura interestatal e da economia-mundo, simultaneamente instituem, portanto, um ciclo hegemônico de poder, através de uma potência hegemônica. A estrutura política interestatal anárquica estabelece uma relação hierárquica e desigual de poder, na medida em que consegue manter as rivalidades internas entre as grandes potências, mas consegue instituir uma potência hegemônica, que não se constitua enquanto Império-Mundo, numa perspectiva de dominação e superioridade soberana sobre as outras, entretanto, consegue se estabelecer enquanto potência forte o suficiente capaz de garantir o conjunto de valores, regras, princípios e arranjos políticos, econômicos, sociais e culturais para preservar a manutenção da acumulação do capital da economia-mundo, de modo que o conjunto destes arranjos serão respeitados e seguidos pelas demais potências, através de um “relativo” consenso de suas potencialidades internas e externas, no ciclo hegemônico da economia-mundo capitalista do Sistema-Mundo Moderno.

Wallerstein (2003) identifica os Estados Unidos como a potência hegemônica no atual sistema-mundo moderno, se consagrando enquanto hegemom após a II Guerra Mundial substituindo a Inglaterra, inaugurando, assim a *pax americana*. Para ilustrar esta assertiva o autor destaca que,

In the period 1945-1967/73, the United States was unquestionably the hegemonic power in the world-system. It combined economic, military, political, and cultural advantage over any and all others in the world-system. When the Second World War ended, it was the only industrial power to have escaped wartime destruction, and even to have increased significantly its productive capacities over those considerable ones it already had when the war began. U.S. enterprises were therefore able to produce so much more efficiently than competitors that they could penetrate the markets of even the home territories of these competitors, at least at first. Indeed, the situation was so lopsided that the United States found it necessary to engage in the economic reconstruction of Western Europe and Japan in order to have a reasonable world customer base. So, within the North - the United States in relation to western Europe and Japan; the "West" in relation to the Soviet Union - the period 1945-1967/73 was one in which the United States was able to impose its wishes on the rest of the North 95% of the time 95% of the way. This was surely hegemony. (WALLERSTEIN, 2003a, p.147).

Diante deste quadro, Wallerstein (2005) defende a hipótese de que o desenvolvimento de um sistema capitalista mundializado, que atualmente é concebido pela grande mídia e pela falta de rigor científico por alguns autores nas Ciências Sociais, como globalização, nasce e se desenvolve entre os séculos XV e XVII, e que se consolida após a revolução russa nas primeiras décadas do século XX, sinalizando, portanto, que tal fenômeno vigente tem sua origem histórica com a acumulação capitalista plenamente desenvolvida com o processo de acumulação primitiva de capital desde o século XVI.

Sendo assim, a globalização econômica neoliberal vigente sob a perspectiva de Wallerstein (2000) constitui-se como era de transição histórica, que encerra o ciclo vital global do capitalismo, através de sua crise final, na perspectiva de construção de um novo sistema histórico que deverá substituí-la. Para o autor, esta era de transição e de crise final do capitalismo está em processo de agudização devido a sua densidade e sua complexidade histórica, de que não é mais possível se expandir, já que a ampliação das desigualdades econômicas e sociais não permitem mais a promoção da justiça e equidade social propagada pelo liberalismo político e econômico.

Ao mesmo tempo em que as potências do Norte se reorganizam a fim de manter o equilíbrio da economia-mundo capitalista vigente (de caráter neoliberal), Wallerstein (2003c) assegura que o Sul marginalizado tem apresentado lutas políticas importantes no âmbito dos Estados nacionais, fortalecendo desta forma, a disputa global de poder, através da conformação de movimentos anti-sistêmicos contra a economia-mundo capitalista. Os movimentos anti-sistêmicos no contexto atual da globalização contemporânea, para este autor, seriam aqueles que surgiram pós-maio de 1968, denominados novos movimentos sociais, que lutam por reconhecimento, como os ambientalistas, as feministas, étnico-raciais e os movimentos antiglobalização. De acordo com Wallerstein (2003),

[...] desde 1968 se ha verificado, sin embargo, una prolongada búsqueda de un movimiento antisistémico de un tipo mejor, que condujera realmente a un mundo más democrático e igualitario. Se han producido cuatro intentos diferentes de conseguir tal objetivo, algunos de los cuales continúan en la actualidad. El primero estuvo constituido por el florecimiento de los múltiples maoísmos(...) el segundo aspirante al status antisistémico estuvo constituida por los nuevos movimientos sociales: los verdes y otros grupos ecologistas, los movimientos feministas, las campañas de las «minorías» raciales y étnicas, como los negros en Estados Unidos o los beurs en Francia (...) El tercer tipo de aspirante al status antisistémico estuvo constituido por las organizaciones defensoras de los derechos humanos. (...) La cuarta y más reciente variante de aspirante a movimiento antisistémico ha sido la de los denominados movimientos antiglobalización, una designación utilizada no tanto por estos movimientos como por sus oponentes..(WALLERSTEIN, 2003c, p.98-100).



Sendo assim, Wallerstein (2003c) ao analisar as lutas políticas desempenhadas pelos movimentos anti-sistêmicos, no âmbito da globalização neoliberal, nos revela que vivenciamos um período de transição política devido à crise estrutural do Sistema-mundo moderno, inaugurando um processo de debate, a partir de novos projetos e estratégias políticas desenvolvidas pelos movimentos sociais latinoamericanos, de modo que,

[...] necesitamos dejar de asumir que ya sabemos cómo será la mejor sociedad (no la sociedad perfecta). Mas bien, necesitamos discutir este modelo de nueva sociedad, esbozarlo, experimentar con estructuras alternativas para llevarlo a cabo; y necesitamos hacer esto al mismo tiempo que realizamos las primeras tres partes de nuestro programa, frente a un mundo caótico que se encuentra en una transición sistémica. Y si este programa es insuficiente, y probablemente lo será, entonces esta misma insuficiencia deberá ser parte del debate. (WALLERSTEIN, 2003c, p.104).

Através desta análise de Wallerstein, observa-se que a América Latina, na divisão do sistema-mundo moderno capitalista, se constitui enquanto zona semiperiférica, espaço de formação de movimentos contestatórios (para o autor, movimentos anti-sistêmicos), como a luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o Fórum Social Mundial (FSM), à globalização neoliberal vigente.

Embora Wallerstein tenha conseguido estabelecer uma fundamentação teórica relevante sobre a configuração do sistema internacional moderno, através da leitura de um mundo marcado por desigualdades estruturais produzidas pela economia-mundo capitalista, o entendimento sobre hegemonia proposto pelo autor reside estritamente numa estrutura política interestatal, a qual não abarca a complexidade das contradições existentes no âmbito da geopolítica mundial sob a égide da globalização neoliberal vigente. Neste sentido, buscaremos as formulações teóricas da abordagem marxista neogramsciana em Antonio Gramsci e Robert Cox, no intuito de compreender a complexidade da geopolítica mundial vigente através de processos políticos contemporâneos à globalização neoliberal.

## **1.2 Um olhar gramsciano sobre Hegemonia: as contribuições de Antonio Gramsci e Robert Cox**

O conceito de hegemonia tem sua elaboração de maior relevância, a partir das formulações teóricas desenvolvidas pelo filósofo italiano Antonio Gramsci. Este autor propôs uma série de ferramentas conceituais para a compreensão das formas históricas específicas em que a dominação é exercida por certos grupos ou classes em detrimento de outros, no sentido de entender os mecanismos políticos, econômicos e culturais que sustentam a hegemonia.

Através do materialismo histórico marxiano, Gramsci procurou analisar a dialética entre coerção e consentimento na constituição da hegemonia de uma classe social, ao mesmo tempo superar as interpretações economicistas da história e da política, para compreender o sentido da dominação na sociedade moderna.

Para tanto, Gramsci (2002), em sua obra – *Cadernos do Cárcere* – buscou compreender o conceito de hegemonia, a partir da Teoria Geral do Estado marxiano. Este autor verificou que a superestrutura possui duas esferas políticas, as quais estão interconectadas, mas estão estabelecidas em terrenos distintos do exercício da dominação da classe social dirigente. Sendo assim, Gramsci (2002) buscou separar metodologicamente a superestrutura em dois aspectos: a sociedade política e a sociedade civil, as quais configuram o Estado, enquanto entidade política. Neste sentido, Gramsci inaugura o conceito de Estado ampliado, isto é o Estado-Nação fundamentado na sociedade política (Estado restrito), concebido enquanto entidade jurídico-política e coercitiva, e a sociedade civil, esfera da comunicação, da cultura, das ideias, da ideologia. Carlos Nelson Coutinho, cientista político, tradutor e especialista das obras de Gramsci no Brasil, sintetiza o conceito gramsciano de Estado Ampliado, quando nos revela que,

[...] a sociedade política (que Gramsci também chama de *Estado em sentido estrito* ou de *Estado-coerção*), é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1999, p.127).

Tendo em vista que o Estado não é somente um aparelho coercitivo, mas, sim, um Estado que está se complexificando, incorporando dimensões da sociedade civil na sua organicidade, Gramsci (2002) verifica que a superestrutura se constitui enquanto categoria analítica importante, para explicar as dinâmicas das relações das classes sociais, através de processos de hegemonia e contra-hegemonia nas sociedades nacionais. Logo, a partir do conceito de Estado Ampliado, ao contrário de Karl Marx e Vladimir Lênin, Gramsci (2002) situa na sociedade civil a luta pela hegemonia, pois coloca a sociedade civil como um universo público não-estatal, onde nascem e se fortalecem as iniciativas dos sujeitos modernos que, com seus valores éticos, políticos e sua cultura associativa, solidária e horizontal poderiam fortalecer as subjetividades e assim lutar por um (novo) projeto hegemônico.

Esse filósofo ao explicar o conceito de hegemonia, parte do pressuposto de que a construção da hegemonia de uma classe dirigente é realizada através da combinação entre dominação e direção, por parte da classe que exerce a hegemonia num determinado contexto. A hegemonia é sempre a hegemonia de uma classe social, que detém o poder coercitivo, exercendo a dominação, mas também exerce a direção, a partir do consentimento e da persuasão, colocando as suas idéias e interesses materiais como sendo as de toda a sociedade, justificando o uso da força, quando necessário, e não atuando apenas no âmbito econômico e político da sociedade, mas também sobre as orientações ideológicas. A hegemonia é a capacidade da classe dirigente de unificar coerção e consentimento, dentro da sociedade civil, onde a classe dominante universaliza normas e valores, no intuito de estabelecer uma política de ética e harmonia, entre os grupos dominantes e subordinados, não se restringindo a esfera política, mas compreendendo também os aspectos culturais, a moral, uma concepção de mundo.

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa liquidar ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental, depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente. (GRAMSCI, 2002, vol 5, p. 62).

Portanto, para que a hegemonia de uma classe social seja concretamente instituída, é fundamental que a sociedade civil e a sociedade política estejam igualmente desenvolvidas e organicamente interligadas, para o exercício da dominação completa da classe dirigente, no âmbito da estrutura, isto é, uma classe economicamente forte no período histórico vigente, assim como na superestrutura, quando esta possui a direção ideológica dos aparelhos privados da sociedade civil e os instrumentos coercitivos da sociedade política (controle da coerção + direção moral e intelectual, das idéias, da ideologia).

Neste sentido, observa-se que o poder político não consiste simplesmente em dominação, mas também em direção. Isto é, a combinação de coerção e consenso cuja natureza depende da concepção de mundo (ideologia) dominante historicamente construída. Desta forma, a hegemonia exercida através da sociedade civil e do estado configura-se num bloco contínuo, onde a primeira é composta de entidades privadas e voluntárias, responsáveis pela busca da hegemonia através do consenso, entendida como a supremacia do pensamento das idéias de um grupo em toda a sociedade, através da cultura e da ideologia (a superestrutura). O Estado, então, é visualizado, a princípio, como sociedade política (Estado

restrito), como conjunto de instrumentos coercitivos para a legitimação do domínio da classe dirigente, que se apropria do Estado ampliado (sociedade política + sociedade civil), no intuito de salvaguardar sua hegemonia política.

Gramsci (2002) sinaliza que a hegemonia se manifesta também na estrutura, que reúne o conjunto das relações de produção econômica que, em última instância, vai condicionar as relações e ações presentes na superestrutura. Desta forma o autor nos revela que,

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se devam levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômica-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-político, também é econômica; não se pode deixar de fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2002, p.48).

Desta forma, o Estado ampliado, ao garantir a unicidade da estrutura e da superestrutura, estabelece um bloco social de forças, um bloco histórico representando uma base de consentimento para a ordem social, na qual a hegemonia de uma classe é criada e recriada no conjunto das relações econômicas e sociais, assim como nas instituições e nas ideias de uma sociedade. Sendo assim, a formação de um determinado Bloco Histórico estabelece a união entre estrutura e superestrutura, o estado e a sociedade civil de forma orgânica, e só se concretiza através da conquista do poder do Estado pela classe dirigente, quando esta é capaz de exercer a direção e a dominação na sociedade.

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico corporativo. (GRAMSCI apud ALMEIDA, 2003, p.30).

Contudo, o pacto hegemônico que constitui o bloco histórico não é um processo espontâneo das classes e setores sociais que o constituem. Para que os interesses da classe dirigente predominem, Gramsci atribui papel aos intelectuais. Estes são considerados pelo autor, como os “funcionários da superestrutura”, configurando-se como um intermediador da classe dirigente, na medida em que fazem as relações entre as diferentes classes sociais, na

tentativa de garantir a unicidade do bloco histórico estabelecido (GRAMSCI apud PORTELLI, 1978).

Os intelectuais são os prepostos do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político. (Os intelectuais cumprem funções subalternas da hegemonia social e do governo político da classe dirigente), isto é: 1) do consenso espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2006, vol 2, p. 21).

Não obstante, Gramsci (2006) ressalta que a hegemonia não existe passivamente como forma de dominação, uma vez que esta se renova continuamente, pois sofre uma resistência continuada, entre disputas e conquistas táticas, marcadas por “*guerras de posição*”, isto é, uma esfera pública democrática discursiva, uma luta política estratégica ideológica e cultural, em longo prazo, para o acúmulo de força das classes subalternas visando à transformação social do bloco de poder hegemônico instituído, a contra-hegemonia. Neste sentido, o conceito de hegemonia assegura a construção da luta política no interior do bloco histórico construído. Raymond Williams (1979) crítico marxista britânico discorre sobre este processo de práticas de resistências contra-hegemônicas, ao afirmar que,

[...] uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alternada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. (WILLIAMS, 1979, p.113).

Neste sentido verifica-se que, a contra-hegemonia é estabelecida, a partir da crise de hegemonia de uma determinada classe dominante, isto é, uma crise do bloco histórico vigente: crise do Estado ampliado (sociedade civil + sociedade política). Gramsci (2006) advoga que a crise orgânica não é estabelecida pelas condições econômicas ou políticas, mas, sim, por uma crise orgânica do Estado ampliado, da qual “ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas [...], ou porque as amplas massas [...] passaram subitamente da passividade

política para certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução”. (GRAMSCI, 2000, p. 60).

A partir destas contribuições de Gramsci sobre o conceito de hegemonia, Robert W. Cox, sociólogo marxista canadense, influenciado por Gramsci buscou aplicar as formulações teóricas deste autor no âmbito das Relações Internacionais, apresentando a Teoria Crítica através da abordagem neogramsciana marxista da disciplina, enquanto um construto histórico sobre a complexidade do sistema histórico internacional, a diferenciando da teoria da resolução de problemas das abordagens positivistas das RIs (Relações Internacionais) (especificamente o Realismo e o Liberalismo). Sendo assim, a perspectiva de Cox (1983) é compreender o sistema internacional contemplando a relação dialética entre as ordens mundiais, as formas de Estado e as distintas forças sociais. Este esforço teórico de matriz gramsciana, fundamentada no materialismo histórico dialético marxista, empreendido por este autor visa,

[...] to sketch a method for understanding global Power relations look at the problem of world order in whole, but beware of reifying a world system. Beware of under-rating state power, but in addition give proper attention to social forces and process and see how they relate to the development of states and world orders. Above all, do not base theory on theory but rather on changing practice and empirical-history study, which are a proving ground for concepts and hypotheses. (COX, 1983, p.206-207).

Neste sentido, Cox destacou a inadequação de empregar a teoria de resolução de problemas na análise da ordem mundial, observando que a *teoria é sempre para alguém e para algum propósito* (Cox, 1983, p.207). Para este autor, as teorias têm a sua própria perspectiva sobre as questões a que são aplicadas. Este autor buscou analisar a estrutura histórica, a qual deve ser analisada a partir do materialismo histórico, procurando entender as relações globais de poder e os conflitos das forças sociais, que estão interconectadas como um todo, que ocorrem dentro e fora do Estado-Nação, para compreender a sua possível transformação.

Cox (1983), a partir da influência gramsciana aponta para a necessidade de se compreender três elementos cruciais no ordenamento de determinada estrutura histórica, da qual se configura a hegemonia. Para o autor, a estrutura histórica é constituída pelas capacidades materiais, idéias e instituições, as quais atuam como ferramentas inter-relacionadas que apontam a constituição de relações de poder em uma determinada estrutura histórica. Para este autor, a relação entre estes componentes depende do contexto de cada estrutura histórica, podendo produzir maior relevância de um sobre o outro. Para o autor, as

capacidades materiais se referem às capacidades produtivas, tecnológicas, de modo que as idéias são consideradas como construtos intersubjetivos, socialmente compartilhados, através de imagens coletivas simbólicas, que legitimam as relações de poder estabelecidas, bem como seus meios de perpetuação. Por fim, as instituições também constituem um componente importante na configuração de cada estrutura histórica, já que estas refletem as relações de poder e se combinam com as diferentes idéias e capacidades materiais.

Desta forma, estes componentes da estrutura histórica, de acordo com o autor, podem estabelecer diferentes configurações em cada uma das esferas das forças sociais, dos Estados e da ordem mundial. A análise destas esferas possibilita a formulação da concepção de hegemonia como relação de poder, que está para além das imposições materiais de dominação, devido seu caráter ideológico e simbólico, permitindo observar como se constituem, assim, os mecanismos de manutenção da hegemonia pelo *hegemon*.

Cox (1983) nos revela que, uma vez que estas esferas são interdependentes e não existe linearidade em seu relacionamento, ao modificar as forças sociais podem-se produzir mudanças nos Estados e estes, por sua vez, podem influenciar na ordem mundial. Desta forma, Cox (1983) sintetiza a noção de estrutura histórica, ao afirmar que são “modelos contrastantes, como tipos ideais, elas provêm uma forma logicamente coerente, uma representação simplificada da realidade complexa e uma expressão de tendências limitada em sua aplicabilidade em tempo e espaço” (COX, 1983, p.220).

A partir deste quadro analítico, pode-se aferir que a hegemonia envolve correlação destas forças da estrutura histórica que, quando controladas e manipuladas por uma classe ou Estado, constituem as relações de poder e os mecanismos de manutenção da supremacia, da hegemonia do *hegemon*, na geopolítica mundial. No entanto, como assinala o autor, a expansão da hegemonia para além dos limites estatais depende também de outros atores e meios, tais como as instituições e os meios de comunicação de massas, uma vez que “as instituições econômicas e sociais, a cultura, a tecnologia associada com a hegemonia nacional se transforma em padrões de expansão [*dos interesses da classe política dominante*] no [*âmbito*] internacional”. (COX, 1996, p. 137, tradução nossa).

Desta forma, Cox (1996) observa que a construção do bloco histórico é estabelecida, conforme o materialismo histórico dialético, na esfera política nacional. Todavia, a hegemonia de uma classe dominante se manifesta como um fenômeno internacional, quando esta consegue representar o desenvolvimento do modo de produção vigente globalmente, isto é, a expansão da moral, dos valores políticos, econômicos e sociais, numa ordem mundial. Sendo assim, a *pax americana* enquanto o novo ciclo hegemônico do capital global verificado

por Wallerstein (2005) a partir da segunda metade do século XX pode ser verificada na acepção neogramsciana de Cox (1996) como um processo de construção do bloco histórico da classe dominante dos Estados Unidos, através de alianças com as classes dominantes do G7<sup>4</sup>, assim como as classes políticas dos países de média potência, no âmbito da geopolítica global.

A articulação do consenso e coerção do bloco histórico da classe dominante estadunidense globalmente tem sua origem histórica, através do Sistema de Bretton Woods (mesmo no contexto da disputa hegemônica na Guerra Fria entre os Estados Unidos da América - EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS) e, posteriormente, no sentido de conter a crise orgânica do sistema capitalista na década de 1970, foi renovada pelo projeto político e econômico do Consenso de Washington, inaugurando, assim, a hegemonia do neoliberalismo, a partir do fenômeno da globalização.

A hegemonia de uma classe, no entanto, na acepção gramsciana, não se estabelece pelo controle do aparato econômico, sendo necessário seu domínio no âmbito da ideologia. Sendo assim, verifica-se que o projeto hegemônico da classe capitalista estadunidense é estabelecido também pelos intelectuais orgânicos, não somente os sujeitos físicos, como os acadêmicos, estadistas, funcionários das relações internacionais, mas, também, as instituições e organizações internacionais, as quais asseguram a legitimidade do bloco histórico construído, a partir das capacidades políticas, econômicas e militares representadas pela classe capitalista estadunidense, juntamente com seus aliados (G7), através do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), por exemplo, definindo, portanto, a organicidade do funcionamento da globalização neoliberal. Neste sentido, a hegemonia é entendida como uma expressão de consentimento abrangente, que se manifesta na aceitação de idéias e apoiada por recursos e instituições relevantes, instituída por um bloco histórico das relações de contradições e conflitos das forças sociais. Cox (1996) sintetiza a noção de hegemonia ao afirmar que,

[...] hegemony at the International level is thus not merely an order among states. It is an order within a world economy with a dominant mode of production which penetrates into all countries and links into other subordinate modes of production. It is also a complex of international social relationships which connect the social classes of the different countries. World hegemony is describable as a social structure, an economic structure, an economic structure, and a political structure; and it cannot be simply on of these things but must be all three. World hegemony, furthermore, is expressed in universal norms. Institutions and mechanisms which lay down general rules of behavior for states and for those forces of civil society that act

---

<sup>4</sup> O G7 é um grupo econômico constituído pelos sete países desenvolvidos do mundo: Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Japão e Canadá.



across national boundaries – rules which support the dominant mode of production.(COX, 1996, p.137).

Assim, para Cox (1996), a hegemonia de um estado no âmbito internacional é estabelecida pela hegemonia da classe dominante desse Estado, que consegue levar o conjunto de seus interesses na geopolítica internacional estando diretamente ligada com a configuração das forças sociais hegemônicas na esfera doméstica deste Estado. Desta forma, Cox sinaliza que a hegemonia na geopolítica mundial não é a hegemonia de um Estado, pelo contrário, é um projeto da classe dominante na qual um modo de produção (o capitalismo) é estabelecido para o benefício da classe dominante desse Estado, sendo capaz de construir globalmente um consenso em torno do seu projeto hegemônico e implementá-lo em outros países do sistema (GARCIA, 2010). Para Cox (1996), as instituições internacionais cumprirão um papel fundamental na manutenção e difusão da hegemonia da classe dominante de um Estado:

One mechanism through which the universal norms of world hegemony are expressed is the international organisation. Indeed, international organisation functions as the process through which the institutions of hegemony and its ideology are developed. Among the features of international organisation which express its hegemonic role are the following: (1) they embody the rules which facilitate the expansion of hegemonic world orders; (2) they are themselves the product of the hegemonic world order; (3) they ideologically legitimate the norms of the world order; (4) they co-opt the elites from peripheral countries and (5) they absorb counterhegemonic ideas. (COX, 1996, p.137).

Cox (1983), desta forma, assegura que a construção de um novo bloco histórico de caráter contra-hegemônico se dá pelas contradições das relações de desigualdades das forças sociais que possibilitam processos de mudanças do bloco histórico da ordem mundial vigente. Neste sentido, o autor explicita a importância das forças sociais enquanto manifestação da disputa política na superestrutura, uma vez que,

[...] social forces are not to be thought of as existing exclusively within states. Particular social forces may overflow state boundaries, and world structures can be described in terms of social forces just as they can be described as configurations of state power. The world can be represented as a pattern of interacting social forces in which states play an intermediate thought autonomous role between the global structure of social forces and local configurations of social forces within particular countries. (COX, 1983, p.225).

Neste sentido, conclui-se que o surgimento de uma contra-hegemonia será logrado, para Cox (1996), a partir de forças sociais internas, dos grupos subalternos, no âmbito da sociedade civil nacional, os quais se articulam globalmente, através de discursos e ações

políticas, a nível transnacional, com a finalidade de disputar o controle exercido pelo hegemom, em ambas as esferas: a estrutura e superestrutura do Estado. A luta política, no âmbito da sociedade civil, portanto, se constitui como um espaço necessário e privilegiado, para que se estabeleça mudanças na ordem mundial, uma possibilidade de fundação de um novo bloco histórico.

Contudo, Cox (1996) ressalta que a vitória da classe contra-hegemônica não deve ser estabelecida exclusivamente pela conquista do poder político e econômico, no âmbito do Estado ampliado, mas, sim, por um projeto político capaz de transformar as relações globais de poder (baseadas em exploração e desigualdades), construindo um novo consentimento alicerçado em novos valores políticos, econômicos e sociais globalmente, no âmbito da geopolítica mundial. No âmbito das lutas políticas desenvolvidas no Sul global, a partir das diretrizes políticas e econômicas do neoliberalismo, Cox (1996) identifica o Sul (a zona semiperiférica e periférica do Sistema-Mundo de Wallerstein) como o lócus de luta contra-hegemônica na globalização contemporânea neoliberal. O autor explicita sua observação quando afirma que,

A third and more remotely possible outcome would be the development of a counter-hegemony based on a Third-World coalition against core-country dominance and aiming toward the autonomous development of peripheral countries and the termination of the core-periphery relationship. A counter-hegemony would consist of a coherent view of an alternative world order, backed by a concentration of power sufficient to maintain a challenge to core countries. While this outcome is foreshadowed by the demand for a New International Economic Order, the prevailing consensus behind this demand lacks a sufficiently clear view of an alternative world political economy to constitute counter-hegemony. The prospects of counter-hegemony lie very largely in the future development of state structures in the Third World. (COX, 1996, p.238-239).

Sendo assim, verifica-se que a força de contestação e atuação política de um dado grupo contra-hegemônico é um desafio contínuo à ideologia global da ordem hegemônica dominante (neoliberalismo), na busca pela mudança efetiva na estrutura mundial vigente, tendo como perspectiva a construção de um novo bloco histórico sustentado pelo ideário de justiça social, igualdades e oportunidades na geopolítica mundial.

### **1.3 Hegemonia e Contra-Hegemonia na Globalização Neoliberal**

A globalização neoliberal contemporânea como uma característica proeminente da política mundial atual, a partir da sustentação da hegemonia do capital global, sob a égide do neoliberalismo, tendo os EUA enquanto expoente da classe dirigente do capitalismo

transnacionalizado, tem se apresentado como projeto hegemônico no mundo Pós-Guerra Fria, no âmbito da geopolítica mundial. O sociólogo canadense William Carroll (2006) sintetiza esta nova dinâmica da ordem mundial ao analisar que,

[...] as meta-narrative, globalization finds its enabling conditions in the internationalization of capital and serves to inform and validate those conditions, including the creation of new arrangements such as the WTO. In the post-Bretton Woods financial regime, currency stability depends on speculators' ongoing evaluation of national economic policies. This effectively subordinates state policies to market rationality. In this guise, globalization involves a structural (financial) imperative to conform to market relations, and to the political project of market rule (via the IMF, WTO). (CARROLL, 2006, p.16-17).

Sendo assim, verifica-se que o capital financeiro transnacional, através da globalização contemporânea, tem se constituído e se estabelecido enquanto um novo bloco histórico hegemônico, construindo sua base ideológica de dominação, coerção e consentimento entre as classes sociais aliadas e subalternas, através do neoliberalismo, estruturando o sistema internacional, no âmbito econômico, num movimento de liberalização dos mercados e imposição de uma racionalidade econômica, baseada na livre empresa e na busca do lucro, e no âmbito político-social, através de mecanismos e organismos internacionais, como o sistema das Organizações das Nações Unidas (ONU) e as agências econômicas como FMI e Banco Mundial, através de políticas e ações de tratamento especial e diferenciado frente aos países atrasados, pelo de reciprocidade, tratando como iguais as diferentes economias da geopolítica mundial, por mais desiguais que elas sejam. O internacionalista Leonardo Ramos (2005) explicita a nova configuração do bloco histórico do capital financeiro global na globalização contemporânea neoliberal, estabelecido pelo Pós-Guerra Fria ao afirmar que,

O bloco histórico emergente nos últimos anos consiste de várias forças econômicas e políticas lideradas pela fração transnacional da classe capitalista, cujas políticas são condicionadas pela nova estrutura global de acumulação e produção e pelo desejo dessa classe de coordenar as dimensões locais, nacionais, regionais e globais, tanto da acumulação quanto da legitimidade. Nesse sentido, esse novo bloco histórico liberal transnacional pode também ser chamado de bloco histórico globalista. Em seu centro, se encontra a fração transnacional da classe capitalista, que compreende os proprietários e gerenciantes das corporações transnacionais e demais capitalistas que gerenciam o capital transnacional. O bloco também inclui os técnicos e burocratas que administram as organizações internacionais – como FMI, OMC e Banco Mundial –, bem como governantes, burocratas e técnicos dos Estados do Norte e do Sul e de outros fóruns transnacionais. (RAMOS, 2005, p.156).

Este novo bloco histórico ao expandir as reformas neoliberais a partir da década de 1990, através do desmantelamento do *Welfare State*, com políticas de diminuição da

capacidade de regulação e intervenção estatal na esfera econômica e social, bem como um relativo aumento da influência direta das elites econômicas nacionais no sul global, passou a ter seu projeto hegemônico posto em xeque e contestado pelas classes subalternas do sistema capitalista global, uma vez que o conjunto de reformas e ajustes estruturais aprofundou a crise orgânica deste bloco, pois a concepção de sociedade neoliberal em vigor, não se constituía mais como um projeto universal propagado pela globalização do capital neoliberal. Neste sentido, a pesquisadora internacionalista Adriane Camargo (2012) em sua pesquisa sobre a globalização nas Relações Internacionais, nos revela que

[...] a crise de legitimidade enfrentada pelo atual bloco histórico internacional e pela crescente dificuldade de reprodução do discurso hegemônico da globalização neoliberal, fundamentada nas trocas comerciais e de fluxos de investimentos, verifica-se a abertura de arenas propriamente transnacionais (espaços entre o doméstico/nacional e o internacional, entendido aqui como uma arena de ação dos Estados soberanos e de seus agentes, as Organizações Internacionais formais) para a atuação de movimentos sociais de resistência. (CAMARGO, 2012, p.19).

Diante do quadro de desvantagens socioeconômicas originárias pelo bloco histórico neoliberal vigente, especialmente nas economias periféricas e semiperiféricas do sistema internacional, um ciclo de conflitos e resistências sociais se expandiu no Sul global, protagonizado por movimentos sociais de diferentes características identitárias e demandas políticas, econômicas e sociais. A confrontação com o padrão neoliberal de reorganização das sociedades nacionais possibilitou a organização de movimentos contra-hegemônicos a postular caminhos e horizontes emancipatórios ao modelo neoliberal, empreendido pelos governos nacionais dos países em desenvolvimento, a partir da segunda metade da década de 1990, por demandas programáticas de resgate do Estado regulacionista, por transformações na economia e sociedade, na perseguição de um novo caminho de transição pós-neoliberal (SADER, 2009).

Assim, no âmbito da sociedade civil tem-se o surgimento de movimentos contra-hegemônicos (movimentos sociais) que emergem de dentro de diferentes estados, a fim de desafiar a hegemonia do capital global neoliberal. Carroll (2006) explicita o significado da contra-hegemonia ao projeto hegemônico do capital global ao revelar que,

Counter-hegemony may portend deep transformation, but it gets its start on, and draws much of its vitality from, the immediate field of the conjunctural, in resistance to the agenda of the dominant hegemony. A good deal of counter-hegemonic struggle occurs in direct opposition to the aspects of capitalist hegemony we reviewed earlier – in the rejection of social and semiotic fragmentation, of neoliberal insulation and dispossession, of globalization from above. It is precisely through these oppositional politics that a global justice movement has, since the mid-1990s,

taken shape and gained a sense of ethical purpose [...] the need for counter-hegemonic movement to walk on both legs, taking up state-centred issues as well as issues resident in national and transnational civil societies. Indeed, reclaiming the state – democratizing state practices in the wake of neoliberal globalization – is elemental to counter-hegemony today. (CARROLL, 2006, p.20).

Nesta perspectiva, segundo diversos estudiosos da globalização (MARTINS, 1998; IANNI, 1999, BEDIN, 2001), o sistema político mundial necessita da sociedade mundial. A sociedade civil é condição para o desenvolvimento de uma função pública internacional democrática: só serão criadas as bases para superar as contradições entre a socialização global e a organização política em Estados nacionais, quando as instituições globais começarem a serem destinatárias das demandas de uma maioria pobre que se auto-organiza nos atuais países em desenvolvimento. Isto pressupõe que ao desenvolvimento da função pública a partir de cima (instituições e regimes internacionais controlados pela classe capitalista transnacional) se oponha, a partir de baixo, uma sociedade civil mundial cada vez mais forte (entre outras coisas, mediante a maior expansão e coordenação do trabalho das Organizações Não-Governamentais - ONGs internacionais), a qual se converta na base para o desenvolvimento da função pública democrática em escala mundial.

Carroll (2007) contribui para o entendimento da importância da sociedade civil global, enquanto arena de construção de ações contra-hegemônicas à globalização econômica neoliberal vigente ao sinalizar que,

Global Civil Society is, in short, profoundly tilted to the right by the dominance of capital in national politics, in international relations, in global governance and in mass communications. In these circumstances, movements for global justice face an ongoing challenge to find openings that do not lead into co-optative capture while building constituencies at the grassroots. [...] Finally, it is helpful to understand global civil society as a multiorganizational field wherein diverse groups championing (or challenging) globalization, from above or below, take up specific niches in an organizational ecology that is itself substantially networked. Global civil society comprises not only a terrain of struggle, not only a discursive space, but also a rich variety of organizations, with distinctive structures, projects and interrelationships, addressing transnational publics – whether privileged or subaltern. (CARROLL, 2007, p.39).

Neste sentido, a ação da chamada sociedade civil (cunhada pelos construtivistas cosmopolitas como sociedade civil global, ou sociedade civil transnacional) tem contribuído bastante para difundir informações, ampliar o debate em torno de questões globais importantes, para pressionar governos e organismos internacionais, de modo que a análise de diversos processos políticos atuais quase nunca pode prescindir da apreciação da atuação desses novos atores. O cientista político argentino Andrés Serbin (2002) contribui também

com a idéia da sociedade civil global se configurar enquanto uma arena de disputa política contra-hegemônica ao projeto hegemônico da globalização neoliberal, ao verificar que,

No âmbito do atual debate sobre a globalização, a emergência de uma sociedade civil transnacional, através do desenvolvimento de redes, organizações não governamentais e movimentos sociais transnacionais, é um fenômeno relevante para a compreensão da dinâmica global, desde uma perspectiva multidimensional, tanto que transcende os limites da dinâmica tradicional das sociedades civis nacionais. Mas além do redimensionamento do Estado-Nação e do surgimento de uma multiplicidade de atores transnacionais, basicamente vinculados ao mercado global, a efetiva possibilidade de regular e limitar a ação deste, como a de um Estado com maior orientação social, passa pelo desenvolvimento e consolidação das redes de atores da sociedade civil transnacional, no marco de um processo de transnacionalização que faz irromper com significativo impacto a incidência de fatores extranacionais. Nesta perspectiva, o conceito de redes é crucial para a compreensão do desenvolvimento da sociedade civil transnacional. (SERBIN, 2002, p. 14, tradução nossa).

O debate teórico aqui proposto sobre hegemonia, no âmbito das Relações Internacionais, nos permite compreender como se configura a globalização neoliberal contemporânea na geopolítica mundial, e suas implicações políticas, econômicas e sociais nas economias nacionais no Sul global.

A abordagem neogramsciana das Relações Internacionais nos fornece uma compreensão crítica da ordem atual, a partir da compreensão dialética da história. Esta abordagem é vista como crucial para compreender a globalização, pela razão de que as relações sociais de produção, inter-relacionadas com as formas de Estado e ordens globais, estão na base da hegemonia neoliberal global. Assim, as formulações teóricas apresentadas por esta corrente marxista, no âmbito da disciplina, sobre a relação entre as relações de produção sociais e de poder, oferece um quadro teórico alternativo para a análise da globalização, permitindo, então, compreender as origens e as bases sociais do neoliberalismo. Ao contrário das teorias de resolução de problemas, a abordagem neogramsciana revela a globalização contemporânea, como a ordem mundial vigente, enquanto domínio do neoliberalismo, a qual pode ser contestada por diferentes formas das forças sociais no seio da sociedade civil.

Neste sentido, o próximo capítulo tem como proposta compreender a noção sobre sociedade civil (global ou transnacional) e movimentos sociais (e seu processo de transnacionalização), a partir dos debates contemporâneos das Relações Internacionais, no âmbito dos estudos sobre a globalização, e o surgimento da contestação contra-hegemônica da sociedade civil brasileira à globalização neoliberal, através da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP).

## 2 DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE CONTRA-HEGEMONIA E A CONTESTAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: A Rede Brasileira pela Integração dos Povos

“Uma teoria serve a alguém e a algum propósito”.

Robert Cox

“É preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se quer transformá-lo.

Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”.

Antonio Gramsci

A ideia sobre a sociedade civil surge a partir do pensamento do filósofo grego Aristóteles<sup>5</sup>, em sua obra – *A Política* – quando este autor buscou sistematizar o entendimento da *Pólis* grega, enquanto uma comunidade *societas civiles*, isto é, uma sociedade política e cívica no contexto histórico da Grécia Antiga. No entanto, o conceito de sociedade civil enquanto construto filosófico-científico foi apresentado, a partir das distintas formulações teóricas dos filósofos políticos contratualistas modernos: Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant<sup>6</sup>. A construção do pensamento destes autores, elaborada em contextos histórico-políticos diferentes, foi fundamentada a partir das seguintes premissas epistemológicas: a natureza humana, Direito Natural, Estado de Natureza, Contrato Social e Autoridade Soberana, na tentativa de explicar e apresentar suas visões de mundo, através das mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais, vivenciadas por estes autores, ao longo do século XVII e XVIII.

As inovações tecno-científicas e as transformações político-econômicas e culturais desencadeadas pela evolução da economia-mundo capitalista, ao longo da História Moderna,

---

<sup>5</sup> ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Livro I e II).

<sup>6</sup> Estes autores são concebidos, no âmbito da filosofia política moderna, enquanto os clássicos que desenvolveram o conceito sobre sociedade civil. Para uma melhor compreensão, consultar estas obras: HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou, matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Trad. João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva. - 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2008. LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**. Petrópolis: Vozes, 1994. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000. KANT, Immanuel. **À paz perpétua e outros opúsculos**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

possibilitaram o surgimento de novas ciências, dentre as quais, a Sociologia se constituiu enquanto a Ciência Social capaz de compreender e explicar o mundo, a partir do surgimento da sociedade industrial moderna. Sendo assim, o conceito de sociedade civil passou a ser objeto de estudo da Sociologia, através dos cientistas sociais como: Émile Durkheim, Georg Hegel, Karl Marx e Max Weber<sup>7</sup>. Estes autores concentraram seus estudos sobre a importância e o significado da sociedade civil, sob diferentes perspectivas filosóficas, no sentido de analisar as relações sociais e políticas da sociedade moderna, em seus períodos históricos.

A perspectiva estruturalista sobre a sociedade civil em Durkheim buscou compreender a complexidade das relações sociais pós-Revolução Industrial, no sentido de entender a consciência coletiva dos indivíduos assentada na sociedade orgânica moderna industrial, baseada na filosofia positivista, do filósofo francês Augusto Comte. Hegel buscou analisar as contradições existentes na relação Estado e sociedade civil, a partir de uma análise dialética da História mundial. Contudo, Marx desenvolveu de forma mais elaborada que Hegel o conceito de sociedade civil, a partir de uma análise materialista da História, prescrevendo as contradições de classes e a dominação de uma determinada classe social, atribuindo a origem das desigualdades de relações de poder econômica, social e política, ao conceito de sociedade civil, a partir do modo de produção capitalista.

Se distanciando da análise estruturalista sobre sociedade civil estabelecida por Durkheim, Hegel e Marx, o sociólogo alemão Max Weber buscou legar ao conceito de sociedade civil, uma perspectiva racionalista-individualista, isto é, compreender a sociedade enquanto uma rede de interações de indivíduos, estes dotados de diferentes tipos de subjetividades, os quais se relacionam a partir de diferentes tipos de ação social, em que as normas, regras e leis estabelecidas no âmbito do Direito, isto é do Estado, condicionam e moldam as relações dos indivíduos em sociedade.

Tendo em vista o legado dos fundadores da Sociologia (Durkheim, Marx e Weber) sobre o conceito de sociedade civil, o século XX inaugurou um período histórico de

---

<sup>7</sup> Estes autores são os fundadores da Sociologia, consagrando-se enquanto os autores modernos formuladores sobre o conceito de sociedade civil, que pode ser verificado, nas seguintes obras: DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio**. Trad. Paulo Meneses, Agemir Bavaresco, Alfredo Moraes, Danilo Vaz-Curado R. M. Costa, Greice Ane Barbieri e Paulo Roberto Konzen. São Leopoldo – RS: Ed. UNISINOS, 2010. MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 22ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. (2 volumes). WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora UNB, 2004.



aprofundamento do debate sobre a sociedade civil, devido às turbulências e conflitos políticos, econômicos e culturais engendrados, não somente pelas duas Grandes Guerras Mundiais, mas, também, pela ação política de grupos sociais, coletivos e indivíduos, os quais se constituíram enquanto sujeitos políticos relevantes nas diferentes conjunturas histórico-políticas, ao longo deste século.

O acirramento entre a ética, a moral, os valores político-econômicos e culturais propagados pelo universalismo europeu, e a emergência de novas correntes filosóficas, como o pós-colonialismo, pós-estruturalismo, e o surgimento de novos atores políticos, no âmbito do sistema interestatal, bem como atores não-estatais, contribuiu para uma nova leitura sobre a sociedade civil, devido aos novos arranjos das relações sociais do mundo moderno, ao longo deste período histórico. Neste sentido, o conceito de sociedade civil tem sua formulação teórica renovada, no âmbito da tradição marxista, através do filósofo italiano Antonio Gramsci<sup>8</sup>, em que este autor analisará a sociedade civil do início do século XX, enquanto arena política de disputas hegemônicas e contra-hegemônicas, das classes sociais, no campo da ideologia e da materialização da coerção, dominação da classe capitalista, não somente através da estrutura econômica, como também dos aparatos coercitivos da sociedade política (Estado).

No final da segunda metade do século XX, o conceito de sociedade civil passou por diferentes reformulações teóricas, a partir das novas perspectivas filosóficas (citadas acima), se constituindo como uma categoria de análise de fundamental importância para o entendimento das diferentes ações políticas, motivações e interações sociais, entre atores estatais e não-estatais, no período histórico da Guerra Fria. Sendo assim, autores europeus como: Alain Touraine, Pierre Bourdieu, Alfredo Melucci, Manuel Castells e Jürgen Habermas<sup>9</sup> contribuíram com novas categorias analíticas como a questão da identidade, valores, e os mecanismos institucionais políticos, para a interpretação das relações simbólicas de poder e suas subjetividades políticas e culturais, no sentido de interpretar as novas

---

<sup>8</sup> O conceito sobre sociedade civil em Gramsci é desenvolvido em diferentes obras do autor, contudo, pode ser verificado, com excelência em: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, vol 2, 2006.

<sup>9</sup> Estes cientistas sociais europeus são considerados os autores contemporâneos, no âmbito da produção científica sobre o conceito de sociedade civil, bem como os primeiros teóricos sobre movimentos sociais. Para uma melhor análise consultar estas obras: TOURAINE, Alain. **The self-reproduction of society**. Chicago: University of Chicago Press, 1977. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2008. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007. MELUCCI, Alberto. **A Invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001. CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. HABERMAS, Jürgen. **Theory of communicative action**. vol. II: Lifeworld and system: a critique of functionalist reason. Boston, Beacon, 1977.

configurações das interações sociais, de novas dinâmicas sociais presentes, não somente nos países do Norte, como também do Sul global.

Sob matizes epistemológicas distintas face às relações internas e externas dos diversos sujeitos políticos, e suas conectividades no âmbito doméstico e externo, estes autores buscaram analisar como as formas de violência simbólica no campo político, econômico, cultural produzem novas ações coletivas, no âmbito das relações entre indivíduos e grupos sociais, na perspectiva de entender a relação entre a esfera pública e privada da sociedade, tendo em vista a emergência de novos atores, os movimentos sociais, construtores de pautas, demandas e lutas políticas, não somente pelo reconhecimento identitário-cultural, mas também pela emancipação e autonomia do seu lugar enquanto atores políticos, seja na esfera doméstica ou internacional, do mundo contemporâneo.

A partir deste *approach* histórico-cronológico sobre sociedade civil, o presente capítulo tem como objetivo apresentar o debate contemporâneo sobre a sociedade civil global e movimentos sociais transnacionais no âmbito das Relações Internacionais.

Apesar de considerarmos a importância e a relevância das formulações epistemológicas do conjunto de teóricos acima citados, esta pesquisa pretende apresentar o debate contemporâneo atual<sup>10</sup> sobre sociedade civil, movimentos sociais, no campo da disciplina Relações Internacionais. Neste sentido, apresentaremos a construção deste debate, no contexto histórico da ordem mundial global neoliberal, a partir de duas perspectivas: A Transnacionalista Construtivista Cosmopolita e, por fim, a Perspectiva Crítica Marxista Neogramsciana, e, o surgimento da contestação política contra-hegemônica à globalização neoliberal da sociedade civil brasileira, através da REBRIP, em diálogo com estas duas perspectivas, sinalizando a dimensão da aproximação da análise desta Rede, com a perspectiva crítica marxista neogramsciana, no intuito de observar os aspectos contra-hegemônicos, a qual esta pesquisa está fundamentada epistemologicamente.

## **2.1 A Perspectiva Transnacionalista Construtivista Cosmopolita**

O fim da Guerra fria inaugurou a década de 1990 como um novo contexto histórico multipolar, um novo período de mudanças na arena política internacional fundamentado na combinação da vitória da hegemonia do projeto capitalista e dos valores da democracia

---

<sup>10</sup> Este trabalho buscou dividir a evolução do conceito sobre sociedade civil global, no âmbito das Ciências Sociais, de maneira histórico-cronológica, a partir dos clássicos como: Hobbes, Locke, Rousseau e Kant; os modernos: Durkheim, Hegel, Marx, Weber e Gramsci e, por fim, os contemporâneos: Touraine, Bourdieu, Melucci, Castells e Habermas.

ocidental. O novo cenário da geopolítica mundial possibilitou o surgimento da internacionalização da sociedade civil, a partir das lutas políticas empreendidas pelos novos processos políticos contemporâneos, cujos movimentos sociais se consagraram enquanto um novo ator internacional, interventor na luta por direitos econômicos, culturais e políticos, no âmbito das relações internacionais.

A partir do surgimento destes novos atores internacionais, novas contribuições teóricas foram introduzidas para a compreensão das novas dinâmicas e configurações políticas de poder, no âmbito da disciplina Relações Internacionais. Diante deste novo quadro geopolítico internacional, pesquisadores (as) internacionalistas buscaram compreender a natureza transnacionalista das relações sociais da geopolítica global, a partir do ativismo transnacionalista estabelecido pela globalização contemporânea. Neste sentido, a perspectiva transnacionalista construtivista, assentada nas formulações teóricas das Ciências Sociais Contemporâneas (a partir da segunda metade do século XX), introduziu novos quadros analíticos para o estudo da sociedade civil, assim como buscou compreender os novos movimentos sociais, a partir da denominação de sociedade civil global (SCG) e movimentos sociais transnacionais (MSTs).

Esta seção analisará o debate empregado pelos transnacionalistas construtivistas sobre a SCG e MSTs, a partir das contribuições das internacionalistas estadunidenses Margaret E. Keck e Kathryn Sikkink, da cientista política italiana e do internacionalista estadunidense Donatella Della Porta e Sidney Tarrow, bem como as contribuições da internacionalista inglesa Mary Kaldor.

No âmbito da disciplina, as internacionalistas construtivistas estadunidenses Margaret E. Keck e Kathryn Sikkink (1998) se constituíram como as primeiras acadêmicas das Relações Internacionais a desenvolverem estudos sobre ativismo transnacional, na tentativa de compreender a sociedade civil em sua dimensão global, e a ação coletiva transnacional, no contexto da emergência da globalização contemporânea. Keck e Sikkink em sua obra (1998) – *Activists Beyond Borders* –, oferecem um estudo inovador para a compreensão do processo de internacionalização da sociedade civil e das redes de grupos sociais, no intuito de entender suas estratégias e impactos políticos na arena internacional.

Keck e Sikkink (1998) ao analisar o ativismo transnacional sinalizam que, no âmbito da disciplina, o reconhecimento de que o Estado não monopoliza a esfera pública devido às novas interações sociais na esfera internacional, se constituiu como interesse importante a ser analisado pelos acadêmicos das Relações Internacionais (RIs), a partir de uma variedade de nomenclaturas como: relações transnacionais, sociedade civil internacional ou sociedade civil

global, no novo contexto da geopolítica mundial multipolar, denominado de globalização (KECK & SIKKINK, 1998, p.32). No entanto, estas autoras propõem um distanciamento teórico com o transnacionalismo (neo) liberal de Keohane e Nye, na medida em que verificam as limitações teóricas destes autores, uma vez que estes autores focaram seus estudos, a partir das transformações da política mundial sob a égide do pensamento econômico neoliberal. Desta forma, as autoras concluem que,

both the Keohane and Nye collection and the various analysts of the “new transnationalism” lump together relations among quite distinct kinds of transnational actors (...) but we distinguish three different categories based on their motivations: (1) those with essentially instrumental goals, especially transnational corporations and banks; (2) those motivated primarily by shared causal ideas, such as scientific groups or epistemic communities; and (3) those motivated primarily by shared principled ideas or values. (KECK & SIKKINK, 1998, p.29).

No intuito de compreender o ativismo transnacional dos anos 1990, Keck e Sikkink (1998) buscam analisar o papel das Transnational Advocacy Network (TANs) enquanto atores não-estatais, através de suas interações com Estados, organizações e instituições internacionais e outros atores, a fim de investigar em quais mecanismos as redes influenciam e afetam as dinâmicas políticas da geopolítica mundial. Sustentando a idéia de que grupos nacionais podem apelar para os aliados internacionais, na construção da contestação política no seu Estado, por movimentações externas, a partir das Transnational Advocacy Network (TANs) as autoras explicitam que as redes,

pleads the cause of others or defend a cause or proposal Advocacy captures what is unique about these transnational networks: they are organized to promote causes, principled ideas, and norms, and they often involve individuals advocating policy changes than cannot be easily linked to a rationalist understanding of their “interests. (KECK & SIKKINK, 1998, p.8-9).

Para Keck e Sikkink (1998), as TANs operam no nível doméstico e nível internacional, a partir da transnacionalização das relações sociais dos diversos sujeitos e atores submersos na era da globalização neoliberal, tendo como característica fundamental a luta pela mudança do comportamento dos Estados e das organizações internacionais, na medida em que buscam fornecer informações sobre as questões globais, as quais estão em disputas na arena internacional, construindo, assim, mecanismos de pressão por mudanças na política internacional e nacional. Sendo assim, as TANs objetivam transformar os entendimentos predominantes de um determinado assunto, na perspectiva de uma justiça social global.

De acordo com as autoras, as TANs incluem vários atores sociais, os quais agem internacionalmente na tentativa de resolução de problemas, por (novas) demandas, compartilhando valores, princípios, um discurso comum e um elevado intercâmbio de informações e atividades, para conquistar seus objetivos e resultados almejados, para provocar mudanças no comportamento dos Estados e das organizações internacionais. Os atores internacionais das TANs para Keck e Sikkink (1998) são:

major actors in advocacy networks may include the following: (1) international and domestic nongovernmental research and advocacy organizations; (2) local social movements; (3) foundations; (4) the media; (5) churches, trade unions, consumer organizations, and intellectuals; (6) parts of regional and international intergovernmental organizations; and (7) parts of the executive and/or parliamentary branches of governments. (KECK & SIKKINK, 1998, p.9).

De acordo com Keck e Sikkink (1998) esta multiplicidade de atores em redes contribui para a construção de

new ideas, norms, and discourses into policy debates, and serve as sources of information and testimony. (...) They also promote norm implementation, by pressuring target actors to adopt new policies, and by monitoring compliance with international standards. Insofar as is possible, they seek to maximize their influence or leverage over the target of their actions. In doing so they contribute to changing perceptions that both state and societal actors may have of their identities, interests, and preferences, to transforming their discursive positions, and ultimately to changing procedures, policies, and behavior. (KECK & SIKKINK, 1998, p.2-3).

A partir deste receituário idealista das TANs, Keck e Sikkink (1998) nos revela que, as redes se fundamentam em quatro eixos: I- a política de informação, ou a capacidade de gerar e utilizar informações relevantes de forma eficaz para ação coletiva transnacional; II – a política simbólica, a capacidade de enaltecer a garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais, sob a égide dos Direitos Humanos e III – a política de influência, isto é a capacidade de influenciar e recorrer a alvos potencialmente poderosos, e IV – a política de responsabilização, isto é a amarração política para assegurar os compromissos firmados entre os agentes de pressão e os atores-alvo. Esta assertiva pode ser verificada, quando as autoras explicitam que,

the bulk of what networks do might be termed persuasion or socialization, but neither process is devoid of conflicts. Persuasion and socialization often involve not just reasoning with opponents, but also bringing pressure, arms-twisting, encouraging sanctions, and shaming. Our typology of tactics that networks use in their efforts at persuasion, socialization, and pressure includes (1) information politics, or the ability to quickly and credibly generate politically usable information and move it to where it will have the most impact; (2) symbolic politics, or the

ability to call upon symbols, actions, or stories that make sense of a situation for an audience (...); (3) leverage politics, or the ability to call upon powerful actors to affect a situation (...); and (4) accountability politics, or the effort to hold powerful actors to their previously stated policies or principles. (KECK & SIKKINK, 1998, p.16).

Diante deste quadro estrutural da organização das TANs, Keck e Sikkink (1998) advogam que estas redes ensejam influenciar as dinâmicas políticas da geopolítica mundial, através das seguintes formas: i - a elaboração de um conjunto de assuntos numa agenda proativa no cenário global; ii - a construção de posições discursivas em relação ao comportamento de Estados e organizações internacionais; iii – ação política para alteração dos procedimentos e arranjos institucionais considerados prejudiciais as demandas, aos direitos dos cidadãos afetados, iiii – mudança em diversas agendas da política doméstica e externa dos Estados, bem como das regras e normas das instituições econômicas internacionais, e influenciar no conteúdo dos regimes internacionais do sistema das organizações internacionais das Organizações das Nações Unidas (ONU). Deste modo, como ressaltam as autoras,

transnational advocacy networks seek influence in many of the same ways that other political groups or social movements do. Since they are not powerful in a traditional sense of the word, they must use the power of their information, ideas, and strategies to alter the information and value contexts within which states make policies. (Keck et Sikkink, 1998, p.16).

Tendo em vista este quadro teórico sobre o ativismo transnacional através das TANs, Keck e Sikkink (1998) argumentam que as redes não se configuram enquanto um conceito de movimentos sociais transnacionais. As TANs são um ator não-estatal da sociedade civil global, a qual estabelece uma relação dialógica, com as instituições internacionais, os regimes internacionais, se consagrando enquanto mecanismos importantes para o estabelecimento da cidadania cosmopolita global.

Em diálogo com o quadro analítico teórico proposto por Keck e Sikkink (1998) sobre as novas dinâmicas sociais do mundo globalizado, a cientista política italiana Donatella Della Porta e o internacionalista estadunidense Sidney Tarrow em – *Transnational Protest and Global Activism* – (2004) buscam analisar o ativismo transnacional, a partir de grupos sociais, organizados no âmbito da sociedade civil nacional, os quais passam a se deslocar para o nível transnacional, a partir da profunda interação social entre os diferentes atores sociais, devido a transnacionalização dos limites territoriais do Estado-Nação, uma vez que, para estes autores as

transnational mobilizations create linkages between different social and political actors: not only do domestic and international populations of movement organizations interact, but coalitions involving local groups are formed through local social for a and changes in the framing of domestic political conflicts. (DELLA PORTA & TARROW, 2004, p.11).

Deste modo, os estudos organizados por Della Porta e Tarrow (2004) indicam que as ações de contestação política transnacionais estão enraizadas em nível local nacional, onde as mobilizações transnacionais criam *links* entre diferentes atores sociais e políticos. Neste sentido, Della Porta e Tarrow (2004) estabelecem três tipos de ativismo transnacional, no sentido de diferenciá-los, no âmbito dos estudos sobre ativismo transnacional nas Relações Internacionais: os movimentos sociais transnacionais, as organizações não-governamentais internacionais e as redes de ativismo transnacional.

Para estes autores, os movimentos sociais transnacionais (MSTs) são aqueles constituídos por grupos sociais e políticos, enraizados no âmbito territorial do Estado-Nação, contudo, sua ação de contestação política se estrutura em redes sociais transfronteiriças, num confronto político contínuo com o Estado-Nação, instituições internacionais, ou agentes econômicos transnacionais; as organizações não-governamentais internacionais (ONGIs) são definidas como um grupo social estabelecido em dois ou mais países, as quais operam de forma independente dos governos, tendo por objetivo a promoção das metas, objetivos e princípios de seus membros participantes, na perspectiva de prestação de serviços aos cidadãos de outros estados, através de transações com estados, agentes privados e instituições internacionais. Por fim, as redes de ativistas transnacionais, redes pouco estruturadas sejam pelas ONGIs ou MSTs, as quais desenvolvem ações temporárias com outros atores nacionais, transnacionais, estatais e não-estatais. Em diálogo com os estudos sobre ativismo transnacional de Keck e Sikkink (1998), Della Porta e Tarrow (2004) advogam que estas redes podem ser caracterizadas como as TANs destas autoras, uma vez que elas incentivam grupos domésticos a adotar suas normas, comportamentos e quadros de reivindicação, em torno de determinadas questões globais, no âmbito das relações internacionais.

Tendo como foco de análise o estudo sobre o ativismo transnacional a partir dos movimentos sociais, Della Porta e Tarrow (2004) sinalizam que é possível identificar três importantes processos de transnacionalização da ação coletivas dos movimentos sociais: i – a difusão, representada pela propagação das idéias, práticas e a organização do movimento de um país para outro; ii – a domesticação, traduzida pela verificação dos conflitos internos que tiveram origem na esfera externa, e iii – a externalização, a qual significa o desafio das

instituições supranacionais intervirem nos conflitos ou problemas domésticos. Para estes autores,

more recently, a growing stream of research on social movements has identified three important processes of transnationalization: diffusion, domestication, and externalization. By diffusion, we mean the spread of movement ideas, practices, and frames from one country to another; by domestication, we mean the playing out on domestic territory of conflicts that have their origin externally; and by externalization, we mean the challenge to supranational institutions to intervene in domestic problems or conflicts (DELLA PORTA & TARROW, 2004, p.2).

Ao explicitar sobre os três processos acima, Della Porta e Tarrow (2004) advogam que, a difusão se constitui enquanto uma categoria importante do funcionamento de um movimento social transnacional, uma vez que estabelece a propagação de suas ideias, de um país a outro, assim como na geopolítica mundial. Este processo de transnacionalização da ação coletiva transnacional dos movimentos sociais transnacionais é estabelecido através de relações diretas e indiretas. As relações diretas dependem de conexões existentes entre os indivíduos ou grupos, no âmbito das redes de ativistas transnacionais; as relações indiretas, por sua vez, são construídas através das informações obtidas pelos veículos de comunicação de massa. Ambas as formas de difusão dependem dos movimentos ou atores transnacionais, os quais se identificam uns com os outros, de modo que a difusão é comumente desenvolvida, quando estes compartilham aspectos logísticos espaciais (isto é, uma fronteira comum), ou aspectos culturais (a língua, a história, valores em comum), além do conjunto de interesses do movimento. Neste sentido, a difusão é o primeiro elemento dos processos de transnacionalização dos movimentos sociais, uma vez que,

it need not involve connections across borders, but only that challengers in one country or region adopt or adapt the organizational forms, collective action frames, or targets of those in other countries or regions. (DELLA, PORTA & TARROW, 2004, p.3).

No que se refere à internalização, Della Porta e Tarrow (2004) ressaltam que é uma estratégia política importante dos MSTs no confronto às questões políticas, econômicas e culturais globais desencadeadas pela globalização, através de campanhas a nível nacional, no intuito de resistir às implicações políticas e econômicas, dos reajustes estruturais promovidos pelas organizações internacionais e instituições econômicas financeiras na geopolítica mundial. Desta forma, a internalização é estabelecida pelo processo de transnacionalização das questões globais para os atores políticos dos movimentos sociais transnacionais, do local ao global. Della Porta e Tarrow (2004, registram, neste sentido,



by internalization, we mean the playing out on domestic territory of conflicts that have their origin externally. Previous research on protest events, collected mainly from newspaper sources from Western Europe, stressed the small number of protests that target international institutions directly. (DELLA PORTA & TARROW, 2004, p. 4).

Por fim, Della Porta e Tarrow (2004) advogam que a externalização corresponde a uma estratégia de intervenção da ação coletiva transnacional dos movimentos sociais face às organizações e instituições internacionais e aos Estados-Nação, na medida em que contribui para a formação de alianças e coalizões da ação coletiva dos movimentos sociais, pois a externalização do processo de transnacionalização da contestação política possui, segundo os autores,

1) channels between domestic groups and their governments are blocked or hampered or where such channels are ineffective for resolving a conflict, setting into motion a 'boomerang' pattern (...) (2) advocates believe that networking will further their missions and campaigns, and actively promote networks; and (3) conferences and other forms of international contact create arenas for forming and strengthening networks (...) they are potentially more effective for movements focusing on internationally established norms (such as human rights)( ...) these three forms of transnational relations represent an important part of what some scholars have been calling "global social movements" and what others, more modestly, call "transnational politics." They are extremely important, and may be increasing in scope and scale, but they do not represent the most dramatic change we see in the world of contentious politics. This is what we call "transnational collective action,". (DELLA PORTA & TARROW, 2004, p. 6).

A partir da explicitação dos processos da ação coletiva transnacional dos movimentos sociais, Della Porta e Tarrow (2004) prescrevem que a contestação política dos movimentos sociais transnacionais externalizadas, através de redes e coalizões, permite a incorporação de membros de mais de um país, tendo uma estrutura formal e estratégias coordenadas através de um secretariado internacional, no qual esta estrutura estabelece uma comunicação regular entre as organizações e ativistas, compartilhando informações técnicas e estratégicas, de modo a coordenar atividades paralelas, ou ações coletivas transnacionais, em torno dos objetivos compartilhados, sejam por graus de formalização e centralização, ou por mecanismos de comunicação, consulta e cooperação entre seus membros.

Sendo assim, a ação coletiva dos movimentos sociais transnacionais, se constituem enquanto redes ou coalizões transnacionais asseguradas por um maior nível da coordenação entre atores de países diferentes, uma vez que estes compartilham, por exemplo, a campanha transnacional de ação política contestatória sobre uma determina questão, ou contra um ator internacional, na perseguição de seus objetivos políticos. Desta maneira, conforme Della Porta e Tarrow (2004), as coalizões transnacionais exigem um alto nível da formalidade do

contato entre os atores envolvidos, já que estes precisam realizar reuniões, para identificar e acordar táticas comuns, no sentido de desenvolver estratégias, implementar e executar campanhas, as quais exigem algum desenvolvimento da identidade coletiva transnacional, por parte de seus membros. Desta maneira, ao compartilhar interesses e projetos em comum, os movimentos sociais transnacionais sustentam suas mobilizações políticas internacionalmente, em diversos países, na perseguição de uma mudança social efetiva não somente no âmbito das sociedades nacionais dos Estados-nação, como também nos regimes e instituições internacionais da geopolítica mundial.

Neste sentido, a caracterização da estruturação política dos movimentos sociais transnacionais em rede ou coalizões formulados por Della Porta e Tarrow (2004) é uma categoria analítica importante no estudo sobre o ativismo transnacional, uma vez que muitos estudos sobre a ação coletiva transnacional (como as elaborações de Keck e Sikkink) fazem referência às ações políticas desencadeadas a partir da década de 1990, enquanto ação coletiva transnacional de movimentos sociais transnacionais, quando em casos empíricos se verifica, por exemplo, que movimentos globais pelo meio-ambiente estão circunscritos no discurso e ações de organizações não-governamentais internacionais, como a Greenpeace, cujas estratégias nem sempre correspondem às ações políticas de um movimento social transnacional.

A partir das formulações teóricas propostas pelo debate transnacionalista do construtivismo sobre a sociedade civil global e os movimentos sociais transnacionais, surge uma questão: como se torna possível a emergência da ação coletiva transnacional, no âmbito da sociedade civil global, por parte destes novos atores internacionais?

Para Keck e Sikkink (1998) a ação coletiva transnacional, através do quadro analítico das TANs, permite que a contestação política através das redes, possibilita os grupos sociais envolvidos atingirem uma maior visibilidade de seu projeto e demandas, acendendo a um público maior, multiplicando, assim, os acessos dos coletivos sociais estruturados nas TANs aos canais institucionais, no âmbito das relações internacionais. Este processo contribui para a construção de uma arena política da ação coletiva transnacional, quando: 1) os canais e diálogos políticos dos grupos nacionais submersos em territórios nacionais são cerceados ou ineficazes para resolver um conflito; 2) os ativistas depositam uma confiabilidade política da ação de contestação política assentada nas redes, promoverão suas missões e campanhas, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento de suas lutas políticas e, por fim, 3) as conferências e outras formas de contato internacional criam arenas para reformar e reforçar as redes.

Para Della Porta e Tarrow (2004), este último aspecto é o elemento chave da emergência da ação coletiva, uma vez que estes espaços são essenciais para a mobilização transnacional, pois facilitam ações e conexões entre os atores não-estatais existentes que não foram conectados previamente e, ao mesmo tempo, dão reconhecimento e legitimidade a novas atividades e novos atores. De acordo com este autor, as instituições internacionais também contribuem para a emergência do ativismo transnacional, pois o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), ou a Organização Mundial do Comércio (OMC) não são apenas ameaças para os movimentos sociais transnacionais, os quais criticam as ingerências políticas destes agentes, mas, sim, estas instituições internacionais são atores importantes para o ativismo transnacional, uma vez que criam e abrem um espaço de oportunidades em que os atores nacionais podem se mover, encontrar outros agentes e, formar coalizões que transcendem suas fronteiras, para acúmulo de força para o confronto político necessário. Sendo assim, Della Porta e Tarrow (2004) registram que,

Transnational collective action is the term we use to indicate coordinated international campaigns on the part of networks of activists against international actors, other states, or international institutions. Both in Western Europe, where it takes a more institutionalized form, and outside Europe, where more vigorous forms have developed in recent years, we see it developing out of the more traditional forms that we have outlined above. (DELLA PORTA & TARROW, 2004, p. 7).

Ao discorrer sobre o novo ativismo transnacional, Tarrow (2005) estabelece dois fatores importantes para a compreensão da emergência da ação coletiva transnacional. O primeiro é a estrutura da oportunidade política, que consiste num dos fatores, os quais facilitam a contestação política para uma mudança social, envolvendo desafios, custos e possibilidades para a mobilização transnacional dos movimentos sociais transnacionais, nas arenas: nacional, intergovernamental e transgovernamental. O autor define esse conceito como um conjunto de dimensões em torno da política global, a qual proporciona incentivos para que se produza uma ação coletiva, afetando de modo a incidir sobre as expectativas de sucesso ou fracasso, por parte dos movimentos sociais transnacionais.

Desta maneira, a estrutura de oportunidades políticas envolve a mobilização de recursos externos disponíveis a um determinado grupo que, para Tarrow, existem dimensões mais conjunturais da estrutura política, as quais podem difundir as oportunidades de certos grupos, de modo a garantir uma mobilização coletiva, para interferir com maior ou menor sucesso nos processos de decisão política. Sendo assim, o autor confere a estrutura de oportunidades políticas como um componente político, no âmbito das sociedades nacionais,

da qual emerge as oportunidades políticas transnacionais dos movimentos sociais internacionais, assim como os regimes internacionais estabelecidos e executados pelas instituições e organizações internacionais oferecem oportunidades políticas, para ação coletiva transnacional dos movimentos sociais.

O segundo é o papel dos cosmopolitas enraizados, definido por Tarrow (2005), como, indivíduos ou grupos que mobilizam oportunidades de recursos nacionais ou internacionais para avançar nas reivindicações em nome dos atores externos, contra oponentes externos, ou em favor dos objetivos em comum com aliados transnacionais. Tarrow (2005) define a natureza dos cosmopolitas enraizados ao afirmar que,

are a broad stratum of individuals and groups that exist in the past and among social activists today. Supported by technological change, economic integration, and cultural connections, the phenomenon expresses itself most dramatically in the ease with which young people participate in demonstrations outside their own borders. (TARROW, 2005, p.56).

O cientista político Breno Bringel (2011) contribui para o entendimento dos cosmopolitas enraizados em Tarrow ao afirmar que,

os ativistas transnacionais que se encaixam dentro do perfil proposto por Tarrow estariam, por tanto, *enraizados* em contextos *nacionais* específicos, mas imersos em atividades políticas de contestação que lhes insere em redes transnacionais de contatos e ações coletivas de diferente tipo. (BRINGEL, 2011, p.62).

O cosmopolitismo internacional, enquanto *ethos* político fundador da sociedade civil se constitui categoria analítica fundamental nos estudos sobre o ativismo transnacional, a partir dos estudos sobre os conflitos internacionais desencadeados na década de 1990, através das formulações teóricas da internacionalista inglesa Mary Kaldor. Em sua obra – *Sociedade Civil: uma resposta a guerra* (2005), esta autora busca compreender o papel da sociedade civil globalizada como um meio de evitar os conflitos bélicos e processos de violências simbólicas de natureza político-identitária, a partir da ação coletiva transnacional desenvolvida pela multiplicidade de atores sociais, na arena política internacional.

Mary Kaldor (2005) concebe o conceito de sociedade civil globalizada, a partir do reconhecimento do estabelecimento de um contrato social cosmopolita entre os indivíduos e grupos sociais coletivos, de modo que estes atores internacionais, numa esfera pública democrática, debatem, influenciam e negociam diversos assuntos e demandas políticas, econômicas, culturais e sociais, não somente com as autoridades políticas estatais, mas também junto às organizações e instituições internacionais.

Portanto, para a Kaldor (2005), o surgimento da sociedade civil em seu aspecto transnacionalizado deve ser interpretado no contexto do estabelecimento de um novo pacto civil global, caracterizado por novos contratos sociais sob a égide dos regimes internacionais, de modo a estabelecer valores ético-pluralistas nas relações internacionais. A sociedade civil global, ao instituir novos pactos sociais globais entre os indivíduos e os centros de poder político e econômico (KALDOR, 2005, p.108), constrói uma arena pública democrática de profundas interações políticas na geopolítica mundial. Kaldor (2005) ilustra sua formulação teórica sobre a sociedade civil global, quando nos revela que,

hoy en día prolifera el lenguaje utilizado para describir los actores no estatales en la política global: los movimientos sociales globales, las ONG internacionales (ONGI), las redes de abogacía transnacional, las organizaciones de sociedad civil, por nombrar solo algunos. Utilizo el término de sociedad civil global, para describir el proceso global mediante el cual los individuos debaten, influyen y negocian un contrato o serie de contratos sociales con los centros de autoridad política y económica. Es decir, la sociedad civil global incluye todas aquellas organizaciones, formales e informales, a las que los ciudadanos pueden unirse y mediante los que toman decisiones pueden oír sus voces. (KALDOR, 2005, p.108).

Para Kaldor (2005), a sociedade civil global possibilita que seus múltiplos atores como: redes de ONGs, os movimentos sociais e grupos locais, atuem para além das fronteiras do Estado-Nação, participando do processo mundial de negociação do contrato social global. No entanto, a autora sinaliza que os movimentos sociais são, por sua excelência, o ator mais importante da sociedade civil, uma vez que a emergência da sociedade civil global está estritamente conectada com o surgimento do ativismo transnacional dos movimentos sociais organizados, para além dos espaços territoriais do Estado-nação, a partir das revoluções políticas e sociais do final do século XX, buscando modificar e atualizar o novo contrato social, nos processos de negociações globais. Os movimentos sociais transnacionais são caracterizados por Kaldor (2005) como

los nuevos movimientos sociales suelen considerarse descendientes de las revoluciones estudiantiles de 1968, les preocupan temas nuevos: los derechos humanos, la paridad entre sexos, el medio ambiente o la paz. Especialistas en Tics (tecnologías de la información y las comunicaciones), o profesionales vinculados al ámbito asistencial (médicos, conferencistas, trabajadores sociales), ocupaciones generadas por el postindustrialismo y el Estado del bienestar. Son pioneros de nuevas formas de organización horizontal y nuevas formas de protesta que utilizan los medios de comunicación, especialmente la televisión. Mientras los viejos movimientos aspiraban a persuadir a los estados para que actuaran y, en el proceso, ayudaban a fortalecerlos, los nuevos están mucho más preocupados por la autonomía individual, por la resistencia a la intromisión del Estado en la vida cotidiana. (KALDOR, 2005, p.108).

Diante desta caracterização dos novos movimentos sociais na arena pública democrática da sociedade civil global, Kaldor (2005) se fundamenta epistemologicamente nos estudos sobre os movimentos sociais desenvolvidos na década de 1970 e 1980 pelo debate contemporâneo dos autores estruturalistas e pós-estruturalistas das Ciências Sociais europeia. Para autora, os movimentos sociais transnacionais, no contexto da globalização contemporânea estruturada pelo multilateralismo, se constituem enquanto novos movimentos sociais de natureza cosmopolita, independente, modular e civilizado.

Kaldor (2005) explicita que os novos movimentos sociais são cosmopolitas porque se preocupam por temas e princípios aplicáveis aos seres humanos em geral, e não somente pelos interesses de um local específico. Por sua vez, são independentes, pois indivíduos de organizações coletivas podem dirigir-se diretamente as autoridades que julgam relevantes, assim como determinam sua agenda de contestação política; São modulares, porque desenvolvem uma agenda coletiva de protestos, como petições, greves ou manifestações, as quais são fáceis de desenvolverem e expandir-se globalmente. Por fim são civilizados devido ao nível de institucionalização e profissionalização de sua estrutura política organizativa, utilizando somente o uso da violência quando os aparelhos coercitivos do Estado impossibilitam suas ações políticas democráticas, na esfera pública da sociedade civil global.

A partir das formulações teóricas apresentadas por Keck e Sikkink (1998), Della Porta e Tarrow (2004) e Mary Kaldor (2005), compreendemos que a perspectiva transnacionalista construtivista sobre a transnacionalização da sociedade civil e dos movimentos sociais, tem em vista a construção de um ideário discricionário de um cosmopolitismo renovado do pensamento kantiano, de modo que analisa a sociedade civil global estruturada por grupos sociais coletivos, submersos nesta esfera pública democrática, os quais compartilham valores humanos, na constituição de uma cultura global de direitos humanos, abrangendo questões relacionadas à promoção da paz, e na garantia do reconhecimento de direitos culturais-identitários, na perspectiva de estabelecimento de uma justiça social global.

Neste sentido, o discurso sobre a transnacionalização da sociedade civil traz seu conteúdo político em torno do exercício da cidadania e participação política dos diversos atores internacionais engajados por demandas de justiça social global, consagrando, assim, a noção de responsabilidade cívica para o respeito dos direitos humanos, por meio da ação coletiva transnacional. Deste modo, a sociedade civil, a partir da perspectiva transnacionalista construtivista é, portanto, uma construção mais descritiva e analítica do que uma problematização das contradições políticas e econômicas produzidas pela globalização

contemporânea neoliberal. Serbin (2004) sistematiza as limitações da perspectiva transnacionalista construtivista ao advogar que,

en tanto la visión liberal-pluralista separa analíticamente la sociedad civil del estado y ve a la primera como el ámbito de la libertad y ignora las relaciones de clase, da lugar a un enfoque de la sociedad civil global autónoma del estado y a la vez caracterizada por un gran número de actores, sin conflictos estructurales, que son vistos más como grupos de presión o “moderadores de opinión”, actores autónomos em competencia con los estados y los organismos intergubernamentales, que pueden promover internacionalmente la democracia. En este enfoque, los conflictos de clase y los procesos económicos en general, se encuentran ausentes. Por extensión, em el marco del paradigma neoliberal imperante, la reducción y reconposición del estado bajo el impacto de la globalización, conlleva una ampliación del espacio de la sociedad civil y sus actores, particularmente em función de ambitos de filantropia y de acción social que ya no pueden ser cubiertas por el Estado, visión que implícitamente permea muchas de las políticas de los organismos multilaterales. (SERBIN, 2004, p.22).

Ademais, a perspectiva transnacionalista construtivista, ao enfatizar a ação coletiva transnacional dos movimentos sociais, para a resolução de problemas globais, na arena política internacional, apresenta, igualmente, limitações teóricas quanto à relação Estado e sociedade civil, uma vez que os movimentos sociais ainda se encontram muito dependentes do contexto nacional, os quais estão localizados. Embora os construtivistas, assim como os neoliberais argumentem que, a natureza histórica do Estado-Nação, enquanto ator principal na arena internacional tem sido alterada, a partir do fenômeno da globalização, devido a proliferação de atores não-estatais, bem como novas dinâmicas de interações e relações sociais e políticas nas relações internacionais, os Estados-Nação continuam a ser atores políticos mais importantes para os cidadãos, pois as demandas de direitos e exercício da cidadania são construídas a partir da interação com o Estado.

Diante disso, buscaremos analisar na próxima seção, as contribuições da abordagem marxista neogramsciana das Relações Internacionais, no sentido de compreender a transnacionalização da sociedade civil e dos movimentos sociais, a partir do materialismo histórico e dialético, como método de análise, para o entendimento das forças sociais na globalização contemporânea neoliberal.

## **2.2 A Perspectiva Crítica Marxista Neogramsciana**

Os estudos marxistas através da abordagem neogramsciana das Relações Internacionais buscam compreender a emergência da sociedade civil global e os movimentos sociais transnacionais, a partir do método histórico dialético, analisando as relações globais de

poder, na ordem mundial neoliberal. Para tanto, os autores desta corrente como Robert Cox, Stephen Gill, William Robinson, William Carroll, dentre outros, consubstanciam suas formulações teóricas, a partir das contribuições filosóficas de Antonio Gramsci.

Antonio Gramsci buscando entender as relações de poder, no âmbito das sociedades modernas, do início do século XX, renova a teoria marxista sobre a relação Estado e sociedade, a partir da separação analítica entre sociedade civil e sociedade política, no âmbito da teoria geral sobre o Estado. Edificando uma formulação teórica ampliada sobre o conceito de Estado, Gramsci (2006) em seus escritos políticos organizados através da obra – *Cadernos do Cárcere* – estabelece uma concepção teórica ampliada sobre o Estado, renovando a teoria marxiana. A formulação teórica gramsciana sobre o Estado (entidade política) prescreve que esta autoridade política está dividida em duas esferas: a estrutura, concebida enquanto modo de produção capitalista e a superestrutura, esfera da ideologia e dos aparelhos coercitivos do Estado.

No intuito de compreender a sociedade civil moderna, no âmbito do Estado-Nação, Gramsci estabelece a superestrutura enquanto um terreno de disputas pela hegemonia do poder político do Estado pelas classes sociais. Neste sentido, este autor observa que o Estado é fundamentado por duas esferas políticas: a sociedade política (que seria o Estado em sentido restrito, através da sua natureza coercitiva) e a sociedade civil constituída por grupos sociais, os quais possuem características ideológicas distintas e estão continuamente em conflito. A teoria ampliada sobre o Estado em Gramsci foi traduzida, em excelência, por Carlos Nelson Coutinho, de modo que este autor assegura que a concepção sobre sociedade civil em Gramsci é estabelecida por um

conjunto das instituições responsáveis pela representação dos diferentes interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias, ela compreende assim o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc.(COUTINHO, 2008, p. 53).

Coutinho (2008) verifica que a formulação ampliada sobre o Estado em Gramsci, a partir do conceito sobre sociedade civil, no âmbito da superestrutura, envolve relações de poder, uma vez que a sociedade civil é dotada de “aparelhos privados de hegemonia”, enquanto a sociedade política possui “aparelhos coercitivos do Estado”, em seu sentido restrito. (COUTINHO, 2008, p.54). Neste sentido, a sociedade civil enquanto arena pública de



disputas de projetos políticos entre as classes sociais, a partir da ideologia, confere a sua natureza autônoma da sociedade política, uma vez que

é essa independência material [...] que funda ontologicamente a “sociedade civil” como uma esfera específica, dotada de legalidade própria, funcionando como mediação necessária entre a base econômica e o Estado em sentido estrito. (COUTINHO, 2008, p 55).

A partir da explicitação de Carlos Nelson Coutinho (2008) sobre o pensamento de Gramsci a respeito da teoria geral do Estado ampliado, constata-se, portanto, que a sociedade civil é concebida enquanto um espaço de luta política de forças hegemônicas e contra-hegemônicas, as quais competem e forjam alianças e compromissos, seja para manter um consenso em torno das estruturas de poder existentes, ou para desafiar e transformar estas estruturas. Como visto no primeiro capítulo desta dissertação, a hegemonia é concebida como a liderança moral e cultural de uma classe social hegemônica na sociedade civil. Desta maneira, uma classe social torna-se hegemônica quando o consentimento dentro da sociedade civil configura-se enquanto um conjunto de valores e interesses desta classe, para toda a sociedade, das classes aliadas e subalternas, respaldado pelos aparelhos coercitivos da sociedade política, isto é do Estado.

É importante registrar que a hegemonia da classe capitalista, no controle do Estado para a manutenção da estrutura econômica neoliberal vigente implica na observação de que este ente político serve aos interesses das classes capitalistas dominantes, mas também, se constitui enquanto arena aberta, onde as forças sociais competem pelo poder, por isso, Gramsci reconheceu o poder dos grupos sociais da sociedade civil para influenciar e interagir com as instituições do Estado. Sendo assim, verifica-se que na concepção gramsciana, a sociedade civil não é apenas o domínio cultural, político e econômico da classe hegemônica, mas, sim, uma arena de disputa política, onde a contra-hegemonia pode ser construída. O cientista político Giovanni Semeraro (1999) contribui com a sintetização da contribuição gramsciana para a idéia da sociedade civil, enquanto espaço formador de uma arena política contra-hegemônica, ao afirmar que,

a novidade da noção de sociedade civil esboçada por Gramsci consiste no fato de que não foi pensada em função do Estado, em direção ao qual tudo deve ser orientado, como queria Hegel. Nem se reduz ao mundo exclusivo das relações econômicas burguesas, como queriam algumas interpretações das teorias de Marx. Para Gramsci, a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não-estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que, com sua cultura, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas, chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. **É lugar, portanto, de**

**grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico que poderá levar à gestão democrática e popular do poder.** (SEMERARO, 1999, p.70, grifos nossos).

A partir do quadro conceitual gramsciano sobre sociedade civil, Robert Cox (1999), em seu artigo – *Civil Society at the Turn of the Millennium: Prospects for an Alternative* –, busca compreender a sociedade civil global, a partir das transformações políticas e econômicas, da nova ordem mundial neoliberal, fundamentada através das premissas filosóficas de Gramsci advogando que,

the concept of civil society in this emancipatory sense designates the combination of forces upon which the support for a new state and a new order can be built. These forces operate in a political and social space, a terrain occupied by different conflicting forces as historical change proceeds a terrain which is narrowed when there is a close identity between people and their political and social institutions (in Gramsci's terms, when hegemony prevails) but which is widened when this identity is weak. Any fixed definition of the content of the concept 'civil society' would just freeze a particular moment in history and privilege the relations of social forces then prevailing. (COX, 1999, p.5).

Tendo em vista a aceção coxiana sobre sociedade civil consubstanciada na concepção gramsciana, evidenciamos que a perspectiva marxista neogramsciana prescreve que o conceito sobre sociedade civil está assentado num terreno de relações globais de poder, a partir do materialismo histórico e dialético, no qual forças sociais com idéias e estratégias políticas diferentes (no que concerne a disputa pela conquista do poder do Estado) buscam legitimar a hegemonia do neoliberalismo global, ou construir um projeto político alternativo de enfrentamento ao bloco histórico de poder vigente, representado pela hegemonia da classe capitalista global, numa perspectiva de construção de contestação política contra-hegemônica *bottom-up* às diretrizes políticas e econômicas *top-down* estabelecidas pela globalização contemporânea neoliberal.

In a “bottom-up” sense, civil society is the realm in which those who are disadvantaged by globalization of the world economy can mount their protests and seek alternatives. This can happen through local community groups that reflect diversity of cultures and evolving social practices worldwide (...) more ambitious still is the vision of a “global civil society” in which these social movements together constitute a basis for an alternative world order” (...) In a ‘top-down’ sense, however, states and corporate interests influence the development of this current version of civil society towards making it an agency for stabilizing the social and political *status quo*. The dominant hegemonic forces penetrate and coopt elements of popular movements, State subsidies to non-governmental organizations (NGOs) incline the latter’s objectives towards conformity with established order and thus enhance the legitimacy of the prevailing order”. (COX, 1999, p.10-11).

Neste sentido, compreender esta relação dicotômica produzida pelas forças sociais, no âmbito da sociedade civil global é importante, pois possibilita analisar o papel transformador das forças sociais emancipatórias, no âmbito da sociedade civil. No entanto, é necessário observar que, estas forças sociais não estão atuando livremente num espaço global, isento da regulamentação, uma vez que elas, como assegura Cox (1999), estão submersas numa estrutura histórica de relações de poder, estabelecida por configurações políticas formais e informais de governança global do neoliberalismo, que delimitam e regulam as interações sociais, entre os grupos sociais, não somente na esfera das sociedades nacionais, mas também no âmbito da geopolítica mundial.

Para compreender a relação dialética existente entre as forças sociais no processo de internacionalização da sociedade civil, a partir da perspectiva crítica marxista neogramsciana, é fundamental considerar a classe capitalista transnacional, enquanto força social dominante da sociedade civil. As grandes corporações empresariais e os conglomerados financeiros determinam as políticas e as prioridades das relações interestatais nas relações internacionais.

O pesquisador internacionalista Daniel Aragão (2010) em sua pesquisa de doutorado sobre a relação do capital transnacional com o regime de governança global executado pelo sistema das Organizações das Nações Unidas verifica que a estrutura de governança da ONU, sob o discurso de justiça social global fundamentada na difusão de valores democráticos, como os Direitos Humanos, constitui como uma política de legitimação dos interesses da classe capitalista transnacional, uma vez que as diretivas institucionais e políticas para a responsabilização das corporações financeiras internacionais, não tem alterado as orientações neoliberais do Consenso de Washington, no âmbito da geopolítica mundial.

Aragão (2010) nos revela que as organizações internacionais, como a OMC, o Banco Mundial, o FMI, através de seus arranjos institucionais, os quais diminuem a intervenção política e econômica do *welfare state*, reproduzem os interesses do capital global, de modo a assegurar e beneficiar o *status quo* da classe capitalista transnacional hegemônica na ordem mundial neoliberal. Portanto, através desta análise crítica de Aragão (2010) se evidencia que o discurso cosmopolita de justiça social global empregado pelos regimes internacionais, sob a execução das organizações internacionais, especialmente, a ONU, constrói um discurso falacioso que estabelece uma política de controle da iniciativa pública estatal, em relação à garantia de direitos econômicos, sociais e culturais, de modo a facilitar o funcionamento dos princípios neoliberais, com objetivos nítidos de apaziguamento das forças sociais de resistência à globalização contemporânea neoliberal.

Contudo, a influência política da classe capitalista transnacional na ordem mundial vigente, através das políticas neoliberais implementadas nos países periféricos e semiperiféricos do sistema internacional multipolar, estabelece também um pólo de reaglutinação de forças sociais contra-hegemônicas, os movimentos sociais, os quais têm organizado estratégias defensivas frente ao avanço do Estado e do capital neoliberal global, desenvolvendo táticas e estratégias políticas, no âmbito da sociedade civil global, no intuito de modificar as relações das forças sociais internas, em seus Estados respectivos, na globalização contemporânea neoliberal atual. Robert Cox (1999) contribui para a compreensão dos movimentos sociais enquanto força social emancipadora da sociedade civil global ao advogar que,

since Gramsci regarded civil society not only as the realm of hegemony supportive of the capitalist status quo, but also as the realm in which cultural change takes place, in which the counter hegemony of emancipatory forces can be constituted. Civil society is not just an assemblage of actors, i.e. autonomous social groups. It is also the realm of contesting ideas in which the intersubjective meanings upon which people's sense of 'reality' are based can become transformed and new concepts of the natural order of society can emerge. (COX, 1999, p.10).

Desta forma, os movimentos sociais contra-hegemônicos à globalização neoliberal estão unificados em torno de um programa político comum, no intuito de derrotar as estratégias políticas de exploração e subjugação das classes subalternas, no âmbito da divisão Norte e Sul da geopolítica mundial, estruturada pelo neoliberalismo. A cientista política brasileira Maria da Glória Gohn (2004), pesquisadora sobre os movimentos sociais contribui para esta concepção quando verifica que,

o movimento anti-globalização apresenta-se, na virada deste novo milênio, como uma das principais novidades na arena política no cenário da sociedade civil, dada sua forma de articulação/ação, em redes com extensão global. Ele tem elaborado uma nova gramática no repertório das demandas e dos conflitos sociais, trazendo novamente as lutas sociais para o palco da cena pública e a política para a dimensão pública – tanto na forma de operar, nas ruas, quanto no conteúdo do debate que trouxe à tona: o modo de vida capitalista ocidental moderno e seus efeitos destrutivos sobre a natureza. (GOHN, 2004, p.14).

Com base nas formulações teóricas de Gohn (2002), os movimentos sociais transnacionais (MSTs) são uma força social contra-hegemônica ao capital global, os quais estabelecem suas lutas políticas contra as ingerências políticas em oposição aos arranjos institucionais proferidos pelas instituições governamentais nacionais e internacionais, assim como atuam contrariamente aos interesses econômicos das corporações e empresas

multinacionais. Os MSTs desenvolvem suas lutas políticas no âmbito das sociedades nacionais, numa perspectiva de mudança político-institucional das instituições políticas de seus Estados, buscando influenciar a agenda da política externa de seus governos, assim como responder as orientações políticas e diretivas dos regimes internacionais executados pelas agências e instituições internacionais da geopolítica mundial.

Embora os MSTs não estejam vinculados diretamente aos princípios de luta política revolucionária estabelecidos pelo receituário marxista clássico, se evidencia que, a construção do discurso dos movimentos sociais transnacionais está fundamentada na desestabilização das estruturas existentes de poder, na busca da promoção e criação de modelos democráticos e sustentáveis de desenvolvimento, na perseguição dos valores democráticos pela garantia e efetividade do reconhecimento dos direitos econômicos, políticos, culturais e sociais dos cidadãos, de modo a disputar as estruturas de relações de poder, da ordem mundial neoliberal vigente.

Sendo assim, os movimentos sociais transnacionais são agentes políticos que buscam desafiar as estruturas das relações de poder em curso, desenvolvendo uma contestação política fundamentada num projeto político alternativo contra-hegemônico ao capital global, ensejando, assim, uma radicalização por via democrática dos processos políticos e econômicos estabelecidos pelos instrumentos político-institucionais da classe capitalista transnacional, seja através da disputa dos arranjos institucionais estabelecidos pela ONU, OMC, Banco Mundial ou FMI, ou das instituições políticas governamentais da política externa dos Estados, como analisaremos a agenda, as ações e o projeto político do estudo de caso desta pesquisa: a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), no âmbito da política externa da gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Contudo, a ação política contra-hegemônica dos movimentos sociais em relação à classe capitalista transnacional e seus aparelhos ideológicos, como as organizações internacionais exemplificadas acima, estão sendo construídas, a partir da guerra de posição, no âmbito da sociedade civil global, uma vez que esta categoria analítica de Gramsci (2006), em seus escritos políticos – *Cadernos do Cárcere* – estabelece que a construção da luta política de um bloco contra-hegemônico só obterá resultado vitorioso, quando a estratégia política das classes subalternas se constituírem enquanto ações ativas e intervencionistas, em longo prazo, uma vez que o poder material e a dominação ideológica da classe hegemônica colocam as classes subalternas numa situação complexa de luta política, pois os aparelhos coercitivos e privados do Estado estão agindo continuamente para controlar suas ações revolucionárias.

Para Gramsci (2006), a guerra de posição não é concebida como um confronto político de natureza violenta e física contra a classe dominante, mas sim, uma disputa ideológica, uma batalha de idéias e projetos políticos entre as classes sociais, isto é, a classe dominante e seus aliados políticos e as classes subalternas. Desta forma, é possível aferir que a luta política contra-hegemônica dos movimentos sociais transnacionais, enquanto uma força subalterna à classe capitalista transnacional é está assentada na luta pela mudança da natureza ideológica e cultural dos valores, das crenças da sociedade, no sentido de transformar não somente a superestrutura, mas também a estrutura da sociedade, isto é o modo de produção dominante. Cox (1999) explicita a importância desta categoria gramsciana no processo de luta contra-hegemônica ao capital global, no âmbito da sociedade civil global, ao afirmar que,

the war of position is a strategy for the long-term construction of self-conscious social groups into a concerted emancipatory bloc within society. It is only when the war of position has built up a combination of organized social forces strong enough to challenge the dominant power in society that political authority in the state can be effectively challenged and replaced. The war of position is contrasted to the war of manoeuvre which might seize state power before this groundwork of social organization had been built up. To win a state by a war of manoeuvre would constitute a fragile victory, likely to succumb to the entrenched forces of a recalcitrant civil society. Thus, a civil society animated through popular participation is an indispensable basis for durable new political authority. (COX, 1999, p.16).

Sendo assim, a guerra de posição se constitui enquanto acúmulo de forças, por parte dos movimentos sociais transnacionais no desenvolvimento da contestação política contra-hegemônica ao capital global, uma vez que através de discursos e práticas políticas, os MSTs lutam por mudanças nas configurações das estruturas de poder político-econômico existentes, buscando construir uma sociedade diferente, com base na justiça social e na democracia participativa. Nesse sentido, esses atores políticos almejam disputar e influenciar as tomadas de decisão da política internacional, assim como as agendas da política externa dos governos dos Estados. Sendo assim, é mister registrar que os MSTs surgidos no âmbito das lutas políticas dos movimentos sociais na América Latina, a partir dos anos 1990, não se opõem ao Estado, como as prerrogativas políticas do anarquismo. Enquanto força social contra-hegemônica, os MSTs buscam disputar e procurar transformar as formas de estruturas estatais existentes e as relações internacionais que são anti-democráticas e violentas aos direitos dos povos.

Neste sentido, os MSTs ao apresentar uma alternativa política ao projeto neoliberal da classe capitalista global pulverizada nas sociedades nacionais, tem em vista uma articulação

política à nível transnacional, a fim de derrotar as classes capitalistas do Estado-Nação, através do compartilhamento de um projeto contra-hegemônico ao capital global, estabelecendo novos valores e comportamentos, como também percepções alternativas sobre o que é verdadeiramente crucial para a garantia da dignidade e dos direitos dos cidadãos.

Os movimentos sociais articulados em redes transnacionais, fundamentados sob o discurso da garantia da autodeterminação democrática dos povos e no compartilhamento de valores e um projeto comum contra o capital global, no âmbito da geopolítica continental americana, organizaram protestos globais como a batalha de Seattle, as lutas políticas dos trabalhadores (as) em Chiapas, assim como a luta contra o avanço neoliberal através da ALCA, apresentando um projeto alternativo de futuro para os povos americanos, especialmente latino-americanos, rejeitando as prerrogativas políticas e econômicas do bloco histórico neoliberal vigente. A construção de alianças com grupos e partidos políticos de esquerda, no âmbito da geopolítica sul-americana, a partir da construção da solidariedade política, por meio de objetivos políticos semelhantes, foram ações de construção de resistência política à agenda neoliberal na América do Sul, no novo ciclo de governos democráticos de esquerda e centro-esquerda, estabelecidos na virada do século XX, pela mobilização política dos movimentos sociais transnacionais latinoamericanos.

Neste sentido, podemos traduzir os movimentos sociais transnacionais enquanto força social contra-hegemônica, através do quadro conceitual neogramsciano elaborado por Robert Cox (1999), uma vez que grupos sociais coletivos, no âmbito da América Latina, devido as políticas nefastas, da ordem mundial neoliberal, aos cidadãos do Sul global, tem desafiado, através de lutas políticas anticapitalistas o bloco histórico hegemônico da classe capitalista transnacional.

### **2.3 A Contestação Política Contra-Hegemônica da Sociedade Civil Brasileira à Globalização Neoliberal: A Rede Brasileira pela Integração dos Povos**

A Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP) é uma coalizão de articulação de movimentos sociais, do movimento sindicalista e organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil, tendo em vista a luta contra-hegemônica às iniciativas de liberalização comercial e financeira estabelecidas pela globalização neoliberal vigente. Conforme a descrição no seu portal eletrônico, a Rede se denomina enquanto,

**[...] um coletivo integrado por entidades sindicais e associações profissionais, movimentos sociais, camponeses, de mulheres, ambientalistas e ONGs autônomas e pluralistas, que busca influenciar as negociações de comércio internacional e os processos de integração regional. Estamos comprometidos com a construção de uma sociedade democrática pautada no desenvolvimento ético, justo e ambientalmente sustentável, e atuamos em articulação com redes latino americanas e globais.**

A REBRIP se constitui como um pólo de articulação, diálogo e divulgação de iniciativas sociais frente aos tratados de desregulamentação financeira e comercial, nos quais incluem-se tratados bilaterais de livre comércio e as negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC). Entendemos que eles privilegiam as grandes empresas transnacionais em detrimento dos povos.

**[...] Buscamos alternativas democráticas e sustentáveis de integração hemisférica, de desenvolvimento dos povos e de articulação por um mundo multipolar em oposição à lógica da liberalização comercial e financeira predominante nos acordos comerciais e financeiros. (REBRIP, <www.rebrip.org.br>. grifos nossos).**

A cientista política Marisa Von Bülow (2013) pesquisadora sobre ação coletiva dos movimentos sociais transnacionais nos revela que a REBRIP se consagrou enquanto um espaço de negociação e coordenação de significados, posições e ações entre atores da sociedade civil brasileira, sendo o resultado do engajamento político contestatório da expansão da ação coletiva transnacional dos atores não-estatais, no contexto da globalização. (VON BÜLOW, 2013, p.62, tradução nossa).

Explicitado a natureza política desta coalizão, é mister apresentarmos o panorama da origem, bem como os objetivos, a natureza política dos seus membros plenos e, igualmente a sua estrutura organizativa e funcional, no intuito de analisar como a REBRIP consolidou sua ação contestatória à globalização neoliberal enquanto pólo aglutinador das forças sociais subalternas da sociedade civil brasileira.

### *2.3.1 Da Origem a Fundação*

A origem da conformação da REBRIP foi permeada pelo contexto das políticas diretivas do Consenso de Washington durante a década de 1990, a partir da liberalização econômica neoliberal implementada pelos governos latinoamericanos, no âmbito da nova ordem mundial neoliberal. As conseqüências trazidas pela globalização neoliberal, a partir da diminuição do papel do Estado no estabelecimento dos direitos econômicos e sociais, bem como a flexibilização das relações sociais de trabalho e, igualmente, o aumento do desemprego, da pobreza e das desigualdades socioeconômicas instituídas pela agenda dos governos neoliberais de Collor, Itamar Franco e, especialmente de FHC, desencadearam mobilizações dos grupos sociais subalternos como movimentos sociais, movimento



sindicalista e ONGs progressistas a contestarem o modelo de desenvolvimento neoliberal em curso, não somente no Brasil, como também no espaço geopolítico latinoamericano.

Através das iniciativas de regionalização das economias nacionais, em blocos econômicos regionais, a proposta da implementação da ALCA feita pelo governo dos EUA no final de 1994, na primeira Cúpula das Américas, em Miami, e posteriormente, suas discussões de avanço pelo governo de FHC, foi o estopim para a reorganização dos grupos sociais subalternos da sociedade civil brasileira em construir mobilizações e unidades de luta de enfrentamento à implementação do projeto no continente americano. Sendo assim, a partir da realização de uma primeira reunião sindical e social, sob a organização da Central Única dos Trabalhadores – CUT -, no Brasil em 1997, intitulada *Fórum Nossa América*, paralelamente a Terceira Reunião de Ministros Responsáveis pelo Comércio do continente americano encarregados das negociações da ALCA, os movimentos sociais latinoamericanos decidiram construir uma coalizão continental de luta política contestatória a ALCA, a criação da Aliança Social Continental (ASC)<sup>11</sup>.

Este fórum foi um momento decisivo para a reoxigenação política dos movimentos sociais, pois pela primeira vez, milhares de representantes de organizações sociais e sindicais do continente, se reuniram com o objetivo de analisar a ALCA e de discutir eventuais alianças e estratégias para combater este novo modelo de dominação posto pelos EUA. A proposição da constituição da ASC foi aceita pelos participantes da primeira Cúpula dos Povos das Américas, em Santiago no Chile, em abril de 1998. Sendo assim, a Aliança Social Continental foi apresentada pela primeira vez, de forma oficial, em abril de 1999, numa reunião em San José, em Costa Rica, em que foi definida a missão, os objetivos e a estrutura deste novo espaço de articulação cidadã no continente americano.

Sendo assim, através da iniciativa da criação da ASC, Neves (2007) em sua pesquisa de mestrado sobre a REBRIP sinaliza que os movimentos sociais da sociedade civil brasileira

---

<sup>11</sup> A Aliança Social Continental é uma coalizão transnacional de organizações da sociedade civil das Américas, contendo enquanto membros, redes de movimentos sociais em cada país do continente, se constituindo enquanto um fórum progressivo dos movimentos sociais e organizações do continente americano, criado para trocar informações, definir estratégias e promover ações comuns, dirigidas a encontrar uma alternativa a um modelo democrático de desenvolvimento. As redes que formaram o núcleo originário da ASC foram: a Red Mexicana de Acción Contra el Libre Comercio (RMALC) – México; a Aliança para o Comércio Responsável - Alliance for Responsible Trade (ART) EUA; a Fronteiras em Comum - Common Frontiers – Canadá (anglófono); A Rede Quebequense pela Integração Continental - Réseau Québécois sur l'Intégration Continentale (RQIC) de Québec/Canadá; a Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP) – Brasil; a Alianza Chilena por un Comercio Justo y Responsable (ACJR) – Chile; a rede sub-regional, a Iniciativa Civil por la Integración Centroamericana (ICIC) – América Latina; e as continentais - Organización Regional Interamericana del Trabajo (ORIT) e o Congreso Latinoamericano de Organizaciones Campesinas (CLOC). Posteriormente integraram também núcleos nacionais da ASC no Peru, Venezuela, Uruguai e Argentina representado pelo Movimiento por la Soberanía y la Integración de los Pueblos (MOSIP). Consultar portal eletrônico da Rede: Aliança Social Continental: < [www.asc-hsa.org](http://www.asc-hsa.org) >.

buscando se aliar aos outros movimentos sociais latino-americanos na luta contra a ALCA, realizaram a conferência “*Democracia, participação e dimensão social nos acordos de integração*”, em dezembro de 1998, reunindo entidades do movimento sindical e da sociedade civil, para a conformação da criação de uma rede de entidades da sociedade civil brasileira que encampasse a luta contra o projeto de integração neoliberal previsto pela Área de Livre Comércio das Américas, conforme foi sinalizado pela autora no documento da REBRIP (2001) *Construindo Alternativas Solidárias de Integração*. (NEVES, 2007, p.65).

Neste sentido, pode-se aferir que a REBRIP teve sua raiz histórica de origem fundamentada na articulação da Aliança Social Continental, sendo, portanto, filiada e fundadora desta coalizão transnacional continental, tendo, assim, segundo Neves (2007), sua criação fruto do acúmulo das entidades da sociedade civil brasileira, no seminário realizado pelo *Fórum Nossa América* em 1997, bem como o Seminário Nacional em 1998, os quais culminaram na criação da Rede, no qual a autora nos revela que foi desencadeado,

a partir da iniciativa conjunta da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE; Conselho Regional de Economia/RJ – CORECON/RJ, Centro de Estudos e Ação da Mulher "SER MULHER", Instituto de Estudos Sócio-econômicos - INESC, e CEPIA/Fórum da Sociedade Civil nas Américas. Nesse início foi constituída uma Secretaria Executiva Provisória composta pelas seguintes instituições: CUT, SER MULHER, CEPIA e FASE, tendo como o primeiro Secretário Executivo Renato Martins (Cf. REBRIP, 2001). (NEVES, 2007, p.66, **grifos nossos**).

Pós seu surgimento, enquanto Rede de articulação da luta política das entidades da sociedade civil nacional contra a ALCA, a REBRIP, segundo Neves (2007, p.66) realizou em 1999 e 2000, dois fóruns: *Fórum da Sociedade Civil para o Diálogo, Europa América Latina e Caribe e o Fórum Continental “ALCA: atores sociais e políticos nos processos de integração”*, no Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, no intuito de debater as iniciativas de liberalização econômica e financeira no continente, na perspectiva de mobilizar e difundir o debate acerca dos impactos dos acordos de livre comércio em curso na região. De certo, como sinaliza Neves (2007), segundo o documento da REBRIP (2001), a fundação oficial da Rede foi instituída em 2001, durante a Primeira Assembléia Geral desta coalizão, a qual, de acordo com a autora, nesta reunião, de fato, a REBRIP constituiu sua natureza política e jurídica formalizada, pois,

[...] Nesse encontro foram eleitas a coordenação e a secretaria executiva, além de terem sido aprovados o planejamento de atividades e o Estatuto da Rede (Cf. Rebrip, 2001). As entidades que compunham a Secretaria Executiva Provisória

eram: CUT – Central Única dos Trabalhadores; SER MULHER; FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional e CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação/ Fórum da Sociedade Civil nas Américas. (NEVES, 2007, p.66, grifos nosso).

A I Assembléia Geral da Rede (2001) estabeleceu um conjunto de objetivos gerais, os quais se constituíram enquanto os princípios diretivos na perspectiva de unidade política assentada numa ação coletiva comum, através do intercâmbio de informações, definindo estratégias e promovendo ações em comum, dirigidas na busca de um modelo de desenvolvimento alternativo e democrático que beneficie a autodeterminação dos povos. Neves (2007) sistematiza os objetivos gerais da REBRIP, a partir da fundação da Rede em 2001, ao sinalizar que esta Rede tem como proposta:

**Assumir uma postura propositiva**, capaz de explorar as dimensões positivas do processo de globalização, incorporando as dimensões política e cultural no sentido de uma compreensão que não fique restrita aos aspectos financeiros e comerciais;

**Articular e potencializar** a formulação de propostas alternativas para a construção de um modelo de integração social e econômica baseado no desenvolvimento sustentável, na justiça social e na solidariedade;

**Incorporar a dimensão multisetorial** excluída das negociações oficiais de temas que concernem a toda a sociedade, como é o caso dos direitos humanos, meio ambiente, direitos trabalhistas, mulheres, populações indígenas, imigrantes, trabalhadores rurais, e outros;

**Ampliar o debate e pressionar por espaços democráticos** de participação da sociedade civil e das organizações sindicais nos processos decisórios dos acordos de integração;

**Atuar em parceria** com organizações sociais e sindicais dos países membros do Mercosul, com o objetivo de construir a Aliança Social Continental em âmbito regional;

**Divulgar estudos e informações** sobre os processos de integração de modo a sensibilizar a sociedade da importância de fiscalizar os governos e pressioná-los a não assinar tratados que representem riscos sociais, trabalhistas e ambientais (REBRIP, 2001, apud NEVES, 2007, p.72-73, grifos da autora).

Sendo assim, a partir destes objetivos gerais, é possível aferir que a REBRIP possui enquanto perspectiva de ação contestatória a ideia de reforçar a organização das entidades da sociedade civil brasileira numa articulação política de diferentes estratégias em variados níveis de localidade, em escala doméstica nacional, continental e global, no intuito de promover uma integração de desenvolvimento econômico de justiça social global, atendendo aos direitos econômicos, sociais, culturais, como forma de preservação da autodeterminação dos povos.

Não obstante, mesmo no contexto das mobilizações contra a ALCA, no fim dos anos 90 e dos primeiros anos do século XXI, a REBRIP não abarca todo universo das organizações da sociedade civil brasileira, as quais tinham desafiado os acordos comerciais. Contudo,

reuniu alguns dos principais atores no ambiente associativo do campo transnacional. É importante destacar que a maioria dos seus membros se situa no espectro ideológico da esquerda e centro-esquerda, unidos por uma crítica comum às políticas de livre comércio e uma avaliação negativa às conseqüências dos acordos comerciais.

No que se refere à composição de sua estrutura organizativa a REBRIP, adota a combinação de uma dimensão política vertical e horizontal. De acordo com o seu documento: *Atribuições dos Entes Constitutivos* (2003)<sup>12</sup> possui três instâncias em sua organização: A Assembléia Geral, a Coordenação Geral e a Secretaria Executiva. A primeira instância, a Assembléia Geral, se constitui enquanto a instância suprema de representação e decisão. Sua existência demonstra o compromisso a uma estrutura participativa da tomada de decisão e de esforço para incorporar pontos de vista dos ativistas e militantes de diferentes linhas de pensamentos representados por suas organizações. A segunda instância, a Coordenação Geral tem a responsabilidade do direcionamento político geral da Rede, sendo constituído por um corpo executivo representativo de forma setorial e geográfica, sendo assim, uma instância de representação e de decisão entre a Assembléia Geral e a Secretaria Executiva. Esta instância tem a responsabilidade de decisão da linha, do direcionamento político geral da Rede, assim como nos planejamentos anuais de ação. Por fim, a Secretaria Executiva é a “cabeça-chave” da Rede, responsável pela execução da comunicação, da documentação, das atividades e da literatura da REBRIP (notas, boletins, entrevistas), através da organização que representará a Rede nos eventos públicos organizados ou não pela entidade, sendo definida em Assembléia Geral, sendo que a sede da Rede estará localizada no espaço da sede oficial da organização, a qual foi eleita pelo mandato de dois anos representativo.

É importante registrar que a ONG, FASE – Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional foi a entidade eleita para a Secretaria Executiva da REBRIP nas Assembléias de 2003, 2005, 2007, isto é, foi a organização que representou e executou as atividades da Rede ao longo dos dois mandatos do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), sendo que na V Assembléia Geral em 2009, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) assume a secretaria executiva de 2009, até o presente momento da realização desta pesquisa. A figura 2 abaixo demonstra a estrutura verticalizada da Rede.

---

<sup>12</sup> Para uma melhor compreensão sobre as atribuições e competências políticas das instâncias de direção da REBRIP, consultar o Anexo A desta pesquisa.

**Figura 1 – Organograma: Estrutura Organizacional da REBRIP**



**FONTE:** elaborada pelo autor com base no documento: *Atribuições dos Entes Constitutivos da REBRIP* (2003).

Quanto à composição dos membros<sup>13</sup> da REBRIP, Von Bülow (2013) sinaliza que a Rede se constitui como uma coalizão vasta e heterogênea de organizações da sociedade civil brasileira, tentando reivindicar e se afirmar no território nacional. Sendo assim, as organizações constitutivas da REBRIP variam das associações de trabalhadores, do movimento feminista, de mulheres, indígena, ambientalista, da luta pela igualdade racial, do movimento agrário, de ONGs profissionais internacionais e nacionais sobre direitos humanos, educação e juventude, as quais comungam uma unidade de luta por demandas de justiça social global, trabalhos voltadas nas áreas temáticas da Rede, e a relação com entidades transnacionais, as quais possuem características de resistência às ingerências propaladas pela globalização neoliberal, constituindo, assim, como critérios fundamentais para ingresso na Rede. Esta heterogeneidade, de acordo com esta autora, também é perceptível nos pontos de vista sobre a geopolítica mundial, e igualmente, na estabilidade de participação de organizações constitutivas, uma vez que, algumas são grupos sindicais, movimentos sociais bem conhecidos nacionalmente e internacionalmente, enquanto outras são mais periféricas, cuja participação na rede é menos intensa e mais esporádica.

Todavia, apesar da REBRIP possuir uma estrutura organizacional verticalizada conforme explicitado acima, a dimensão horizontal de sua estrutura organizativa é consubstanciada na construção da sua formação política ser pautada na horizontalidade e no

<sup>13</sup> Sobre as organizações sociais membros da Rede, Consultar o Anexo B desta pesquisa, o qual estabelece um quadro dos membros da REBRIP quanto a sua natureza política e a localização das organizações pertencentes à Rede, sinalizando a diversidade de pensamento e da ação, denotando assim o caráter multisetorial e pluralista da composição da entidade.

consenso, a partir do envolvimento das organizações filiadas, através da difusão do conhecimento e informações acerca da geopolítica mundial, e suas proposições para o acúmulo e fortalecimento de outro modelo de desenvolvimento econômico e social de integração alternativo e democrático, na garantia dos direitos e da soberania dos povos, estabelecidos pelos Grupos de Trabalhos (GTs), enquanto espaço de formulação da sua agenda contra-hegemônica às iniciativas neoliberais da ordem mundial vigente, a globalização.

Sendo assim, a criação dos GTs (na Assembléia Geral de 2001 e aprofundada em 2003), enquanto eixos temáticos do repertório tático de difusão e apropriação de conhecimento da Rede se constituem enquanto núcleos estratégicos de mobilização e envolvimento das organizações filiadas, servindo enquanto uma imprensa alternativa na produção e disseminação de documentos, relatórios técnicos, bem como a organização de conferências para a construção e troca de saberes, informações, de modo a assegurar uma ação coletiva unitária, na proposição de alternativas aos tratados e acordos de livre comércio no espaço geopolítico sul-americano, isto é, a contestação política frente às iniciativas liberais via ALCA, OMC, União Européia, EUA, com a política externa brasileira.

Neves (2007, p.75) explicita que a REBRIP possui cinco eixos temáticos de funcionamento dos GTs<sup>14</sup>: GT Agricultura, GT Propriedade Intelectual, GT Comércio e Meio Ambiente, GT Serviços e GT Gênero. Cabe ressaltar que, a partir da diversificação da agenda da PEB do governo Lula, a Rede criou outros GTs no intuito de se apoderar das temáticas de discussões e negociações desencadeadas pela nova conformação da política externa da Era Lula. Sendo assim, na III Assembléia Geral em 2005 foram criados o GT de Integração Regional e o GT de Cooperação, com objetivo de se apropriar das discussões e influenciar na agenda do governo Lula nesta seara.

O GT de Agricultura, para Neves (2007, p.76) tem como proposta difundir conhecimento e propor alternativas aos acordos das negociações comerciais agrícolas internacionais realizadas pelo governo brasileiro junto aos organismos internacionais como a OMC, a relação comercial da União Européia-Mercosul, bem como influenciou no rechaço às

---

<sup>14</sup> Nesta pesquisa discorreremos somente dos GTs presentes durante o recorte histórico desta pesquisa: 2003-2010. Os Grupos de Trabalho originários da REBRIP foram: Agricultura, Serviços, Propriedade Intelectual, Comércio e Meio Ambiente e Gênero. Em 2005 foram criados o de Integração Regional e o de Cooperação. Em 2010, dado o legado da PEB do governo Lula, bem como novos atores internacionais na geopolítica mundial (G-20, BRICS, IBSA), e a ascensão da transnacionalização das empresas brasileiras, os GTs da Rede sofreram modificações. Sendo assim, na VI Assembléia Geral em 2011 os GTs atuais da REBRIP são: GT Agricultura e Clima; GT Arquitetura Econômica e Financeira, GT Comércio, GT Propriedade Intelectual, GT Cooperação, GT Integração Regional, GT Transnacionais. Consultar o portal eletrônico da REBRIP: <[www.rebrip.org.br](http://www.rebrip.org.br)>.

iniciativas de liberalização agrícola (*agribusiness*), no âmbito do projeto da ALCA. De acordo com o portal eletrônico da REBRIP, o referido GT tem como proposta de defesa a segurança e soberania alimentar dos povos, através do fortalecimento da agricultura familiar, enquanto modelo de desenvolvimento econômico social sustentável. Neves (2007) sinaliza esta posição da REBRIP, ao advogar que este GT “defende a elevação dos padrões de sustentabilidade e o aproveitamento do potencial exportador da agricultura familiar, garantindo o abastecimento interno com produção de qualidade, que, segundo eles, tem aceitação por parte de consumidores de mercados exigentes, como o europeu” (NEVES, 2007, p.78). No intuito de mobilizar as organizações voltadas para a luta pela reforma agrária, meio ambiente e desenvolvimento sustentável socioambiental, esta autora sinaliza que este GT conseguiu difundir conhecimento e propostas alternativas à liberalização agrícola, através de publicações como: “Segurança alimentar, comércio internacional e agricultura familiar” - Actionaid Brasil, 2001, “Agricultura, meio ambiente e acesso ao mercado internacional: para quê e para quem?” - Actionaid Brasil, 2002, como também “realizou seminários com as principais organizações de representação da agricultura familiar, como, por exemplo, CONTAG [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura], MST e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), e com representantes do Ministério das Relações Exteriores”. (NEVES, 2007, p.77). De acordo com as informações obtidas por Neves (2007, p.78) as entidades que compõe este GT são: Actionaid Brasil, Fase, Ibase, OXFAM, CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), MST (Movimento dos Agricultores Sem Terra), Deser (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais), Terra de Direitos, FETRAF, INESC, Instituto Equit, Instituto Terra Azul, WWF.

O GT Comércio e Meio Ambiente, conforme sinalizado por Neves (2007, p.79) é integrado pelas organizações: Actionaid, Amavida, CEA, Cedeia/UNEAP, CUT Nacional, Ecofund, Ecotopia, Fase, Gérmen, GTA, Idec, Imah, INESC, Instituto AMA, Instituto Carnaúba, Instituto Terrazul, MAB Nacional, Rede Brasileira de Hip Hop / MCR, Os Verdes, SOS Mata Atlântica e WWF Brasil. Tem como objetivo difundir informações sobre os acordos e tratados de livre comércio e os impactos sócio-ambientais desencadeados pelas empresas transnacionais, no âmbito do regime da governança global sobre o meio ambiente da ONU, sem perder de vista as políticas diretivas no âmbito da OMC e da ALCA, bem como no Mercosul. A defesa do desenvolvimento sustentável enquanto alternativa para a sobrevivência e a autodeterminação dos povos, se constituem enquanto motor de mobilização e iniciativas de aprofundamento de estudos e publicações deste GT, para a contribuição da

difusão de conhecimento e propostas alternativas da Rede. Neves (2007) sinaliza o forte proativismo deste GT ao advogar as suas iniciativas de diálogo com as organizações filiadas a REDE, bem como a produção literária da REBRIP sobre as implicações da liberalização do comércio e a degradação ambiental, ao nos revelar que este GT,

Em 2002, a partir das prioridades definidas pela Rebrip e pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento/FBOMS, organização na qual o GT faz parte, direcionou suas atividades para as questões relativas à ALCA e à OMC, assim como da realização da Rio+10, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

O GT contribuiu com a elaboração de textos sobre o tema Comércio e Meio Ambiente para a cartilha da Rebrip: *“Alca Não!”*, para o livro *“Brasil 2002: A Sustentabilidade que queremos”*, elaborado pelo FBOMS.

Mais recentemente o GT elaborou dois estudos de caso sobre produtos brasileiros voltados para a exportação, cuja produção causa fortes impactos sociais e ambientais: um deles - realizado em colaboração com o GT Energia do FBOMS e o Projeto Brasil Sustentável e Democrático - sobre produtos com um elevado consumo de energia (como alumínio, papel e celulose, etc.) e o outro sobre a criação de camarões marinhos. (NEVES, 2007, p.79).

Na luta pela igualdade de gênero e o proativismo das mulheres no âmbito das tomadas de decisões das propostas alternativas na construção do desenvolvimento sustentável consubstanciado pela autodeterminação dos povos, o GT Gênero é coordenado pela organização Instituto Equit, e possui enquanto membros, as entidades: MAMA, SOF, SNMT/CUT, Organização de Mulheres Negras Maria do Egito/SE, ESPLAR, AGENDE, CFEMEA, Casa da Mulher 8 de Março/TO, Movimento Inter-Estadual Quebradeiras de Coco Babaçu, AMB, SOS Corpo, Coletivo Leila Diniz de Natal/RN, Fórum de Mulheres do Piauí, GEMDAC/PI, Fundação VPP/Movimento de Mulheres da Transamazônica do Xingu, Fetraf, Contag. (Neves 2007, p.81). O referido GT traz como atuação no âmbito da REBRIP, a reflexão de que é fundamental a inclusão das demandas de gênero sejam asseguradas no âmbito da construção da luta contra-hegemônica aos acordos de livre comércio, pois as mulheres trabalhadoras, no âmbito da hierarquização da estrutura patriarcal, estão mais vulneráveis às imposições do patriarcado nas relações sociais de trabalho, no acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais. A partir desta reflexão, o referido GT tem atuado de forma consistente na proposição da interseccionalidade de gênero, grupos étnicos e classe, nas alternativas apresentadas pelos GTs da REBRIP.

No tocante a discussão sobre propriedade intelectual, o GT Propriedade Intelectual tem como objetivo a discutir e refletir sobre os recursos genéticos, cultivares e medicamentos no âmbito da política doméstica brasileira, bem como na geopolítica mundial, seja através dos acordos de livre comércio, ou dos organismos internacionais, como a Organização Mundial da



Saúde, OMC, Mercosul, ou das potências econômicas mundiais, como os EUA, a União Européia. Conforme consta no portal eletrônico da REBRIP, o referido GT parte de uma perspectiva de interesse público, trabalhando no sentido de mitigar o impacto das patentes na garantia de acesso da população a medicamentos e à saúde. (<[www.rebrip.org.br](http://www.rebrip.org.br)>). As linhas de atuação do GT, de acordo com a REBRIP são:

- Propor ações jurídicas e administrativas e realizar advocacy no tema da propriedade intelectual e acesso à inovações médicas;
- Acompanhar ativamente as negociações internacionais sobre propriedade intelectual nas quais o Brasil se encontra envolvido;
- Acompanhar e incidir no debate sobre propriedade intelectual no poder legislativo;
- Influenciar a opinião pública de forma a denunciar os impactos sociais dos acordos comerciais e os abusos do sistema de propriedade intelectual;
- Estreitar laços com organizações da sociedade civil do sul global que militam no tema da propriedade intelectual e ampliação do acesso à saúde e assistência farmacêutica. (REBRIP: [www.rebrip.org.br](http://www.rebrip.org.br)).

De acordo com Neves (2007, p.81), a natureza específica da atuação deste GT tem em sua composição organizações especializadas na temática da saúde e direitos humanos, a partir da composição de organizações não-governamentais referências nestas temáticas, através da coordenação da ABIA (Associação Brasileira Indisciplinar de AIDS), compondo, também o GT, a CONECTAS, GAPA – SP, GAPA – RS, Gestos GIV – Grupo de Incentivo à Vida, INESC, INTERVOZES, Médicos sem Fronteira, Pela Vida, OXFAM, FENAFAR, IDEC.

O GT Serviços, por sua vez, de acordo com Neves (2007, p.84) é coordenado pela SOF (Sempreviva Organizações Feministas), composto pelas organizações: Ação Educativa, AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras, ATTAC Brasil; CNTE - Central Nacional de Trabalhadores em Educação; CNTSS - Confederação Nacional de Trabalhadores em Seguridade Social; CUT-PR, Fase, FNU - Federação Nacional dos Urbanitários; FUP - Federação Única dos Petroleiros; IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor; Instituto Equit; ISP - Internacional Serviços Públicos; SOF Sempreviva Organização Feminista; SOS Corpo; Terra de Direitos. Este GT tem como objetivo difundir conhecimento e informações acerca dos impactos da liberalização dos acordos de livre comércio e das negociações comerciais sobre os serviços dos direitos básicos a dignificação dos povos. Através do acompanhamento das políticas diretivas da OMC, bem como os acordos Mercosul-UE, ALCA, e o GATS (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços), este grupo de trabalho tem como reflexão de que a globalização neoliberal, através da liberação do comércio se constituiu enquanto mecanismo de ataques aos direitos sociais e econômicos, uma vez que as diretrizes das instituições econômicas internacionais aliadas às empresas transnacionais buscam mercantilizar os

serviços básicos como o direito a água, a saúde, a educação, a energia aos povos. Neste sentido, o GT de Serviços se constitui enquanto pólo articulador das organizações do movimento sindical e de ONGs, as quais refletem e direcionam suas propostas alternativas face ao desregulação do *welfare state*, de modo a contribuir com o debate da necessidade de resistência e enfrentamento da sociedade civil às ingerências da globalização neoliberal.

Por fim, o GT Integração Regional e o GT Cooperação foram criados em 2005, no âmbito da III Assembléia Geral da REBRIP devido à expansão da política externa do governo Lula, a partir da caracterização da sua política Sul-Sul, tendo como construção de relações diplomáticas, o fortalecimento do cone sul, bem como da América do Sul, assim como, a Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento no espaço geopolítico sul-americano e no continente africano, especialmente, os países membros da Comunidade de Língua Portuguesa. Sendo assim, ambos GTs buscam refletir sobre o desenho político institucional da nova configuração da agenda da PEB fundamentada na “Política Sul-Sul”. Sendo assim, estes GTs advogam que o modelo de integração e desenvolvimento proposto pela IIRSA, através do investimento das instituições financeiras multilaterais, bem como a presença das empresas transnacionais, especialmente as brasileiras, tem dado uma priorização numa política de integração econômica, em vez de integração social do desenvolvimento sustentável das comunidades e dos povos sul-americanos, sendo necessário os movimentos sociais influenciarem e incidirem sobre as negociações comerciais e econômicas, tendo em vista incorporação dos direitos econômicos, sociais, étnicos e culturais dos povos, na perspectiva de um modelo alternativo às diretrizes da governança global neoliberal.

Desta forma, os GTs também sinalizam que as políticas de cooperação sul-sul devem romper com a lógica do comércio e do lucro das grandes empresas transnacionais, e, sim, incorporar políticas de regulação dos monopólios e de proteção contra o comércio desleal, promovendo ajuda técnica e solidariedade aos povos necessitados de tecnologia, a qual contribua para a garantia dos direitos sociais e a emancipação econômico-social dos povos do sul global. Ainda novo em seu acúmulo de debates e proposições, como os outros GTs, as organizações que contribuem para o fortalecimento da reflexão de idéias, difusão de conhecimento e propostas alternativas são: CUT Nacional, FASE, PACS, DIESE, INESC, Ação Educativa, AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras, ATTAC Brasil; CNTE - Central Nacional de Trabalhadores em Educação; CNTSS - Confederação Nacional de Trabalhadores em Seguridade Social; FNU - Federação Nacional dos Urbanitários; FUP - Federação Única dos Petroleiros; IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor; Instituto Equit; ISP - Internacional Serviços Públicos; SOF Sempreviva Organização Feminista; Terra de Direitos,

De certo, verifica-se, portanto, que os GTs explicitados acima são núcleos formativos da produção da literatura e das propostas da Rede sobre os eixos temáticos, os quais se constituem enquanto estratégia de formação política e ideológica de seus membros, no sentido de organizar e mobilizar as ações contestatórias, no intuito de assegurar a unidade política dos seus diversos membros a falar numa só voz.

### 2.3.2 A Consolidação e a Diversificação da Agenda Política

Von Bülow (2013, p.62) ao analisar o repertório tático e a contestação política da REBRIP estabeleceu uma cronologia histórica das fases do processo de construção da ação coletiva da rede. Para esta autora, a REBRIP possui quatro fases<sup>15</sup> na luta contras as iniciativas de liberalização econômica, no contexto da globalização neoliberal: 1º Fase: Criação (1997-2001); 2º Fase: Consolidação (2002-2003); Adaptação (2004-2008) e 4º Fase: Fragmentação? (2009...), conforme sinalizada no quadro abaixo.

**Quadro 1 – Quatros Fases da REBRIP**

<b>Fases de Coalizão</b>	<b>Principais Desafios</b>	<b>Escalas de Ação</b>
<b><i>Criação 1997-2001</i></b>	Criação de regras de governança interna; Reunir e Difundir conhecimento; Construção de uma rede transnacional; Acompanhamento de negociações.	Doméstica, Continental.
<b><i>Consolidação 2002-2003</i></b>	Mobilização; Criação e Difusão do Conhecimento; Formulação de Propostas Alternativas; Acompanhamento de Negociações.	Doméstica, Continental, Global.
<b><i>Adaptação 2004-2008</i></b>	Direcionamento de estratégias defensivas para proativas; Aprender sobre negociações globais e integrações regionais;	Doméstica, América do Sul, Global.

<sup>15</sup> A construção cronológica das quatro fases proposta pela autora não obedece à cronologia das Assembléias Geral da REBRIP, espaço este de avaliação da gestão e encaminhamentos políticos da rede.

Acompanhamento de Negociações;  
 Formulação de Propostas  
 Alternativas, Manutenção de  
 autonomia em relação ao governo  
 Federal; Criar e Difundir  
 Conhecimento.

*Fragmentação? 2009...* Manutenção de unidade interna; Doméstica, América do Sul,  
 Integração de grupos de trabalho; Global  
 Manutenção de autonomia na  
 relação com o governo federal;  
 Criação e Difusão de Conhecimento.

Fonte: Von Bülow, 2013, p.64, tradução nossa.

De acordo com Von Bülow (2013) estas quatro fases refletem os desafios e as alterações das estratégias de contestação política da rede, bem como a diversificação e ampliação da agenda de contestação, a partir das transformações na geopolítica internacional, tanto na esfera da política doméstica, quanto do espaço continental americano e global. *A Primeira Fase: Criação (1997-2001)* –, já explicitada anteriormente, foi o momento de formação e institucionalização da Rede, no qual a autora advoga que foi o período de construção do laço político com a ASC, assim como a definição da luta política contra a ALCA, devido não somente às diretrizes políticas neoliberais do projeto, bem como a não transparência e ausência da participação de atores não-estatais nas negociações, resultando, assim, a conclusão da REBRIP em projetar ação política de oposição a este projeto. (VON BÜLOW, 2013, p.66-67, tradução nossa).

*A Segunda Fase: Consolidação (2002-2003)* –, de acordo com Von Bülow (2013, p.66) foi marcada pela consolidação do papel da Rede enquanto ator nacional e internacional, a partir da difusão do conhecimento e informação sobre os impactos negativos aos direitos sociais, econômicos e culturais aos povos latinoamericanos, bem como na política doméstica brasileira, no qual a REBRIP desenvolveu inúmeras atividades de intensa mobilização na sociedade civil brasileira, através de protestos, passeatas nas ruas, bem como a realização do

Plebiscito Popular Nacional sobre a ALCA<sup>16</sup> e Alcântara em 2002, a participação ativa na Cúpula dos Povos das Américas<sup>17</sup>, como também contribuiu para a construção, fortalecimento e disseminação de uma proposta alternativa ao projeto: o *Alternativas para as Américas*-, elaborado desde 1998 e alterado com novas propostas sobre a perspectiva de uma integração regional pautada na autonomia do desenvolvimento econômico-social e sustentável, bem como na autodeterminação dos povos, em parceria com a Aliança Social Continental.

O *Alternativas para as Américas* elaborado pela ASC/REBRIP é um documento que não desenvolve somente uma crítica à globalização econômica neoliberal, através do ponto de vista dos representantes da sociedade civil das Américas. O referido projeto alternativo à ALCA foi uma tentativa ajustada de desenvolver os princípios e as ações capazes de guiar uma visão alternativa de mundo. Assim, este documento é singular e, particularmente, relevante para a discussão do enfrentamento a ALCA, porque oferece uma representação relativamente detalhada da visão de mundo, por parte das organizações da sociedade civil à globalização econômica.

No geral, o documento examina 16 áreas temáticas, acrescido de uma seção introdutória com princípios gerais da ASC em seu conjunto. Algumas seções exploram e fornecem alternativas aos setores oficiais da negociação da ALCA, como por exemplo, os direitos de propriedade intelectual, serviços, investimento estrangeiro, acesso ao mercado e regras de origem. Enquanto as outras seções do documento exploram as questões que são centrais a uma visão alternativa de mundo afiançada pela ASC/REBRIP, como por exemplo, a questão de gênero, a imigração, a sustentabilidade e a comunicação. A intenção desta estrutura no documento é mostrar que as negociações comerciais internacionais têm conseqüências prejudiciais de grande envergadura para o conjunto da sociedade e, que um modelo alternativo de integração continental precisa levar em consideração a ampliação das questões sociais e políticas, no intuito de conseguir o desenvolvimento sustentável dos países participantes do projeto de negociação da ALCA.

Neste sentido, a partir das iniciativas de contestação política explicitadas acima, pode-se aferir que, a consolidação da rede enquanto importante ator não-estatal na sociedade civil

---

<sup>16</sup> Consultar o capítulo 3, a secção: 3.3.1: Política Comercial desta pesquisa, onde se encontra a explicitação do plebiscito.

<sup>17</sup> A Cúpula dos Povos das Américas é um fórum organizado pela Aliança Social Continental juntamente com os movimentos sociais e movimento sindical do continente americano, o qual ocorre paralelamente em contraposição à reunião da Cúpula das Américas (reunião de chefes de estado com objetivo de discutir a ALCA e integração regional no espaço americano). A REBRIP tem participado ativamente neste fórum desde sua criação, nas edições de 1998 no Chile, 2001 no Canadá, na Reunião Especial da Cúpula das Américas em 2004 no México, em 2005 na Argentina e em 2009 em Trinidad y Tobago.

nacional na luta contra-hegemônica à globalização neoliberal, representada no contexto pela iniciativa da ALCA, foi avaliada pela REBRIP (2007a) em seu documento: *Balanço do Período 2005 – 2007: Roteiro para Avaliação e Debate* –, quando a Rede fez uma retrospectiva das atividades executadas ao longo dos anos 2001 e 2003, no marco da sua mobilização contra a ALCA, quando explicita que,

(...) A Campanha contra a ALCA no Brasil e no continente teve neste período seu momento de culminância, e o plebiscito de 2002 foi o retrato da forte mobilização produzida em torno do tema. **Este foi o período em que a REBRIP deslançou: participamos ativamente da coordenação da Campanha, produzimos muitos materiais de formação, e nosso vínculo com a Aliança Social Continental (ASC) nos deu um sólido referencial político, ao mesmo tempo em que nos colocou o imenso desafio de sediarmos a secretaria continental da ASC em seu período de maior mobilização.** (REBRIP, 2007a, grifos nossos).

*A Terceira Fase: Adaptação (2004-2008)* –, segundo Von Bülow (2013, p.68-69) foi caracterizada como o período do “*pós-ALCA*”, a qual identificamos e caracterizamos como a fase de ampliação da REBRIP. A expansão da agenda política da Rede ocorreu devido à paralização das negociações da ALCA pelo governo Lula, às novas iniciativas de liberalização econômica no âmbito da governança econômica global pela OMC, assim como as negociações comerciais entre o Mercosul e a União Européia. Sendo assim, a Rede passou a incorporar essas agendas na sua luta contra-hegemônica às iniciativas de liberalização comercial e financeira não somente contra a OMC, como também às organizações e os novos atores da governança econômica neoliberal, como o G-20 financeiro, o Banco Mundial, o FMI e, igualmente, a transnacionalização das empresas brasileiras no América do Sul e na África, as quais compartilham das dinâmicas e diretrizes da arquitetura econômica financeira do capital neoliberal global.

O olhar voltado para a geopolítica global e sul-americana passou, então, a ser foco de atenção para a REBRIP, uma vez que a agenda da Política Externa Brasileira durante o governo Lula buscou priorizar atores como o BRICS, G-20, as relações diplomáticas no âmbito do Mercosul, às políticas de cooperação sul-sul, sendo necessário, portanto, a Rede se apoderar das discussões e informações sobre as negociações comerciais e os impactos sociais, não somente para a sociedade brasileira, como também aos povos sul-americanos. Esta fase, como será analisada na seção a seguir, foi o período de posicionamentos políticos de convergência e divergência da REBRIP sobre a PEB do governo Lula, em que a organização buscou refletir e influenciar na agenda da política externa deste governo, se afirmando,

também enquanto entidade de maior capilaridade da sociedade civil para discussão sobre política externa no Brasil.

Por fim, a última etapa, a *Quarta Fase: Fragmentação? (2009...)* –, Von Bülow (2013, p.73) advoga que ainda em curso, pode ser caracterizada pelo aprofundamento da tendência para uma fragmentação da REBRIP em subgrupos autônomos, os quais atuam em questões específicas da Rede, isto é, os GTs. A pesquisa aqui realizada discorda desta análise, uma vez que a V Assembléia Geral da REBRIP, assim como sua avaliação sobre a Política Externa Brasileira durante a gestão do governo Lula apontam encaminhamentos para caracterizarmos como uma fase de Ressignificação da luta contra-hegemônica à globalização neoliberal vigente, a partir dos posicionamentos políticos da Rede durante o período da condução do Partido dos Trabalhadores na sua coalizão de centro-esquerda no governo brasileiro, como analisaremos no próximo capítulo.

À guisa de conclusão, este capítulo teve como propósito apresentar os debates contemporâneos sobre a emergência da sociedade civil global e dos movimentos sociais transnacionais, na literatura das Relações Internacionais. A partir das formulações teóricas produzidas pelo transnacionalismo construtivista cosmopolita e pela perspectiva crítica marxista neogramsciana, A perspectiva transnacionalista construtivista estabeleceu um debate centrado na concepção da ideia de “sociedade civil global”, enquanto esfera pública democrática progressista, em que grupos de cidadãos se organizam para proteger e promover os direitos civis e socioeconômicos da maioria, contra os impactos negativos da globalização contemporânea neoliberal, numa relação dialógica com as organizações e os regimes internacionais. Esta visão cosmopolita sobre a sociedade civil é limitada, uma vez que não se propõe a descortinar a fetichização das relações sociais inseridas no modo de produção capitalista global, estabelecendo um estudo crítico sobre as relações globais de poder e suas disputas políticas na geopolítica mundial, uma vez que estabelece um quadro analítico fundamentado nas relações entre agentes e estrutura.

A perspectiva marxista crítica neogramsciana através do materialismo histórico e dialético, concebe a sociedade civil global enquanto disputa de projetos políticos de forças sociais, assentadas em relações globais de poder, revelando a potencialidade crítica de compreender as forças sociais emancipatórias como fontes de inovação, rejeitando, assim, o determinismo economicista da análise marxista clássica. Serbin (2004) consubstancia a assertiva acima, ao revelar que,

las versiones críticas y neomarxistas, si bien asumen la existencia de la sociedad civil no la desvinculan de la presencia estructural de formas de opresión, entendiendo, particularmente em una perspectiva gramsciana, que el estado y la sociedad civil son inseparables. No obstante, em una perspectiva “post-marxista” se recaza la obsesión com el poder estatal y las estructuras de clase para ver a la sociedad civil como una esfera de un proyecto político de democratización radical. Sin embargo, em el enfoque radical entre marxistas y post-marxistas, existe una convergencia en el reconocimiento de fuentes estructurales de desigualdad, tanto en los sistemas domésticos como en los internacionales. Esta perspectiva, asociada a la esfera de producción y a la estructura de clases posibilita un análisis de las contradicciones y conflictos en el seno de la sociedad civil, más que en el marco de las contradicciones entre estado y sociedad civil. (SERBIN, 2004, p.22).

A abordagem marxista neogramsciana das Relações Internacionais reconhece, assim, o papel das novas lutas políticas contra-hegemônicas, na ordem mundial neoliberal, as quais estão alicerçadas sobre a necessidade de garantias de direitos econômicos, políticos, culturais-identitários, no âmbito da democracia participativa, oferecendo um ponto de partida para uma reaproximação entre as variadas forças subalternas expressas na sua categoria analítica de forças sociais, de modo que os movimentos sociais transnacionais estão construindo ações políticas contra-hegemônicas ao capital global, na ordem mundial neoliberal, revelando, desta maneira, ser uma ferramenta teórica importante para a compreensão da contestação política contra-hegemônica à globalização neoliberal da REBRIP.

Desta forma, apesar da REBRIP se configurar enquanto uma Rede de coalizão de grupos sociais da sociedade civil nacional brasileira, tendo sua constituição assentada no quadro analítico das TANs da perspectiva transnacionalista construtivista cosmopolita de Keck e Sikkink (1998), pelo fato de operar sua luta política no âmbito da esfera doméstica e internacional via ASC, esta pesquisa tem como ensejo analisar a Rede na dimensão de sua contestação política contra-hegemônica à globalização neoliberal, através de seus posicionamentos políticos com relação às contradições da agenda da política externa do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e sua relação com a elite do bloco de poder durante a gestão deste governo, uma vez que a REBRIP pode ser observada enquanto uma força social aglutinadora de diversos grupos sociais de matriz ideológica política de esquerda e centro-esquerda, uma vez que esta Rede possui como projeto político o enfrentamento à agenda neoliberal e o combate às elites políticas e econômicas da sociedade civil brasileira, bem como os agentes do capital global, no âmbito da geopolítica mundial.

Neste sentido, buscaremos analisar no próximo capítulo a dimensão política da política externa do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), no sentido de compreender as contradições existentes entre a relação das forças sociais nacionais durante a



administração de Lula, e suas articulações hegemônicas e contra-hegemônicas na globalização contemporânea neoliberal, assim como a análise da REBRIP sobre a inserção internacional do Brasil na geopolítica mundial, tendo como base a agenda da política externa brasileira executada pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), através da coalizão de centro-esquerda da gestão de Lula no poder do Estado-Nação brasileiro.

### **3 A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL ATRAVÉS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE O GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010): Aspectos Hegemônicos e Contra-Hegemônicos no contexto da Globalização Neoliberal**

“A política externa, como toda política, sempre dividiu e divide uma sociedade”.

**Marco Aurélio Garcia**

O presente capítulo tem como propósito analisar a inserção internacional do Brasil na geopolítica mundial, por meio da Política Externa Brasileira (PEB) durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), tendo em vista as contradições existentes da assimilação de aspectos hegemônicos e contra-hegemônicos, do contexto histórico da globalização neoliberal vigente, da Era Lula e a análise da REBRIP sobre a agenda internacional deste governo. Neste sentido, dividiremos este capítulo em quatro seções: 3.1 – A inserção internacional do Brasil no contexto da Globalização Neoliberal; 3.2 – A Política Externa Brasileira neoliberal: os governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso; 3.3 – A Política Externa Brasileira do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010): Aspectos Hegemônicos e Contra-Hegemônicos no contexto da globalização neoliberal e, por fim, 3.4: A Rede Brasileira pela Integração dos Povos e a análise das contradições da Era Lula (2003-2010) no contexto da globalização neoliberal.

#### **3.1 A inserção internacional do Brasil no contexto da Globalização Neoliberal**

O surgimento do processo de regionalização das economias nacionais, a partir dos blocos econômicos regionais, impulsionados pelas novas dinâmicas da geopolítica mundial, sob a égide da nova ordem mundial, através da globalização neoliberal, contribuiu para o reposicionamento da inserção internacional do Brasil, na geopolítica global.

Segundo Monica Hirst (1996), o fim da ordem internacional bipolar e o surgimento da globalização neoliberal dos anos 1990, através dos processos e dinâmicas da transnacionalização dos Estados-Nação, assim como diferentes atores internacionais, contribuíram para a forte presença da ideologia liberal, no âmbito da condução da Política

Externa Brasileira, executada pelos governos democráticos brasileiros, a partir de 1990, devido ao ideário neoliberal estabelecido pela nova ordem multipolar, a globalização, sob a égide do Consenso de Washington, a qual influenciou a agenda da política externa brasileira neste período.

No sentido de interpretar a inserção internacional do Brasil por meio de sua política externa, a partir dos anos 1990, Miriam Gomes Saraiva e Marcelo Valença (2012) estabelecem quatro paradigmas que nortearam a PEB: i – o *americanista*; ii – o *globalista*; iii – o *institucionalista pragmático*; iv – o *autonomista*. Para estes autores, o paradigma americanista foi estabelecido pela aproximação do Brasil com os Estados Unidos, no qual a projeção internacional do país esteve atrelada aos interesses estadunidenses do final do século XIX até a primeira metade do século XX. O globalista, sob a ótica realista, buscou uma diversificação da inserção do Brasil na geopolítica mundial, a partir da segunda metade do século XX, sendo caracterizado pela Política Externa Independente, entendendo as clivagens político-ideológica-econômicas entre Leste/Oeste, Norte/Sul, de modo a assegurar os interesses nacionais do país no contexto histórico da ordem bipolar internacional. (SARAIVA; VALENÇA, 2012, p.8-11).

O paradigma institucionalista pragmático, para Saraiva e Valença (2012) se deu nos marcos da globalização neoliberal presente na PEB dos anos 1990, cujos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) romperam com os paradigmas americanista e globalista, norteando a PEB numa ótica neo-institucionalista, priorizando políticas comerciais voltadas para abertura econômica do país, assim como uma maior importância a diversificação da agenda, a partir da valorização de políticas multilateralistas, dos regimes e instituições internacionais, igualmente relações bilaterais com os países do centro do capitalismo neoliberal global. Os autores registram a configuração da PEB sob a ótica do paradigma institucionalista pragmático, ao sinalizar que,

a preferência dos institucionalistas pragmáticos por fóruns multilaterais se justificava pela necessidade de buscar parceiros entre os Estados defensores dessa ordem, tal como em um concerto de países com discurso homogêneo. Assim, a busca por autonomia – objetivo central da política externa brasileira – não se chocaria à construção da identidade política brasileira de Estado integrado e participante da ordem internacional e de suas instituições, (...) [uma vez que] (...) estabeleceu, também, duas esferas de atuação simultâneas e concorrentes nas quais o Brasil voltaria seus esforços diplomáticos. Essas esferas consistiriam na (i) busca por uma maior projeção internacional e na (ii) construção da liderança regional na América do Sul. Ambas as iniciativas foram costuradas ao longo dos governos de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso. (SARAIVA; VALENÇA, 2012, p.14).

Para Miriam Gomes Saraiva (2013) a caracterização deste paradigma foi mais presente no governo de Fernando Henrique Cardoso, pois,

os institucionalistas pragmáticos vieram a compor a corrente que se fortaleceu e se consolidou durante o Governo de Cardoso. No campo econômico, são mais favoráveis a um processo de «liberalização condicionada» da economia e, no espectro partidário, encontram maior identidade no psdb (Partido Social Democrático Brasileiro). Os institucionalistas pragmáticos caracterizam-se por dar maior importância ao apoio do Brasil aos regimes internacionais em vigência, identificando a regulamentação das relações internacionais como um cenário favorável ao desenvolvimento econômico brasileiro. Defendem também uma inserção internacional do país a partir de uma nova visão dos conceitos de soberania e autonomia, aonde os valores globais devem ser defendidos por todos. Neste caso, a autonomia comportaria um país integrado à ordem internacional que empreenderia suas diferentes iniciativas nos marcos das instituições internacionais. (SARAIVA, 2013, p.65).

O paradigma autonomista para Saraiva e Valença (2012) é compreendido pela corrente nacionalista, a qual tem lócus no âmbito da estrutura burocrática do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Palácio do Itamaraty, caracterizando a PEB por uma política comprometida com a promoção do desenvolvimento do país, numa busca de mudanças significativas na governança global, isto é, nos fóruns multilaterais dos regimes e instituições internacionais, bem como uma PEB mais colaborativa e participativa junto aos países em desenvolvimento. Para esses autores,

o presidente Lula promoveu uma mudança significativa no interior do Itamaraty, alterando os rumos da política externa brasileira. **Seu mandato marcou a mudança da orientação institucionalista pragmática para o paradigma autonomista que, ainda que mantendo certa coerência com o modelo anterior, assumiu um caráter mais assertivo (...) cabe ressaltar aqui que, apesar da manutenção dos princípios gerais da política externa, há uma evidente descontinuidade na visão de mundo assumida pelos autonomistas e nas estratégias por eles adotadas (...) ao longo de seus dois mandatos, elementos característicos do desenvolvimentismo e do fortalecimento da industrialização foram reintroduzidos, com vistas ao avanço tecnológico em áreas consideradas estratégicas.** A postura revisionista dos autonomistas colocou o desejo brasileiro de ser uma potência global em franca evidência. As esferas de atuação defendidas pelos institucionalistas pragmáticos foram, na prática, reforçadas pelos autonomistas, mesmo que sob uma nova roupagem. Estes enxergavam que não apenas a liderança regional era importante para as pretensões brasileiras, mas também o aumento da influência entre os países do Sul. A política do governo de Lula refletiu, portanto, essa nova percepção e interesses. (SARAIVA; VALENÇA, 2012, p.14, *itálico dos autores, grifos nossos*).

Sob a égide da perspectiva construtivista, os cientistas políticos Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007) no artigo: *A política externa brasileira de Lula da Silva: a estratégia*

*da autonomia pela diversificação* – buscaram interpretar a PEB do governo Lula em comparação com o governo de FHC, a partir da formulação do conceito de *autonomia pela participação* e *autonomia pela diversificação*. Através das idéias e os comportamentos estratégicos dos governos dos ex-presidentes acima, estes autores analisam como a PEB do final dos anos 1990 até a primeira década do século XXI foi marcada por processos e dinâmicas de continuidades e rupturas, da inserção do Brasil na geopolítica mundial.

Sendo assim, Vigevani e Cepaluni (2007) advogam que a estratégia da PEB através da *autonomia pela participação* foi estabelecida na era FHC, a partir da assimilação das prerrogativas das instituições e regimes internacionais, de modo que o Brasil aderisse aos reajustes da governança global neoliberal, no âmbito do paradigma multilateralista da globalização neoliberal em curso dos anos 1990. Por sua vez, a estratégia da PEB através da *autonomia pela diversificação* se constituiu como a base orientadora do governo Lula, a partir da concepção de um país neodesenvolvimentista, cujas diretrizes políticas estiveram concatenadas pela assertividade da soberania nacional brasileira, de modo a assegurar alianças estratégicas com países em desenvolvimento, isto é, os países do Sul global, por meio de formação de coalizões políticas em ações de comércio, integração e cooperação.

[...] (2º) "**autonomia pela participação**" como a adesão aos regimes internacionais, inclusive os de cunho liberal, sem a perda da capacidade de gestão da política externa; nesse caso, o objetivo seria influenciar a própria formulação dos princípios e das regras que regem o sistema internacional; (3o) "**autonomia pela diversificação**" como a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional. (VIGEVAANI; CEPALUNI, 2007, p.283, **grifos nossos**).

É mister registrar que a reinterpretação da PEB sob a égide das tradições neo-institucionalistas e construtivistas, a partir dos anos 1990 pela literatura brasileira, buscou compreender a política externa do Brasil na dinâmica da nova ordem multipolar da globalização neoliberal, cujas influências das idéias das correntes acima citadas estiveram presentes nas produções científicas da literatura internacional vigente. Sendo assim, o internacionalista Lucas Ribeiro Mesquita (2012) evidencia que os novos sentidos e novos objetivos da inserção internacional do Brasil possibilitaram a emergência de novas categorias analíticas sobre a PEB, a partir das dinâmicas políticas diversificadas da era Lula (2003-2010). O autor ilustra seu pensamento, ao nos revelar que,

a academia nacional tem empreendido esforços em analisar como os novos atores e as novas dinâmicas decisórias se relacionam com a produção da política externa, entre eles o papel do executivo (SANCHEZ-BADIN; FRANÇA, 2010), o do presidente (CASON; POWER, 2009), o do congresso (DINIZ; RIBEIRO, 2008), dos partidos políticos (OLIVEIRA, 2011), dos grupos de interesse (COUTO, 2008), do judiciário (COUTO, 2004), de ministérios e agências estatais (PINHEIRO; BESHARA, 2012), a participação das cidades e estados (SALOMÓN; NUNES, 2007), da sociedade civil (ASSANO; AMAPRO, 2008). (MESQUITA, 2012, p.166).

Com efeito, apesar dos trabalhos acima citados apresentarem novas perspectivas e novas formulações conceituais sobre a PEB, constata-se que a co-constituição da simbiose teórica liberal-construtivista para a interpretação da política externa brasileira pelos autores citados até o momento, representa uma consolidação da representação do ideário liberal político-filosófico do contexto histórico da globalização neoliberal. Neste sentido, esta pesquisa entende que é necessário compreender a inserção internacional do Brasil, através de sua política externa, a partir da dinâmica das contradições das relações de poder, bem como dos diferentes interesses políticos, dos quais os distintos grupos sociais estão inseridos no contexto socioeconômico e político da sociedade nacional brasileira, a nível doméstico e internacional. Desta forma, compartilhamos da assertiva dos cientistas políticos, Marcelo Mariano e Karina Mariano (2008) nos revelam que,

existe no Brasil uma tradição de tratar a política externa a partir de conceitos e pressupostos sobre uma continuidade histórica sobre a ação diplomática [...]. No entanto, tem crescido o debate sobre possíveis alterações após a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, fato esse que representa a chegada ao poder de uma nova elite política e, portanto, de novos interesses e nova base de sustentação. (MARIANO & MARIANO, 2008, p.99).

A fim de compreender a inserção internacional do Brasil através de sua política externa, durante o governo do ex-presidente Lula (2003-2010), a partir da assimilação de aspectos hegemônicos e contra-hegemônicos da globalização neoliberal, compartilhamos do referencial teórico da pesquisa de doutorado da cientista política Tatiana Berringer (2014): *Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula* –, o conceito de bloco no poder do sociólogo greco-francês Nicos Poulantzas, pois este conceito nos permite analisar a PEB, sob a égide das contradições da relação existente entre classes e frações de classes dominantes e o Estado burguês capitalista, no âmbito das disputas de interesses representados pela execução da PEB, durante o marco histórico delimitado por esta pesquisa.

Poulantzas (1977) em sua obra: *Poder político e classes sociais* –, formula o conceito de bloco no poder, compreendido como uma manifestação singular das formações sociais

capitalistas, na qual implica o domínio político da estrutura estatal por parte de várias classes ou frações de classes dominantes, indicando uma unidade contraditória de classes e frações de classe, em relação a uma forma de estado capitalista específica. O bloco no poder representa, assim, um conceito de hegemonia utilizado em duas instâncias: de um lado, existe sempre uma fração de classe que dirige e lidera as outras frações e classes sociais, concebida como fração hegemônica, entre as diferentes classes, ou frações de classes, as quais integram o bloco no poder; e, por outro lado, o bloco no poder concebido em seu conjunto como o exercício da hegemonia das classes ou frações de classes no aparelho estatal, em relação às classes dominantes não pertencentes ao bloco, bem como as classes subalternas. Sendo assim, a classe dominante é aquela que domina a cena política, entendida por Poulantzas (1977) como “o lugar onde é possível referenciar uma série de defasagens entre os interesses políticos e as práticas políticas das classes, por um lado, e a sua representação partidária, os próprios partidos políticos, por outro”. (POULANTZAS, 1977, p.242).

Desta forma, este autor sinaliza que a classe dominante ao dirigir o bloco no poder por meio de um partido, ou acordo de partidos, também pode ser entendida através do seu papel de dirigente político e ideológico, ou de sua função mantenedora do bloco no poder. Não obstante, a classe hegemônica não pode ser concebida como uma noção de aliança ou divisão de poder entre classes ou frações de classes, mas, sim, numa ótica de disputa constante de várias classes, integradas em seu conjunto no domínio e direção do Estado capitalista, ainda que se tenha uma fração com maior poder político e econômico, a fração hegemônica do bloco no poder. Deste modo, o bloco no poder se configura de um lado, numa arena política dominada por várias classes, do outro, numa arena econômica competitiva entre as distintas frações de classe, definindo, assim, a unidade política orgânica do Estado capitalista, do bloco no poder. Conforme registra Poulantzas (1977),

através da unidade própria de poder institucionalizado do Estado capitalista. (...). A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações no bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política. O processo de constituição da hegemonia de uma classe ou fração difere quando essa hegemonia se exerce sobre as outras classes e frações dominantes – bloco no poder -, ou sobre o conjunto de uma formação, inclusive sobre as classes dominadas. (POULANTZAS, 1977, p. 233-234).

A partir da constituição do conceito de bloco no poder verifica-se que Poulantzas (1977) dialoga com o conceito de hegemonia em Gramsci, ao indicar a constituição dos interesses políticos das classes ou frações de classes, através da direção do Estado capitalista,

como representantes do interesse geral da sociedade civil. Sendo assim, o conceito de hegemonia se reveste no sentido de compreender a luta de classes no interior da formação do Estado capitalista, enquanto unidade política, ideológica e econômica de classes e frações de classes dominantes. No entanto, este autor nos revela que, no âmbito de uma dada forma de Estado capitalista, as classes e frações dominantes, estão inseridas sob o papel hegemônico preponderante da direção e domínio político de uma dada classe hegemônica, a qual concentra em si, na esfera política, a dupla função de representar o interesse geral da sociedade civil, assim como ter o controle político entre as classes e frações dominantes.

Berringer (2014), através da concepção poulantziana de bloco no poder, explicita que é fundamental “desvendar a relação existente entre os interesses de classe e as decisões em política externa” de um Estado-Nação, uma vez que, a política externa é uma arena de disputas políticas entre grupos econômicos (frações da burguesia interna produtiva), partidos e grupos políticos e movimentos sociais, os quais na cena política dispõem de distintos interesses e demandas, no âmbito do Estado capitalista. (BERRINGER, 2014, p.48). Neste sentido, para a autora é fundamental entender que a configuração do bloco no poder está assentada sob diferentes formas e regimes políticos do Estado capitalista. Isto é, a partir da posição do Estado na estrutura de poder internacional, determinará o tipo de fração hegemônica ou frações de classes no bloco de poder, bem como a posição política do Estado numa determinada conjuntura econômica histórica. Sendo assim, Berringer (2014) explicita que,

no geral, a posição do Estado em determinada conjuntura histórica é determinada pela fração hegemônica no bloco no poder. Assim, a posição política de um Estado imperialista, em uma determinada conjuntura histórica, poderá oscilar entre expansionismo ou isolacionismo, a depender do destino prioritário da sua produção. Se a produção for prioritariamente voltada ao mercado interno, a tendência é que a posição política do Estado concorra para o isolacionismo; mas, se a produção for voltada a outros mercados, provavelmente política estatal será expansionista. A posição política dos Estados dependentes pode, por seu turno, oscilar entre subordinação passiva, subordinação conflitiva e antiimperialismo. **Quando a fração hegemônica for a burguesia compradora, a posição política será de subordinação passiva ao imperialismo. Quando a fração hegemônica for a burguesia interna, a posição política em relação aos Estados imperialistas tenderá a ser conflituosa, pois caberá ao Estado alcançar uma maior margem de manobra frente ao imperialismo. E, se houver a composição de forças antiimperialistas — a formação de uma burguesia nacional aliada às classes populares—, o Estado poderá vir a romper relações com os Estados imperialistas.** (BERRINGER, 2014, p.49, grifos nossos).

Através desta explicitação, Berringer (2014) constrói um quadro analítico comparativo, de modo a subsidiar a compreensão da configuração do bloco no poder, em diferentes tipos de Estados capitalistas, do qual compartilhamos para a compreensão da PEB



dos anos 1990, como Estado dependente, cuja fração hegemônica foi a burguesia compradora, subordinada passivamente aos interesses do Consenso de Washington, e na era Lula, como Estado dependente configurado por frações da burguesia interna, através de subordinação conflituosa na governança global.

**Quadro 2 – Fração hegemônica e a posição política do Estado em uma determinada conjuntura histórica<sup>18</sup>**

<b>Posição do Estado na estrutura de poder internacional</b>	<b>Fração hegemônica no bloco no poder</b>	<b>Posição política do Estado em uma determinada conjuntura histórica</b>
Estado imperialista	Burguesia cuja produção é prioritariamente voltada ao mercado Externo	Expansionista
Estado imperialista	Burguesia cuja produção é prioritariamente voltada ao mercado Interno	Isolacionista
Estado dependente	Burguesia compradora	Subordinação passiva
Estado dependente	Burguesia nacional	Antiimperialista
Estado dependente	Burguesia interna	Subordinação conflitiva

<sup>18</sup> Quadro analítico elaborado pela autora, (BERRINGER, Tatiana, 2014, p.50).

**Fonte: Berringer, 2014, p.50.**

O quadro acima representa a configuração do Estado capitalista, numa determinada ordem mundial, a partir da constituição da fração hegemônica da classe capitalista dominante no ordenamento da inserção internacional de um Estado-Nação na geopolítica internacional. Sendo assim, verifica-se que um Estado imperialista através do domínio de uma burguesia voltada para a difusão dos seus negócios para o mercado externo, o Estado imperialista se voltará para o domínio de novos mercados, numa perspectiva expansionista, contudo, se a burguesia estabelecer sua produção prioritariamente no âmbito da sociedade nacional, o Estado imperialista se configurará enquanto entidade política isolacionista, no âmbito da geopolítica econômica global. Quanto à configuração de um Estado dependente, a sua posição política na geopolítica internacional pode variar conforme a natureza político-econômica da burguesia, no âmbito da sociedade nacional, isto é, se a burguesia for compradora, através da importação de produtos internacionais, no sentido de manter seus privilégios de status e poder, o Estado adotará uma subordinação passiva em relação aos outros Estados-nação capitalistas; se a burguesia se constitui enquanto classe nacional, na perspectiva de desenvolvimento e modernização das bases estruturantes do Estado, este adotará um caráter antiimperialista aos interesses das grandes potências, uma vez que esta burguesia passará a disputar também seus interesses na governança econômica global; por fim, um Estado dependente sob o domínio de uma burguesia interna (produtiva), seu posicionamento político estará fundamentado por uma subordinação conflitiva, devidos aos diferentes interesses e disputas das frações da burguesia interna no domínio e controle do Estado-Nação.

No intuito de delimitar a compreensão do Estado capitalista brasileiro, a partir deste quadro teórico analítico poulantziano elaborado por Berringer (2014), é importante compará-lo com a produção dos paradigmas do Estado brasileiro do historiador e pesquisador sobre a PEB, Amado Cervo (2008), bem como entender a configuração do sistema político brasileiro, a partir da instituição do Estado Democrático de Direito (burguês) em 1988, através dos estudos dos cientistas políticos Sérgio Abranches (1988) e Vicente Palermo (2000), de modo a subsidiar a complexificação das influências dos distintos interesses das frações de classe da burguesia interna produtiva, igualmente das classes subalternas, na política externa brasileira.

Amado Cervo (2008) em sua obra: *Inserção Internacional: a formação dos conceitos brasileiros* –, busca analisar a PEB a partir da trajetória histórica, moderna e contemporânea do Brasil, sustentada por quatro paradigmas sucessivos: i – o liberal-conservador (até 1930); ii

– o desenvolvimentista (1930-1989); iii – o normal (1989-2002); iv – o logístico de 2003 até a atualidade. O paradigma liberal-conservador é estabelecido num contexto internacional dominada pela ascensão e crise da *pax britânica* até as primeiras décadas do século XX. A partir da dinâmica da divisão internacional do trabalho, Cervo (2008) sinaliza que a inserção internacional do Brasil neste paradigma estava associada na lógica da venda de matérias primas e importação de bens manufaturados e capitais, dos países do centro do capitalismo, especialmente ao império inglês, denotando assim, uma política externa submissa aos princípios liberais econômicos e conservadora na compreensão da formação nacional brasileira.

Por sua vez, o paradigma do Estado desenvolvimentista, foi construído a partir da crise econômica dos anos 1930, e também no contexto da segunda guerra mundial, no qual a burguesia nacional brasileira buscou promover um radical processo de industrialização, no intuito de garantir autonomia comercial interna e a inserção internacional do Brasil, enquanto país em desenvolvimento. Cervo explicita que a noção de interesse nacional conectada ao ideário desenvolvimentista, foi constituída pela busca de autonomia, da flexibilidade do comércio, subordinadas na construção de um projeto nacional de desenvolvimento. Sendo assim, Cervo (2008) ressalta a contribuição dos ex-presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek e os teóricos dos estudos da dependência, os quais contribuíram para a idéia de progresso econômico nacional, a partir da reafirmação do Brasil enquanto um Estado de média potência internacional, com possibilidades de desenvolvimento, através da substituição de importações para substituição de exportações. Desta forma, este autor nos revela que o paradigma do Estado desenvolvimentista se estruturou, então, na idéia de quebrar o modelo de dependência do Brasil, confrontando as assimetrias do sistema capitalista internacional, buscando, assim, a aspiração brasileira de ascender para as fileiras dos países do centro do capitalismo global.

O paradigma do Estado normal, ou liberal, de acordo com Cervo (2008), consiste na submissão das regras impostas pelo liberalismo no contexto da globalização, assim como foi empregada, pelo estado liberal-conservador até os anos 1930. Sendo assim, este autor sinaliza que as recomendações das instituições financeiras, através do Consenso de Washington, foram absorvidas pelos governos democráticos dos anos 1990, os quais empreenderam reformas estruturais sob a égide do neoliberalismo, através de privatizações das empresas públicas, aumento da inflação, reestruturação produtiva das relações sociais do mundo do trabalho, bem como contribuíram para o endividamento externo sob a ótica de uma economia de mercado liberal. Desta forma, Cervo (2008) sinaliza que o interesse nacional e o projeto

desenvolvimentista firmados ao longo do século XX, se tornaram dependentes da lógica financeira, empresarial e tecnológica da economia internacional neoliberal, a partir do governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello até a era FHC.

Por fim, o Estado Logístico, segundo Cervo (2008), compreende aspectos do estado desenvolvimentista e do estado normal-liberal, isto é, de um lado, a garantia do desenvolvimento econômico nacional, a partir do investimento ao capital produtivo interno na sua internacionalização, por meio de investimentos externos diretos, do outro, o estímulo à abertura comercial pautada numa disputa das diretrizes e (re) arranjos das instituições financeiras da globalização econômica neoliberal. Deste modo verifica-se que, a inserção internacional do Brasil, através da PEB é diversificada e orientada de acordo com vários interesses nacionais, permitindo que diferentes setores (a burguesia interna produtiva: industrial, agronegócio, movimentos sociais) possam interferir nas decisões políticas internacionais, a partir da compreensão de uma PEB plural e multifacetada, de todos os setores e frações sociais nacionais. Para explicitar a PEB, a partir do paradigma do Estado logístico, Cervo (2008) assegura que,

a política exterior volta-se a realização de interesses nacionais diversificados: dos agricultores, combatendo subsídios e protecionismo, porque convém à competição do agronegócio brasileiro; dos empresários, amparando a concentração e o desenvolvimento tecnológico; dos operários, defendendo seu emprego e seu salário; dos consumidores, ampliando seu acesso à sociedade do bem-estar. (Cervo, 2008, p. 18).

A partir da explicitação da PEB através dos quatro paradigmas de Estado formulados por Cervo (2008) podemos interpretar que, o modelo do Estado Normal e do Estado Logístico estão inseridos na concepção poulantziana de Estado dependente, no quadro analítico elaborado por Berringer (2014). Contudo, cabe destacar que a co-constituição das frações de classes no âmbito destes Estados, na disputa de interesses sobre a posição internacional do Brasil na geopolítica mundial foi diferente nos anos 1990 e nos anos 2003-2010, da era Lula. Conforme analisaremos adiante, a agenda neoliberal adotada pelos governos dos anos 1990 foi configurada pelos interesses do domínio hegemônico de uma burguesia compradora brasileira, a qual delimitou o papel do Estado capitalista dependente brasileiro, numa subordinação passiva na geopolítica econômica internacional, especialmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso; Na era Lula, as contradições existentes entre os interesses das elites da burguesia interna produtiva, bem como o apoio das classes subalternas, configuraram o posicionamento geopolítico do Brasil numa condição de subordinação conflitiva com as grandes potências mundiais e, igualmente, a conformatação de uma disputa dos rumos da

governança econômica global, a partir da agenda da política internacional do Partido dos Trabalhadores (PT) nos 8 anos de comando do Estado-Nação brasileiro. Neste sentido, aferimos que diferença da posição política nas relações internacionais do Brasil, no contexto da globalização neoliberal pode ser interpretada, através da dinâmica das contradições existentes pela configuração do sistema político brasileiro, sob a égide do Estado Democrático de Direito burguês datado da Constituição brasileira de 1988.

Os cientistas políticos Sérgio Abranches (1988) em seu artigo: *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro* –, e Vicente Palermo (2000): *Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo* –, nos revelam que a pluralização dos interesses dos diferentes grupos sociais representados através da heterogeneidade dos partidos políticos delimitou a configuração do poder decisório e da governabilidade da presidência, a partir da confluência, da coalizão de variados interesses de grupos sociais e partidos políticos, no âmbito do sistema político brasileiro, a partir da singularidade do nosso sistema ser caracterizado pelo presidencialismo de coalizão.

Desta forma, compreendemos que a natureza peculiar do sistema político brasileiro, configura as contradições das classes e frações de classes existentes no Estado capitalista brasileiro, a partir da idéia de que o Estado Normal dependente da era neoliberal dos anos 1990, foi marcado pela coalizão da influência direta da burguesia compradora, isto é, das elites políticas e econômicas alinhadas ao capital estrangeiro, na ótica de uma PEB assentada na liberalização econômica e substituição da cadeia produtiva nacional para a privatização e importação; e nos anos 2003-2010 uma mudança efetiva na PEB, a partir das disputas entre diferentes grupos sociais e políticos da sociedade civil brasileira, um lado hegemônico através dos setores da fração dominante da burguesia interna produtiva, como a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), do outro, os setores dos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), e partidos de esquerda e centro-esquerda (como o Partido dos Trabalhadores, o Partido Comunista do Brasil, o Partido Socialista Brasileiro, Partido Democrático Trabalhista), os de centro e centro-direita, na dinâmica do sistema político brasileiro.

A partir das delimitações pontuadas acima, analisaremos na próxima seção: a política externa brasileira neoliberal dos anos 1990, para poder compreender a constituição do bloco

histórico da PEB do governo Lula, a partir das contradições existentes da dinâmica da globalização neoliberal vigente.

### **3.2 A Política Externa Brasileira neoliberal: os governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso**

A retomada da democracia no Brasil, com o fim da ditadura militar na década de 1980, foi influenciada não somente pelas lutas políticas internas, no âmbito da sociedade civil nacional, mas, também, pelo fim da ordem bipolar da geopolítica mundial. A nova ordem internacional capitalista estabelecida pela globalização contemporânea neoliberal dos anos 1990 imprimiu uma série de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais no Brasil, o qual estava experimentando novos caminhos para a consolidação do espaço democrático nacional. A partir da inauguração das novas dinâmicas empreendidas pelo Consenso de Washington, os governos nacionais da década de 1990 (Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso) buscaram a inserção do país a nível global, através da incorporação do conjunto de rearranjos políticos e econômicos consubstanciados pela hegemonia do neoliberalismo vigente.

#### *3.2.1 O início da agenda neoliberal: O governo de Fernando Collor de Mello (1989-1992)*

Face ao imperativo do capitalismo neoliberal liderado pela hegemonia dos EUA na geopolítica mundial, o governo eleito pelo sufrágio universal brasileiro do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1989-1992) configurou a agenda da PEB aos interesses dos EUA, tendo em vista que a inserção internacional do país se daria pelo cumprimento da agenda do Consenso de Washington, a partir da ideia de que o Estado Democrático de Direito burguês brasileiro, no plano internacional, deveria melhorar as condições de acesso aos mercados, créditos e impulsionamento da tecnologia baseado nas promessas de melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, com o advento das inovações e transformações proferidas pela globalização contemporânea neoliberal. Villa (2005) sinaliza a orientação ideológica da PEB da década de 1990 inaugurada por Collor, ao afirmar que, “o americanismo foi definido como o paradigma que concebia os Estados Unidos como o eixo da política externa, donde uma maior aproximação de Washington elevaria os recursos de poder do país, aumentando assim sua capacidade de negociação”. (VILLA, 2005, p.13).

Sob a égide do americanismo, a PEB da era Collor desenvolveu uma série de medidas e políticas liberais internas, tendo em vista à adequação do Brasil às novas exigências das instituições econômicas internacionais influenciadas pela hegemonia neoliberal do Consenso de Washington, através da configuração do Estado capitalista dependente brasileiro, este, dirigido pela hegemonia da fração da burguesia compradora, a qual estabeleceu enquanto eixo modernizador da economia brasileira e sua inserção internacional, políticas de privatizações das empresas estatais, liberalização cambial e de importações, abertura comercial e liberalização de investimentos, bem como a renegociação da dívida externa brasileira, a fim de atender, assim, às novas dinâmicas da economia global neoliberal. O cientista político e pesquisador sobre a PEB Shiguenoli Miyamoto (2000) nos revela o caráter neoliberal da PEB de Collor, a partir do entendimento da redução do papel do Estado na economia nacional, no qual este enquanto entidade política passou a liberalizar e potencializar os mecanismos de protecionismo econômico nacional, quando:

a abertura dos mercados - iniciada com o governo de José Sarney e aprofundada por Fernando Collor de Mello - indica claramente que a política externa e a política interna vão estar cada vez mais estreitamente vinculadas, dando prosseguimento à liberalização econômica em todos os setores, culminando com a privatização até mesmo das grandes empresas estatais" (MIYAMOTO, 2000, p. 126).

Tendo em vista a perspectiva de regionalização da economia global, a partir de blocos econômicos regionais, a PEB da era Collor estabeleceu como execução da inserção internacional do país, a integração econômica regional do cone sul, através da criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), buscando desenvolver um espaço de livre comércio e circulação de bens e serviços e fatores produtivos, no sentido de aumentar a capacidade de internacionalização da economia brasileira. A partir da implementação da cartilha neoliberal por Collor, Oliveira (2006) sinaliza que no âmbito da política doméstica ficou evidente a aliança estratégica deste ex-presidente com a fração da burguesia compradora, através do Plano Collor<sup>19</sup>, o qual desencadeou o aumento do desemprego, da inflação, bem como o aumento das desigualdades econômico-sociais entre as classes sociais do país. Neste sentido, este autor advoga que, a partir da implementação da agenda neoliberal no país, por meio do Plano Collor, bem como a inserção internacional da economia do Brasil, através da aliança estratégica com os EUA e a submissão às diretrizes das instituições econômicas financeiras

---

<sup>19</sup> O Plano Collor foi estabelecido pelo ex-presidente Collor em 1990 como um conjunto de reformas econômicas de liberalização financeira e fiscal no intuito de conter a hiperinflação brasileiro, bem como iniciar o processo de privatizações e desestatização das empresas públicas do país, no âmbito da economia global neoliberal.

internacionais, coube a fração da burguesia interna produtiva, de acordo com Oliveira (2006) aceitar

(...) quatro opções aos seus negócios: a) transformar suas empresas em grande corporação e competir com suas congêneres no mercado mundial; b) inserir-se na cadeia produtiva global de alguma grande corporação agregando pequenas parcelas de valor ao produto final; c) concentrar-se em atividades do segmento do comércio, do transporte, etc., as quais não requer grandes investimentos; d) vender seus ativos e tornar-se rentista; ou d) desaparecer. (OLIVEIRA, 2006).

A tentativa de estabelecer um consenso entre as frações da burguesia brasileira, através da adoção de medidas neoliberais por Collor não obteve resultado de unidade política das frações da burguesia interna industrial e do agronegócio à sua política doméstica e externa, uma vez que a agenda neoliberal não trouxe benefícios econômicos para estes grupos econômicos, os quais, juntamente com a insatisfação dos grupos sociais das classes subalternas, bem como a classe média, passaram a pressionar Collor a sair do governo, devido à forte crise econômica e de recessão, e ao caso de corrupção instalado no seu governo, como a confiscação das poupanças da classe trabalhadora e da classe média, levando assim, a uma forte ruptura ao projeto político estabelecido pelo ex-presidente, por mobilizações nas ruas a favor do impeachment do ex-presidente, o qual foi consagrado pelo congresso nacional brasileiro em 1992.

### 3.2.2 *A continuidade: O cosmopolitismo neoliberal do governo de Itamar Franco (1992-1994)*

Com o estabelecimento do impeachment de Collor em 1992, o então vice-presidente Itamar Franco assume a Presidência da República do Brasil (1992-1994), num clima de profundo descrédito das frações da burguesia interna brasileira, como os setores privados industriais e financeiros nacionais, bem como o corpo técnico do serviço público, a classe média e os trabalhadores, os quais sofreram grandes impactos econômicos e sociais, a partir do pacote de reformas econômicas do Plano Collor. Hirst e Pinheiro (1995) nos revelam o contexto político iniciado pelo governo de Itamar Franco, ao explicitar que,

a inauguração do governo Itamar Franco deu-se em um contexto doméstico e internacional notavelmente desfavorável para o Brasil. O novo governo atravessou o ano de 1993 buscando superar as seqüelas deixadas pelo trauma político do período 1990-92 e simultaneamente procurando encontrar uma porta de saída para a prolongada crise econômica do Brasil. Ao desgaste causado por uma situação de



crônico desequilíbrio macroeconômico, marcado por um processo inflacionário desmedido, somava-se uma agenda política carregada, na qual a colisão entre o Executivo e o Legislativo havia se tornado uma constante. (HIRST; PINHEIRO, 1995, p.10).

No intuito de estabelecer uma unidade política entre as frações da burguesia brasileira, bem como garantir a segurança internacional da economia nacional aos organismos econômicos internacionais, igualmente, à classe capitalista transnacional, e dar resposta às classes sociais subalternas na superação da crise econômica e ao descrédito do governo caracterizado por um sistema de corrupção, Itamar Franco juntamente com então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso estabeleceu um novo pacto de reconciliação do bloco histórico nacional vigente, através do Plano Real<sup>20</sup>. Este acordo teve como promessa uma profunda integração da economia nacional com as diretrizes do Consenso de Washington, sem perder de vista o fortalecimento do grande setor industrial nacional, como medida de superação da crise econômica, a partir de um maior controle da inflação e crescimento de empregos, bem como um conjunto de reformas estruturantes aos direitos econômicos, sociais e culturais para as classes subalternas da sociedade civil nacional.

Contudo, o Plano Real enquanto provedor do crescimento econômico nacional, numa caracterização de diferenciação do Plano Collor, esteve atrelado à continuidade da implementação da agenda neoliberal no país, bem como sua inserção internacional na economia mundial neoliberal global, o qual continuou a imprimir o processo de liberalização da economia brasileira, a partir das privatizações das empresas estatais, ainda que o plano macroeconômico buscasse elevar o patamar de média potência econômica do país.

A fim de recuperar a imagem e a visibilidade internacional do Brasil na geopolítica mundial, o governo Itamar Franco buscou garantir uma maior atuação do Ministério das Relações Exteriores na agenda internacional executada pelos organismos internacionais da governança global vigente, de modo a assegurar o cumprimento e a participação do país com as questões internacionais em curso, bem como garantir a relação diplomática de diálogo junto às potências econômicas internacionais e, igualmente, ao sistema de agências das Organizações das Nações Unidas. Hirst e Pinheiro (1995) sinalizam que esta mudança estratégica da PEB da era Itamar Franco foi ocasionada pela noção de que

---

<sup>20</sup> O Plano Real foi instituído no Governo do ex-presidente Itamar Franco em 1994, idealizado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda deste governo, tendo como objetivo conter a hiperinflação brasileira, bem como um conjunto de reformas econômicas e financeiras para impulsionar a economia nacional, e o estabelecimento do crescimento econômico do país, através da oferta de empregos e reformas estruturantes no país.

as restrições no plano externo estavam dadas pela deteriorada situação macroeconômica do país e pelo contraste gerado *vis-à-vis* de outros países da região que haviam logrado dar continuidade – com êxito aparente – a seus respectivos planos de estabilização e reforma econômica. (...) Além disso, no plano das percepções da comunidade internacional, pairava a expectativa de que o Brasil iria retornar a uma postura de cunho nacionalista, fruto da crença de que não apenas o novo mandatário necessitava diferenciar-se de seu antecessor, mas, igualmente, em função de seus próprios antecedentes políticos. (HIRS; PINHEIRO, 1995, p.10).

Sendo assim, a PEB da era Itamar buscou se aprofundar em novos temas de discussões da agenda internacional, no âmbito da ONU, de modo que o corpo diplomático se especializou em temas como direitos humanos, meio ambiente, ciência e tecnologia, educação, dentre outros, no intuito de assegurar a participação e contribuição estratégica do Brasil, para angariar uma posição política de média potência no contexto internacional da globalização neoliberal. O cosmopolitismo neoliberal inaugurado por Itamar Franco pode ser verificado, quando Hirst e Pinheiro (1995) explicitam que,

foi nos foros multilaterais, particularmente nas Nações Unidas, onde melhor percebeu-se uma atuação internacional do Brasil no sentido de reverter o quadro de passividade e, principalmente, de imprimir maior visibilidade ao país frente à comunidade internacional. **Deve-se destacar o esforço de viabilizar, no seio das Nações Unidas, a proposta brasileira de que uma Agenda para o Desenvolvimento fosse somada à Agenda para a Paz. (...) Além disso, procurou-se assegurar um lugar na discussão dos temas globais – direitos humanos, ecologia, narcotráfico, terrorismo – em franca oposição a novos conceitos de caráter intervencionista.** (HIRS; PINHEIRO, 1995, p.11-12, grifos nossos).

Não obstante, é mister registrar que o cosmopolitismo neoliberal empregado pela PEB de Itamar Franco não perdeu de vista a continuidade da agenda neoliberal em curso no país. O novo engajamento multilateralista-cosmopolita neoliberal foi estabelecido pela necessidade de consolidar o Mercosul, como perspectiva também de construção hegemônica do Brasil, no âmbito do espaço geopolítico sul-americano, notadamente, o cone sul. A integração regional, no âmbito da dinâmica neoliberal foi concebida pelo entendimento que o Mercosul, como sinaliza Miriam Gomes Saraiva (2007) “poderia atuar como um instrumento capaz de proporcionar ao Brasil um melhor posicionamento regional, assim como atuar na esfera comercial como elemento capaz de abrir caminho para formação da área de livre comércio”. (SARAIVA, 2007, p.50).

Através da assinatura do acordo entre os países-membros do Mercosul – o Protocolo de Ouro Preto – em 1994, o qual conferiu a natureza de união aduaneira a este bloco econômico regional, verifica-se o interesse geoestratégico do Brasil, no âmbito da PEB de Itamar Franco, em construir uma Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA), a

qual se configurou enquanto a perspectiva da hegemonia neoliberal do Brasil, no âmbito do espaço geopolítico e econômico sul-americano, legado este que foi transmitido pelo seu sucessor, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), enquanto perspectiva de uma agenda neoliberal cosmopolita de inserção internacional do Brasil, no âmbito da globalização neoliberal em curso.

### 3.2.3 *A consolidação do neoliberalismo: O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*

Os estudos referentes à análise do Estado, cultura política e democracia, no âmbito da Ciência Política, e igualmente, análise sobre política externa brasileira, no campo das Relações Internacionais, há certo consenso na literatura destas áreas de pesquisas que o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) foi caracterizado pelo aprofundamento e consolidação da agenda neoliberal no Brasil (OLIVEIRA 2006; VILLA 2005; FONTES, 2010; HIRST, LIMA, PINHEIRO 2010; PINHEIRO, MILANI 2012, SOBRINHO, 2012; BANDEIRA, 2016). A partir de sua experiência enquanto ministro das Relações Exteriores e, igualmente, ministro da Fazenda no governo de seu antecessor Itamar Franco, FHC buscou estabelecer uma coesão política entre as frações da burguesia interna brasileira, a partir da promessa de que o Plano Real se constituiria enquanto força-motriz de superação da crise econômica, através da combinação da economia política neoliberal em curso, da reestruturação produtiva do parque industrial brasileiro, bem como a flexibilização das relações da divisão social do trabalho, contribuiriam para o crescimento e desenvolvimento do país, por meio da liberalização da economia nacional, a qual atrairia investimentos externos diretos, garantindo a inserção internacional do Brasil na nova ordem mundial multipolar.

Para tanto, no intuito de estabelecer a posição do Brasil enquanto um *global player* na geopolítica mundial através do cumprimento e adoção das diretrizes políticas da governança global neoliberal, Berringer (2014) sinaliza que FHC construiu um consenso de que a recuperação da economia brasileira se daria pela adoção de novas estratégias políticas de competição, abertura comercial e internacionalização do país, as quais trariam benefícios coletivos para o conjunto das classes sociais do Brasil. Sendo assim, a confluência do receituário liberalização econômica, democracia, desenvolvimento e progresso se constituiu enquanto ferramenta ideológica da política neoliberal de FHC, a qual, segundo esta autora,

**unificou as diferentes classes e frações de classe do bloco no poder no Brasil. Todas as frações da burguesia brasileira viam vantagens com a implantação e consolidação do neoliberalismo, sobretudo, com a flexibilização das leis trabalhistas e com a redução dos gastos com as políticas sociais. (...) As classes médias e parte das classes populares brasileiras, em geral, também aderiram ao programa neoliberal. (...) formou-se uma frente política conservadora. Essa frente se unificou, sobretudo, em torno da bandeira da estabilidade econômica. (BERRINGER, 2014, p.80, grifos nossos).**

Com o restabelecimento da unidade orgânica programática pró-neoliberalismo das frações da burguesia interna brasileira (industrial, agronegócio e a financeira), Berringer (2014) advoga que “a política externa e doméstica brasileira estiveram a serviço do plano de estabilização e dos interesses dos Estados imperialistas e do capital financeiro internacional” (BERRINGER, 2014, p.81), isto é, a configuração de um Estado capitalista dependente garantidor da hegemonia do capitalismo neoliberal, tendo como força social dirigente a classe capitalista transnacional, em que a fração capitalista financeira e especulativa se firmou enquanto classe dirigente, não somente no âmbito nacional, como também na esfera internacional, por meio das diretrizes da liberalização econômica da nova ordem mundial neoliberal.

A partir do reordenamento do Estado brasileiro às prerrogativas da economia política neoliberal, FHC aprofundou o cosmopolitismo neoliberal da PEB, através do fortalecimento do multilateralismo enquanto ferramenta geopolítico-estratégica de inserção internacional do país na nova ordem internacional, tendo em vista uma maior participação e atuação do Brasil na agenda sobre desenvolvimento econômico e influência das decisões dos organismos internacionais da governança global. Esta nova configuração da PEB na era FHC caracterizada pelos estudiosos brasileiros como “autonomia pela participação”, isto é, a constituição de uma agenda de política externa voltada para a manutenção de relações diplomáticas com os EUA e a UE, assim como a presença do país nos fóruns multilaterais e, igualmente, a regionalização do cone sul, teve como objetivo, conforme sinaliza Miyamoto (2000),

detectar oportunidades que pudessem propiciar ao país melhor acesso aos mercados e aos fluxos de capitais e de tecnologia. Seriam abandonadas, assim, posturas defensivas, que eram ainda adotadas, tanto no âmbito do GATT quanto em outros foros multilaterais" (MIYAMOTO, 2000, p. 127).

Deste modo, a PEB da era FHC construiu uma forte consonância com os aparelhos ideológicos da matriz da doutrina política neoliberal da governança global, através da adesão aos regimes internacionais, na construção participativa do país enquanto um global player, a partir de um cosmopolitismo neoliberal autônomo participativo, o qual possibilitou uma sólida relação com as potências econômicas mundiais, bem como sua participação nas negociações comerciais das instituições econômicas internacionais, sem perder de vista, conforme Berringer (2014),

o reconhecimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (1997) e o Tribunal Penal Internacional, a adesão ao protocolo de Kyoto (1997), a participação nas missões humanitárias no Timor Leste (a partir de 1999), a busca, ainda que de maneira tímida, do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Estas ações, no seu conjunto, pautadas pelo multilateralismo, visavam ao reconhecimento do Estado brasileiro enquanto um “jogador da cena política internacional” ou, dito de outra forma, um Estado que participasse dos centros decisórios de poder. É importante dizer que estas ações também não confrontavam com a posição dos Estados imperialistas. (BERRINGER, 2014, p.91).

Sendo assim, FHC buscou também a construção do reposicionamento hegemônico do Brasil no âmbito do espaço geopolítico sul-americano, por meio da integração regional via fortalecimento do Mercosul, do qual Villa (2005) sinaliza que esta medida geoestratégica se constituiu enquanto “canal tanto para o instrumento propício ao desenvolvimento nacional quanto um instrumento da legitimação da atuação externa do Brasil no âmbito regional” (VILLA, 2005, p.15), no sentido de aumentar o prestígio internacional do país enquanto uma média potência internacional, devido as suas potencialidades econômicas, políticas, em que FHC almejava estar no rol do clube das grandes potências econômicas da governança global neoliberal. Neste sentido, verifica-se que o interesse na integração regional da PEB da era FHC, a partir do Mercosul, enquanto ferramenta estratégica de barganha de FHC para a inserção internacional do Brasil na nova ordem mundial neoliberal, se constituiu, assim, como mecanismo para o aprofundamento da liberalização econômica do Estado Brasileiro, tendo em vista o aprofundamento das negociações comerciais com a União Européia e, por, conseguinte, a iniciativa de implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), definindo, assim, as prioridades da política externa brasileira na era FHC. (VILLA, 2005, p.15).

Com efeito, apesar do prestígio internacional conferido pela PEB de FHC através da organicidade ao bloco histórico capitalista neoliberal vigente, no seu primeiro mandato, por meio da estabilidade monetária do Brasil estabelecida pelo Plano Real, da implementação das diretrizes políticas do Consenso de Washington via liberalização econômica e privatização

das empresas estatais, bem como os investimentos externos diretos e o aumento das importações, se constituíram enquanto medidas na agenda da política doméstica e externa. Oliveira (2006) explicita que a reestruturação do sistema financeiro nacional, por meio dos investidores econômicos globais contribuíram para o domínio e controle de setores da telefonia e bancário aos grupos econômicos internacionais, no qual a matriz da economia política neoliberal, enquanto eixo integrante da continuidade da gestão de FHC estabeleceu, assim, conforme Berringer (2014), uma onda de “ privatização das empresas estatais — Telebrás, Companhia Vale do Rio do Doce, a Usiminas, a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), Rede Ferroviária Nacional e bancos estaduais (Banespa, Banco Meridional, Banco do Estado de Goiás e Banco do Amazonas), Companhia de Gás de São Paulo (Comgás) “ BERRINGER, 2014, p.81), no qual este pacote de reformas de privatização da economia nacional contribuíram para a desregulação do Estado brasileiro, sob os imperativos da globalização neoliberal vigente.

Neste sentido, observa-se que a política neoliberal por meio da liberalização econômica e a abertura comercial ao empresariado transnacional, por meio do fim dos subsídios às empresas nacionais, a redução das tarifas aduaneiras, o aumento das importações, bem como o aumento da taxa cambial aliado a desvalorização monetária nacional e, igualmente o processo de desestruturação do parque industrial nacional, assim como a desestatização das empresas públicas, se constituíram, assim, enquanto processo de consolidação do projeto neoliberal da era FHC.

De acordo com Berringer (2014) devido à crise econômica ocasionada pela implementação da agenda neoliberal no país, a balança comercial brasileira se manteve deficitária, pois o aumento das taxas de juros e a desregulamentação da macroeconomia nacional, por meio de políticas neoliberais ocasionou no aumento da taxa de desemprego, precariedade nos setores estruturantes da sociedade como: habitação, saúde, educação e políticas de trabalho, emprego e renda, tendo como consequência, uma crise orgânico do bloco histórico de poder vigente do país.

Sendo assim, a aliança de parceria estratégica com os EUA e o profundo diálogo com Bill Clinton (ex-presidente estadunidense) para a implementação da ALCA, somada a crise econômica nacional e o aumento da desigualdade socioeconômica, no âmbito da política doméstica, bem como a perda da mais-valia das frações da burguesia interna brasileira, e o descontentamento da classe trabalhadora contribuíram para uma ruptura da aliança da burguesia brasileira com FHC, e igualmente, o aumento de lutas populares lideradas pelos movimentos sociais e sindicais, os quais rejeitaram as políticas neoliberais ortodoxas

implementadas por FHC, assim como, a iminência da instituição da Área de Livre Comércio entre as Américas (BERRINGER, p.82).

Neste contexto político de participação política e oposição ao governo FHC e suas medidas neoliberais, a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP)<sup>21</sup> surgiu enquanto uma rede de aglutinação de forças sociais de contestação à onda neoliberal em curso no Brasil, reivindicando, assim, como os partidos políticos de esquerda e centro-esquerda, a recuperação do controle estatal nas dinâmicas da economia nacional brasileira e a garantia de um novo projeto neodesenvolvimentista em oposição e rejeição ao bloco de poder vigente de FHC. Berringer (2014) sintetiza a derrocada do governo de FHC e a disputa política no âmbito da sociedade civil brasileira, ao advogar que,

tanto os setores que defendiam o neoliberalismo moderado (a burguesia industrial e os bancos) quanto os movimentos sociais e sindicais passaram a se mobilizar contra a política econômica resultante da implantação do neoliberalismo ortodoxo. Por isso, a vitória eleitoral de Lula em 2002, como veremos adiante, pode ser vista como a rejeição das políticas neoliberais ortodoxas pela grande burguesia interna brasileira e pelas classes dominadas, contribuindo para a formação da frente neodesenvolvimentista. (BERRINGER, 2014, p.85).

A partir da organização da “frente neodesenvolvimentista” sinalizada por Berringer (2014), buscaremos na próxima seção analisar a Política Externa Brasileira da era Lula, através do diálogo deste governo com os aspectos hegemônicos e contra-hegemônicos no contexto da globalização contemporânea neoliberal vigente e como a REBRIP se posicionou politicamente, a partir das contradições existentes na agenda da PEB da era Lula.

### **3.3 A Política Externa Brasileira do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010): Aspectos Hegemônicos e Contra-Hegemônicos no contexto da globalização neoliberal**

A partir da configuração do sistema político do Estado Democrático de Direito burguês brasileiro, o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula) (2003-2010) foi constituído por uma ampla coalizão de partidos de esquerda, centro-esquerda, centro e centro-direita ao longo dos oito anos de seu mandato na presidência da república, contando com o apoio de setores da burguesia interna produtiva (FIESP, CEB, CAN, ABAG), bem como setores dos movimentos sociais, como o MST, CUT, CTB. Através de uma plataforma

---

<sup>21</sup> No próximo capítulo analisaremos a conformação da luta contra-hegemônica desta a partir de seus posicionamentos políticos sobre a política externa durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

política concatenada com o ideário neodesenvolvimentista do Estado capitalista brasileiro, Lula buscou construir um pacto nacional, por meio da garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais, como também investir no parque industrial nacional do país. O programa de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) estabeleceu estas premissas nas eleições de 2002, ao declarar que,

a implementação de nosso programa de governo para o Brasil, de caráter democrático e popular, representará uma ruptura com o atual modelo econômico, fundado na abertura e na desregulação radicais da economia nacional e na conseqüente subordinação de sua dinâmica aos interesses e humores do capital financeiro globalizado. Trata-se, pois, de propor para o Brasil um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p.1).

Neste sentido, a partir do programa de governo é possível aferir que o ideário neodesenvolvimentista petista norteou diversos segmentos da política do Estado brasileiro. No concernente à política externa brasileira, a administração de Lula esteve balizada na idéia de construção de uma ordem internacional mais justa, defendendo uma nova geometria política global, a partir da contemplação dos interesses e demandas dos países em desenvolvimento do Sul global, sem perder de vista a manutenção do multilateralismo, eixo integrador das novas dinâmicas da geopolítica multipolar, na ordem mundial da globalização neoliberal.

**Do ângulo da política externa,** é preciso se opor à blindagem internacional que sustenta o neoliberalismo globalizado e recuperar valores como a cooperação nas relações internacionais. Nesse sentido, **será decisivo utilizar o peso internacional do Brasil para mobilizar e articular partidos, governos e forças políticas que lutam por sua identidade e autonomia, justamente num momento em que cresce a reação popular pela nacionalização dos centros de decisão política e econômica dos países periféricos.** (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p.14, **grifos nossos**).

Oliveira (2006) advoga que o ideário neodesenvolvimentista do governo Lula esteve concatenado com “uma nova estratégia de inserção internacional do país adequada às demandas das novas elites econômicas, as coalizões sociais e políticas”, de modo que o multilateralismo brasileiro foi dotado de um novo sentido político de construção de alianças políticas co-constituídas com os países em desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2006). A cientista política Maria Regina Soares de Lima (2008) endossa esta assertiva, em seu artigo: *A Política Externa Brasileira e os interesses nacionais* –, ao afirmar que o



PT chega ao poder, com o governo Lula, para por em prática uma política externa de corte mais assertivo, uma vez que as principais forças políticas e sócio-econômicas passaram a disputar os conteúdos da política externa e, por consequência, o significado dos verdadeiros “interesses nacionais”. A política externa do atual governo, por delegação das forças políticas e sociais que o elegeram, é movida pelos seguintes objetivos na implementação dos interesses nacionais brasileiros: integração regional, identidade de país do Sul, consolidação democrática e inclusão social. (LIMA, 2008, p.1).

Sendo assim, a PEB do presente governo buscou dar ênfase na cooperação internacional via coalizão estratégica Sul-Sul, tendo como foco especial, a América do Sul, a partir de acordos comerciais, projetos de cooperação e infra-estrutura via Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), sem perder de vista a construção de um diálogo político e econômico, no âmbito do multilateralismo global, via IBAS<sup>22</sup> e BRICS<sup>23</sup>, bem como garantir os interesses do Brasil, através das negociações econômicas e comerciais, via Organização Mundial do Comércio (OMC), Rodada de Doha<sup>24</sup>, relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), verificando, assim, uma estratégia afirmativa e assertiva da inserção internacional do Brasil nos assuntos globais, e os interesses nacionais do país na geopolítica mundial.

Neste sentido, para garantir estas novas prerrogativas da nova inserção internacional do Brasil, a PEB na era Lula foi reconfigurada por uma nova dinâmica burocrática de coordenação política para tomada de decisões, através do Ministro das Relações Exteriores, o chanceler Celso Amorim, do Secretário Geral das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, do Assessor Especial para Assuntos Internacionais da Presidência, o intelectual petista Marco Aurélio Garcia<sup>25</sup> e, por fim, a diplomacia presidencialista do presidente Lula, no sentido de responder os interesses dos grupos econômicos e sociais de sustentação do novo

---

<sup>22</sup> O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) criado em 2003, por meio da Declaração de Brasília tem como objetivo estabelecer um fórum de cooperação política e econômica intergovernamental entre os países, a partir de uma agenda multipolar em 16 eixos temáticos envolvendo assuntos estratégicos de direitos econômicos, sociais, culturais e políticos, bem como estabelece um fundo de combate a fome e a pobreza.

<sup>23</sup> O grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) é uma Cooperação política para assuntos econômicos e financeiros entre Chefes de Estado e Governos congregando o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O diálogo iniciou-se em 2006, de maneira informal, no âmbito da Assembleia Geral da ONU, sem a África do Sul, tendo se concretizado enquanto grupo político formal em 2009, na 1º Cúpula em Ecaterimburgo-Rússia. O BRICS objetiva uma maior democratização da governança global, a partir de reformas da ONU e suas agências, incluindo as instituições financeiras internacionais, possuindo forte peso político no âmbito do G-20 comercial.

<sup>24</sup> A Rodada de Doha criada em 2001, Doha-Qatar, foi estabelecida pela agenda de desenvolvimento da OMC, na qual Ministros das Relações Exteriores e de Comércio firmaram um pacto em buscar novas iniciativas para a liberalização comercial, tendo em vista o crescimento e o progresso econômico, a partir das necessidades dos países em desenvolvimento.

<sup>25</sup> Fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), Doutor pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris foi professor aposentado pelo Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, e lecionou na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, bem como nas universidades: Paris VIII e Paris X, na França. Foi Secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores de 1996 a 2002.

bloco histórico de poder vigente. O chanceler Celso Amorim (2003) explicita esta nova configuração, no seu discurso de posse, ao sinalizar que,

a política externa não é só responsabilidade do Itamaraty, ou mesmo do Governo. Ela envolve a sociedade com um todo. Para definir o interesse nacional em cada situação concreta, reforçarei a coordenação com outros órgãos governamentais e com os diversos setores sociais – trabalhadores, empresários, intelectuais – e entidades da sociedade civil. (AMORIM, 2003a).

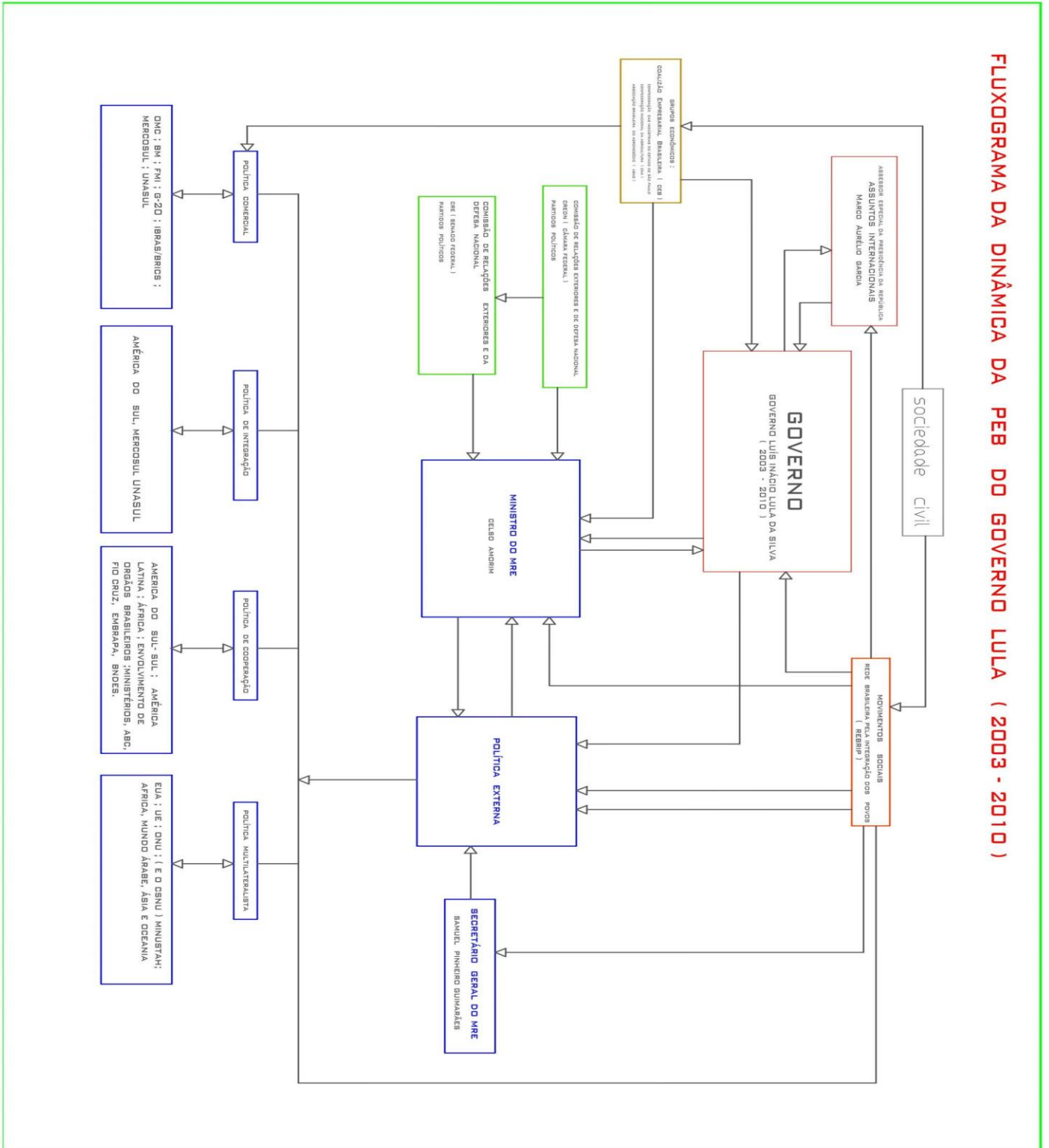
Não obstante, o cientista político e diretor da Fundação Perseu Abramo<sup>26</sup> Kjeld Asgaard Jakobsen (2013) em seu artigo: *Desventuras de alguns críticos da política externa do governo Lula* – sinaliza que a nova coordenação política da PEB na era Lula, bem como a mudança de programa estabelecida pelo PT foram alvos de críticas de diplomatas e estudiosos sobre a PEB como Celso Lafer, Luiz Felipe Lampreia, Rubens Ricúpero, Paulo Roberto de Almeida e Rubens Barbosa, uma vez que estes publicizaram em textos acadêmicos que a nova PEB continha um alto “teor ideológico e partidário do PT”, sendo que a burocracia executiva do Itamaraty<sup>27</sup> foi relegada a um poder secundário, devido a diplomacia presidencial de Lula acoplada com a forte intervenção do Assessor Especial para Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio.

Jakobsen (2013) diverge destes autores explicitando que, embora se tenha alterado as prioridades estratégicas da PEB na era Lula, houve um “salto qualitativo em suas ações”, como a “preservação do insulamento burocrático do Itamaraty, bem como o controle da gestão da política externa” através do “fortalecimento estrutural do Ministério das Relações Exteriores”, a partir da amplitude de suas ações, sem perder de vista a forte presença da figura de Lula nas iniciativas da PEB. (JAKOBSEN, 2013, p.277). O Fluxograma 1 abaixo demonstra a nova configuração da política externa brasileira, a partir da dinâmica das relações entre os agentes da coordenação política, bem como os setores da sociedade civil, os quais buscaram influenciar nos rumos e decisões da inserção internacional do Brasil.

<sup>26</sup>A Fundação Perseu Abramo é vinculada ao PT. Cabe destacar também outros institutos de outros partidos, como o Instituto Millenium (PSDB), Instituto Maurício Grabois, (PCdoB), Fundação Lauro Campos (PSOL), Fundação João Mangabeira (PSB), Instituto Luiz Carlos Prestes (PCB), Fundação Liberdade e Cidadania (Democratas), Fundação Ulysses Guimarães (PMDB), Fundação Verde Hebert Daniel (PV).

<sup>27</sup> Palácio Itamaraty ou Palácio dos Arcos, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer é a sede oficial do Ministério das Relações Exteriores fundado em 1970, no governo da ditadura militar do ex-presidente Emílio Médici.

**Figura 2 – Fluxograma: Dinâmica da coordenação política da PEB no Governo Lula (2003-2010): Interação entre agentes políticos, sociedade civil e agenda da política externa brasileira.**



Fonte: Elaborado pelo autor.

O fluxograma acima representa as interações entre os agentes políticos da PEB e os grupos sociais da sociedade civil (os grupos econômicos representados pela CEB, FIESP, ABAG e os movimentos sociais representados pela REBRIP) sobre os interesses da agenda da política externa durante a gestão do ex-presidente Lula. Na dinâmica das relações político-sociais e os interesses dos diferentes grupos da sociedade civil, tomando como base a agenda da PEB da gestão de Lula, ressaltamos que no âmbito institucional das Relações Exteriores, há uma relação dialógica do ex-presidente Lula com o seu assessor para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, bem como o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, e o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães na configuração dos interesses e assuntos da agenda da PEB. É mister destacar que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado Federal estabelecem mais compromissos do poder legislativo com o executivo, a partir do diálogo com o Ministério das Relações Exteriores. Nota-se também o papel de Marco Aurélio Garcia na influência do programa do Partido dos Trabalhadores para a política externa, no sentido de garantir uma maior assessoria política a Lula, na tomada de decisões da agenda externa.

Quanto à sociedade civil, apontamos para os canais de diálogos de disputas de influência na configuração dos interesses destes grupos com o poder executivo, no ordenamento da agenda da PEB. Os grupos econômicos mencionados acima buscaram dialogar com a figura do próprio presidente Lula e com o Celso Amorim, tendo como interesse prioritário, a agenda da política comercial e a sua interseccionalidade com questões comerciais envolvendo o Mercado Comum do Sul e a União Européia. Já os movimentos sociais buscaram dialogar com os agentes do poder executivo: Lula, Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia, no sentido de debater a agenda da PEB em sua totalidade, tanto nas questões referentes à política comercial, bem como os assuntos relacionados à política de integração regional, de cooperação e a agenda multilateralista e a diplomacia brasileira em suas relações bilaterais, assim como multilateralismo estabelecido pela governança global.

Com efeito, a partir das interações políticas apresentadas pelo fluxograma acima, cabe destacar a intensa atividade da diplomacia presidencial de Lula na PEB, de modo que o cientista político, Rafael Villa (2005) sinalizou, conforme as declarações do ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, que a política externa do atual governo enquanto uma “política externa ativa e altiva, a qual reuniu desde o início três elementos: a tentativa de ganhar a confiança dos mercados globais, intensa atividade diplomática e a exploração do

forte apelo simbólico da figura de Lula”. (VILLA, 2005, p.15), foi permeada em sua gestão por uma intensa atividade de viagens internacionais, onde:

(...) Inúmeros projetos e acordos bilaterais foram assinados nas viagens presidenciais a diferentes continentes: na América Latina (Argentina, Chile, Equador, Bolívia, Peru, Venezuela, México, Cuba); África (Angola, San Tomé e Príncipe, Moçambique, Namíbia e África do Sul); Oriente Médio (Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia); Europa (Portugal, Reino Unido, França, Espanha, Alemanha e Suíça); Estados Unidos (em varias ocasiões); e Ásia (Índia, China). O presidente Lula esteve presente em fóruns multilaterais, tais como Davos, Porto Alegre, Eiva (G-8), ONU, UNCTAD e a cúpula de Presidentes da Íbero-América e do Mercosul. (VILLA, 2005, p.15).

Sendo assim, através da trajetória histórica de Lula no PT, por ser uma liderança política oriunda do movimento sindicalista e de esquerda, este capitalizou seu prestígio político para difundir a agenda social desenvolvimentista da política externa brasileira na geopolítica mundial, através da diplomacia presidencial considerada como “altiva, ativa, afirmativa e pragmática” pelos estudiosos da PEB (VILLA, 2005; VILLA e VIANA, 2008; HIRST, LIMA e PINHEIRO, 2010), a qual esteve orientada na defesa dos interesses dos grupos sociais e políticos brasileiros, a partir da condução da multifacetada agenda, por meio de viagens, missões empresariais, assentadas no discurso multilateralista estratégico de inserção internacional do Brasil, sob o prisma da Cooperação-Sul-Sul (CSS), como eixo integrador e desenvolvimentista, na promoção da igualdade das nações.

Os cientistas políticos Rafael Villa e Manuela Viana (2008) dão consistência na assertiva acima, ao aferirem que a diplomacia presidencial de Lula, a partir de dados do MRE e da síntese das viagens internacionais do presidente, no Sul global, elaborada pelo cientista político e diplomata Paulo Roberto Almeida (2006), consistiu em 35% aos países desenvolvidos e 65% aos países do Sul global, sendo que 60,6% presente na comunidade latino-americana, 25% ao continente africano, e 7,5% ao mundo árabe e 6,9% no continente asiático. (VILLA e VIANA, 2008, p.84).

Deste modo, verifica-se que a agenda social desenvolvimentista de combate a fome e a pobreza, bem como a recuperação de um progresso econômico sustentável, na geopolítica mundial, foram elementos norteadores da liderança de Lula, nas relações internacionais, no intuito de projetar o Brasil como uma potência média em desenvolvimento capaz de problematizar e dar respostas aos descontentos das diversas comunidades do Sul global, que não estão contempladas com os arranjos institucionais da governança global neoliberal. O cientista político Haroldo Ramanzini Junior (2010) explicita esta característica da PEB

conduzida por Lula, ao advogar que “a atuação internacional mediante coalizões Sul-Sul tem sintonia com o conjunto de políticas domésticas implementadas internamente pelo governo Lula da Silva e com a visão de mundo de parte significativa de suas elites e grupos de sustentação”. (RAMANZINI JUNIOR, 2010, p.63).

A sintetização da agenda multifacetada da PEB na era Lula, a partir do amplo consórcio com as frações da burguesia interna produtiva representadas pelas elites econômicas como a FIESP, CEB, CAN, ABAG, bem como os partidos de esquerda, centro, centro-esquerda, igualmente os movimentos sociais, pode ser caracterizada pelas explanações dos cientistas políticos Vigevani e Cepaluni (2007) quando advogam que a PEB do governo Lula buscou,

**[no primeiro mandato]** (...) (1a) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; (2a) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3a) adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc.; e (4a) evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento. Essas diretrizes, ao longo do primeiro período de governo, de 2003 a 2006 (...) **[no segundo mandato]** (...) implicaram ênfases precisas: (1a) aprofundamento da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa); (2a) intensificação das relações entre países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul; (3a) ação de destaque na Rodada Doha e na Organização Mundial do Comércio, assim como em algumas outras negociações econômicas; (4a) manutenção de relações de amizade e desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos; (5a) retomada e estreitamento das relações com os países africanos; (6a) campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, visando um lugar de membro permanente para o Brasil; e (7a) defesa de objetivos sociais que permitiriam maior equilíbrio entre Estados e populações. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p.291-292, **grifos nosso**).

Com efeito, a fim de atestar a hipótese desta pesquisa (a inserção internacional do Brasil, durante o governo Lula, a partir das contradições da assimilação de aspectos hegemônicos e contra-hegemônicos no contexto da globalização neoliberal), concentraremos em quatro temáticas da PEB da era Lula (2003-2010), no intuito de compreender em quais áreas temáticas houve absorção de aspectos hegemônicos e/ou contra-hegemônicos à globalização neoliberal, a partir dos diferentes interesses das elites políticas e econômicas das frações da burguesia interna produtiva (FIESP, CEB, CNA, ABAG), e dos setores dos movimentos sociais (como a REBRIP), a saber: política comercial, política de integração, política de cooperação e política multilateralista. Neste sentido, cabe destacar que a agenda da

política externa da Era Lula foi orientada pela configuração de dois Planos Plurianuais<sup>28</sup> desenvolvidos no âmbito das duas gestões do ex-presidente. O Plano Plurianual de 2004-2007 e o de 2008-2011, os quais determinam, a partir dos trabalhos das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara Federal e do Senado Federal (Congresso Nacional, o Poder Legislativo Federal), (CREDN, CRE, respectivamente) as diretrizes das políticas setoriais, isto é, da agenda da PEB a ser desenvolvida na gestão do presidente da república.

**Quadro 3 – Ações da Agenda da PEB com base no Plano Plurianual (2004-2007/2008-2011) da Era Lula (2003-2010)**

	<b>AÇÕES PARA O PERÍODO DE 2004-2007</b>
<b>Política Comercial</b>	Continuidade da estabilidade macroeconômica; redução da dívida externa;
<b>Política de Integração</b>	Apoio ao multilateralismo, fortalecimento do Brasil nos organismos internacionais (regionais e global), prioridade para a América do Sul;
<b>Política de Cooperação</b>	Contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos países do Sul global;
<b>Política Multilateralista</b>	Defesa dos Direitos Humanos; MINUSTAH, Reformas da ONU, Conselho de Defesa Sul-Americano, Diversificação da Agenda na UE, no mundo Árabe, Ásia.
	<b>AÇÕES PARA O PERÍODO DE 2008-2011</b>
<b>Política Comercial</b>	Nova arquitetura financeira internacional; Prioridade comercial da América do Sul (MERCOSUL); fortalecimento do G-20 e do IBAS/BRICS; ampliação dos atores nos processos de tomada de decisão nas instituições financeiras internacionais

<sup>28</sup> O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998, o qual estabelece as diretrizes, os objetivos e metas da Administração Pública para um período de quatro anos, organizando as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população. É aprovado por lei quadrienal, tendo vigência do segundo ano de um mandato majoritário até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Nele constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, público-alvos, produtos a serem entregues à sociedade.

<b>Política de Integração</b>	Continuidade do multilateralismo através da redução de assimetrias regionais sob a liderança brasileira; democratização do poder em organismos internacionais. Prioridade para o MERCOSUL e a UNASUL.
<b>Política de Cooperação</b>	Prioridade para o Sul global num mundo multipolar; envolvimento de ministérios e suas agências para o fomento da cooperação Sul-Sul (Agência Brasileira de Cooperação – ABC; Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES)
<b>Política Multilateralista</b>	Defesa dos Direitos Humanos; Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), Reformas da ONU, Conselho de Defesa Sul-Americano (CDSA), Diversificação da Agenda na União Européia (UE), no mundo Árabe, Ásia.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Planos Plurianuais da gestão de Lula (2003.2010).

Sendo assim, a partir da configuração do Fluxograma 1 e do Quadro 2, propomos analisar, a seguir, a assimilação de aspectos hegemônicos e/ou contra-hegemônicos da Política Externa Brasileira durante a Era Lula (2003-2010) em quatro eixos: Política Comercial, Política de Integração, Política de Cooperação e Política Multilateralista.

### 3.3.1 Política Comercial

A perspectiva multilateralista neodesenvolvimentista empregada na política comercial do governo Lula, teve como objetivo principal reduzir as assimetrias das negociações econômicas e comerciais na relação Norte/Sul, de modo que a política externa passou por uma “reavaliação do papel do Brasil como potência média e nação emergente que precisa de uma diplomacia de alto perfil adequada a suas capacidades e necessidades”, conforme sinaliza a pesquisadora Cristina Pecequilo, (PECEQUILO, 2008, p.143).

Esta nova reorientação política foi primada nas premissas do programa de governo do PT nas eleições de 2002, o qual sinalizava a necessidade de estabelecimento de um Estado



regulador da economia nacional, de modo a assegurar uma política comercial voltada para o aumento das exportações das empresas brasileiras, a partir da expansão e fortalecimento da capacidade produtiva do parque industrial e tecnológico de bens de capital e manufaturados, tendo como fim um saldo positivo na balança comercial brasileira. Deste modo, o programa neodesenvolvimentista integrador da política comercial se constituiu enquanto eixo central da gestão de Lula, quando em seu programa de governo nos revelou que era necessário uma,

a correção dos desequilíbrios oriundos da abertura comercial, através da revisão da estrutura tarifária e da criação de proteção não tarifária, amparada pelos mecanismos de salvaguarda da OMC, para atividades consideradas estratégicas. Nessa mesma linha se insere uma política de defesa comercial ativa, destinada a proteger o país contra práticas desleais de concorrência e agressões econômicas e a preservar os interesses nacionais nas transações bilaterais e nas relações com os organismos multilaterais. As alterações na proteção à produção nacional não implicam, contudo, o fechamento da economia, nem tampouco devem promover a ampliação do grau de monopólio e das margens unitárias de lucro das empresas instaladas no país. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p.12).

Deste modo, conforme Vigevani e Cepaluni (2007) as pesquisadoras e estudiosas sobre a PEB Hirst, Lima e Pinheiro (2010) explicitam em seu artigo: *A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios* –, que no âmbito da agenda da política comercial, a gestão do governo Lula adotou uma estratégia assertiva e ofensiva no âmbito do regime comercial internacional, priorizando novas mudanças na arquitetura econômica e financeira da governança global neoliberal, como a criação do G-20<sup>29</sup> e dos BRICS, sem perder de vista assuntos ligados às questões agrícolas e tecnológicas, como a Rodada de Doha, na esfera da OMC, bem como o aprofundamento das contradições e limites para o estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)<sup>30</sup>, estabelecendo o MERCOSUL como horizonte de “oportunidades para investimentos e transações comerciais”,

<sup>29</sup> O G-20 criado no final do século XX, da década de 1990, é um fórum composto por Chefes de Estado, Ministros de Finanças, Presidentes de Bancos Centrais, tendo como membros países desenvolvidos e em desenvolvimento, os quais buscam discutir propostas sobre a governança econômica global. A presidência do Grupo é anual e rotativa entre os membros, sendo o país presidente incumbido de estabelecer um secretariado provisório durante sua gestão. O país no exercício da presidência estabelece um programa de trabalho para o ano, continuando a maior parte dos assuntos já em discussão, mas podendo adicionar novas iniciativas. O G-20 dialoga com as organizações internacionais como a Organização Internacional do Trabalho - OIT, o Fundo Monetário Internacional - FMI, o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas - ONU, a Organização Mundial do Comércio - OMC e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE. É importante destacar a existência de dois G-20. O G-20 comercial, composto por 19 países econômicos emergentes e o G-20 financeiro agregado os países do G-7.

<sup>30</sup> A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi um projeto idealizado pelo Governo democrata do ex-presidente dos EUA, Bill Clinton, em 1994, durante a Cúpula das Américas, o qual previa uma integração econômica continental americana, a partir da eliminação das barreiras alfandegárias, entre todos os países americanos, com a exceção de Cuba, até o final de 2005.

a fim de expandir o capital nacional produtivo brasileiro, através de “grupos privados e estatais a compartilhar mercados, [como a] Petrobras, Odebrecht, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Votorantim, Companhia Siderúrgica Nacional, Camargo Corrêa, Gerdau, Jbs”. (HIRST, LIMA, PINHEIRO, 2010, p.24).

Lima (2010) advoga que no âmbito da governança financeira global, a gestão de Lula buscou consolidar o bloco do BRICS enquanto estrutura de poder emergente no G-20, no intuito de disputar e reformar as diretrizes do poder decisório econômico-financeiro das instituições econômicas internacionais, como o FMI, buscando uma profunda mudança institucional sobre a agenda comercial, no âmbito das negociações da OMC, no sentido de garantir conquistas para os países do Sul global. A autora argumenta, assim, que,

o reconhecimento da legitimidade do G-20 na coordenação econômica global foi impulsionado pelo lançamento de um Plano de Ação anti-crise, em novembro de 2008, que sugeriu reformas no FMI, Banco Mundial e Fórum de Estabilidade Financeira como passos para a superação da crise; e pela decisão de injetar US\$ 1,1 trilhão na economia, tomada em cúpula do grupo realizada em Londres, em abril de 2009. Nesses encontros reconheceu-se que as economias emergentes desempenhariam um papel relevante na estabilização e que a reforma das instituições financeiras deveria espelhar essa nova realidade (...). A consolidação do G-20 financeiro e o reconhecimento de que a reforma institucional seria uma etapa necessária à superação da crise foram os primeiros passos em direção ao aumento do poder decisório dos BRICS no FMI. (LIMA, 2010, p.11).

Deste modo, verifica-se que para a PEB, os BRICS representam uma nova geometria comercial, da qual Hirst, Lima e Pinheiro (2010) denominam de “coalizões de geometria variável” (HIRST, LIMA, PINHEIRO, 2010, p.30), uma vez que produzem relações de desenvolvimento de políticas bilaterais e multilaterais combinadas, as quais buscam estabelecer relações simétricas de poder, tendo em vista uma disputa sistêmica por novos rumos na governança global.

No concernente à discussão comercial sobre a Área de Livre Comércio das Américas, o governo Lula compreendeu que a arquitetura econômica da ALCA apresentada pelos EUA, sob o discurso de uma profunda integração continental americana atendia os interesses estadunidenses, uma vez que no marco das negociações, a agenda consistia numa estrutura segmentada, fragmentada, a qual acentuaria o desequilíbrio econômico das economias nacionais latino-americanas, as quais sofreram fortes impactos ao longo da década de 1990, devido ao neoliberalismo da ordem mundial multipolar através da globalização. Neste sentido, a política comercial em relação à ALCA foi convertida em negociações via MERCOSUL, a fim de enfrentar as imposições da política comercial estadunidense frente ao

pacote de mudanças estruturais nas relações econômicas, comerciais e financeiras, no âmbito do continente americano. O não avanço das negociações comerciais referente à ALCA foi uma estratégia contra-hegemônica do Brasil aos EUA, a qual estava inserida no próprio programa de governo do PT na era Lula, conforme demonstrado em 2002.

Quanto à ALCA, tendo em conta a avaliação já efetivada, não se trata de uma questão de prazos ou de eventuais vantagens nesse ou naquele setor. Tal como está proposta, a ALCA é um projeto de anexação política e econômica da América Latina aos EUA, cujo alvo principal, pela potencialidade de seus recursos e do seu mercado interno, é o Brasil. O que está em jogo, então, são os interesses estratégicos nacionais, é a preservação de nossa capacidade e autonomia para construir nosso próprio futuro como nação. Em outras palavras, rechaçar essa proposta, tal como está sendo apresentada, é um requisito essencial para viabilizar o objetivo de redução de nossa dependência e vulnerabilidade externas. Por outro lado, a inserção soberana do Brasil no mundo exigirá esforços no sentido de aprofundar e aperfeiçoar as relações comerciais bilaterais de nosso país com os Estados Unidos – o mais importante parceiro individual do Brasil no comércio mundial – e com a União Européia – o melhor exemplo de integração supranacional exitosa e calcada em regras democráticas.. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p.13-14).

Deste modo, Berringer (2014) explicita que no âmbito da ALCA, houve uma convergência de interesses contra-hegemônicos à proposta neoliberal deste projeto entre a burguesia interna produtiva industrial de bens manufaturados e os movimentos sociais e o movimento sindical, ainda que a fração da burguesia interna produtiva industrial do “agronegócio, da siderurgia, dos calçados e têxteis demonstrassem simpatia com o projeto”. Para a fração de classe burguesa de bens manufaturados, a ALCA dificultaria sua inserção internacional no território sul-americano, na exportação de produtos como “papel e celulose, eletrônicos, químicos, alimentos e bens de capital”, e para os grupos sociais da classe subalterna, a ALCA representaria o aprofundamento das ingerências do neoliberalismo, a partir da liberalização econômica, retorno do Estado Dependente Normal, através de retrocessos aos direitos econômicos, sociais e culturais, os quais estavam em curso conquistados para classe trabalhadora, no âmbito da configuração do Estado Dependente neodesenvolvimentista brasileiro, do governo Lula. (BERRINGER, 2014, p.33).

Sendo assim, Berringer (2014) advoga que, buscando fortalecer a economia nacional e impulsionar o parque industrial nacional, a burguesia interna produtiva de bens manufaturados conjuntamente com o movimento sindicalista, realizou “campanhas conjuntas organizadas por associações de grandes empresários da indústria e pelas centrais sindicais para pressionar o governo para dar proteção alfandegária para a indústria local e para baixar a taxa básica de juro da economia”. (BERRINGER, 2014, p.33). Sendo assim, essa autora sinaliza que,

a política externa dos dois governos Lula foi um importante instrumento para o fortalecimento da grande burguesia interna. Neste período houve uma mudança na atuação internacional do Estado brasileiro determinada pelos interesses dessa fração de classe. **A burguesia interna brasileira uniu-se em torno de interesses comuns no plano internacional, que fundamentalmente foram: (i) o apoio do Estado para a conquista de novos mercados para exportação de seus produtos e para a realização de investimentos diretos no exterior; (ii) a prioridade para os seus produtos e serviços nas compras do Estado e das empresas estatais e (iii) uma maior proteção do Estado para o mercado interno. Para nós, foi justamente por isso que os principais focos de atuação internacional do Estado brasileiro foram: (i) a ênfase nas relações Sul-Sul; (ii) a prioridade dada à América do Sul; (iii) a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e (iv) as negociações e o arquivamento da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).** (BERRINGER, 2014, p.34-35, grifos nosso).

Cabe igualmente destacar a construção do Plebiscito Nacional sobre a ALCA e Alcântara, o qual foi realizado entre 1º a 7 de setembro de 2002 em todos os estados federativos do Brasil e no Distrito Federal. Organizado por mais de 60 entidades dos movimentos sociais, como a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), a Rede Jubileu Sul-Brasil, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dentre outros e partidos políticos da esquerda brasileira, o plebiscito popular teve como proposta saber a opinião da sociedade civil sobre a entrada do Brasil na ALCA, bem como o Projeto de Decreto Legislativo 1446/01, aprovado em 2001 pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) da Câmara Federal, a partir da aprovação do acordo entre Brasil e EUA, assinado em 2000, o qual versava sobre o uso do território brasileiro para lançamento de foguetes estadunidenses, no Centro de Lançamento de Alcântara-Maranhão, da Força Área Brasileira, do Ministério da Defesa Nacional. O resultado do plebiscito consagrou a opinião popular de rejeição da participação do país nas negociações da ALCA, a não-assinatura do tratado e, igualmente, a não-utilização da Base de Alcântara pelos EUA. Neste sentido, verifica-se que este resultado também contribuiu para a paralização das negociações da ALCA durante a gestão de Lula. Celso Amorim (2006) em entrevista para a revista Isto É explicita a posição brasileira da não-assinatura do tratado, demonstrando o caráter contra-hegemônico da PEB, ao advogar que,

a Alca, do jeito que estava desenhada, seria prejudicial aos interesses dos empresários e dos trabalhadores brasileiros. Não poderíamos desenvolver a indústria naval como estamos fazendo porque isso depende do dinheiro do governo e os americanos não queriam permitir tal financiamento público. Não poderíamos manter uma política de remédios baratos para o povo porque isso significa ter normas sobre patentes mais flexíveis, que os Estados Unidos não aceitavam. Também na questão

dos subsídios agrícolas, que nós combatemos, não teria sido possível avançar. Por isso, paralisar as negociações da ALCA, da maneira que estava colocada, não foi uma derrota, mas uma vitória para o Brasil. (AMORIM, 2006).

No âmbito das negociações comerciais da Rodada de Doha, através da OMC, a política comercial brasileira do governo Lula imprimiu seu ideário neodesenvolvimentista, bem como buscou aplicar seu programa de governo referente às reformas necessárias no regime comercial internacional, de modo a assegurar os interesses dos países do Sul global em desenvolvimento. Tendo em vista a intransigência da abolição protecionista dos EUA e da UE em relação aos produtos agrícolas, e a imposição destes face aos produtos de bens de serviços e *high tech*, houve um processo de barganha contra-hegemônica a nível sistêmico da PEB da era Lula, referente aos interesses dos países do centro do capitalismo.

Para tanto, o Brasil buscou negociar seus assuntos comerciais em aliança com os países em desenvolvimento, para garantir que os interesses do Sul global não fossem prejudicados devido à “assimilação natural” de perdas e vantagens comerciais prescritas pelos arranjos institucionais estabelecidos pela dinâmica das instituições econômicas do Consenso de Washington por meio do neoliberalismo global. Neste sentido, a constituição do G-20 comercial, no âmbito das negociações comerciais da OMC, em Cancún em 2003 representou a assertividade da política comercial brasileira em disputar os rumos da governança econômica global, por meio de uma coalizão política Sul-Sul protagonizada pelo Brasil. Celso Amorim (2007) ilustra nossa assertiva ao afirmar que,

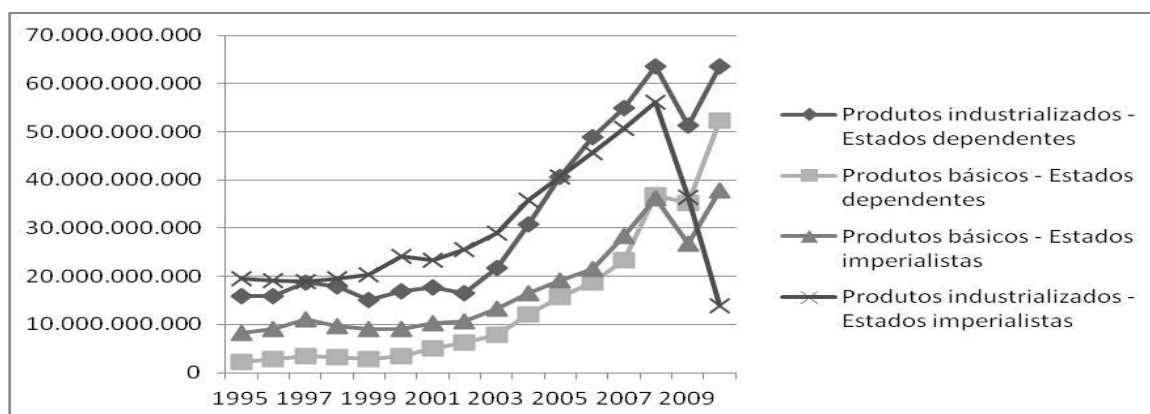
sem nenhum triunfalismo, posso afirmar com convicção que o Brasil tem estado no centro do processo negociador. Em 2003, criamos o G-20 em Cancún, quando os Estados Unidos e a União Européia tentavam impor um acordo injusto, que deixava virtualmente intocados os subsídios agrícolas, e pouca ou nenhuma abertura oferecia a produtos de interesse dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que exigiam destes concessões desproporcionais. O G-20 mudou o padrão das negociações no sistema GATT/OMC. Graças a um esforço constante de coordenação e mobilização política e à busca permanente de entendimento com outros grupos de países em desenvolvimento – países de menor desenvolvimento relativo, países dependentes de preferências, economias pequenas e vulneráveis, etc. – foi possível alterar o rumo das negociações (AMORIM, 2007, p. 15).

Sendo assim, Berringer (2014) explicita que, tendo em vista a não supressão dos protecionismos agrícolas na Rodada de Doha, no âmbito da OMC, por parte dos EUA e da UE, os quais não beneficiariam a burguesia interna brasileira, bem como prejudicaria os interesses da classe trabalhadora, de modo a ocasionar uma “competição desigual e, com isso, causar um aumento do desemprego”, a política comercial nesta agenda, demonstrou seu poder de barganha, junto ao bloco do G-20 comercial, passando assim, a priorizar “investimentos

em políticas que garantissem a expansão das vendas de produtos manufaturados e a intensificação da atuação das empresas transnacionais brasileiras em outros territórios”. (BERRINGER, 2014, p.173).

A economista Romênia Oliveira de Souza (2012) explicita que o processo de internacionalização das empresas brasileiras atuando em setores de bens básicos e manufaturados, foi estabelecido pelo apoio e investimento financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o qual compreendemos esta estratégia política, a partir do consórcio político do grupo de sustentação do governo Lula, as frações da burguesia interna industrial, no qual este buscou defender os interesses destes grupos nacionais, a partir do ideário de fortalecimento do Estado Dependente Neodesenvolvimentista brasileiro, através da expansão e inserção competitiva do capital nacional, em territórios estratégicos como a América do Sul e na África, no sentido de garantir o crescimento das exportações brasileiras, bem como a inserção do capital nacional na rota de investimentos externos diretos, da competitividade estimulada pelo neoliberalismo econômico e financeiro, da globalização contemporânea. Cabe aqui destacar que, conforme esta autora, o investimento do BNDES juntamente com as empresas nacionais brasileiras “reproduziu nessas regiões o modelo de especialização produtiva e de desapropriação das populações e territórios”. (SOUZA, 2012, p.15). Berringer (2014) contribui para uma melhor compreensão da natureza dos produtos e destinos das exportações brasileiras, no gráfico 1, o qual está associado com o quadro 1 nesta pesquisa.

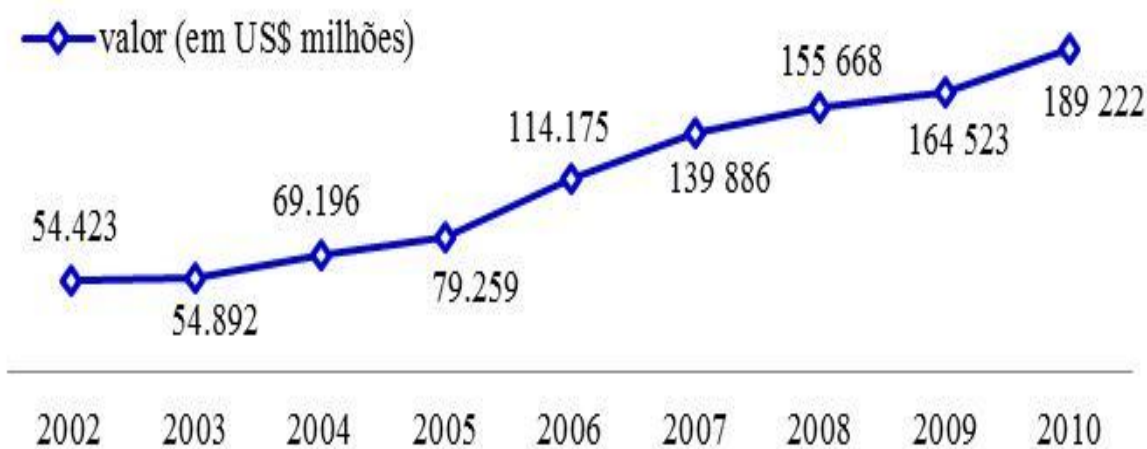
**Gráfico 1: Destino das Exportações brasileiras- bilhões de dólares**



**Fonte: Dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior apud BERRINGER, 2014, p.177.**

Cabe igualmente destacar que agregado ao aumento e diversificação de espaços dos produtos e destinos das exportações brasileiras, Souza (2012) e Berringer (2014) registram a prioridade na elevação dos investimentos externos diretos (IED) no exterior, os quais, de acordo com Souza (2012) estiveram orientados “para criar empresas filiais de exportadoras e de bancos brasileiros”, contribuindo para a “elevação do aumento dos ativos de reservas externas do Banco Central brasileiro”, estabelecendo, assim, uma ofensividade competitiva do capital nacional, através da valorização do Real sob “elevadas taxas de juros e pesada carga tributária”, bem como a “geração de empregos e impostos no exterior”. (SOUZA, 2012, p.11-12). O gráfico 2 a partir das declarações do Banco Central do Brasil citado por Souza (2012) sinaliza o progresso exponencial da ótica neodesenvolvimentista da política comercial do governo Lula, através de IED no exterior entre 2002-2010, em m evolução dos investimentos diretos brasileiros no exterior entre 2002-2010 em milhões de dólares estadunidenses.

**Gráfico 2 – Investimentos diretos brasileiros no exterior entre 2002-2010**



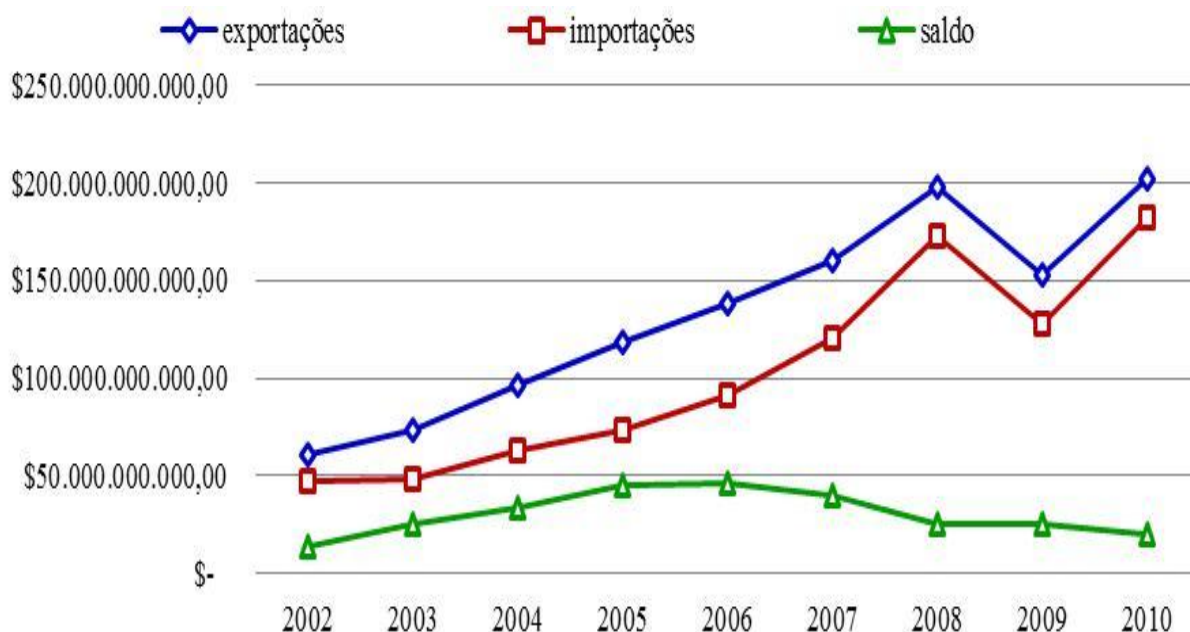
Fonte: Declarações do CBE do Banco Central do Brasil (2006; 2010) apud SOUZA, 2012, p.12.

Deste modo, Souza (2012) advoga que o aumento das exportações e a elevação de investimentos externos diretos no exterior contribuíram para o estabelecimento da balança comercial superavitária, no âmbito da política comercial da PEB do governo Lula, “apresentando os maiores saldos em 2006 e 2005, respectivamente US\$ 46.456.628.726,00 e US\$ 44.928.809.227,00”, cujo intercâmbio comercial continuou ascendendo, ainda que a crise do capitalismo em 2008 tenha diminuído o diferencial entre as exportações e importações,

devido às oscilações da taxa de câmbio do Real e do Dólar estadunidense. (SOUZA, 2012, p.12).

Neste sentido, é mister registrar que o superávit da balança comercial foi conquistado devido aos resultados econômicos empreendidos pelas empresas transnacionais do capital nacional brasileiro, através das frações da burguesia interna produtiva, as quais conseguiram através da política comercial do governo Lula expandir seu mercado lucrativo, onde Berringer (2014) destaca que em 2010, no fim do governo Lula, “mais de 48% das transnacionais brasileiras atuavam na América do Sul, América Central e África”. (BERRINGER, 2014, p.176). Os gráficos 3 e 4 apresentados respectivamente pelas autoras Souza (2012) e Berringer (2014) demonstram a elevação exponencial do superávit da balança comercial brasileira em milhões de dólares estadunidenses, bem como a distribuição geográfica das empresas transnacionais brasileiras no mundo.

**Gráfico 3 – Balança comercial brasileira em US\$ a preços FOB (FREE ON BOARD)<sup>31</sup>**

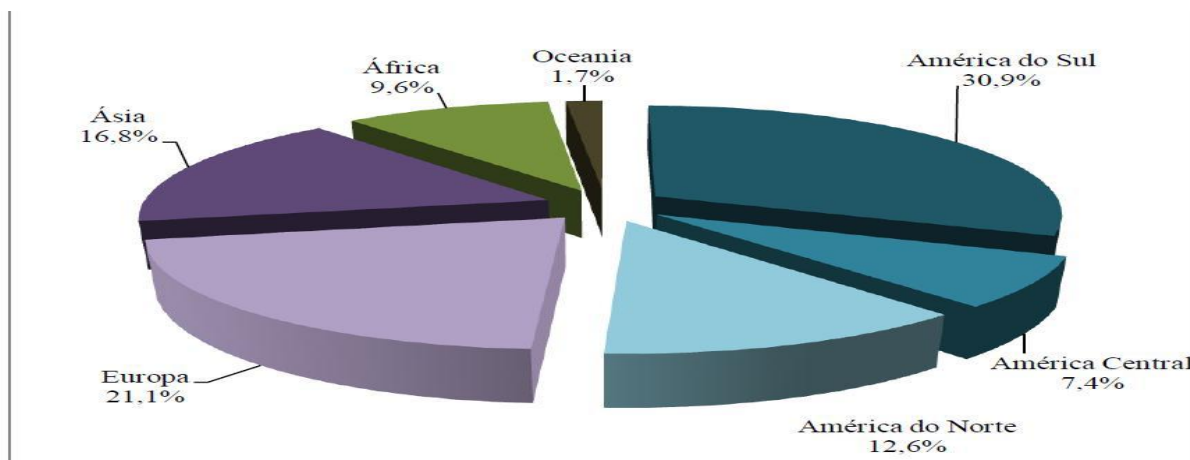


Fonte: Intercâmbio comercial brasileiro, totais gerais, Brasil. Secex/MDIC 2011 apud SOUZA, 2012, p.11.

<sup>31</sup> De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a expressão *Free on board* (FOB) significa: “*Livre a bordo*”. Neste tipo de frete, **o comprador assume todos os riscos e custos**, no sentido de que o exportador é o próprio responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio, para transporte, no porto indicado pelo comprador. A expressão *free*, é dada a partir do entendimento de que a mercadoria já deve ter sido despachada na alfândega de partida, estando livre para ser transportada. Essa expressão faz parte dos chamados *Incoterms*, ou seja, *International Commercial Terms*, compilados e normatizados pela Câmara de Comércio Internacional (CCI).



**Gráfico 4 – Distribuição geográfica das transnacionais brasileiras**



*Fonte: Ranking das Transnacionais Brasileiras 2011 - FDC*

**Fonte: Ranking das Transnacionais Brasileiras 2001 – FDC, apud BERRINGER, 2014, p.176.**

A partir dos gráficos apresentados nesta subseção, é possível aferir que o deslocamento estratégico de priorização de relações comerciais com os países em desenvolvimento foi concebido na idéia de promoção do ideário neodesenvolvimentista do Estado capitalista brasileiro em difundir a burguesia interna produtiva em atores globais do capitalismo transnacional, a partir da forte presença do investimento externo direto nos territórios Sul-Americano e Africano via investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-Social (BNDES), garantindo, então, uma inserção internacional de *global player* do Brasil na globalização neoliberal.

Com efeito, concluímos que a política comercial do governo Lula assimilou aspectos hegemônicos na inserção internacional do Brasil, no âmbito da ordem global neoliberal. A adoção de medidas e estratégias para a reforma das instituições econômicas e financeiras da governança global, a partir da criação do G-20 e do BRICS podem ser concebidas enquanto uma disputa do Brasil nas orientações e decisões sobre a economia política internacional, uma vez que a agenda da política comercial operou dentro da estrutura do neoliberalismo, ainda que o Estado-Nação brasileiro apresentou as pautas e demandas por reformas estruturantes nas diretrizes políticas econômicas da governança econômica global, através da Rodada de Doha, em defesa dos interesses econômicos da burguesia interna produtiva brasileira, através de um posicionamento crítico aos interesses dos países do G-7, no âmbito da OMC, concretizando, assim, o protagonismo brasileiro de defesa do desenvolvimento econômico-social dos países do Sul global. Contudo, cabe destacar também que, com relação à ALCA, a política comercial foi pautada pela adoção de uma tática contra-hegemônica, na medida em

que houve uma paralização das negociações para efetivação do tratado, uma vez que o entendimento estava centrado da “*não-anexação*” do Brasil, bem como dos países da América Latina ao ideário neoliberal protagonizado pelos EUA, tendo em vista uma construção de uma agenda pauta em relações Sul-Sul, com destaque prioritário a integração regional sul-americana, do qual pretendemos analisar a seguir.

### 3.3.2 *Política de Integração*

No âmbito da política de integração, a política externa brasileira diversificou sua agenda em relações políticas diplomáticas em três eixos: América do Sul, América Central e Caribe e América do Norte, conforme a delimitação geopolítica do continente americano. Contudo, houve uma priorização estratégica voltada para a América do Sul, devido a própria dinâmica das relações bilaterais, bem como multilaterais, construídas a partir das iniciativas comerciais geoestratégicas de inserção internacional do país, no âmbito do Mercosul.

Sendo assim, o discurso de promoção do desenvolvimento econômico e social dos países do Sul global teve como laboratório de experiência as ações voltadas para a garantia da estabilidade política e econômica sul-americana, sem perder de vista o aumento do prestígio político internacional do país, a partir da ideia de representante nato dos interesses dos países latino-americanos na geopolítica mundial, empreendendo uma visão estratégica de promoção da liderança regional do Brasil, no âmbito do espaço sul-americano.

Hirst, Lima e Pinheiro (2010) advogam que a priorização pela América do Sul, no âmbito da política de integração, esteve consubstanciada no projeto político da PEB de Lula em “avançar na construção de um projeto comunitário sul-americano” como garantia dos avanços democráticos neste espaço geopolítico. Neste sentido, as autoras asseguram que,

[...] laços políticos mais intensos foram estabelecidos com governos de países do Cone Sul, os de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner na Argentina, de Tabaré Vázquez e José Mujica no Uruguai, de Michelle Bachelet no Chile e de Fernando Lugo no Paraguai. Outrossim, se manteve um fluido diálogo político com Hugo Chávez na Venezuela e com o governo castrista em Cuba.. (HIRST, LIMA, PINHEIRO, 2010, p.31).

Em função dessa nova dinâmica de forças progressivas de governos de esquerda e centro-esquerda na América do Sul, o programa de governo de Lula sinalizou a necessidade de uma maior integração política e econômica com os países sul-americanos, de modo a estabelecer um fortalecimento do espaço sul-americano enquanto prioridade da política externa Brasileira.

**Ao lado da sustentação social e política no país – ancorada em alianças sociais e políticas em torno de nosso programa e no estímulo ao avanço das lutas populares e de uma participação ativa da sociedade – será também necessário construir alianças e um amplo leque de apoio internacional.** Não estamos sozinhos na defesa de alternativas democráticas e populares ao modelo neoliberal, e nem poderíamos optar pelo isolamento econômico, político e cultural. Nossa perspectiva é universalista em seus objetivos, e reivindica uma inserção ativa e soberana do Brasil no mundo. **Assim, uma política alternativa de regionalização, que passa pelo resgate do Mercosul e da integração latino-americana, pode vir a ser relevante instrumento de articulação de forças na região.** (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p.18, **grifos nossos**).

Desta forma, verifica-se que a política de integração passou a ser operacionalizada, a partir de um regionalismo neodesenvolvimentista, a fim de superar as assimetrias políticas e econômicas existentes entre os países sul-americanos, buscando, então, assegurar um processo de integração primado pela unidade política cooperativa entre as comunidades sul-americanas.

Sean Burges (2009) cientista político australiano, em seu artigo: *Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War* –, advoga que a PEB assentada no ideário de consolidação da integração regional, no âmbito do espaço sul-americano pode ser compreendida como o estabelecimento de uma “*hegemonia consensual*”, isto é, a construção de uma hegemonia regional fundamentada numa ideia de compartilhamento geral do consentimento de que as relações políticas, econômicas sociais do Brasil estão inseridas num projeto de inclusão e promoção de direitos econômicos, sociais, culturais e políticos para a rede multiétnica dos povos latinoamericanos. Neste sentido, Burges (2009) destaca que valores e idéias fundamentadas na *hard power* foram substituídas por uma diplomacia diversificada e dialógica, arraigada num amplo consentimento de que a agenda da PEB do governo Lula, no âmbito da política de integração concatenada com a política comercial e de cooperação, representavam uma nova era de promoção do desenvolvimento econômico coletivo das sociedades nacionais latinoamericanas. A ideia de hegemonia consensuada por Burges (2009), pode ser verificada através do discurso proferido por Celso Amorim (2008) na coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao debater sobre criação e inovação na política externa:

[o Brasil] não tem e não pode ter uma política externa de país pequeno. Reconhecemos que o destino do Brasil está ligado a seus vizinhos da América do Sul. A vertente regional é vital para nós. **A integração sul-americana é e continuará a ser uma prioridade do Governo brasileiro. O aprofundamento do Mercosul e a consolidação da União Sul-Americana de Nações são parte desse processo. [...] uma política pró-integração corresponde ao interesse nacional de**

**longo prazo.** Ao mesmo tempo em que nos percebemos latino-americanos, e mais especificamente sul-americanos, reconhecemos a singularidade brasileira no contexto mundial. Não há nisso incompatibilidade alguma. A posição do Brasil como ator global é consistente com a ênfase que damos à integração regional e vice-versa. **Na realidade, a capacidade de coexistir pacificamente com nossos vizinhos e contribuir para o desenvolvimento da região é um fator relevante da nossa projeção internacional.** (AMORIM, 2008, **grifos nossos**).

Deste modo, para garantir sua liderança regional sob uma hegemonia consensual no espaço sul-americano, a política de integração teve como eixo o fortalecimento do Mercosul em profundo diálogo com a Comunidade Andina das Nações (CAN)<sup>32</sup> e a Aliança Bolivariana para os povos da nossa América (ALBA)<sup>33</sup>, bem como o desenvolvimento geoestratégico da estruturação física da região via a Iniciativa de Integração em Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA), e a unidade política através da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Com efeito, compartilhamos com Berringer (2014) de que a priorização desta agenda pela PEB de Lula configura-se como um duplo movimento numa “forma de contrabalançar as relações com os estados imperialistas (em especial Estados Unidos e Europa)”, igualmente, ações voltadas para a cooperação física e integracional da região “impulsionaram a internacionalização das empresas brasileiras para a América Latina via linha de crédito especial do BNDES” (BERRINGER, 2014, p.36), estabelecendo assim, além do compromisso ideacional e estratégico do programa de governo de Lula, a consolidação da liderança regional do Brasil, mesmo com a proposta de ações voltadas para a redução das disparidades internas e das assimetrias entre os países.

No concernente ao Mercosul<sup>34</sup>, o sociólogo Felipe Ramos (2012) advoga que na gestão do governo Lula, este bloco econômico regional passou a ser concebido enquanto uma

<sup>32</sup> Comunidade Andina das Nações (CAN) – Foi criada em 1996, tendo como base o Pacto Andino de 1969, pelo Chile, Bolívia, Peru e Colômbia. Atualmente é um bloco regional econômico sul-americano, composto pelos membros efetivos: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Membros Associados: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai (2005), Chile (2006). Observadores: México e Panamá.

<sup>33</sup> A Aliança Bolivariana para os povos da nossa América (ALBA) É uma proposta de integração latino-americana fundada no novo socialismo do século XXI, a qual foi proposta pelo ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em 2001, na III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe realizada na Venezuela, sendo criada em 2004, em Havana-Cuba. São países-membros: Venezuela, Cuba, Equador, Bolívia, Nicarágua, São Vicente e Granadinas e Dominica.

<sup>34</sup> Conforme o portal oficial do MERCOSUL, este bloco regional foi criado no início da vigência da ordem multipolar neoliberal, em 1991, por meio do Tratado de Assunção tendo como signatários originários a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A perspectiva é a integração efetiva da integração econômica a partir da fusão da união aduaneira com o livre movimento de fatores produtivos entre os países membros. Este bloco regional conta com a participação de países-associados como: Chile (1996), Bolívia (1996, em processo de adesão de membro pleno), Peru (2003), Equador (2004), Colômbia (2004), Guiana (2013), Suriname (2013), e a Venezuela aderiu como membro permanente junto com os países signatários. O Mercosul conta com uma secretaria sediada em Montividéu-Uruguai, a qual possui instâncias decisórias como: O Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC), a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), e ainda a

“estratégia integracionista, um projeto político”, modificando assim o “modelo de integração mercantilista” dos anos 1990, para um modelo de integração geopolítico, estratégico e identitário sul-americano, balizado na idéia de “integração por escalas”, tendo em vista o desafio de fortalecer suas instituições. (RAMOS, 2012, p.115). Deste modo, este autor registra que a “criação de uma Secretaria específica para a América do Sul, vinculada à Secretaria Geral do MRE” (RAMOS, 2012, p.116), não sendo mais uma sub-área do Departamento para as Américas, nos revela, assim, a prioridade da América do Sul enquanto estratégia política, no âmbito da política de integração, da PEB do governo Lula. Esta estratégia de integração via fortalecimento e aprofundamento do Mercosul estava fundamentada no programa da administração de Lula (2003), podendo ser verificada no seu discurso de posse no Congresso Nacional em 01 de janeiro de 2003:

a grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul. (SILVA, 2003).

A partir deste ideário de integração política, a Secretaria da América do Sul, no âmbito da burocracia do Ministério das Relações Exteriores, buscou materializar ações voltadas para questões relacionadas à integração física e regional do espaço sul-americano, bem como uma agenda social e política relacionada em assuntos como direitos humanos, questões étnico-raciais, educação, saúde, segurança e defesa, energia e desenvolvimento sustentável, fortalecendo, então, órgãos institucionais do Mercosul como: o Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), o Parlamento do Mercosul (Parlasul), o Centro de Integração do Mercosul (CIM), o Observatório do Mercosul (ODM), o Instituto Mercosul Social (ISM), o Instituto de Formação do Mercosul (IMEF). Em seu discurso, no Diálogo aberto dos Presidentes na Cúpula do Mercosul em Córdoba, Argentina, em 2006, Lula (2006) sustenta a necessidade do fortalecimento das instituições, ao discursar que:

precisamos encarar as questões relativas ao fortalecimento institucional e à implementação, em cada um de nossos países, das decisões e acordos que tomamos no bloco. Esta nova etapa do Mercosul que estamos iniciando exigirá que suas instituições estejam à altura de nossas ambições (...) mais Mercosul significa, necessariamente, mais Institucionalidade. (SILVA, 2006).

É mister igualmente pontuar que a administração de Lula buscou priorizar, no âmbito do Mercosul, uma série de negociações comerciais internacionais, com a Comunidade Andina de Nações (CAN), assim como a União Européia (UE) e junto a OMC. Sendo assim, o interesse no Mercosul está centrado na área privilegiada da América do Sul enquanto espaço frutífero para as negociações comerciais, do acesso aos mercados dos países sul-americanos, para a internacionalização da burguesia interna industrial brasileira. A pesquisa científica dos internacionalistas Renata Campiolo e Fábio Pesavento (2013) sobre uma análise da atuação internacional do BNDES durante o governo Lula, nos revela que a política de integração deste governo criou em 2009 “a primeira representação do BNDES no exterior, em Montevidéu” revelando, assim, para estes autores, a estratégia política da PEB de Lula, pelo fato da capital do Uruguai ser a “sede da Secretaria do Mercosul, da Secretária-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e de outras instituições direcionadas ao desenvolvimento e integração da América do Sul” (CAMPIELO; PESAVENTO, 2013, p.6).

Neste sentido, a internacionalista Ana Garcia (2012) advoga que o BNDES se constituiu enquanto ator motriz para a internacionalização das empresas brasileiras, uma vez que contribuiu para o financiamento da integração da América do Sul concatenada na idéia de investimento à infraestrutura da região, possibilitando, então, a transnacionalização das empresas do setor de construção civil como a Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, a partir do desenvolvimento de iniciativas de fortalecimento das obras de infraestrutura do espaço sul-americano, (GARCIA, 2012, p.16), por meio da Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA)<sup>35</sup>.

No âmbito da IIRSA, a política de integração buscou dar suporte logístico e financeiro fomentando a construção de uma rede de transporte multifacetado como rodoviárias, aeroportos, linhas ferroviárias, canais hidroviários, portos, pontes e serviços de telecomunicações nos 10 eixos: Eixo do Amazonas (Brasil, Colômbia, Equador e Peru); Eixo Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), Eixo de Capricórnio (Argentina,

<sup>35</sup> A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) foi criada em 2000 na reunião dos Chefes de Estado da América do Sul tendo como objetivo a promoção da integração física da região, através de investimentos em projetos de infraestrutura em setores de transporte, energia e telecomunicações. A IIRSA conta com o investimento financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) brasileiro.

Bolívia, Brasil, Chile e Paraguai), Eixo do Escudo Guianês (Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela), Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai), Eixo Interoceânico Central (Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, e Peru); Eixo Mercosul-Chile (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), Eixo Peru-Brasil-Bolívia (Bolívia, Brasil, Peru), a fim de permitir não somente o desenvolvimento regional das fronteiras entre os países sul-americanos, mas, também, unificar a unidade geopolítica do subcontinente, para dar sustentabilidade as ações políticas e sociais do Mercosul, bem como melhorar e fortalecer o fluxo das negociações comerciais entre as nações. A figura 1 abaixo demonstra a arquitetura física da IIRSA, no âmbito da política de integração da América do Sul.

**Figura 3 – Mapa dos 10 Eixos que compõem a IIRSA<sup>36</sup>**



FONTE: ARAUJO, *apud* NOBRE, Daniela Kohijo, 2015. p.25.

<sup>36</sup> Para uma melhor compreensão dos acordos de cooperação, dos projetos e investimentos no âmbito da IIRSA, consultar NOBRE, 2015, p.26-30.

Sendo assim, a partir da assertiva e da figura acima, verifica-se que, conforme Ramos (2012), a política de integração fundamentada no fortalecimento de investimentos da Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) durante a administração de Lula, modificou a lógica de “mercado através das agências regionais de fomento ao desenvolvimento e a iniciativa privada, [passando] a contar com fortes subsídios estatais”, por meio do BNDES (RAMOS, 2012, p.112), contribuindo, assim, para a plataforma de poder regional do Brasil, a partir da melhoria substancial de investimentos à infraestrutura física do espaço sul-americano, de modo que contribuiu para o deslocamento mais efetivo da produção de bens e serviços, bem como a mobilidade de circulação do capital e trabalho, amparada na hegemonia consensual de interesses geoestratégicos da política de integração brasileira.

Desta forma, as iniciativas do Mercosul e da IIRSA contribuíram para a constituição da consolidação do projeto de integração sul-americana através da criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)<sup>37</sup> em 2008, no âmbito do governo Lula. Para Ramos (2012) a concretização da Unasul pode ser entendida a partir do longo processo de discussão sobre a integração sul-americana, a qual tem sua origem na década de 1990, através de uma concepção de integração via mercado, paradigma neoliberal balizado pelo Mercado Comum do Sul ou da possibilidade de uma Área de Livre Comércio Sul-Americano (ALCSA), para uma mudança com “ênfase política e geopolítica ao invés da integração econômica”, iniciado pela Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA), culminando, assim, numa “nova iniciativa de integração”, a Unasul, “transformando-se em organizações internacional com tratado constitutivo e personalidade jurídica de direito das gentes”. (RAMOS, 2012, p.121). Desta forma, este autor assegura que a política de integração do governo Lula, por meio da Unasul consolida o “paradigma logístico de integração”, tendo em vista o “contexto sul-americano de contestação da hegemonia neoliberal e ascensão ao poder de forças políticas que defendem o retorno da capacidade interventora do Estado a nível logístico” (RAMOS, 2012, p.121), no sentido de estabelecer a unidade política em defesa dos interesses sul-americanos, sem perder de vista a contemplação dos diferentes interesses das diversas forças sócio-políticas e econômicas da sociedade brasileira.

Neste sentido, verifica-se que a Unasul possibilitou o governo Lula desenvolver no fim de sua gestão um conjunto de políticas públicas com o objetivo de melhorar as relações

---

<sup>37</sup> A União das Nações da América do Sul (UNASUL) foi criada em 2008 através do Tratado Constitutivo de Brasília, no âmbito da Terceira Cúpula de Chefes de Estado, no Brasil. Congregando 12 países sul-americanos, a UNASUL tem como projeto a integração econômica, política, social, cultural e ambiental, almejando suprimir as assimetrias e desigualdades socioeconômicas entre as nações, bem como promover o desenvolvimento da democracia e dos direitos econômicos, sociais e culturais dos países membros, assentado na construção da identidade sul-americana, na geopolítica global.



diplomáticas entre os países sul-americanos, tendo em vista o papel geopolítico estratégico do Brasil enquanto coordenador da unidade política sul-americana, contribuindo, assim, para este “novo projeto integracionista sul-americano”, passando a contribuir com ações que visam:

eliminar a exigência de vistos para a circulação de cidadãos entre os países; cooperação para erradicar a febre aftosa, dengue e malária; estimular a promoção de comércio e investimentos intrabloco; integrar a infraestrutura, além de estimular a integração turística e os intercâmbios culturais (...) Assim, além do elemento comercial, vislumbra-se uma importância crescente da cooperação entre os países em temas regionais e transnacionais de interesse mútuo. (RAMOS, 2012, p.121).

Para concluir esta segunda subseção, embora a política de integração do governo Lula tenha desempenhado uma política de promoção dos grupos econômicos brasileiros, assentada numa hegemonia consensual advogada por Burges (2009), via Mercosul e da IIRSA, é importante destacar o compromisso da PEB de Lula com a unidade política sul-americana, através de uma relação dialógica de entendimento de resolução de tensões e conflitos, de modo a evitar uma liderança política primada numa dominação unilateral. Neste sentido, registra-se aqui o caso da nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia em 2006<sup>38</sup> explorados pela Petrobrás, bem como a Revisão do Tratado de Energia Elétrica da Binacional Itaipu em 2009<sup>39</sup> com o governo do Paraguai. No caso boliviano, o governo Lula buscou manter a estabilidade política entre as duas nações, através de missões e representações diplomáticas, sua própria presença física em diálogo com o presidente boliviano Evo Morales, compreendendo a soberania e independência das decisões políticas bolivianas, sem deixar de pontuar também os interesses brasileiros. Conforme o discurso do presidente Lula na presença do presidente Evo Morales, no âmbito da IIRSA e na reunião bilateral com Morales em 2009, Lula (2009) pontua sua posição de solidariedade e unidade política e econômica entre as nações para a resolução deste conflito:

<sup>38</sup> O caso da nacionalização dos hidrocarbonetos da Bolívia foi balizado pelo debate sobre o referendo nacional, o qual promoveu a revogação da Lei de Hidrocarbonetos promulgada pelo presidente boliviano Gonzalo Sanchez de Lozada, para que o estado boliviano se tornasse proprietário de todos os hidrocarbonetos e participar ativamente na cadeia de produção.

<sup>39</sup> A Hidrelétrica Binacional de Itaipu é considerada a maior produtora de energia elétrica do mundo, constituída a partir do Tratado de Itaipu assinado entre o Brasil e o Paraguai em 1973, no sentido de fornecer matriz energética para ambos os países até 2023. A divergência contenciosa surgiu em 2007, a qual reside na idéia de que, embora se tenha equalizado o fornecimento de energia elétrica 50% igualmente para os dois países, a demanda paraguaia é menor do que a do Brasil, contudo, o governo brasileiro custeou quase em sua totalidade a criação da usina elétrica e, nos termos do contrato, o Paraguai é forçado a vender o excedente energético ao Brasil. No entanto, devido ao financiamento da criação da usina, o Brasil paga um valor irrisório ao Paraguai pelo excedente, em forma de compensação da dívida que o Paraguai tem com o Brasil pelo financiamento de Itaipu. Neste sentido, o ex-presidente do Paraguai, Fernando Lugo, conforme seu programa eleitoral, ao chegar ao poder no Estado paraguaio resolver rever os termos do contrato e a relação energética entre o Brasil e Paraguai, revelando que o tratado tem gerado dificuldades financeiras para a sociedade paraguaia, sendo necessário um acordo de maior equilíbrio entre os países.

**O presidente Evo tem sido fiel à sua palavra de que nunca faltará gás para o Brasil. Por isso, digo e repito que não faltarão investimentos e consumidores brasileiros para essa riqueza do povo boliviano.** [...] Com transparência e diálogo, asseguramos o suprimento adequado de energia para o parque industrial brasileiro e os recursos necessários para o desenvolvimento da Bolívia. (SILVA, 2009a). Definimos o papel de cada um nessa questão do gás [...] Isso nós vamos fazer, não apenas porque precisamos do gás, mas porque compactuamos um acordo com o governo boliviano e vamos cumprir. Eu espero que daqui para a frente a gente não tenha mais tormentas nessa questão do gás. **O Brasil precisa do gás da Bolívia, e a Bolívia precisa que o Brasil compre o gás da Bolívia. As indústrias brasileiras precisam do gás, as indústrias bolivianas precisam do gás. Nós temos interesses econômicos para o benefício do povo boliviano e do povo brasileiro e eu acho que as coisas estão acordadas.** (SILVA, 2009b, grifos nossos).

Na questão da Hidrelétrica de Itaipu com o Paraguai, o governo Lula concordou em renegociar os contratos nos setores energéticos considerados estratégicos, de modo a assegurar benefícios mútuos para ambos os países, mesmo havendo um rechaço do acordo por parte das elites econômicas do Brasil.

Portanto, verifica-se, assim, que a política de integração buscou estabelecer uma relação de compromissos e unidade política, entendendo as assimetrias e desigualdades de capacidades econômicas, políticas entre as nações, mas respeitando a soberania e autodeterminação dos povos das comunidades nacionais sul-americanas, nas ações e parcerias empreendidas pela política externa da administração de Lula.

### 3.3.3 *Política de Cooperação*

A política de cooperação da PEB está inserida no debate sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), numa lógica multilateralista de percepção da geopolítica mundial assentada num cenário multipolar marcada pela dicotomia da Cooperação Norte-Sul (CNS) x Cooperação Sul-Sul (CSS). A administração de Lula buscou fundamentar o programa da política externa brasileira a partir do aprofundamento da CSS enquanto vetor político-estratégico da inserção internacional do Brasil no âmbito da clivagem da CID nas relações internacionais.

Sendo assim, o internacionalista Carlos Milani (2012), assim como Hirst (2010), explicitam que a CSS enquanto proposta alternativa à Cooperação Norte-Sul é empreendida por países de renda média (ou emergentes), os quais começam a desempenhar funções mais densas de responsabilidades na participação no sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), não mais apenas enquanto beneficiários, mas, também, como

doadores. De acordo com Hirst (2010), a CSS, a partir das construções geopolíticas e identitárias dos Países de Renda Média (PRM), pretende introduzir um enfoque diferenciador para o Norte e dentro do Sul, isto é, a construção de uma nova relação política internacional entre os acordos e ações de cooperação internacional (CI), que não reproduzam as normativas adotadas pelos Países de Renda Alta, os doadores clássicos da Cooperação Norte-Sul.

Diante desta nova visão das relações políticas no Sistema Internacional (SI), a partir do Sul, Milani (2012) afirma que a CSS para o Desenvolvimento engloba um conjunto de

**agendas de política externa de vários países em desenvolvimento integram, hoje, estratégias de cooperação sul-sul (CSS) por intermédio de alianças forjadas no seio de organizações multilaterais (comerciais, financeiras, de segurança), de espaços regionais de integração, mas igualmente por meio de projetos de financiamento e cooperação técnica em áreas desde a saúde pública, educação fundamental e não formal intercâmbio universitário, meio ambiente, desenvolvimento agrícola, cooperação tecnológica e desenvolvimento científico, gestão pública, até projetos de desenvolvimento produtivo, industrial e de infraestrutura. Tais países são considerados potências emergentes (África do Sul, Brasil, China, Índia, México ou Turquia), mas também são chamados de “*new powers*”. Atuam com outros países em desenvolvimento de diferentes regiões do mundo, podendo agir por meio da cooperação bilateral (estabelecendo seu poder de controle sobre a agenda) ou da cooperação multilateral (junto a bancos de desenvolvimento ou fundos criados para esse fim pelo sistema das Nações Unidas) ou pela cooperação triangular (Norte-Sul-Sul). (MILANI, 2012, p.224, grifos nossos).**

No entanto, é válido ressaltar que, conforme Milani (2012), o marco histórico da Cooperação Sul-Sul se insere no bojo dos debates sobre o desenvolvimento no contexto da Guerra Fria. Neste sentido, o surgimento da CSS tem sua origem na Conferência de Bandung em 1955, organizada pelos países em desenvolvimento, cujo objetivo era o estabelecimento de uma aliança de Estados independentes e a instauração de uma política de não-alinhamento com as grandes potências. Este movimento político da periferia da economia política internacional tinha como objetivo englobar os países em desenvolvimento a construir relações de mútua ajuda e apoio face às deliberações da ONU e de outros fóruns econômicos multilaterais.

Diante deste breve histórico, no contexto atual da globalização neoliberal, a relevância que a CSS obtém no cenário internacional deve-se ao papel que os países emergentes passam a desempenhar na agenda política e econômica internacional, particularmente nos processos de reforma da governança global (Banco Mundial, FMI, OMC, G-20 financeiro) e de reconfiguração de alianças regionais e coalizões interregionais como a Unasul, Mercosul, G-

20, BRICS, Southern African Development Community, Shanghai Cooperation Organization). (MILANI, 2012, p.225).

Sendo assim, a caracterização da CSS está atrelada ao tamanho das economias, da inserção regional, do modelo produtivo e de desenvolvimento das políticas domésticas, bem como o *know-how* do duplo caráter que os países emergentes, de renda média possuem nas agendas da CID, as quais estão atreladas as diferentes estratégias desses países na geopolítica regional e global, cujo histórico sobre os debates referentes ao desenvolvimento (desde a I Conferência de Bandung em 1955), sobre as relações centro-periferia, não-alinhamento e perspectivas de solidariedade, resolução dos problemas dos países periféricos, com características semelhantes na periferia do sistema internacional se cristalizam como motor das visões e ações da CSS. Conforme sinaliza Milani 2012,

as políticas de CSS ressurgem de modo claramente associado ao papel renovado de alguns países em desenvolvimento, os mais poderosos global e regionalmente, visando principalmente a alicerçar a idéia de que os países do Sul podem (e devem, vão afirmar alguns discursos de política externa) cooperar com outros países do Sul. (MILANI, 2012, p.227).

O pesquisador sobre estudos em CID Bruno Ayllón (2010) explicita que boa parte do argumento político que sustenta a CSS está centrada na idéia de que os países em desenvolvimento podem e devem cooperar, reforçando suas relações bilaterais, através de intercâmbio de experiências técnicas individuais e coletivas em conhecimento e tecnologia, almejando o desenvolvimento dos países da periferia do sistema internacional, sem perder de vista que também é necessário disputar os espaços do Sistema Internacional, isto é, estes devem coligar-se multilateralmente para ganhar poder negociador nos temas e na agenda global.

A partir dessa motivação política aliada ao ideário da política externa brasileira do respeito a não-indiferença, bem como a orientação política de uma agenda social voltada a combater as injustiças sociais e a promoção do desenvolvimento econômico, a política de cooperação da PEB de Lula passa a ter como eixo principal os países latinoamericanos e africanos no seu projeto político global. Ayllón (2010) advoga essa mudança política da Política Externa Brasileira, a partir do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o autor,

con la llegada al poder de Lula en 2003, el gobierno brasileño ejecutó una amplia reestructuración de su ayuda exterior destinada a priorizar la cooperación sur-sur (CSS). Se definieron principios que orientarían su actuación, entre ellos que la

cooperación derivada de un mandato constitucional, al establecerse en su artículo nº 4 que “las relaciones internacionales de Brasil se rigen (...) por la cooperación entre los pueblos para el progreso de la humanidad” y que la misma constituye una respuesta a los compromisos asumidos en visitas del presidente y del canciller, siendo un instrumento fundamental para la política exterior. (AYLLÓN, 2010, p.2).

Desta forma, Ayllón (2010) nos revela que esta demarcação política do governo brasileiro referente a CID reflete uma mudança na política externa brasileira, no intuito de fortalecer as relações com os países em desenvolvimento, na perspectiva de construção de uma coalizão Sul-Sul. Sendo assim, o discurso político protagonizado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva construiu o ideário de uma política externa assentada na *diplomacia solidária*, se opondo as normativas da ajuda clássica Norte-Sul, e afirmando a necessidade de garantia da autonomia e respeito à soberania dos países do Sul.

Neste sentido, Hirst, Lima e Pinheiro (2010) sinalizam que o governo Lula buscou dar sustentabilidade institucional programática e estratégica em sua política de integração, a partir da “mobilização de múltiplas agências do Estado com agendas externa próprias ou complementares às linhas de ação do Itamaraty”, através de uma “renovada *estatalidade* da ação internacional”, ancorada no Estado neodesenvolvimentista de compromisso social, tendo como vetor estratégico os países da “América Latina, especialmente América do Sul, da África e Ásia”. (HIRST, LIMA, PINHEIRO, 2010, p.23). Deste modo, a política de cooperação através da CSS estabeleceu como prioridade o desenvolvimento de agenda de políticas públicas e técnicas amparadas em questões como: ambientais e agrícolas, energéticas, tecnológicas e científicas, educacionais, culturais, dentre outras, fundamentadas no ideário multilateralista empreendido pelo sistema de agências da ONU, isto é, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em seu portal eletrônico sinaliza que existem 335 entidades brasileiras prestando CSS, instituições universitárias, do poder público como secretarias, conselhos de prefeituras e estados, entidades da sociedade civil. Todavia as instituições como: o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), o Ministério da Cultura (MinC), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Ministério da Saúde (MS), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério de Minas e Energia (MME), o Ministério da Defesa (MD), igualmente as agências: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicomustíveis (ANP), são as instituições mais destacadas no âmbito da CSS da PEB brasileira, uma vez que

“o país vem procurando configurar seu próprio estilo de cooperação horizontal com ações que visam construir pontes de transmissão e intercâmbio de conhecimento, lealdades políticas e sociais com outros países em desenvolvimento” (HIRST, LIMA, PINHEIRO, 2010, p.34), demonstrando seu protagonismo no âmbito da CID, sendo, portanto,

um ator comprometido com os ideais do desenvolvimento, um ativo participante da terceira onda democrática, um produtor destacado de bens agrícolas e industriais que deverá se juntar aos esforços tão necessários para evitar uma crise de alimentos nos países de menor desenvolvimento relativo, e uma peça indispensável do processo de construção de um espaço regional de integração e cooperação na América do Sul. (HIRST, LIMA, PINHEIRO, 2010, p.35).

Hirst, Lima e Pinheiro (2010) sinalizam que a prioridade estratégica da política de CSS nas “regiões africanas e latino-americana” estão inseridas em “quatro *coincidências* que podem ser apontadas” como:

**a) a seletividade baseada em critérios históricos, culturais e/ou geopolíticos** – o interesse concentrado nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (palop), de um lado, e na América do Sul, de outro; **b) a combinação de vinculações bilaterais** com ações que pretendem fortalecer simultaneamente o arcabouço institucional de instâncias coletivas – **como a CPLP e o Mercosul**; **c) a presença multidimensional** que somam os **campos de segurança, diplomacia, cooperação para o desenvolvimento em países marcados por situações de fragilidade institucional e instabilidade política**, como é a participação em missões da onu – Guiné Bissau e Haiti; **d) a vinculação entre coalizões inter-estatais e a css no caso do Mercosul – com o Focem – e do ibas – com o Fundo ibas..** (HIRST, LIMA, PINHEIRO, 2010, p.35, grifos nossos).

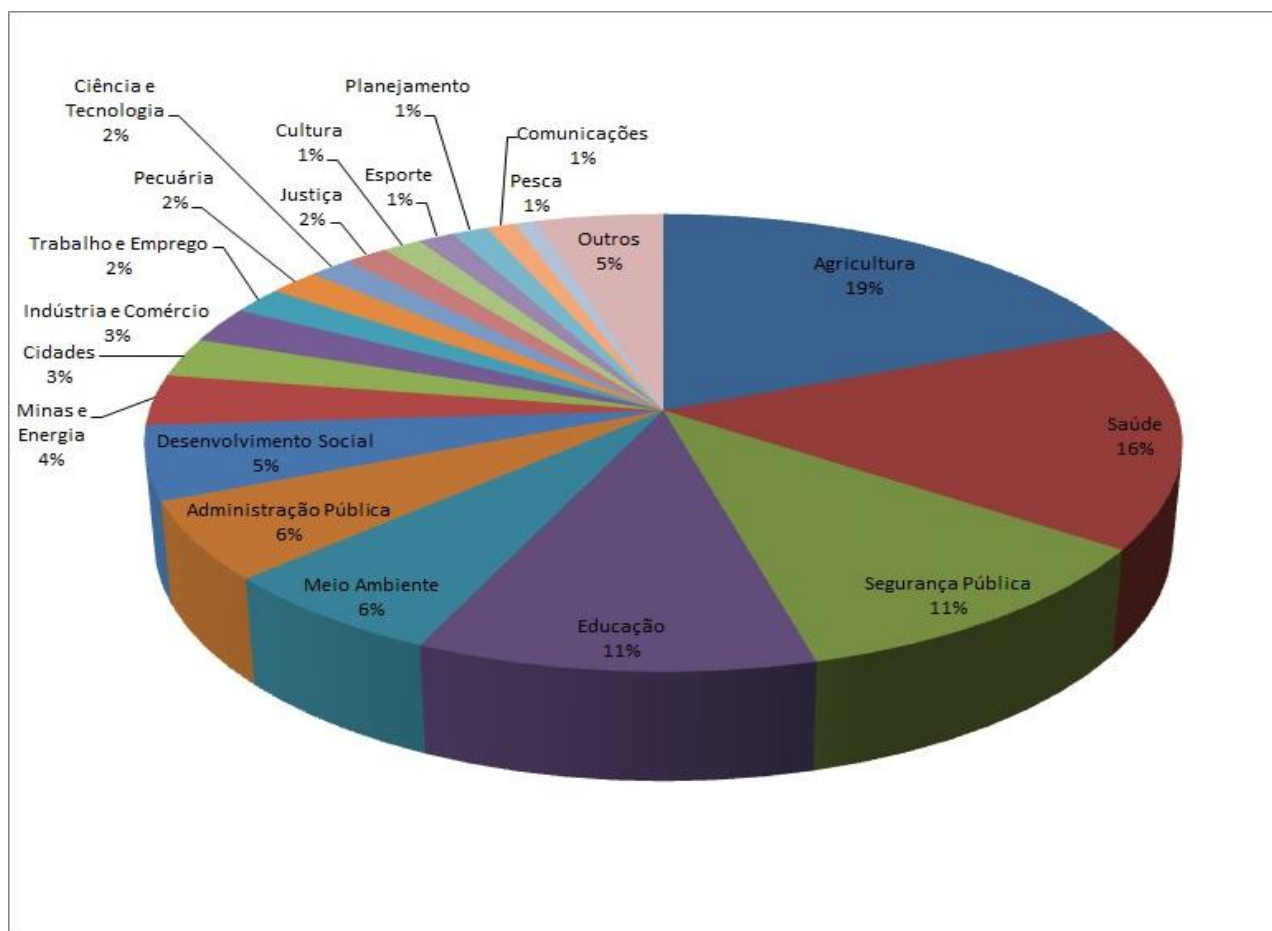
Deste modo podemos verificar estas modalidades e alcances da CSS da administração de Lula, a partir do quadro 3 e do gráfico 5 produzidos pela Agência Brasileira de Cooperação, a qual os segmentos da agenda da CSS, bem como em quais países o Brasil mantém relações políticas no âmbito da cooperação para o desenvolvimento.

**Quadro 4 – Lista dos 100 Países Parceiros pela Cooperação Sul-Sul Brasileira**

Lista dos 100 Países Parceiros pela Cooperação Sul-Sul Brasileira					
América Central, Norte e Caribe (21)	América do Sul (11)	África (42)		Ásia e Oriente Médio (23)	Europa (3)
Antígua e Barbuda	Argentina	África do Sul	Mali	Afeganistão	Geórgia
Bahamas	Bolívia	Angola	Marrocos	Arábia Saudita	República da Armênia
Barbados	Chile	Argélia	Mauritânia	Azerbaijão	Ucrânia
Belize	Colômbia	Benin	Moçambique	Bangladesh	
Costa Rica	Equador	Botsuana	Namíbia	Cazaquistão	
Cuba	Guiana	Burkina Faso	Nigéria	Coréia do Norte	
Dominica	Paraguai	Burundi	Quênia	Fiji	
El Salvador	Peru	Cabo Verde	República Democrática do Congo	Filipinas	
Granada	Suriname	Camarões	República do Congo	Indonésia	
Guatemala	Uruguai	Chade	Ruanda	Líbano	
Haiti	Venezuela	Costa do Marfim	São Tomé e Príncipe	Jordânia	
Honduras		Egito	Seicheles	Mianmar	
Jamaica		Gabão	Senegal	Nepal	
México		Gâmbia	Serra Leoa	Palestina	
Nicarágua		Gana	Sudão	Papua-Nova Guiné	
Panamá		Guiné Bissau	Tanzânia	Paquistão	
República Dominicana		Guiné Equatorial	Togo	República do Quirguiz	
Santa Lúcia		Lesoto	Tunísia	Sri Lanka	
São Cristóvão e Neves		Libéria	Uganda	Tailândia	
São Vicente e Granadinas		Madagascar	Zâmbia	Timor Leste	
Trinidad e Tobago		Malauí	Zimbábue	Tonga	
				Vanuatu	
				Vietnã	

Fonte: Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Gestao/PaisesParceiros>. Acesso em 12 de março de 2016.

**Gráfico 5 – Classificação da Cooperação Sul-Sul por segmento (2000-2014)**



Fonte: Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Gestao/ClassificacaoSegmento>>. Acesso em 12 de março de 2016.

No concernente à política de cooperação para a África, a PEB do governo Lula buscou garantir uma atenção especial à região, tendo em vista os laços históricos, culturais e identitários, devido o Brasil ser um país pertencente à diáspora africana. No primeiro ano da administração de Lula foi realizado o Fórum Brasil-África em 2003, no intuito de estreitar relações com os países africanos, de modo a garantir uma agenda de cooperação voltada para questões como: combate à fome e pobreza, saúde, transporte, educação, matriz energética, formação profissional, agricultura e alimentação, desenvolvimento sustentável. Através desta agenda desenvolvimentista e social, Villa (2005), Hirst, Lima e Pinheiro (2010), Garcia (2012) e Berringer (2014) explicitam que esta estratégia adotada pela PEB foi estabelecida por um duplo movimento: o fornecimento de ações técnicas balizadas na promoção do desenvolvimento social e econômico da região, agregado à iniciativas voltadas para o



mercado, através da expansão do comércio exterior brasileiro, e o estabelecimento de instalação de transnacionais brasileiras.

Hirst, Lima e Pinheiro (2010) ressaltam que durante o mandato de Lula “foram inauguradas 16 novas embaixadas no continente ao qual o presidente Lula viajou dez vezes, visitou 20 países e criou a Cúpula África-América do Sul (2008)” (HIRST, LIMA, PINHEIRO, 2010, p.33). Deste modo estas autoras sinalizam que, no marco da CSS, a política de cooperação brasileira sustentada através do investimento do Fundo IBAS de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento, bem como o BNDES desempenhou ações,

por uma rede de projetos ministeriais (**destacam-se o Ministério de Ciência e Tecnologia, as iniciativas do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior, da Agricultura e da Saúde**). A atuação no continente africano vem sendo instrumentalizada pelas agências especializadas do Estado, especialmente a **Embrapa na área de produção de alimentos, Fiocruz no campo da saúde (concentrado no combate a hiv/aids e Malária) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (senai) para projetos de formação profissional (em áreas tais como construção civil, conhecimento elétrico, hidráulico, computação e gastronomia)**. (HIRST, LIMA, PINHEIRO, 2010, p.33, **grifos nosso**).

Cabe ressaltar que no âmbito dos países africanos, dos Estados pertencentes à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a política de cooperação deu ênfase na formação educacional de jovens angolanos, moçambicanos, guineenses e cabo-verdianos desde 2003, através do Programa Estudante-Convênio Pós-Graduação (PEC-PG), por meio de parceria técnico-educacional entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o MRE, concedendo benefícios como: bolsa de estudos, auxílio deslocamento exterior para o Brasil, no âmbito das universidades públicas federais; foi estabelecido também o Programa Estudante-Convênio Graduação (PEC-G) estruturado na formação de ensino superior de graduação, nas universidades públicas federais ou universidades privadas conveniadas com o Programa Universidade para todos (PROUNI)<sup>40</sup>, sem os mesmos benefícios que os estudantes de pós-graduação, contudo, possuindo os mesmos direitos dos estudantes brasileiros, a partir da dinâmica de política estudantil das universidades públicas e privadas, e por fim, foi criado a Universidade de Integração

---

<sup>40</sup> O Programa Universidade para todos (PROUNI) é um programa do Ministério da Educação, o qual concede bolsas de estudos integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior, tendo como critério de seleção ser aluno oriundo de escola pública, ou privada com bolsa de estudos, sendo instituído em 2005, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, sancionada pelo Congresso Nacional, na gestão de Lula.

Internacional de Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)<sup>41</sup>, em 2010 com sede em Redenção-Ceará, com o objetivo de aprofundar o intercâmbio educacional de estudantes africanos, no âmbito da cooperação educacional Brasil-África.

Não obstante, cabe aqui destacar também que, no âmbito da política de cooperação, embora o governo Lula tenha sinalizado, conforme Berringer (2014), o “perdão das dívidas externas de países africanos”, demonstrando, assim, uma assimilação e solidariedade Sul-Sul, de natureza contra-hegemônica, em resposta aos países do centro do capitalismo, verifica-se que a política de cooperação buscou estrategicamente manter parcerias com os países africanos, de um lado para se projetar na concorrência de uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), (HIRST, LIMA, PINHEIRO, 2010, p.33), do outro, trouxe vantagens econômicas para as frações de classe da burguesia interna produtiva, no qual Berringer (2014) sinaliza que no âmbito da política comercial é importante,

destacar o enorme aumento das exportações dos produtos brasileiros para a África e a expansão de empresas brasileiras que atuam na região, em especial, a companhia Vale, Petrobras, a Odebrecht etc. A Vale tem investimentos em Angola, Moçambique, Guiné, África do Sul e na República Democrática do Congo. A Petrobras além dos antigos investimentos na Angola e Nigéria se expandiu para a Tanzânia, Líbia, Moçambique e Senegal. E a Odebrecht está envolvida na construção de uma grande hidrelétrica na Angola. (BERRINGER, 2014, p.153).

No âmbito da América Latina, a política de cooperação foi co-constituída à política de integração na região buscando dar apoio técnico, científico a projetos voltados para questões sociais e de desenvolvimento aos países latinoamericanos, através das entidades brasileiras coordenadas pela ABC, no âmbito da arquitetura multilateral institucional da Organização dos Estados Americanos (OEA), bem como do Mercosul e IIRSA e da Unasul. Em seu discurso na 19ª Reunião da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo em 2009, em Estoril-Portugal, Lula sinaliza seu compromisso com o desenvolvimento econômico e das sociedades latinoamericanas, argumentando que através da política de cooperação brasileira, no seu governo, iniciativas de inovação tecnológica com projetos voltados para nanotecnologia, biotecnologia, meteorologia e matriz energéticas protagonizadas por órgãos brasileiros, contribuíram para a emancipação dos povos das Américas. Conforme o ex-

---

<sup>41</sup> A Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) foi criada em 2010 através do Projeto de Lei 3891/08, do poder executivo, aprovada pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e sancionada pelo Congresso Nacional, foi fruto do debate educacional de criação de uma universidade afro-lusófona. A UNILAB atualmente está localizada nos estados: Ceará e Bahia, presentes em três municípios: São Francisco do Conde (Campus dos Malês)-BA, Redenção (Campus da Liberdade, sede oficial da universidade)-CE, e Acarape (Campus dos Palmares)-CE, reunindo cursos de graduação e pós-graduação presenciais e à distância, em modalidades *lato e stricto sensu*.

presidente Lula (2009) discursou na abertura da 19<sup>o</sup> Reunião de Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Estoril, Portugal:

[...] graças ao trabalho da Embrapa, cultivos de alto valor econômico e fundamentais para a segurança alimentar foram adaptados para os trópicos. Isso fez do Brasil não apenas um grande celeiro para o mundo, mas viabilizou a política de erradicação da fome e de inclusão social. Buscamos compartilhar esses sucessos com nossos vizinhos sul-americanos e com os países africanos. Transferimos, sem condicionalidades, a tecnologia de ponta que revolucionou nossa agricultura e nossas exitosas políticas públicas de inclusão social. A crescente adoção de um sistema comum de TV Digital na América do Sul cria as condições para estabelecermos um pólo tecnológico regional. Estaremos, assim, difundindo e, sobretudo, desenvolvendo tecnologias próprias, adaptadas às nossas necessidades específicas. (SILVA, 2009c).

Por sua vez, o governo Lula buscou estreitar relações diplomáticas com os países caribenhos, através da Comunidade do Caribe (CARICOM)<sup>42</sup> tendo em vista não somente ampliar as relações comerciais, mas, também, estabelecer vínculos políticos, no âmbito da estratégia política brasileira de coalizão Sul-Sul. Sendo assim, é importante destacar a importância dada aos países caribenhos durante a PEB da administração de Lula, através da ampliação de relações diplomáticas, com a criação de embaixadas na região como: Antígua e Barbuda, Granada, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis e São Vicente e Granadinas. Em discurso à imprensa no âmbito da Reunião da Cúpula Brasil-Caricom no Palácio do Itamaraty em 2010, Lula (2010) destaca que “a Caricom é destino de 10% de toda a cooperação técnica brasileira” e que a ABC, através da EMBRAPA promoverá o compartilhamento de sua tecnologia em agricultura e alimentação junto ao Instituto Caribenho de Pesquisas e Desenvolvimento Agrário, bem como concretizará acordos de cooperação em saúde pública, entre o “Ministério da Saúde brasileiro e o Instituto Caribenho de Saúde Ambiental”. (SILVA, 2010). Cabe igualmente destacar, no âmbito de parcerias estratégicas com os países caribenhos, a consolidada relação com Cuba, a qual tem contribuído para um profundo intercâmbio de políticas e ações cooperativas entre ambos os países. O discurso de Lula no almoço oferecido ao presidente da República de Cuba, Raúl Castro, em 2008 sinaliza nossa assertiva, quando Lula (2008) explicitou que,

---

<sup>42</sup> A Comunidade do Caribe (CARICOM) é um bloco econômico criado em 1973 formado por países como membros efetivos: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, e como membros associados: Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Ciamán e Anguilla, e como observadores: Antilhas Holandesas, México, Venezuela, Aruba, Colômbia e Porto Rico. República Dominicana e Cuba possuem acordos de comércio com este bloco, contudo, não são países-membros.

[...] com financiamento brasileiro, Cuba está adquirindo do Brasil equipamentos agrícolas, está reformando estradas e vai inaugurar um pólo científico. [...] Queremos ajudar Cuba a fazer como o Brasil: alcançar a auto-suficiência energética. A independência alimentar é outro alvo prioritário do povo cubano. Por meio da Embrapa, vamos ajudá-lo a alcançar esse objetivo. [...] Capacitação cubana no combate à malária está sendo aplicada com a ajuda de 40 peritos cubanos no estado do Amazonas, no Brasil. **Tecnologia cubana permite a produção em larga escala, pela Fiocruz, de remédios para câncer e hepatite, antes importados pelo Brasil a altíssimo custo. O mesmo compromisso com o atendimento prioritário aos mais necessitados motivou o programa cubano de formação de médicos brasileiros.** [o qual foi concretizado pelo Programa Mais Médico do governo da presidenta Dilma Rousseff, em 2013]. (SILVA, 2008, **grifos nossos**).

Por fim, é mister registrar que o governo Lula buscando aprofundar laços identitários com a América Latina, prioridade de sua política de integração quanto de cooperação e comércio, decretou em 2005 por meio da Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, a obrigatoriedade do ensino de espanhol nos currículos de ensino médio do país. Cabe igualmente destacar a criação em 2010 da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)<sup>43</sup> como proposta de fomentar a cooperação da produção científica e tecnológica, em carreiras profissionais estruturadas no desenvolvimento político, econômico, social e regional da América Latina.

Ademais, constata-se que a política de cooperação da PEB da administração de Lula buscou diversificar as ações do Brasil, no âmbito da CSS, a partir de uma agenda político-social e econômica de desenvolvimento dos países do Sul global, abarcando aspectos e demandas da sociedade civil, através de uma diplomacia neodesenvolvimentista solidária, como também imprimiu os interesses nacionais, através da transnacionalização das empresas estatais e privadas nas regiões de colaboração de apoio técnico e científico por meio da CSS, bem como discursos e ações representativas de transformação da relação Norte/Sul da geopolítica global, revelando, neste sentido, o caráter reformista da PEB, através da conjunção da assimilação de fatores hegemônicos e contra-hegemônicos, da governança global mundial.

---

<sup>43</sup> A Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA) conforme seu portal foi criada pela Lei nº 12.189/2010, no governo Lula, com sede no Parque Tecnológico Itaipu da cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, composta por estudantes oriundos do Cone Sul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, através de cursos de graduação e pós-graduação vinculados aos estudos estratégicos e de desenvolvimento sobre a América Latina. A universidade também acolhe estudantes de outros Estados latinoamericanos, através de acordos de cooperação como os programas PEC-G e PEC-PG, assim como estudantes intercambistas ou plenos de bolsas de estudos da OEA, bem como de outros países do mundo.

### 3.3.4 Política Multilateralista

No âmbito dos estudos sobre a PEB há certo consenso na literatura que a partir da ordem mundial multipolar, o Brasil tem empreendido uma política multilateralista nas relações internacionais, respeitando o sistema de agência das Nações Unidas, os regimes e as instituições internacionais, bem como tem atuado a favor da democracia fundamentado numa política internacional primada pela resolução de conflitos e construção da *peacekeeping*<sup>44</sup> mundial. Com a chegada do governo Lula, Villa (2005), Vigevani e Cepaluni (2007), Hirst, Lima e Pinheiro (2010) sinalizam que a política multilateralista implementada pelo PT foi estabelecida por uma maior inserção internacional do Brasil, fundamentada no discurso e numa agenda de maior participação dos países do Sul global em desenvolvimento, na tomada de decisões sobre a governança global.

Primado no discurso de justiça social global, a administração de Lula buscou empreender uma maior influência do Brasil na agenda dos organismos internacionais, reivindicando a contemplação das demandas e interesses dos povos e comunidades dos países em desenvolvimento, que durante os anos 1990 foram relegadas às orientações políticas, econômicas e institucionais do ideário neoliberal promulgado pelo Consenso de Washington. Neste sentido, Hirst, Lima e Pinheiro (2010) argumentam que foi impressa uma mudança significativa no insulamento burocrático do Itamaraty, no intuito de atender as construções políticas de reformas no multilateralismo global estabelecido pelo programa de governo de Lula. As autoras explicitam que para dar conta destes novos desafios da “multidimensionalidade das relações exteriores, decorrentes da mudança de postura do país nos regimes internacionais”, a subSecretaria Geral Política do MRE passou por uma nova reconfiguração dos

departamentos e divisões para lidar com temas de destaque na política externa como Meio Ambiente, Direitos Humanos, Temas Sociais. Desta forma, por meio da especialização que alcança espaços, regiões e temas múltiplos, o Itamaraty busca

---

<sup>44</sup> As operações da *peacekeeping* se constituem enquanto missões para a manutenção da paz em países com instabilidades políticas de diferentes naturezas, executadas através da orientação política do Conselho de Segurança (CSNU) da ONU. A leitura dessa pesquisa se fundamenta na ideia de que a *peacekeeping* opera no âmbito da estrutura da governança política e econômica neoliberal, através da qual as grandes potências do CSNU juntamente com seus aliados do G-7 constroem uma arquitetura de manutenção e promoção da paz sob mecanismos de manutenção do domínio e controle das grandes potências mundiais sobre os países em desenvolvimento e, especialmente subdesenvolvidos, sendo assim, um instrumento da manutenção da hegemonia e liderança dos EUA com seu aliados (G-7), através do qual atingem a soberania e a autodeterminação dos povos, ao incidirem sobre as dinâmicas políticas e econômicas dos países em conflitos, ou das disputas entre os grupos sociais em situação de guerras e conflitos. Para uma melhor análise sobre a construção da hegemonia política nas operações de *peacekeeping* no âmbito da segurança internacional, consultar: LAMAZIÈRE (2010), LUDWIG (2013), PASSOS (2015).

manter-se atuante e participativo nas esferas em que se desenrolam e se constituem as relações internacionais contemporâneas. (HIRST, LIMA, PINHEIRO, 2010, p.26).

Deste modo, a PEB do governo Lula buscou disputar estrategicamente a agenda multilateralista da governança global, através da coalizão Sul-Sul, a qual contribuiu para um novo olhar sobre a agenda política internacional da OCDE, a partir das dinâmicas e necessidades dos povos do Sul global, tendo em vista a conclamação de uma maior participação não somente dos países em desenvolvimento, mas, igualmente, dos diversos atores da sociedade civil, para inferir na arquitetura multilateralista das Organizações das Nações Unidas. Ações voltadas para o fortalecimento dos direitos humanos, debates e propostas relacionados às questões climáticas, energéticas e ambientais, bem como a dignificação dos povos pela sua autodeterminação e emancipacionista, foram construtos discursivos, assim como, políticas públicas necessárias para a efetivação da cidadania e dos direitos econômicos, sociais, culturais e políticas, da política multilateralista de Lula, em evidência na geopolítica mundial.

Com efeito, é possível verificar a necessidade estratégica da PEB de Lula em reformar a agenda, bem como maior participação dos países em desenvolvidos nas questões sociais, de segurança no âmbito das Nações Unidas, através do discurso de Lula (2009d) no Debate Geral da 64ª Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, 2009, quando este sinaliza que,

**Esse mundo multipolar não será conflitante com as Nações Unidas. [...] De uma ONU com a autoridade política e moral para solucionar os conflitos do Oriente Médio, garantindo a coexistência de um Estado Palestino com o Estado de Israel; de uma ONU que enfrente o terrorismo sem estigmatizar etnias e religiões, [...] de uma ONU que assuma a ajuda efetiva a países - como o Haiti – [...] de uma ONU que se comprometa com o Renascimento africano que hoje assistimos; de uma ONU capaz de adotar políticas eficientes de preservação e ampliação dos Direitos Humanos; de uma ONU que possa avançar no caminho do desarmamento estabelecendo um real equilíbrio entre este e a não-proliferação; de uma ONU que lidere cada vez mais as iniciativas para preservar o ambiente; de uma ONU que, por meio do ECOSOC, incida nas definições sobre o enfrentamento da crise econômica; de uma ONU suficientemente representativa para enfrentar as ameaças à paz mundial, por meio de um Conselho de Segurança renovado, aberto a novos membros permanentes [...] Não somos voluntaristas. Mas sem vontade política não se pode enfrentar e corrigir situações que conspiram contra a paz, o desenvolvimento e a democracia. Sem vontade política persistirão anacronismos como o embargo contra Cuba. Sem vontade política continuarão a proliferar golpes de Estado como o que derrocou o Presidente constitucional de Honduras, Manuel Zelaya, que se encontra, desde segunda-feira, refugiado na embaixada do Brasil em Tegucigalpa. (SILVA, 2009d, grifos nossos).**

No âmbito das relações multilaterais e bilaterais com os países da Ásia e Oceania, a PEB de Lula buscou um maior estreitamento com países como a Índia e a China, no âmbito do IBAS e BRICS, mas, também fez tentativa de diversificação das relações diplomáticas brasileiras, através de fornecimento de ajuda humanitária e investimentos ao Timor Leste, membro do CPLP, parcerias em questões relacionadas à cultura e educação, bem como inovação científica e tecnológica com o Japão, iniciativas de diálogos com os países asiáticos e com a Austrália e Nova Zelândia no aprofundamento do comércio exterior brasileiro e, igualmente prestação de cooperação técnica trilateral para o desenvolvimento. Por fim, cabe aqui destacar que em 2009 foi inaugurada a embaixada do Brasil na Coreia do Norte comunista, onde este país já tinha reconhecido o governo Lula, através da instalação da embaixada norte-coreana em 2005 no país. A ABC sinaliza que através da EMBRAPA o Brasil tem prestado cooperação técnica à Coreia do Norte, no âmbito do cultivo da soja, da agricultura familiar, e outras tecnologias de alimentos, resultando, assim, em missões técnicas ao país para a formação profissional de técnicos e cientistas norte-coreanos, como também o fornecimento humanitário através do Programa Mundial de Alimentos da ONU, por meio de doação pecuniária de milho e feijão, no valor de 200 mil dólares estadunidenses.

Com o mundo árabe, a PEB de Lula buscou tecer relações diplomáticas no âmbito da política de cooperação sul-sul e criou novas embaixadas em países como Omã, Catar e Chipre, e novos consulados na Turquia, Palestina e Líbano, como também se evidenciou iniciativas de intercâmbio, parcerias e acordos comerciais entre os grupos econômicos brasileiros e árabes. Com efeito, cabe destacar também a rejeição do Brasil em apoiar Israel no extermínio à população palestina representando, assim, um caráter contra-hegemônico aos EUA e as forças militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no entanto, o país manteve relações diplomáticas assentadas na *soft Power* com ambos os países, em acordos de cooperação técnica para o desenvolvimento. É mister registrar o caso do Irã sobre energia nuclear em que juntamente com a Turquia, o governo brasileiro buscou dialogar com o presidente iraniano Mahmud Ahmadinejad, sendo alvo de duras críticas das elites políticas e econômicas, bem como a imprensa brasileira e igualmente o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Mesmo num contexto marcado pelo “desconforto” da comunidade internacional (propalado pelos EUA, os países do G-7 e do CSNU) em relação à produção de energia nuclear do Irã, através dos poços de urânio deste país, o presidente Lula recebeu em 2008 a visita do presidente iraniano Mahmud Ahmadinejad, no sentido de manter relações diplomáticas através de iniciativas de intercâmbio científico, comercial e cultural, no âmbito

da política bilateral brasileira com os países árabes. O cientista político Danilo Souza Neto (2011) nos revela que embora o CSNU tenha concretizado em 2010 “sanções comerciais ao Irã nas áreas de material militar e tecnologia nuclear”, o governo brasileiro assentado da diplomacia de não-intervenção, “revelou uma disposição do país em estabelecer canais de diálogo sul-sul, demonstrando também que defende o direito dos países em desenvolvimento de estabelecer programas nucleares para fins pacíficos, como previsto no Tratado de Não-Proliferação Nuclear” (SOUZA NETO, 2011, p. 103).

No concernente à contribuição da PEB para questões relacionadas com assuntos de segurança e defesa nacional, no âmbito do multilateralismo da ONU, cabe destacar a instituição da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) como o grande desafio político da política multilateralista brasileira para assuntos estratégicos de defesa.

Desta forma, a participação do Brasil na MINUSTAH se insere, no âmbito do contexto de crise e instabilidade política que o Haiti estava vivendo em 2004. Após a renúncia do ex-presidente haitiano Jean Bertrand Aristide, o Conselho de Segurança das Nações Unidas criou a MINUSTAH, no sentido de garantir a paz e a estabilidade interna do país. De acordo com o Diniz (2005), esta missão pode ser entendida como ações de *peacekeeping* tradicional e estabilização, por meio da distribuição de assistência humanitária, cujas funções da MINUSTAH, de acordo com o mandato, se dividem em três esferas: criação de um ambiente seguro e estável; garantia do respeito aos direitos humanos, e apoio ao processo político no Haiti. O objetivo principal da MINUSTAH é estabelecer a estabilidade política no Haiti, isto é, a instituição da democracia no seu sentido amplo, de modo a garantir o respeito aos direitos humanos, numa ação conjunta em colaboração com a Organização dos Estados Americanos e o CARICOM. Diniz (2005) nos revela que esta intervenção humanitária se constitui na primeira operação de paz das Nações Unidas desenvolvida no seu aspecto militar por países da região, notadamente os países do Cone Sul, Argentina, Brasil e Chile.

Sendo assim, o Brasil assume o comando da Força Multinacional Interina (comando da *peacekeeping*) em 2004, tendo como objetivo a contribuição do estabelecimento da ordem no Haiti, por meio de três áreas: provimento de segurança e estabilidade; apoio ao processo político e preparação para as eleições de 2005; monitoramento e apresentação de relatórios sobre Direitos Humanos, cujas ações de desmilitarização e ajuda humanitária tem sido o foco da operação, com resultados significativos, como organização do processo eleitoral, desarmamento de grupos rebeldes, principalmente em zonas ao redor da capital do país, Porto Príncipe.



A justificativa do governo brasileiro para a participação no Haiti, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores foi motivada pelo cumprimento das obrigações como membro da ONU, cuja Carta desta entidade traz como fundamentos principais a necessidade de arranjos de defesa coletiva para prevenção de ameaças à paz, e demonstração de solidariedade para com uma nação das Américas. De acordo com Diniz (2005), a participação brasileira foi colocada como não sendo uma ruptura com o envolvimento tradicional em missões de paz, isto é o respeito à soberania nacional. Para este autor, o discurso do MRE justificou a participação brasileira na necessidade de se enfrentar o que seriam as causas do conflito no Haiti: a fome, pobreza e fragilidade das instituições democráticas.

Não obstante, no histórico da política externa brasileira, a *high politics*, isto é questões de defesa e segurança nacional, nunca foram assuntos de alta prioridade em sua agenda. Os argumentos da diplomacia brasileira, através do MRE, os quais versam sobre solidariedade ao povo haitiano e engajamento das questões humanitárias omitem alguns interesses da projeção geopolítica do Brasil no cenário internacional. É importante registrar que, o contexto histórico em que o país assumiu o comando da MINUSTAH em 2004, uma série de debates e discussões sobre a reforma da ONU estavam em voga, principalmente a reforma do CSNU, a qual estava no auge do debate político internacional, e o Brasil estava empreendendo grandes esforços para tornar essa ambição realidade. Nesse sentido, a preferência brasileira pela construção da paz no Haiti pelo multilateralismo pode ser compreendida pelo esforço do país, no âmbito da ONU, de garantir uma posição de maior influência e seu discurso de reforma política e institucional desta entidade, desdobrando, assim, por uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Diante disto, a decisão do Brasil de ser o maior contribuinte de tropas e liderar o comando da MINUSTAH esteve atrelada ao aumento do prestígio do país dentro da ONU, cujo seu envolvimento no Haiti foi fruto de uma percepção geopolítica e estratégica de aumento de sua relevância no sistema internacional global, no sentido de consolidar a sua imagem de liderança regional, defendendo, então, o ideário da agenda multilateralista: a prevenção dos conflitos, superação da pobreza e das desigualdades sociais e econômicas, na promoção do desenvolvimento e a da paz entre as nações.

No entanto, a MINUSTAH, embora enfrente inúmeros desafios no seu processo de execução, bem como rejeição<sup>45</sup> por parte da sociedade civil latino-americana através do

---

<sup>45</sup> A rejeição de diversas organizações dos movimentos sociais brasileiros pelo comando do Brasil na MINUSTAH, através da permanência das tropas brasileiras no Haiti foi amplamente debatida e discutida no âmbito da sociedade civil brasileira, principalmente pelos jornais e revistas críticas como Fórum, Carta Maior,

engajamento político dos movimentos sociais, configura-se na formação de um novo paradigma para a cooperação internacional referente à promoção da paz mundial. Esta operação de paz liderada pelo Brasil caracteriza-se como um exemplo de política internacional da não-indiferença e da diplomacia solidária, fortalecendo o multilateralismo brasileiro, na construção de um sistema internacional mais plural e democrático, constituído por lideranças também do Sul global.

Neste sentido, A MINUSTAH permitiu a vinculação do Haiti à agenda das relações políticas e diplomáticas da PEB, de modo que, a liderança política do Brasil nesta missão de manutenção de paz, por um lado, inaugurou ações de cooperação triangular com países como Canadá, EUA e França em questões de agricultura e alimentação, matriz energética, transportes, engenharia e construção civil; com Cuba ações voltadas para saúde, como a criação de uma rede de hospitais públicos; com a Venezuela, programa conjunto na área de formação profissional e educacional, do outro, contribuiu com a necessidade dos estados da OEA tenham um maior compromisso com a segurança do continente, através do compartilhamento de responsabilidades, solidariedade, ajuda mútua e resolução de problemas, na ótica da CSS.

De certo, para muitos analistas da PEB, a participação efetiva do Brasil na MINUSTAH teve como objetivo real a necessidade de iniciar uma agenda de disputa no interior das instituições internacionais da governança global, tendo sua participação construída durante a década de 1990, em que o CSNU se configurou como um dos objetivos cruciais da reconstrução da agenda de defesa e segurança nacional e internacional da PEB da era Lula. Neste sentido, a reivindicação de uma reforma do Conselho Permanente de Segurança da ONU foi construída, por um lado no âmbito local e regional, através da qualificação da tecnologia e inovação no âmbito das forças armadas nacional, como exemplo a aeronáutica e o desenvolvimento da EMBRAER, do outro a ideia discursiva da preservação da autodeterminação dos povos, como exemplo a rejeição das instalações de bases militares dos EUA na Colômbia, e o fechamento de bases estadunidenses no Equador e em Cuba, tendo

---

Brasil de Fato, Caros Amigos, assim como no ambiente acadêmico universitário, no qual os movimentos sociais denunciaram que a MINUSTAH se configurou enquanto uma missão ocupação militar consubstanciada num discurso de ação humanitária, contudo, violava os direitos humanos, assim como não promovia o desenvolvimento econômico e social do Haiti e, ainda contribuía para o controle e domínio da soberania e autodeterminação da sociedade civil haitiana. Neste sentido, foi construída a campanha: Contra as Tropas Brasileiras no Haiti –, pelos movimentos sociais, sindicalista e organizações não governamentais, como Casa da América Latina, Justiça Global, Conlutas, Movimento Sem Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento Consulta Popular, Rede Jubileu Sul Brasil, Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, Instituto dos Defensores de Direitos Humanos, e partidos de esquerda como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, Partido Socialismo e Liberdade, Partido Comunista Brasileiro, dentre outras organizações.

em vista que estes assuntos deveriam ser tratados, no âmbito do espaço latino-americano, a partir do incentivo da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, no âmbito da estrutura política organizacional da UNASUL. Em entrevista a Agencia Brasil, Celso Amorim (2003b) explicita a necessidade de reformas no âmbito da ONU, especialmente o interesse brasileiro de um assento permanente no CSNU, a partir da experiência brasileira no compromisso com a *peacekeeping* e diversificação da agenda de segurança, no intuito de uma profunda reforma institucional no âmbito do CSNU, ao nos revelar que,

**A mensagem é de apoio ao multilateralismo, mas também às reformas. Nós concordamos que as Nações Unidas - hoje basicamente com o mesmo desenho que elas têm há quase 60 anos -, não correspondem às necessidades do mundo atual. [...] A ONU tem o potencial lidar com esses problemas, mas para tanto tem de ser reformulada. [...] Outra questão é a efetividade das ações do Conselho e sua legitimidade. Não só no sentido legal, mas também no político. As ações do Conselho têm de ter respaldo internacional. [...] Todos sabem que o Brasil tem dito e se considera apto a ocupar esse posto desde que ele tenha apoio dos países, e nós temos tido. Para tanto, será necessário reformar a Carta da ONU, o que é não é fácil. (AMORIM, 2003b, grifos nosso).**

Nessa busca por reformas do CSNU o Brasil construiu juntamente com a Alemanha, o Japão e a Índia, o G-4, isto é o grupo de quatro países com capacidades políticas e forte atuação internacional no âmbito da geopolítica mundial, condições necessárias para o aprofundamento da ampliação do CSNU, ainda que países membro-permanente como os EUA e a China estivessem contrários a ampliação, bem como a candidatura do Brasil no âmbito da política de segurança coletiva da ONU.

Por fim, no que diz respeito às relações com a UE e os EUA, mesmo reconhecendo a importância da parceria estratégica com os países do bloco europeu e a potência hegemônica vigente, a PEB da era Lula imprimiu uma política assertiva nas relações diplomáticas, de modo a assegurar que os interesses do capital nacional brasileiro pudessem se transnacionalizar e ocupar espaços no mercado internacional e nacional no Norte da geopolítica mundial. Com a UE o diálogo de rejeição às restrições políticas comerciais no âmbito da Rodada de Doha se constituiu como política incisiva do Brasil de protecionismo do seu mercado nacional, contudo, houve avanços de construção de parcerias estratégicas, em assuntos relacionados ao meio ambiente, aos direitos humanos, aos investimentos em ciência e tecnologia e educação, assim como investimentos externos diretos do país no leste europeu e acordos de cooperação internacional.

Quanto aos EUA, é importante destacar que a PEB de Lula reconheceu os EUA enquanto aliado estratégico, mantendo um diálogo fluído com este país, contudo, deixou

nítido tanto na relação com o governo do ex-presidente George W. Bush, como o de Barack Obama, que a intenção do Brasil era a promoção de uma agenda neodesenvolvimentista, a partir da implementação de políticas estratégicas na luta contra a fome, a miséria, cumprimento da dívida externa, bem como a ajuda humanitária de desenvolvimento sustentável mundial, numa aproximação geoestratégica com os países sul-americanos, bem como africanos, isto é, a nova prioridade da agenda internacional da PEB. A natureza assertiva da política externa de Lula com os EUA esteve fundamentada na rejeição da ALCA, bem como a construção de sua hegemonia política regional no âmbito da América do Sul, de modo que os interesses do Brasil também perpassavam pela democratização dos espaços da ONU, especialmente o embate com a opinião estadunidense de não-ampliação do CSNU, em que o Brasil caminhava para o aumento de sua visibilidade de se consagrar como uma potência mundial no âmbito do Sul global, com capacidades políticas construídas para influenciar os arranjos políticos e econômicos da governança global. Sendo assim, Villa (2005), sintetiza a relação diplomática da PEB da era Lula com os EUA, em diferenciação ao americanismo cosmopolita neoliberal da história diplomática da PEB da década de 1990, ao afirmar que,

as negociações com os EUA na gestão Lula apresentam dois pontos de descontinuidade em comparação à administração anterior de Fernando Henrique Cardoso. Em primeiro lugar, do ponto de vista conceitual. As negociações em relação à ALCA têm sido dirigidas através do que a diplomacia brasileira chama de “três trilhos”, que consistem “em focalizar as negociações no aspecto de acesso a mercados, sob o formato atual; deixar para a OMC os temas mais delicados para um ou outro lado (no nosso caso, regras para investimentos, serviços e propriedade intelectual, entre outros); e manter no arcabouço da ALCA questões como regimes de origem, solução de controvérsias, fundos compensatórios etc.”. Em segundo lugar, tem havido ênfase na integração como processo associativo. Assim se tem dado prioridade às tentativas de integrar como membros associados países da Comunidade Andina de Nações (CAN) e à procura de acordos com a União Européia. (VILLA, 2005, p.18).

Sendo assim, verifica-se que no âmbito das relações diplomáticas entre o Brasil e os EUA, as diretrizes políticas adotadas pelo governo Lula, no âmbito da PEB, foram estabelecidas pela constituição da ideia de tornar o país um *global player*, a partir da liderança política regional, no âmbito do espaço sul-americano, marcada pela instituição de divergências e controvérsias com a política estadunidense, ainda que não se concretizasse um distanciamento da construção de parcerias estratégicas na geopolítica mundial, contudo, conformou a pensamento internacional da liderança de Lula como uma “liderança responsável e de esquerda”, conforme sinalizado por Pecequillo (2010, p.142), legando, assim, uma

política externa fundamentada na construção de um estado neodesenvolvimentista, com reconhecidas capacidades políticas, econômicas e tecnológicas, tanto na esfera regional, como no sistema internacional, tendo em vista que a sua relação diplomática com a potência hegemônica global, os EUA, foi norteadada pela divergência aos interesses econômicos estadunidenses alicerçados pela ALCA, pela hegemonia da direção e liderança dos EUA no multilateralismo na OMC, FMI e Banco Mundial, pela crítica ao embargo econômico a Cuba, bem como a ofensiva de instalação de bases militares no espaço geopolítico sul-americano, denotando, assim, a tentativa de tornar o Brasil um Estado-Nação de forte empoderamento político, na geopolítica global.

Para concluir, no contexto da globalização neoliberal vigente, é possível aferir que a Política Externa Brasileira da era Lula foi marcada pela co-constituição, de um lado, da assimilação de aspectos hegemônicos de consonância com as diretrizes políticas da governança global, ainda que em seu discurso e construção política houve a necessidade de reformas democráticas no âmbito das instituições internacionais, como verificado tanto em sua política comercial, quanto sua política de integração, do outro lado, o discurso neodesenvolvimentista fundamentado na assimilação de aspectos contra-hegemônicos, no âmbito de sua política de cooperação, como também nas relações multilaterais e bilaterais com diferentes estratégias e interesses aos países do Norte e Sul global.

Neste sentido, a próxima seção analisará como a Rede Brasileira pela Integração dos Povos identificou a PEB da era Lula, se ainda considera o bloco histórico liderado pelo ex-presidente como parceiro na luta contra-hegemônica à globalização neoliberal, ou se houve a configuração de uma ressignificação da contestação política desta rede durante a gestão de Lula.

### **3.4 A Rede Brasileira pela Integração dos Povos e a análise das contradições do Governo Lula (2003-2010) no contexto da globalização neoliberal**

A nova dinâmica da inserção internacional do Brasil, a partir da agenda diversificada da Política Externa durante o governo Lula, nos eixos temáticos como: política comercial, política de cooperação, política de integração e política multilateralista e relações bilaterais na geopolítica mundial, contribuiu para diferentes análises e posicionamentos da REBRIP sobre a condução e encaminhamentos da PEB da gestão de Lula. As diretrizes políticas estabelecidas pelo Ministério das Relações Exteriores sobre os eixos políticos acima citados, conforme foram analisadas na seção anterior, nortearam os posicionamentos políticos da Rede

em convergência (ainda que com ressalvas e críticas) à Política de Integração e Cooperação, e em divergência à Política Comercial, bem como a Política Multilateralista e algumas relações bilaterais estabelecidas durante a administração do Partido dos Trabalhadores.

#### 3.4.1.1 DIVERGÊNCIA: À Política Comercial e Multilateralista

No concernente à Política Comercial, a REBRIP imprimiu oposição às negociações comerciais do governo Lula, no âmbito da Rodada de Doha da OMC, bem como as negociações entre o Mercosul-UE, e igualmente ao G-20 e ao FMI. A concentração da luta contra a OMC pela Rede reside no entendimento de que as iniciativas de liberalização econômica e financeira na governança econômica mundial da globalização neoliberal são frutos das diretrizes políticas e influência deste órgão sobre os governos nacionais dos países do Sul global, uma vez que, de acordo com a REBRIP (2008c),

desde a sua criação em 1995, o objetivo da OMC é a crescente liberalização do comércio agrícola, de serviços, de investimentos, beneficiando assim as grandes corporações que visam expandir seus lucros no mundo, e para isso precisam de um ambiente livre de regulações, de leis nacionais e de políticas públicas. As grandes corporações sempre foram as maiores beneficiadas pelas regras da OMC, que removem os mecanismos que consideram discriminatórios adotados por alguns países para defenderem sua indústria e sua agricultura. (REBRIP, 2008c).

A REBRIP avalia que o interesse do governo Lula em participar da Rodada de Doha, no âmbito das negociações comerciais da OMC, esteve consubstanciado na adoção de uma política macroeconômica, tendo como base uma política comercial voltada para o mercado exterior, sendo este o motor diretivo para o cumprimento das metas do crescimento econômico, através da construção de iniciativas de liberalização e internacionalização dos produtos nacionais, atendendo os interesses e os anseios da burguesia interna produtiva, especialmente o agronegócio e os setores de exportação de matérias-primas de commodities. Sendo assim, no documento: *O Brasil na OMC e perspectivas de bloqueio do acordo de Hong Kong* (2006a), a Rede advoga que a política comercial do governo Lula estabeleceu a liberalização agrícola como foco de sua agenda, através de uma estratégia política de formação de alianças pragmáticas, tanto na esfera doméstica, bem como internacional, pois, segundo a REBRIP (2006),

desde o seu início, o governo Lula não deixou dúvidas sobre o seu compromisso e sobre a prioridade que daria a OMC e a uma solução para a Rodada de Doha. (...) O novo governo, portanto, investiu seu esforço negociador em duas frentes: uma,

esvaziar a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e, outra, viabilizar os interesses comerciais da agricultura exportadora (fundamentalmente o chamado agronegócio ou agricultura patronal) e dos demais grandes setores exportadores por meio do avanço da Rodada de Doha [portanto] **o governo Lula deu continuidade à política comercial dos governos anteriores em um aspecto fundamental: a liberalização do comércio agrícola.** Lula buscou a liberalização através de uma nova política de alianças na OMC, onde a centralidade do Grupo de Cairns na estratégia brasileira deu lugar a uma nova aliança com as maiores economias do mundo em desenvolvimento, resultando na criação do G20, onde se destacava o Brasil, África do Sul, Índia e China. (REBRIP, 2006a, **grifos nossos**).

A REBRIP ainda se manifestou contrária às declarações do ex-presidente Lula sobre os benefícios para a sociedade brasileira e a importância da inserção internacional do país no diálogo com os países do G20 e no fórum multilateral da OMC, para avançar na defesa dos interesses do país nestes espaços. Em nota pública, a Rede se posicionou de forma taxativa e divergente a condução da política comercial do governo, ao sinalizar no documento: *Nota da REBRIP em resposta às declarações recentes do Presidente Lula a respeito da Organização Mundial do Comércio* (2006b):

**Causa-nos indignação as recentes declarações do presidente Lula sobre os supostos benefícios que o avanço da Rodada Doha da OMC produziram para o desenvolvimento dos países pobres e para o combate à pobreza. Nos termos em que o avanço da Rodada está desenhado, e sobretudo após o resultado da reunião ministerial de Hong Kong, estamos convictos de que pode acontecer o oposto. (...)** Caso o Brasil queira ter uma sólida política industrial, e para tanto utilizar o instrumento das tarifas, como o fizeram as nações desenvolvidas; caso queira garantir e melhorar os empregos atuais na indústria e evitar a desindustrialização, então **o Brasil não pode concordar com os termos em que as negociações sobre bens industriais estão ocorrendo na OMC. O Brasil também não pode concordar com as propostas de cortes tarifários para os chamados produtos florestais, que incluem madeiras, e para a atividade de pesca. Caso contrário os brasileiros correm o risco de que aumente ainda mais a pressão e a demanda sobre as nossas florestas e sobre a nossa biodiversidade em geral. (...)** **Em nome da sobrevivência da Rodada Doha e de um suposto e vago ganho para as exportações agrícolas, o governo brasileiro pode estar comprometendo de maneira definitiva o futuro do nosso país.** (REBRIP, 2006b, **grifos nossos**).

De certo, a REBRIP sinaliza em seus documentos (2006, 2007a) que apesar do governo Lula abrir a interlocução com a Rede para participar em instâncias nacionais como: o Conselho Consultivo Privado (CONEX) da Câmara do Comércio (CAMEX) vinculada ao Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio – MIDC, o diálogo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Agricultura, O Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI), o Ministério das Relações Exteriores, através de consultas, assim como uma relação dialógica com a Secretaria Geral da Presidência, através da criação do Conselho

da Sociedade Civil sobre negociações internacionais e na Cúpula Social do Mercosul e, igualmente, a participação em delegações oficiais de negociações continentais e multilaterais, a Rede sinaliza que tem mantido sua posição de contraposição as negociações da Rodada de Doha, “e expondo publicamente os custos políticos da opção por posições que favorecem o agronegócio e as grandes empresas em detrimento dos direitos econômicos e sociais” (REBRIP, 2007), explicitando que,

(...) de fato, o governo Lula avançou como nunca em relação à transparência e a nossa inclusão no debate interno de formação da posição brasileira. **O fato de termos sido incluídos no jogo não significa, no entanto, de forma alguma, que o governo tenha adotado nossas posições. Embora haja canais de diálogo, nossas divergências em relação à posição do governo na OMC e em outras negociações comerciais são conhecidas e explicitadas de forma permanente.** (REBRIP, 2006c, grifos nossos).

Em sua IV Assembléia Geral em 2007, a Rede reiterou em sua avaliação de gestão a preocupação com o prosseguimento das negociações do governo Lula na Rodada de Doha, pois, de acordo com a Rede, o diálogo permanente com as negociações comerciais agrícolas reflete o “interesse do governo Lula em obter algum acordo no nível multilateral da OMC, para responder às pressões do agronegócio e dos setores nacionais” (REBRIP, 2007a). De acordo com a Rede, a tentativa de fechar um acordo na OMC, por parte do governo, ainda se constitui como a prioridade da agenda da política comercial no âmbito das relações multilaterais da OMC, mesmo visualizando que as proposições e os conteúdos de um provável acordo trarão somente vantagens e ganhos para os setores do agronegócio e de exportação do Brasil e, em consequência, a diminuição dos direitos sociais e econômicos da classe trabalhadora, isto é, dos grupos marginalizados da sociedade brasileira (REBRIP, 2007a).

Neste sentido, a Rede evidencia que a política comercial do governo Lula, ao continuar insistindo nas negociações da Rodada de Doha reflete, assim, o poder hegemônico das frações de classe da burguesia interna produtiva (o agronegócio e os setores de exportação), que se constituem enquanto um forte bloco de poder no âmbito da sociedade civil nacional, bem como na influência das diretrizes da política externa do Estado brasileiro, no qual o governo Lula tem correspondido aos interesses desses grupos econômicos, na garantia da governabilidade interna do seu governo. Contudo, a REBRIP (2007a) reflete que, embora estejam isolados na disputada da correlação de forças sobre o avanço das negociações comerciais, no âmbito da Rodada de Doha da OMC, a Rede se mantém fortemente contrária a



qualquer tipo de acordo da política comercial, sustentando, assim, sua luta contra-hegemônica à OMC, aos grupos econômicos brasileiros, demonstrando os erros e equívocos do governo na insistência deste acordo, publicando em 2008 o documento: *Por que Dizer Não à Rodada de Doha da OMC* (2008a), ao afirmar que,

**(...) não podemos aceitar que a Rodada de Doha seja concluída nas bases propostas, pois isto significaria um retrocesso em relação às conquistas obtidas em nossas lutas de resistência. (...) [a Rodada de Doha] Também significaria um bloqueio ao processo de integração regional em curso, pois este requer preferências e prioridades para o desenvolvimento para dentro de nossa região, ao invés de destinarmos nossas estruturas produtivas à exportação para os países do Norte.** Por estes motivos, dizemos Não a Rodada de Doha da OMC e conclamamos a sociedade brasileira a debater e resistir (REBRIP, 2008a, grifos nossos).

Oliveira e Milani (2012) ao analisar os posicionamentos da REBRIP sobre as negociações comerciais do governo Lula sobre Doha edificam que, o Pacote de Julho de 2008 ao aprofundar avanços sobre bens e serviços foi analisado pela Rede como uma possibilidade de concretização da conclusão das negociações pelo Itamaraty, sendo alvo de profunda contestação e rejeição da Rede, a qual, de acordo com os autores, sinalizou que este pacote representaria “a ampliação do desgaste do meio ambiente no Brasil com prejuízos sociais importantes vinculados à suposta desindustrialização pela qual a economia do país poderia passar”. (OLIVEIRA; MILANI, 2012, p.390). Desta forma, segundo os autores, a REBRIP se posicionou contrária a conclusão de Doha endereçando um documento ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim: “*Riscos para Setor de Serviços na OMC: Carta ao Excelentíssimo Sr. Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim*” (REBRIP, 2008b), no qual os autores registram que “articulando elementos ambientais, sociais e econômicos em seu discurso contra a conclusão da Rodada de Doha” (OLIVEIRA; MILANI, 2012, p.390), a REBRIP (2008b):

*(...) demanda que o Governo Brasileiro pare de negociar nestes termos. Não haverá um mercado socialmente justo se a Rodada de Doha for concluída em prejuízo dos setores produtivos mais vulneráveis. Os desequilíbrios e assimetrias resultantes deste acordo levariam o Brasil e muitos outros países do Sul à desindustrialização, a uma ainda maior falta de segurança e soberania alimentar, ao avanço dos monocultivos voltados à exportação, a um aprofundamento da privatização de serviços, à perda de empregos e limitações para o atendimento na prestação de serviços à população. (...) Esta dinâmica das negociações estimula o aprofundamento de um modelo baseado na exportação de produtos agrícolas primários, de baixo valor agregado, que exigem o uso intensivo de energia, de água e de insumos químicos na sua produção e de vastas extensões de terras para a pecuária e os monocultivos, que aumentam a concentração fundiária e os*

*desmatamentos, e empobrecem a biodiversidade e a agrobiodiversidade* (REBRIP, 2008b, apud OLIVEIRA; MILANI, 2012, p.390 ênfases dos autores).

Ao evidenciar que Doha se constituiu enquanto mecanismo de ganhos econômicos às grandes empresas transnacionais e não como instrumento de garantia de direitos sociais e econômicos, na melhoria da qualidade de vida de vários setores da sociedade brasileira, isto é, os setores subalternos e marginalizados, é possível concluir que a posição política de divergência à agenda da política comercial da Roda Doha pela REBRIP se constituiu enquanto uma luta contra-hegemônica anti-neoliberal adotada pela consonância da inserção do Brasil nos fóruns e organismos multilaterais da governança global pela gestão do governo Lula. Oliveira e Milani (2012) sintetizam o posicionamento político da REBRIP sobre a política comercial do governo Lula, ao explicitarem que para Rede foi “negativo”, uma vez que na “visão da REBRIP haveria perdas para múltiplos setores sociais caso um acordo final fosse fechado na OMC. A REBRIP condena, pois, toda lógica econômica e política que sustenta as negociações em âmbito multilateral”. (OLIVEIRA; MILANI, 2012, p.394).

No que se refere às negociações comerciais no âmbito da relação Mercosul-União Européia<sup>46</sup>, a REBRIP se posicionou contrária à continuidade do avanço das negociações pelo governo brasileiro. De acordo com Fátima de Mello (2004) assessora da ONG FASE, representando o secretariado executivo da REBRIP, este acordo prevê três pilares de negociações: agenda política, comercial e de cooperação, contudo, a UE tem estabelecido somente propostas voltas para o livre comércio, incluindo em sua agenda uma diversidade de temas. Fátima Mello (2004) expõe a preocupação dos movimentos sociais com a possibilidade de concretização do acordo entre os blocos econômicos, pois trará uma liberalização agressiva da economia nacional, no qual os setores do agronegócio serão os beneficiários com as negociações.

**Nós estamos muito preocupados porque é um acordo pior do que a Alca. Inclui todos os temas em negociação na Alca, sendo que os europeus estão muito mais agressivos do que os Estados Unidos nas demandas que fazem ao Mercosul para liberalização de setores como serviços, investimentos e compras governamentais. (...) Os europeus estão pedindo a liberalização de serviços que nem na ALCA entraram como em comunicações, setor financeiro e transporte marítimo. O que significa que se isso for cedido à UE a ALCA vai querer também. (...) Somos contra a liberalização de todos estes setores em nome da ampliação do mercado do agronegócio brasileiro. Porque a gente sabe que o agronegócio não significa mais segurança alimentar, mais direitos sociais ou mais empregos. Se o**

<sup>46</sup> O Acordo de Cooperação Inter-Regional entre o Mercosul e a União Européia foi um acordo entre os blocos regionais para avançar nas negociações sobre o livre comércio, o diálogo político e uma agenda de cooperação estabelecido em 1995, entrando em vigor as negociações em 1999, pelos Chefes de Estado, Ministros das Relações Exteriores.

**agronegócio está avançando sobre a agricultura familiar, então tem um problema na estratégia de política externa brasileira. (MELLO, 2004, grifos nossos).**

Não obstante, apesar das negociações do açado Mercosul-UE serem suspensas em 2004 devido às divergências relativas ao comércio entre estes blocos regionais, em 2009 as negociações foram relançadas abarcando não só comércio de bens industriais e agrícolas, mas também áreas de serviços, propriedade intelectual e uma liberalização das barreiras protecionistas alfandegárias e aduaneiras em setores como transportes, comunicação e financeiro. A REBRIP reiterou sua posição de críticas e oposição ao acordo sinalizando ao governo brasileiro a não participação nas negociações, pois as iniciativas de liberalização do comércio previstas neste projeto jogam papel contrário ao desenvolvimento da integração regional do Mercosul, em como ataca os direitos e autonomia dos povos sul-americanos. Sendo assim, através da sua participação enquanto Rede coordenadora da região do Cone Sul da Aliança Social Continental, a REBRIP (2009c) juntamente com outras Redes de coalizão contra-hegemônica à globalização neoliberal e as iniciativas de tratados e acordos liberais no espaço geopolítico sul-americano, publicou uma nota aos Ministérios de Relações Exteriores dos países membros do Mercosul, demarcando sua posição de oposição ao relançamento das negociações entre o Mercosul e a União Européia:

**Las organizaciones que formamos parte de la Alianza Social Continental expresamos nuestro más rotundo rechazo al lanzamiento de las negociaciones entre lo bloques del MERCOSUR y la Unión Europea. [...] NO al ALCA, hoy seguimos diciendo NO a todas las formas de libre comercio que intentan poner los intereses de los capitales por encima de los de nuestros pueblos. Así como en el caso de la ALCA, las negociaciones entre MERCOSUR y Unión Europea incluyen amenazadas a los derechos de los pueblos en diversas áreas [...] Las empresas transnacionales europeas ya saquearon demas los pueblos y la naturaleza en nuestra región, y ahora quieren avanzar aun más sus intereses y lucros. Asimismo, extendemos nuestro rechazo a que se avance en negociaciones sin consultar a los pueblos de la región. (ASC/REBRIP, 2009c, grifos nossos).**

Com efeito, é mister registrar que a REBRIP também sempre manteve sua luta contra-hegemônica e divergente às diretrizes políticas apresentadas pelo FMI aos países do Sul global, pois para a Rede esta instituição econômica internacional sempre esteve ao lado da classe capitalista transnacional jogando papel contra a regulação do Estado sobre as dinâmicas da economia capitalista neoliberal. No concernente a relação do governo Lula com o FMI, a REBRIP manteve posicionamento de divergências e denunciou em seus documentos as negociações da política econômica de Lula com este órgão financeiro. Ilustramos nossa

assertiva através do documento da REBRIP (2009a): *Declaração da REBRIP ao governo brasileiro por ocasião do encontro do G20 em Pittsburgh Setembro de 2009*:

Observamos que o Brasil assumiu um papel de maior evidência no sistema internacional e que a política externa brasileira naturalmente tem se alinhado a essa mudança. Entretanto, **nos causa consternação a decisão do governo brasileiro de emprestar US\$ 10 bilhões de dólares ao FMI, com total desconsideração do papel nefasto que essa instituição teve em toda a região latino-americana na imposição de políticas neoliberais que agora são tardiamente diagnosticadas** – apesar de décadas de denúncia por parte dos movimentos sociais – como as causas da crise. (REBRIP, 2009a, **grifos nossos**).

Com relação ao G20, a REBRIP adotou variações de posicionamentos políticos sobre a configuração deste grupo. Até o primeiro mandato do governo Lula, a Rede visualizava o G20 enquanto espaço positivo enquanto mecanismo de disputa da correlação de forças da OMC ao apresentar posições políticas mais fortes e consolidadas dos interesses dos países em desenvolvimento, que para a Rede poderia ser uma oportunidade de enfrentamento e bloqueio às negociações da Rodada de Doha, no âmbito da OMC. Contudo, a partir de 2006 dada a continuidade das negociações pelo governo brasileiro alicerçado no convencimento da centralidade de fechar acordos favoráveis às questões agrícolas, que de acordo para a Rede eram manifestações dos interesses do agronegócio, assim como as posturas mais pragmáticas do G-20 em prosseguir os acordos de negociação de Doha, a REBRIP passou a criticar e se posicionar contrária a este grupo econômico, fazendo autocrítica do seu apoio político ao grupo, bem como pontuando, de fato, o pragmatismo e as tentativas de conciliação do G20 com as dinâmicas da governança global neoliberal. De acordo com a REBRIP (2006a):

Nosso apoio ao G20 se deu pela percepção de que através dele seria possível sinalizar a necessidade de uma nova “geografia política”, porém ainda insuficiente para os movimentos sociais, já que a coalizão se propunha a disputar o jogo dentro dos parâmetros do livre comércio, e nunca enunciou o interesse em lançar as bases de novos paradigmas.

Após o fracasso de Cancún, as organizações da sociedade civil brasileira e global intensificaram o diálogo com o G20. Em vários momentos buscaram influenciar a coalizão no sentido de ampliar sua agenda anti-subsídios agrícolas para uma agenda contra os novos temas e contra a liberalização em serviços e em bens industriais. Em todas essas oportunidades, as lideranças do G20 deram a mesma resposta para todos os interlocutores, ressaltando duas questões:

O G20 é uma coalizão essencialmente agrícola e qualquer ampliação da agenda do grupo comprometeria sua unidade e eficácia; ii) O G20 é uma coalizão pragmática, essencialmente disposta a negociar e apresentar suas propostas em quaisquer momentos de negociação. (REBRIP, 2006a, **grifos nossos**).

Com efeito, a REBRIP apresentou críticas mais consolidadas e a demonstração de suas divergências com o G20, bem como a prioridade do governo brasileiro em garantir esforços políticos para influenciar através deste grupo econômico a inserção internacional do país na geopolítica mundial, em 2009, através do documento: Declaração da REBRIP (2009a) ao governo brasileiro por ocasião do encontro do G20 em Pittsburgh em setembro de 2009, sinalizando que

Preocupa-nos que a priorização do G20 como espaço prioritário de debate sobre a nova arquitetura financeira e a desconsideração dos esforços da Assembléia Geral da ONU tem sido a estratégia da política externa brasileira, **quando não reconhecemos o G20 como um espaço legítimo e democrático para decidir os marcos do sistema econômico de todos os países e povos do planeta. A simples expansão do G8 para o G20 não acaba com o caráter excludente desse espaço. Exigimos do governo brasileiro a abertura de um debate amplo na sociedade sobre quais os espaços legítimos da governança global que o governo deve promover em sua política externa**, e qual a agenda substantiva que o Brasil deve levar a cabo para que o sistema internacional caminhe rumo a uma efetiva democratização. (REBRIP, 2009a, **grifos nossos**).

Por fim, a REBRIP sintetiza sua posição política sobre a política comercial da PEB dos dois mandatos da gestão do governo Lula, em seu documento: *Avaliação e Propostas sobre a Política Externa do Brasil* (2010a), no qual explicita a necessidade em se criar alternativas de enfrentamento ao sistema global de comércio consubstanciado nas diretrizes do neoliberalismo, na construção de um modelo de desenvolvimento fundado na sustentabilidade, na soberania e autodeterminação dos povos, no intuito de combater as desigualdades socioeconômicas resultantes da globalização neoliberal, portanto, para a REBRIP (2010a):

**No âmbito da POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR - é fundamental garantir que em todos os processos em que o Brasil esteja envolvido OS INTERESSES SOCIAIS PREVALEÇAM SOBRE OS INTERESSES MERAMENTE COMERCIAIS, [...] acordos internacionais não devem se sobrepor a regulamentações nacionais, que os direitos do consumidor sejam garantidos e que o acesso a serviços de boa qualidade sejam universais; [portanto, é preciso]:**  
**REGULAR A ATUAÇÃO DAS EMPRESAS - Exigir garantias e contrapartidas sociais e ambientais das empresas multinacionais, inclusive das empresas brasileiras que estão se internacionalizando.** (REBRIP, 2010a, **grifos nossos**).

No referente à Política Multilateralista e Relações Bilaterais, de fato, a REBRIP pouco se posicionou sobre a agenda diversificada da PEB do governo Lula. Em seu documento:

*Avaliação e Propostas sobre a Política Externa do Brasil* (2010a), a Rede faz uma avaliação negativa sobre o pouco papel que o governo Lula jogou no processo de democratização das instituições internacionais, e delimitou que a centralidade do multilateralismo da gestão de Lula foi marcada pelo fortalecimento do diálogo dos atores não-estatais econômicos, tendo em vista os interesses geopolíticos estratégicos da inserção e participação internacional do Brasil no regime de governança global econômica neoliberal. A REBRIP (2010a) sistematiza sua posição, ao nos revelar que:

**No plano externo o Brasil tampouco contribuiu para a democratização das instituições internacionais. Em diversas arenas de negociação e atuação o Brasil apostou suas fichas muito mais em coalizões informais e pontuais do que na construção de uma nova arquitetura institucional verdadeiramente democrática. O Brasil jogou peso nos G20s financeiro e da OMC e nas salas fechadas da COP15. Acreditamos que pelo papel que tem hoje o Brasil na política internacional deveria ser feito um esforço prioritário no esvaziamento das atuais instituições – como o sistema de Bretton Woods - que não refletem mais as necessidades e a correlação de forças atualmente existentes. (REBRIP, 2010a, grifos nossos).**

Quanto ao regime de governança sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, a REBRIP (2010a) no documento acima citado, também manifestou posição divergente e críticas às insuficiências da PEB da administração de Lula, denotando a falta de uma política eficaz e comprometida com o desenvolvimento socioeconômico sustentável e a importância das novas matrizes energéticas para a dignificação da qualidade de vida dos povos. Conforme prescrito pela Rede (2010a):

**A dimensão ambiental foi uma imensa lacuna na formação das posições de política externa. As opções de política interna calcadas nas obsoletas premissas desenvolvimentistas se refletiram no baixíssimo perfil que teve a agenda ambiental nas posições externas do Brasil. O Brasil em muitos casos ainda considera que a agenda ambiental é argumento protecionista do Norte para barrar as exportações brasileiras e, portanto mantém uma postura defensiva. No caso da COP15, os compromissos voluntários lá apresentados - sem dúvida um avanço que foi fruto da pressão da sociedade - ainda precisam ser cotejados com a forma como serão reduzidas as emissões, e isso será objeto de disputa na sociedade brasileira.**

**Sabemos que esta agenda só se tornará importante na arena externa quando for importante no plano interno. Portanto estamos convencidos da importância de disputarmos, no debate sobre projetos para o Brasil, uma nova matriz energética para o país baseada na diversificação, descentralização e em fontes limpas, uma nova política agrária e agrícola que priorize a agricultura familiar e camponesa e a agroecologia, uma nova relação campo-cidade, onde as políticas de abastecimento e de consumo invistam no encurtamento de circuitos entre produção, distribuição e consumo; na gestão pública da água e no**

**controle social dos seus usos.** A política externa brasileira parece ainda não ter compreendido que estes temas, antes vistos como questões menores, hoje se tornaram os verdadeiros temas estratégicos. (REBRIP, 2010a, **grifos nossos**).

Sobre as relações diplomáticas do governo Lula, a REBRIP também pouco se manifestou em seus documentos suas opiniões e posições da diversificação da agenda diplomática. Contudo, a Rede manteve uma posição crítica e taxativa sobre a relação com o governo do Irã, no qual para Rede revelou estar imbuída de interesses meramente econômicos e comerciais, como também sinalizou o não respeito aos Direitos Humanos pelo Irã, e demonstrou que acordos sobre a produção de energia nuclear não trazem benefícios para a construção da paz e segurança internacional. Neste sentido, verifica-se a avaliação negativa que a REBRIP fez da relação diplomática com o Irã, pela PEB do governo Lula, no qual pode ser verificado, igualmente no documento acima citado (2010a):

**A aliança com o Irã não expressa apenas o desejo do Brasil de encontrar uma solução pelo não-isolamento daquele país e de se evitar soluções de força. Reflete também a prioridade do Brasil em ampliar suas exportações para o Oriente Médio, e ter tecnologia nuclear como recurso de poder - uma visão que não incorpora o fato de que a segurança internacional hoje passa centralmente pela defesa dos direitos humanos (algo desprezado absolutamente pelo Irã), da segurança alimentar, ambiental e climática. E que a energia nuclear já provou ser uma gravíssima ameaça à segurança do planeta.** (REBRIP, 2010a, **grifos nossos**).

Em síntese de conclusão, Oliveira e Milani (2012) sinalizam que através do documento da Rede: *Avaliação e Propostas sobre a Política Externa do Brasil* (2010a), “a Rebrip afirma a necessidade de se construir uma agenda que leve a outro modelo de desenvolvimento”, de caráter “democrático e inclusivo”, no qual “a PEB deveria trabalhar para democratizar o sistema internacional, com vista à ampliação de agenda e à democratização de organismos multilaterais, econômicos e políticos, além da redução de assimetrias econômicas e de poder” (OLIVEIRA; MILANI, 2012, p.389).

*O Brasil deve apostar na transição para um novo multilateralismo, que expresse uma nova agenda e uma nova correlação de forças. Ao invés de ser ordenada de acordo com os interesses militares, financeiros e comerciais das grandes potências e corporações, um novo multilateralismo democrático deveria priorizar o enfrentamento da transição a um novo modelo de desenvolvimento, das imensas desigualdades entre Norte e Sul, mas também no interior dos países, da garantia dos direitos, da construção de soluções reais para as mudanças climáticas e outros conflitos socioambientais.* Neste novo multilateralismo as finanças e o comércio estariam submetidos ao atendimento dos direitos e da transição a um novo modelo

de desenvolvimento (REBRIP, 2010a apud OLIVEIRA; MILANI, 2012, p.389, ênfases dos autores).

### 3.4.1.2 CONVERGÊNCIA: À Política de Integração e Cooperação

Com relação à Política de Integração e Cooperação executadas pela gestão do governo Lula, a REBRIP construiu seus posicionamentos políticos primados numa relação de autonomia à gestão do ex-presidente, através de apoio convergente com críticas e ressalvas sobre as dinâmicas políticas e econômicas estabelecidas no espaço geopolítico sul-americano. Oliveira e Milani (2012) nos revelam que o apoio da REBRIP à Política de Integração e Cooperação foi “condicionado e relativo” nos posicionamentos políticos da Rede, no “campo das negociações comerciais internacionais”, no âmbito da “ampliação da rede de acordos regionais na América do Sul”:

**O apoio é condicionado e relativo porque, embora reconheça a importância da agenda da integração regional, a Rebrip considera a necessidade de se seguir no processo por meio da ampliação da agenda social e ambiental dos acordos existentes. (OLIVEIRA; MILANI, 2012, p.392, grifos nossos).**

Sendo assim, a reflexão acerca da integração regional pela REBRIP passou a ser incorporada em sua agenda, devido à centralidade da política diplomática da PEB de Lula, em dialogar e estreitar suas relações políticas, com os países do Sul global, especialmente, os países sul-americanos e do Cone Sul, a partir da estratégia política de Lula em tornar o Brasil o principal interlocutor da América do Sul na geopolítica mundial.

Em sua IV Assembléia Geral, a Rede avaliou que a eleição de governos progressistas e de centro-esquerda no âmbito da geopolítica sul-americana, bem como as intensas mobilizações dos movimentos sociais contra a agenda neoliberal na região, possibilitou a construção de um espaço político favorável às demandas populares, uma conjuntura política diferente da década de 1990, no qual o imperialismo estadunidense tem concentrado sua hegemonia política neoliberal mais no mundo árabe, especificamente, o Oriente Médio, do que o espaço geopolítico latinoamericano. De acordo com a REBRIP (2007a):

**[...] estes fatores abrem na região um momento sem precedentes, que nos desafia a pensar em um projeto contra-hegemônico no plano regional, e que, sobretudo, nos obriga a dialogar com as perspectivas e propostas concretas que estão sobre a mesa e não mais com debates em tese (REBRIP, 2007a, grifos nossos).**



Sendo assim, a REBRIP (2007a) destaca que, para se pensar num projeto político contra-hegemônico de enfrentamento ao neoliberalismo na América do Sul, é mister a construção de um projeto de integração regional alicerçado numa unidade política entre os novos governos progressistas e os movimentos e organizações sociais, através de uma vontade política comum, na qual inclua o desenvolvimento econômico-social e sustentável como alternativa contra-hegemônica à globalização neoliberal vigente.

Sobre o Mercosul, em sua IV Assembléia Geral em 2007, a REBRIP (2007a) avaliou positivamente os encaminhamentos do governo Lula quanto a inclusão de políticas sociais e culturais no âmbito deste bloco econômico, assim como prescreveu a necessidade de investirem mais na disputa dos rumos deste processo, uma vez que no âmbito regional, o Mercosul tem se consagrado como um ponto central da internacionalização das relações diplomáticas do Brasil, portanto, um maior interesse também das elites políticas e econômicas do Brasil em influenciar não somente nos arranjos políticos institucionais, bem como nos acordos comerciais em curso na região. A Rede destaca também como pontos importantes do governo Lula, o Programa Mercosul Social e Participativo, no qual ampliou a participação da sociedade civil, bem como a inclusão da Rede, no Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES) na Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), na Reunião Especializada de Mulheres do Mercosul (REM), igualmente a participação de acompanhamento do Parlamento do Mercosul (Parlasul), assim como nas discussões sobre desenvolvimento sustentável do Aquífero Guarani, possibilitando, portanto, o acesso às informações, para poder difundir conhecimento e pautar as demandas e propostas da sociedade civil nos rumos e no futuro da integração regional da América do Sul. A REBRIP reflete esta conjuntura de relação positiva e parceria com o governo Lula em sua IV Assembléia Geral de 2007 (2007a), bem como no documento de *Avaliação e Propostas para a Política Externa* (2010a):

**Nossos GTs têm participado ativamente da REAF e da REM e têm monitorado a evolução do Parlamento do Mercosul. (...) Portanto, a agenda de discussões abre novas possibilidades e por isso a coordenação tem avaliado que nossa atuação frente ao Mercosul deve incluir pelo menos as seguintes dimensões: monitorar as negociações, ter acesso às informações, acompanhar o Parlamento do Mercosul através do GT Parlamento; capacitar os GTs e dar coesão às suas iniciativas setoriais (REAF, REM Aquífero Guarani etc), participar e incidir nas instâncias oficiais, investir na articulação regional entre movimentos sociais e capítulos nacionais da ASC, acumular debate sobre alternativas ao livre comércio via integração regional e dialogar com os governos a partir do modelo criado em Cochabamba. (REBRIP, 2007a, grifos nossos).**

**No plano interno, houve avanços significativos nas consultas e processos de ampliação da participação de organizações e movimentos sociais nas agendas**

**de negociações internacionais. Nunca antes na história desse país houve tanta participação deste campo de organizações em delegações oficiais, seja nas negociações da ALCA, OMC ou mais recentemente na COP15.** Foram abertos espaços para a divulgação de informações sobre as posições do Brasil nestes fóruns internacionais, foram realizadas inúmeras consultas setoriais, mas os esforços de consolidação e fortalecimento institucional desta participação ficaram muito aquém do necessário. (REBRIP, 2010a, ênfase da Rede, **grifos nossos**).

É importante salientar que a REBRIP (2007a) sinalizou em sua IV Assembléia Geral a importância de fortalecer o GT Integração composto pela Rede Brasil, pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS) e Rede de Justiça Ambiental, no sentido de qualificar as propostas da Rede para integração regional, através do investimento e aprofundamento de temas como: geopolítica, impactos sociais, econômicos, culturais, e assuntos de infra-estrutura e energéticos, dos acordos em curso, no intuito de pautar como o Mercosul pode ser considerado como “uma alternativa mais autônoma em relação ao capitalismo global”, na convergência e unidade dos movimentos sociais e dos governos progressistas da América do Sul, para uma integração regional soberana que garanta o desenvolvimento e dignificação dos povos sul-americanos. A REBRIP explicita um breve panorama de suas atividades e acúmulo político sobre a necessidade de influenciar os rumos do Mercosul, ao advogar que:

nosso espaço político de definição das estratégias sobre integração regional é a ASC; sobre as articulações no Cone Sul é importante registrar que recentemente a ASC criou um Regional Cone Sul para servir de espaço de articulação dos movimentos sociais da região. Da parte da Campanha, a REBRIP e outras organizações fizeram diversos esforços no sentido de tentarem que o debate sobre integração regional ganhasse aderência e organicidade e os resultados destes esforços deverão ser colhidos no futuro próximo. Realizamos, entre outras iniciativas, uma Plenária sobre Integração Regional, publicamos uma cartilha também sobre o tema, uma declaração a favor do ingresso da Venezuela no bloco, e o GT Agricultura realizou uma atividade de capacitação em Foz do Iguaçu. (REBRIP, 2007a).

Sobre os temas de segurança regional, democracia e soberania dos países da geopolítica latinoamericana, a REBRIP se posicionou sobre a presença das bases dos EUA na região, como também a desestabilização política dos governos impulsionada pelos EUA, cobrando um posicionamento mais efetivo do governo Lula à garantia da paz, da segurança e apoio a soberania dos povos na região. Conforme seu documento: Declaração ao governo brasileiro por ocasião do encontro do G20 em Pittsburgh em Setembro de 2009:

No plano regional, nos preocupa sobremaneira a tendência a uma corrida armamentista e a um ambiente de militarização da política, expressos tanto no golpe militar em Honduras como na presença de bases militares norte-americanas na Colômbia, na compra de material bélico por parte do Brasil e da Venezuela, e na presença da IV Frota nas águas da região. Exigimos o afastamento dos riscos de retorno a abordagens militaristas de defesa de nossos territórios, pois acreditamos que uma região que tanto lutou pela democratização e pela paz estarão bem protegidos se as populações tradicionais que são os melhores guardiões de nossos recursos naturais tiverem seus direitos e modos de vida assegurados. (REBRIP, 2009a).

No documento: *Avaliação e Propostas sobre a Política Externa do Brasil* (2010a), a REBRIP reitera também seu posicionamento de convergência e apoio político à PEB do governo Lula para o espaço geopolítico latinoamericano, ao advogar que:

**O Brasil adotou uma postura pró-ativa na construção de seu papel de liderança, buscando uma solução negociada e pacífica com a Bolívia no conflito envolvendo a presença da Petrobrás naquele país enquanto as forças conservadoras clamavam pelo recrudescimento, buscando trazer a Venezuela para o Mercosul, trazendo Cuba de volta às instâncias de concertação regional, se negando a reconhecer as soluções golpistas em Honduras, renegociando parcialmente o Tratado de Itaipu, além da controversa liderança assumida através da MINUSTAH no Haiti. (REBRIP, 2010a, grifos nossos).**

Não obstante, a Rede também apresentou preocupação e críticas ao apoio do governo Lula ao processo de internacionalização das empresas brasileiras e seus interesses no processo de integração regional da América do Sul, ao sinalizar que, na Política de Integração Regional da era Lula:

**[...] é preciso assinalar pelo menos duas lacunas fundamentais: em primeiro lugar a presença das empresas brasileiras públicas e privadas na região mantém um padrão de falta de transparência e de debate público acerca dos objetivos e ações que sejam condizentes com a construção de um novo projeto de desenvolvimento regional; e em segundo lugar, ao fazer estes movimentos políticos o Brasil não os traduziu em investimentos concretos, nem no fortalecimento da institucionalidade regional – um exemplo disso é o fato do Mercosul estar paralisado – nem nos mecanismos financeiros regionais que poderiam alavancar a disputa por um outro modelo de desenvolvimento – o Banco do Sul não mereceu até hoje a devida atenção e prioridade do Brasil, que preferiu doar U\$ 10 bilhões ao FMI ao invés de investir estes recursos na coordenação financeira no âmbito da América do Sul. (REBRIP, 2010a, grifos nossos).**

Para concluir, verifica-se que em seu conjunto, conforme analisado por Oliveira e Milani (2012) e com base nos documentos da IV Assembléia Geral em 2007, bem como a avaliação sobre a política externa do governo Lula em 2010, a REBRIP manteve um

posicionamento político de convergência e consonância com a agenda de integração regional, uma vez que, para os autores:

**A Rede identifica na integração produtiva elementos capitais que permitem aos países da América do Sul lidar com as assimetrias econômicas e projetar uma agenda positiva no campo do emprego e da renda no âmbito regional. Os acordos comerciais com os países da região são tolerados quando vistos no quadro do processo de integração mais amplo.** Algumas das ações realizadas ao longo do governo Lula no campo da integração regional, como a criação do Focem e do Parlasul e a inserção de uma agenda social no processo, coadunam-se com interesses e preferências observadas nos posicionamentos da Rede sobre a ampliação da integração regional na América do Sul. [Portanto é]:

**Positivo, mas com o imperativo de ampliar o enfoque social e desenvolvimentista. A REBRIP defende o fortalecimento da integração regional com objetivos vinculados ao desenvolvimento sustentável, superando assimetrias econômicas entre os países por meio de integração produtiva que gere empregos, proteção do meio ambiente e desenvolvimento tecnológico de forma igualitária na região.** A Rede destaca a necessidade de se manterem mecanismos de proteção tarifária que auxiliem aos países da região a fazer uso de política comercial para defender empregos em suas economias. (OLIVEIRA; MILANI, 2012, p.394, **grifos nossos**).

Neste sentido, compartilhamos da análise de Oliveira e Milani (2012) sobre a convergência da REBRIP com a Política de Integração do governo Lula, pois a Rede reitera de forma positiva a condução das estratégias e dos encaminhamentos políticos no fortalecimento do Mercosul e da Unasul, no âmbito da política Sul-Sul da Era Lula, ao advogar na sua avaliação e proposta sobre a PEB (2010a) que:

**O Brasil deve seguir tomando iniciativas que indiquem um investimento político no fortalecimento da coordenação e concerto regional na América Latina, fortalecendo o processo de integração regional – consolidando o MERCOSUL e construindo a UNASUL – e priorizando uma agenda que tenha como objetivos centrais o desenvolvimento sustentável.** No processo de consolidação do MERCOSUL, o governo brasileiro deve contribuir para superar as disparidades e assimetrias entre nossa economia e a dos demais países parceiros, através de um forte programa de integração produtiva, com foco na articulação de suas cadeias produtivas, processo que deve ter como objetivo central a distribuição dos ganhos em toda a cadeia produtiva, a geração de empregos decentes e a garantia que a especialização produtiva em cada país não se consolide à custa da redução dos direitos trabalhistas e efeitos predatórios sobre o meio ambiente, incentivando o desenvolvimento tecnológico, social e sustentável de forma igualitária entre os países membros do MERCOSUL. (REBRIP, 2010a, **grifos nossos**).

Ademais, no concernente à Política de Cooperação, de fato, a REBRIP pouco se manifestou a respeito. A Rede em seus documentos tem sinalizado a necessidade do governo Lula em contribuir com parcerias com governos compromissados em garantir o

desenvolvimento econômico social e sustentável dos povos do Sul global, de forma a prestar solidariedade e fornecimento de ajuda técnica e humanitária em áreas de saúde, educação, trabalho e emprego, como forma de contribuir com a emancipação e soberania dos povos. No intuito de se aprofundar nesta temática, em sua V Assembléia Geral realizada em 2009, a REBRIP avaliou a importância da criação do GT Cooperação, no sentido de refletir e influenciar nos determinantes da agenda da Política de Cooperação da PEB. A Rede apresentou uma avaliação positiva, ainda que com desconfianças e preocupações, sobre os acordos com o BRICS e o IBAS, ao afirmar que:

As articulações via BRICS e IBSA, embora potencialmente bem-vindas, ainda precisam mostrar se se limitarão a pleitear mais espaço e poder de voto para os seus países membros nas instituições atuais, ou se buscarão transcender a velha agenda do sistema de Bretton Woods e tentarão disputar novos conteúdos, novas políticas e novas instituições. E se pensam em incorporar os temas prioritários para os povos e sociedades de seus países, relacionados aos direitos territoriais, segurança alimentar, ambiental, climática, e aos direitos humanos. (REBRIP, 2010a).

Com efeito, a Política de Cooperação Sul-Sul do governo Lula, no geral, não foi alvo de posicionamentos divergentes pela REBRIP. Com base em seus objetivos e demandas sociais, pode-se aferir, a partir do documento de Avaliação e Propostas para a PEB (2010a) que, para a REBRIP, o governo Lula atendeu de certa forma as expectativas das demandas dos movimentos sociais, numa agenda desenvolvimentista de combate a fome, a miséria e a prestação de cooperação técnica e científica em áreas estratégicas para o desenvolvimento, e o crescimento econômico dos países da América Latina, especialmente, da América do Sul, como também da África, ainda que em sua configuração, se manteve também, a contradição da combinação de interesses sociais defendidos pelos movimentos sociais e os interesses econômicos pela presença das empresas transnacionais brasileiras nos acordos de cooperação.

### *3.4.2 Resignificação da luta contra-hegemônica à globalização neoliberal?*

A partir da análise sobre os posicionamentos políticos caracterizados em convergência e divergência da PEB do governo Lula, é possível aferir que a REBRIP ressignificou sua luta de contestação política contra-hegemônica à globalização neoliberal, modificando sua metodologia de tática política ao enfrentamento da agenda neoliberal, no contexto do novo ciclo de governos de esquerda e centro-esquerda no espaço geopolítico sul-americano. A própria Rede publicizou sua nova forma de contestação política desde a IV Assembléia em

2007, no segundo mandato do ex-presidente Lula, no qual concluímos sua ressignificação em quatro aspectos:

*A. Mudança do Repertório Tático de Contestação – Resistência combinada com participação e disputa da agenda da PEB:*

No processo de criação até a consolidação da REBRIP a Rede construiu seu repertório tático de contestação política de resistência e protesto devido às iniciativas de liberalização do comércio, no contexto do governo de FHC. Na conjuntura do governo Lula, a Rede diversificou também sua agenda de contestação política conforme a agenda da PEB do governo Lula e adicionou à sua tática política, a disputa e apresentação de propostas alternativas, através da participação das instâncias de consulta e conselhos do governo:

Aqui no Brasil, com o início do governo Lula em 2003, **a REBRIP seguiu seu compromisso com as mobilizações do lado de fora, mas passou a também jogar o jogo do lado de dentro**, diante da possibilidade aberta pelo governo de participarmos de instâncias nacionais e de delegações oficiais nas negociações continentais e multilaterais. (REBRIP, 2007a, **grifos nossos**).

Desta forma, a REBRIP (2007a) avaliou que através da nova conjuntura política nacional, assim como a “dinâmica política na América do Sul”:

(...) deve orientar nossa rede a **seguir adotando um modo de funcionamento flexível, sem rigidez, que seja capaz de ir se adaptando às novas exigências apresentadas pela conjuntura. Antes nossa atuação era focada na resistência; agora, ela se equilibra entre ações de resistência e o campo de construção de alternativas no âmbito da integração regional.** Somado a isso, nossos membros e **nossos parceiros em outras redes e campanhas estão passando, assim como nós, por imensos desafios políticos e reposicionamentos decorrentes da crise de projeto existente no chamado campo democrático-popular.** Devemos ser capazes, portanto, *de adaptar nossos GTs, coordenação e planejamento a estes novos desafios.* (...) **Outra diretriz fundamental foi a decisão de atuarmos priorizando, por um lado, formação e construção de lutas sociais e, por outro, disputa e incidência junto ao governo.** É preciso que a IV Assembléia faça uma atualização do debate sobre o investimento a ser feito em cada um destes campos, diante da conjuntura política atual. (REBRIP, 2007a, ênfases nossas, **grifos nossos**).

*B. Apoio Crítico da Agenda da Política Externa Brasileira do Partido dos Trabalhadores*

Apesar de manter seu posicionamento político de oposição com divergências à agenda da política comercial e multilateralista do governo, no cenário da conjuntura política eleitoral

de 2010, a REBRIP em seu documento sobre *avaliação e propostas para a Política Externa Brasileira* (2010a) sinalizou que “desde o primeiro ano do governo Lula foram realizados movimentos indicativos de descontinuidades em relação ao período FHC” (REBRIP, 2010). Sendo assim, no âmbito da ofensiva das forças sociais conservadoras da sociedade civil brasileira, como a grande mídia, e os grupos do empresariado e das elites políticas nacionais, aglutinados em defesa da candidatura de José Serra a presidência da República pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em sete de outubro de 2010, no segundo turno, a Rede publicou uma nota: *Em defesa dos rumos atuais da política externa brasileira* (2010b), se posicionando em defesa da candidatura da ex-presidenta Dilma Rousseff<sup>47</sup> do PT, sinalizando para a sociedade civil brasileira, que os rumos da Política Externa do país estavam em disputa, e era, portanto, necessário o apoio dos movimentos e organizações sociais aos avanços conquistados na agenda da PEB durante a gestão do ex-presidente Lula. Sendo assim, a REBRIP (2010b) demarcou seu posicionamento político em apoio à agenda da PEB do Partido dos Trabalhadores, ao explicitar que:

**Estarão em disputa dois projetos claramente opostos. De um lado, uma candidatura que representa o que foi o Brasil antes de 2003: um país alinhado aos EUA, submetido a sua hegemonia [...] consequência direta e exclusiva dos interesses dos setores industriais e do agronegócio.**

**De outro lado uma candidatura que expressa os avanços de uma política externa que nos últimos oito anos ampliou o espaço do país no sistema internacional, [...] Que fez avançar a concertação regional latino-americana, contribuindo decisivamente para que a região amplie sua autonomia em relação aos EUA. No plano interno a formação da política externa passou a incluir novos atores, contribuindo para que a democratização dessa política possa avançar no próximo período.**

**Ainda há muito o que avançar para que a política externa reflita os anseios de sustentabilidade sócio-ambiental e de democratização radical da sociedade brasileira, o que passa fundamentalmente pela mudança na correlação de forças interna. [...]. Para isso, é fundamental reduzir o poder interno das grandes corporações financeiras e exportadoras, reduzindo também sua capacidade de influenciar a política externa.**

***É fundamental que o caminho aberto nos últimos oito anos possa ser aprofundado e que as lacunas ainda existentes possam ser conquistadas. Defendemos esse caminho e não aceitaremos o retrocesso, que não corresponderia aos anseios de uma América Latina mais democrática e um mundo em transformação onde o papel do Brasil é crucial.*** (REBRIP, 2010b, *ênfases nossas, grifos nossos*).

---

<sup>47</sup> Dilma Rousseff foi eleita presidenta do Brasil em 2010 e reeleita em 2014. A menção de ex-presidenta neste capítulo se deu pelo fato de ter sido elaborado durante o contexto do golpe parlamentar do Congresso Nacional brasileiro, com o apoio da grande mídia (Globo, revista Isto É, Veja, Época), bem como setores conservadores da sociedade civil nacional (FIESP, CEB, setores do agronegócio), o qual instituiu o impeachment da ex-presidenta em 31 de agosto de 2016 no Senado Federal. #FORATEMER

*C. Defesa do Conselho Nacional de Política Externa enquanto instrumento de democratização e influência da sociedade civil sobre a agenda da PEB*

Tendo em vista a influência dos setores conservadores da burguesia interna produtiva brasileira no direcionamento da agenda da política externa, especialmente no âmbito da política comercial, A REBRIP (2010a) avaliou a necessidade de somar esforços juntamente com intelectuais, pesquisadores, ativistas sociais, representantes de partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), de sindicatos, movimentos sociais e organizações não-governamentais progressistas, assim como representantes de órgãos governamentais em diversas esferas, para disputar a agenda e os rumos da PEB, compreendendo a Política Externa enquanto uma política pública de um Estado, sendo, portanto, fundamental e imprescindível um maior protagonismo e participação ativa da sociedade civil, nos assuntos internacionais, a partir da criação do Conselho Nacional de Política Externa, enquanto mecanismos de democratização e acesso da sociedade civil sobre a Política Externa Brasileira. Sendo assim, a REBRIP explicita sua tática política em defesa do Conselho Nacional de Política Externa, ao advogar que:

**A REBRIP não somente apóia integralmente a criação do Conselho Nacional de Política Externa como formulou esta reivindicação deste o início do governo Lula.** Na proposta da REBRIP *o Conselho teria como membros representantes da diversidade de setores e interesses envolvidos na formação da política externa, o que garantiria um espaço democrático de processamento destes interesses. O Itamaraty continua sendo o órgão que decide, e com o Conselho seu poder de decisão ganharia mais legitimidade, evitando assim que a formação da política externa seja privatizada pelo restrito clube dos que se sentem donos do país e que têm sistematicamente tentado esvaziar o poder de decisão do Itamaraty.* (REBRIP, 2010a, ênfases nossas, grifos nossos).

*D. Acúmulo de forças na arena da sociedade civil brasileira*

A REBRIP desde a sua Assembléia Geral de 2007 sinalizou que devido à expansão da influência dos setores conservadores do empresariado e do agronegócio no âmbito do Congresso Nacional, bem como seus interesses econômicos na retirada dos direitos sociais ao conjunto dos setores marginalizados e subalternos da sociedade civil brasileira, a Rede deverá reaglutinar suas forças em torno de sua expansão, a partir da construção de novas alianças com mais organizações sociais da sociedade civil, de modo a se pensar num “acúmulo de forças no longo prazo”, como prioridade fundamental das diretrizes políticas da Rede,



resultando, assim, na ampliação de ações de capacitação, difusão de idéias e conhecimento, a fim de incidir com mais força na agenda da PEB e na sua luta contra-hegemônica à globalização neoliberal. A REBRIP avaliou que:

(...) mesmo que não tenhamos conseguido alterar a lógica que estrutura a formação das posições do governo brasileiro, a REBRIP cumpriu um papel importante no sentido de defender as posições das organizações e movimentos sociais, tensionando os negociadores e expondo publicamente os custos políticos da opção por posições que favorecem o agronegócio e as grandes empresas em detrimento dos direitos econômicos e sociais. (REBRIP, 2007a).

De certo, embora a REBRIP reconheça que desde 2007 “obviamente não temos hegemonia na sociedade para transformar nossa crítica ao modelo em mudanças reais”, é possível aferir que, embora sua contestação política foi ressignificada, a partir da análise acima explicitada, a REBRIP, ainda continua a desempenhar sua luta contra-hegemônica contra a globalização neoliberal, seja enquanto mobilizações e participações nos espaços institucionais, ou em reflexões e posicionamentos políticos através de publicações de documentos, ou nas atividades de formação, capacitação e elaboração de propostas alternativas à globalização neoliberal em seus Grupos de Trabalho, pois, como sinalizou a Rede em (2007a): **“enquanto houver acordos de livre comércio e processos de integração regional, e estes forem objeto de mobilização das organizações e redes sociais, a REBRIP continuará fazendo sentido”**. (REBRIP, 2007a, **grifos nossos**).

À guisa de conclusão, as análises sobre a agenda da política externa brasileira durante o governo Lula apontam para o entendimento de que a inserção internacional do Brasil, na globalização neoliberal, foi construída dentro dos marcos da governança global neoliberal, através da assimilação de aspectos hegemônicos e contra-hegemônicos, os quais caracterizaram a natureza política contraditória do Estado-Nação brasileiro no espaço geopolítico internacional. A natureza política contraditória residiu na oscilação, de um lado, por meio da convergência com a hegemonia do bloco histórico neoliberal atual (representado pelo G7 e a classe capitalista transnacional), do outro, através do diálogo convergente dos interesses e demandas políticas, sociais, econômicas e culturais, com os países do Sul global (especialmente os países do Mercosul, da CPLP africana), e os movimentos sociais de resistência e luta contra-hegemônica do Brasil ao neoliberalismo (no caso a REBRIP e suas organizações membros).

Sendo assim, se evidencia que a relação contraditória do Brasil com os processos de hegemonia e contra-hegemonia à globalização neoliberal, no sistema internacional, foi

estabelecida pela composição de diferentes forças sociais das classes subalternas e das frações da classe dominante, do bloco de poder da sociedade nacional brasileira, no qual o bloco histórico liderado pelo ex-presidente Lula, foi fundamentado por um governo de coalizão de centro-esquerda, através de alianças políticas com forças sociais conservadoras, representadas por partidos políticos de centro-direita e elites políticas e econômicas da burguesia interna produtiva, como a CEB, FIESP, ABAG, e de forças sociais progressistas representadas pelos partidos de centro-esquerda e de esquerda, bem como os grupos sociais de contestação política contra-hegemônica ao neoliberalismo, como a REBRIP, as quais disputaram a condução da hegemonia da política externa brasileira, determinando, assim, a combinação de aspectos hegemônicos e contra-hegemônicos do posicionamento do Estado-Nação brasileiro, no âmbito da geopolítica internacional.

No âmbito da agenda da PEB, as análises realizadas sobre a política comercial, em diálogo com os estudiosos sobre estudos de política externa brasileira, nesta pesquisa, apontam que houve um predomínio da influência e dos interesses dos grupos econômicos da burguesia interna produtiva, isto é, a hegemonia da condução política das frações de classe da burguesia interna produtiva, na conformação dos assuntos relacionados às negociações econômicas e comerciais do Brasil. Ainda que o discurso desta agenda estivesse consubstanciado no compromisso da redução de assimetrias entre os países do Norte e do Sul global, a partir do estabelecimento dos interesses dos países em desenvolvimento, através da criação do G-20 e do BRICS, o governo Lula buscou instrumentalizar os interesses da burguesia interna produtiva, no âmbito da Rodada de Doha, em diálogo não somente com os organismos internacionais da hegemonia do capital global neoliberal, como a OMC, Banco Mundial, mas também, com a União Européia e os EUA. Apesar da agenda da política comercial para Doha não ter avançado, assim como a paralização das negociações para a implementação da ALCA, revelando seu posicionamento contra-hegemônico aos interesses geopolíticos e econômicos da hegemonia dos EUA no sistema internacional, o governo Lula buscou, assim, dialogar e fortalecer a regionalização econômica por meio do Mercosul. No entanto, evidencia-se que a política comercial continuou a operar nos marcos das diretrizes políticas da governança neoliberal, uma vez que a agenda da política comercial não se caracterizou como um processo de luta contra-hegemônica ao neoliberalismo. A necessidade de mudança e transformações na arquitetura econômica internacional global, a partir da influência dos países do Sul global, prescritas pelos discursos dos agentes políticos da PEB (Lula, Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia), não denotaram a

construção de uma contra-hegemonia, mas, sim, numa confluência para inserção internacional do Brasil com as pautas da hegemonia do neoliberalismo, na geopolítica mundial.

No concernente à agenda da política regional e de cooperação, se evidenciou que apesar do governo Lula garantir a internacionalização das empresas brasileiras, através dos acordos de parcerias com os países do Sul global, observa-se que o compromisso do Brasil com as demandas sociais, políticas e culturais à promoção do desenvolvimento econômico-social dos países do Sul global, através do fortalecimento da relação diplomática com os países da América do Sul, por meio da prioridade e destaque nas relações diplomáticas via Mercosul e da construção da Unasul, assim como a prestação de políticas de cooperação técnica e investimentos via BNDES, em educação, saúde, cultura de desenvolvimento aos países do Sul global, do espaço geopolítico latinoamericano, bem como as nações africanas, especialmente os países da CPLP. Sendo assim, verifica-se que ambas as agendas buscaram promover a inserção internacional do Brasil, a partir da sua contribuição com as questões relacionadas à promoção da justiça social global, por meio da necessidade da garantia do estabelecimento dos direitos econômicos, sociais e culturais aos povos dos países da semi-periferia e da periferia do sistema internacional, incorporando em suas agendas, assim, as dimensões da luta política contra-hegemônica às ingerências da globalização neoliberal, dos grupos sociais subalternos da sociedade civil brasileira, concatenadas com a garantia da soberania e autodeterminação dos povos.

Por fim, no que diz respeito à política multilateralista, se observou que a agenda da PEB buscou inserir o Brasil na tomada de decisões sobre a geopolítica internacional, através da atuação dentro dos organismos internacionais do sistema das Nações Unidas, tendo em vista a necessidade de democratização e influência dos países do Sul global na orientação das políticas e diretrizes da governança política e econômica da globalização neoliberal. Sendo assim, verificou-se que o Brasil empregou uma forte campanha para a reforma do CSNU, no sentido de que era necessário países em desenvolvimento participarem na composição desta instância de hegemonia dos interesses das grandes potências econômicas e do capital global transnacional. Para tanto, a PEB participou na dinâmica da construção da política hegemônica da construção e manutenção da paz, a *peacekeeping*, da ONU, através da MINUSTAH, como forma de demonstrar seu protagonismo e liderança política nos assuntos sobre segurança e paz internacional, caracterizando, assim, a natureza política de consonância com as prerrogativas políticas de aspectos hegemônicos, em que a ideia de paz e segurança internacional estão alicerçadas, dentro do contexto da globalização neoliberal. Mesmo sendo alvo de críticas dos grupos sociais subalternos da sociedade civil brasileira, o governo Lula insistiu na

manutenção da liderança do Brasil na MINUSTAH, tendo em vista seu interesse geopolítico e estratégico da campanha do Brasil em compor o CSNU. Por outro lado, se evidenciou que a agenda multilateralista do Brasil se engajou nos assuntos e temas dos regimes internacionais de governança global, sobre questões relacionadas aos direitos humanos, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, através da participação proativa nestes assuntos, difundindo a necessidade dos países em se comprometerem com a garantia da soberania e da autodeterminação dos povos, por meio de políticas de garantias de Direitos, embora tenha sido realizada de não-enfrentamento radical aos posicionamentos políticos das grandes potências do capitalismo neoliberal. Houve também uma maior diversificação das relações diplomáticas na geopolítica internacional, onde o Brasil firmou compromissos de diálogo político com países de outros continentes, como o mundo árabe, Ásia e Oceania, bem como o estreitamento das relações de cooperação com os países caribenhos, se comprometendo em prestar ajuda técnica e humanitária para o desenvolvimento econômico e social, dos países em estado de vulnerabilidade internacional, conforme apresentamos alguns casos neste capítulo.

Por fim, a presente pesquisa realizada, aponta para o entendimento de que a REBRIP se constituiu enquanto uma força social subalterna da sociedade civil brasileira na luta contra-hegemônica à globalização neoliberal, uma vez que este ente político desde sua constituição, se mantém contrária as iniciativas de liberalização econômica e financeira, identificando os EUA, os países da EU, os países do Norte do capitalismo global neoliberal, bem como as organizações econômicas e financeiras, como o FMI, Banco Mundial, as empresas transnacionais, e as novas concertações políticas como o G20 e o BRICS, como os atores políticos mantenedores de uma arquitetura política e econômica internacional alicerçada na manutenção do capital global neoliberal. Se observou, então, que a Rede não identifica que a inserção internacional do Brasil, na era Lula, foi estabelecida exclusivamente pela aliança deste governo em consonância com a hegemonia da globalização neoliberal. A REBRIP parte da compreensão de que a inserção internacional do Brasil, através da PEB do governo Lula, no contexto da globalização neoliberal, foi permeada por diretivas políticas de convergência com a hegemonia do neoliberalismo, bem como pela adoção de pautas e demandas de convergência dos movimentos de resistência contra a ofensividade do neoliberalismo na desregulação do *welfare state* dos países do Sul global, especialmente do espaço geopolítico latinoamericano.

Desta forma, no âmbito da agenda da PEB do governo Lula, se evidenciou que a Rede adotou dois tipos de posicionamentos políticos: o de divergência às políticas comerciais e multilateralistas e o de convergência às políticas de integração regional e cooperação. A

REBRIP identificou que a agenda da política externa da administração de Lula para o comércio e o multilateralismo, ainda que as negociações da ALCA foram paralizadas, esta agenda foi consubstanciada por aspectos hegemônicos em consonância com a governança global neoliberal, uma vez que sob pressões das forças sociais conservadoras, como as elites políticas e econômicas (FIESP, CEB, ABAG e partidos políticos de centro-direita na coalizão de Lula), a PEB priorizou avançar nas negociações comerciais na Rodada de Doha, bem como manteve diálogos com a União Européia, os EUA, e as instituições econômicas e financeiras como FMI, Banco Mundial, OMC, os quais jogam papel contra o desenvolvimento socioeconômico e sustentável dos países do Sul global em desenvolvimento, bem como se constituem enquanto atores políticos aliados à classe capitalista transnacional, na tentativa de retirar os direitos econômicos, sociais e culturais, assim como aumentar as assimetrias e desigualdades entre as nações.

Para a Rede, o multilateralismo empreendido pelo governo Lula, no âmbito da globalização neoliberal, também não foi permeado por avanços no estabelecimento da democratização da arquitetura política e econômica da geopolítica internacional, uma vez que o Brasil priorizou em disputar espaços políticos no âmbito do sistema da ONU, com vistas hegemônicas à participação e composição no CSNU, e de forma contraditória com o discurso de garantia de soberania e autodeterminação dos povos, liderou a MINUSTAH, a qual não se configurou enquanto instrumento de garantia real da estabilidade política e desenvolvimento socioeconômico do povo haitiano. Sendo assim, a REBRIP adotou um posicionamento político de luta contra-hegemônica à estas agendas da PEB de Lula.

No concernente à agenda da política de integração regional e cooperação, evidencia-se que a REBRIP identifica a inserção internacional do Brasil, através da PEB da gestão de Lula enquanto uma agenda que instrumentalizou as demandas e as pautas sociais dos países em desenvolvimento e dos povos do Sul global. A Rede parte da compreensão que a agenda da política Sul-Sul convergiu no fortalecimento da unidade política e de resistência dos países membros do Cone Sul, assim como garantiu a criação de um espaço geopolítico e estratégico no âmbito regional, a partir da Unasul. Apesar de apresentar preocupação e críticas à presença da internacionalização das empresas brasileiras na construção das políticas de infra-estrutura e investimentos do BNDES na região sul-americana, se evidenciou que a Rede se posicionou favorável às políticas de investimentos para o desenvolvimento socioeconômico da região sul-americana, na medida em que fortalece a solidariedade entre os países da América do Sul, na contribuição de ajuda técnica e humanitária para os povos sul-americanos. O compartilhamento de valores e políticas em comum no âmbito da geopolítica sul-americana é

apresentada como uma iniciativa a ser continuada e aperfeiçoada, no âmbito da PEB, tendo em vista a inclusão e participação dos grupos sociais subalternos na tomada de decisões, da agenda da política externa, a qual, a Rede identificou como positivo a inserção desta nas instâncias de discussões, nas delegações oficiais dos assuntos internacionais do governo Lula, representando, assim, um instrumento de democratização e mobilização destes setores para influenciar e incidir sobre a PEB, ainda que a REBRIP reconheça a necessidade de aperfeiçoar seu repertório tático-político nestes espaços, a partir do aprofundamento das discussões e proposições para o Estado-Nação brasileiro.

Quanto a política de cooperação, a prestação de ajuda técnica e humanitária aos países do Sul global, especialmente os africanos, os da CPLP é identificada pela Rede como assimilação da agenda da luta contra-hegemônica pela PEB do governo Lula, a qual identifica como necessária frente ao avanço do neoliberalismo na região, pelos países membros da UE, dos EUA, assim como o controle e domínio da exploração das empresas transnacionais, as quais são apoiadas pelas organizações internacionais, no regime da governança global neoliberal. Neste sentido, se observou que a Rede, em seus documentos, sinalizou a importância de se apropriar destas discussões e influir na agenda de cooperação da PEB, uma vez que esta pode se configurar enquanto instrumento de luta contra-hegemônica ao neoliberalismo, na medida em que pode assegurar a garantia dos Direitos, da soberania e da autodeterminação dos povos.

Com efeito, o presente estudo aponta, assim, que a relação da REBRIP com a agenda da Política Externa Brasileira, durante o governo Lula, foi estabelecida por um processo de ressignificação da luta política contra-hegemônica à globalização neoliberal pela Rede, uma vez que esta identificou que, foi necessário de um lado, apoiar a agenda das políticas de integração regional e de cooperação, visto que representaram mudanças e transformações significativas para o desenvolvimento socio-econômico dos povos e dos países do Sul global, no espaço geopolítico internacional; do outro, é necessário fortalecer as iniciativas contra-hegemônicas da PEB da era Lula, no sentido de disputar com as forças sociais do empresariado nacional brasileiro, por meio da participação ativa nos espaços políticos consentidos pelo governo, tendo em vista que o governo Lula não representa a continuidade da hegemonia política neoliberal, mas, sim, um governo de contradições, de disputas das forças sociais, no seio do bloco de poder do Estado-nação brasileiro, sendo, portanto, necessário o acúmulo de forças na sociedade civil nacional brasileira, no intuito de garantir que a PEB empreendida pelo Partido dos Trabalhadores seja reflexo da construção de aliança e parceria na luta contra-hegemônica à globalização neoliberal e na garantia da hegemonia

política das forças sociais subalternas na condução do Estado-Nação brasileiro, para que a inserção internacional do país esteja concatenada na luta e resistência contra a arquitetura política e econômica da ordem mundial neoliberal.

Desta forma, para concluir, a referida pesquisa aponta para o entendimento de que, a inserção internacional do Brasil, na geopolítica mundial, no contexto da globalização neoliberal, no âmbito política externa da gestão de Lula, refletiu as disputas de poder da sociedade civil nacional, na conquista pela hegemonia do Estado-Nação brasileiro. Sendo assim, a PEB da era Lula (2003-2010) estabeleceu uma natureza política de inserção internacional do Brasil contraditória, uma vez que, de um lado, assimilou aspectos hegemônicos da governança global neoliberal, em suas políticas de comércio e multilateralista, em diálogo com as potências do centro do capitalismo, e as organizações internacionais de difusão da hegemonia e dos interesses do capital global, bem como dos países do Norte do capitalismo global, para atender os interesses das frações da burguesia interna produtiva nacional, no intuito de garantir a estabilidade política, da governabilidade do Partido dos Trabalhadores, na esfera política da composição dos diferentes grupos sociais, do bloco de poder, no bloco histórico do Estado-Nação brasileiro; do outro lado, adotou aspectos contra-hegemônicos das demandas e pautas dos grupos sociais subalternos, tendo em vista a construção da luta pela justiça socio-econômica global, via políticas de integração regional e de cooperação Sul-Sul, no sentido de apontar a necessidade de reformas democráticas, na esfera política da governança global, configurando, assim, a proposta de uma *Revolução Passiva*, como estratégia geopolítica internacional da política externa da administração de Lula, no intuito de combater, assim, as assimetrias políticas e econômicas entre o Norte e Sul global, sem prescindir, portanto, uma real luta política contra-hegemônica, de *Revolução* contra à globalização neoliberal vigente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos críticos marxistas, no âmbito das Relações Internacionais, têm buscado compreender as contradições das relações sociais de classe e as relações globais de poder, as quais estão inseridas nas transformações das esferas políticas, econômicas, sociais e culturais, desencadeadas pela globalização contemporânea neoliberal.

A presente pesquisa, fundamentada epistemologicamente na perspectiva crítica marxista *neogramsciana*, teve como propósito compreender os processos políticos de hegemonia e contra-hegemonia, da inserção internacional do Brasil, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), através da sua agenda de Política Externa, e como a Rede Brasileira pela Integração dos Povos se posicionou politicamente em relação à agenda da PEB da Era Lula, com o bloco de poder nacional e internacional, no contexto da ordem mundial neoliberal vigente.

Sendo assim, os capítulos elaborados nesta dissertação buscaram cumprir com os objetivos específicos desta pesquisa, de maneira a contribuir com o entendimento da temática deste estudo. O primeiro capítulo, teve como proposta compreender a globalização contemporânea neoliberal, a partir dos processos de hegemonia e contra-hegemonia, na geopolítica internacional. Para tanto, apresentei, primeiramente, o debate sobre hegemonia, a partir das contribuições das teorias: Realista e Neoliberal, no intuito de observar como estas correntes de pensamento analisaram a construção do poder político hegemônico, de um Estado-nação, no âmbito das relações internacionais. Para os realistas, a hegemonia é consubstanciada pela ideia de *hard power* (a hegemonia de um Estado é coerção para legitimação do poder político), e para os liberais, a hegemonia é alicerçada pela noção de *soft power* (a hegemonia de um Estado é dominação combinada de cooperação para a garantia do *laissez-faire* da economia, como forma de manutenção da ordem mundial neoliberal). No entanto, conforme demonstrado neste capítulo, as formulações teóricas destas tradições são limitadas para a compreensão das contradições inerentes da globalização neoliberal, uma vez que estas correntes não problematizaram a complexificação dos processos políticos de hegemonia e contra-hegemonia, na ordem mundial atual. Desta forma, fez-se necessário compreender a dialética da globalização neoliberal, a partir do método materialista histórico e dialético marxiano, através das contribuições da abordagem estruturalista da Teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein e da Teoria Crítica Neogramsciana de Cox.

As formulações teóricas de Wallerstein possibilitaram entender a globalização neoliberal, enquanto fase atual da crise da economia-mundo capitalista, a qual configurou a



geopolítica global numa estrutura sistêmica interestatal, o Sistema-Mundo capitalista, produtor de uma relação desigual e hierárquica de poder, o qual divide o mundo numa relação assimétrica de exploração entre Centro X Periferia/Desenvolvimento X Subdesenvolvimento, e uma zona semiperiférica, a qual possibilita a manutenção das assimetrias das relações de poder entre os países do Norte e do Sul global. Sob a égide dos construtos filosóficos de Gramsci sobre hegemonia, contra-hegemonia e bloco histórico, Cox nos permitiu compreender que a hegemonia de um Estado-Nação, no âmbito internacional, é estabelecida pela hegemonia da classe dominante, na arena de disputas de grupos sociais da sociedade civil nacional, de modo que esta expande os seus interesses globalmente, quando consegue representar como a classe capaz de liderar e conduzir o desenvolvimento do capital, bem como fazer com que seus interesses sejam consentidos pelas classes aliadas e subalternadas, a nível doméstico e global, definindo, assim seu caráter de *hegemon* e a estrutura sistêmica das relações globais de poder. Tendo em vista que, se a hegemonia se constrói no âmbito da arena pública da sociedade civil, a contra-hegemonia dos grupos subalternos também é forjada neste espaço político, no qual as forças sociais constroem lutas de contestação política contra-hegemônica ao projeto político, econômico, social e cultural da classe dominante, a partir de novos valores, tendo como finalidade uma transformação das relações desiguais das relações de poder, ocasionada pelos efeitos negativos da globalização neoliberal, estabelecidos pela classe capitalista transnacional.

Neste sentido, o segundo capítulo destinou-se a discutir como os debates contemporâneos sobre a sociedade civil, a partir das contribuições das perspectivas do construtivismo cosmopolita e da crítica marxista neogramsciana, contribuíram para o entendimento da luta política contra-hegemônica dos grupos sociais (os movimentos sociais), são construídos nesta arena pública, no contexto da globalização neoliberal, tendo em vista a apresentação da REBRIP enquanto coalizão de grupos sociais contra-hegemônicos à ordem mundial neoliberal vigente. Assim, buscou-se analisar como as formulações teóricas do construtivismo cosmopolita possibilitam a compreensão do conceito sobre sociedade civil global (a partir da luta política da transnacionalização dos movimentos sociais), se constituiu enquanto arena privilegiada e relevante para estes atores políticos no processo de contra-hegemonia ao neoliberalismo global. A apresentação dos construtos teóricos e do diálogo entre os autores desta perspectiva teórico-filosófica permitiu o entendimento de que a ação contestatória dos movimentos sociais, na sociedade civil nacional, opera através de redes de movimentos sociais transnacionais, as quais lutam por justiça social global face aos imperativos do neoliberalismo global.

Contudo, no intuito de evidenciar o repertório político contra-hegemônico ao projeto neoliberal, este capítulo buscou tecer aproximação do objeto de estudo com as contribuições teóricas do marxismo neogramsciano, uma vez que esta corrente de pensamento advoga que a contra-hegemonia das forças sociais subalternas é construída pelas lutas políticas dos grupos sociais do Sul global, a partir do entendimento de que a globalização neoliberal vem sendo enfrentada por movimentos sociais transnacionais, cujo projeto político não está fundamentado nos valores do projeto neoliberal vigente, mas, sim, numa luta contra-hegemônica na construção de um novo bloco histórico de destituição da ordem mundial neoliberal atual. Desta forma, procurou-se realizar uma análise analítico-discricionária, de como a origem da REBRIP, assim como seus objetivos e a historização da sua ação coletiva, estão consubstanciadas numa perspectiva de guerra de posição, de acúmulo de forças da sociedade civil nacional brasileira, frente ao projeto neoliberal no âmbito do Sul global, espaço de localização da atuação política da Rede.

O terceiro capítulo dedicou-se a concentrar uma análise sobre a inserção internacional do Brasil, durante o governo do ex-presidente Lula (2003-2010), por meio da execução de sua agenda de política externa, no contexto da globalização neoliberal, buscando compreender como este governo se relacionou com o bloco histórico neoliberal vigente, e de como a REBRIP se posicionou politicamente em relação à agenda da PEB da gestão de Lula. A partir da contribuição marxista poulantiziana sobre bloco de poder, e do diálogo com os estudiosos sobre política externa brasileira, este capítulo apontou para o entendimento de que, a inserção internacional do Brasil, durante o governo Lula, foi marcada pela assimilação de aspectos hegemônicos e contra-hegemônicos, em sua relação com o bloco histórico neoliberal atual (a globalização contemporânea), pois o bloco histórico nacional brasileiro foi estabelecido por um bloco de poder de disputas entre as frações da burguesia interna produtiva e dos grupos sociais subalternos, os quais buscaram influenciar e incidir seus interesses na agenda da PEB sobre política comercial, de integração regional, de cooperação e multilateralista. Sendo assim, a inserção internacional do Brasil, durante o período estudado, apresentou a natureza política de um Estado-Nação marcado por uma geopolítica internacional de contradições refletidas no seio da sociedade civil nacional brasileira, uma vez que, como foi verificado neste capítulo, o governo Lula operou dentro dos marcos da governança global neoliberal, atendendo, dialogando e se relacionando, de um lado com as frações da burguesia interna produtiva (FIESP, CEB, ABAG, partidos de centro-direita), bem como os países do centro do capitalismo global (EUA, UE, por exemplo), e as instituições internacionais da manutenção da ordem mundial neoliberal (FMI, OMC, Banco Mundial); do outro lado, através do discurso

de uma inserção internacional consubstanciada numa *política Sul-Sul*, buscou dialogar com os movimentos sociais (REBRIP), com os países em desenvolvimento, especialmente os da América do Sul e da África, tendo em vista um compromisso político de solidariedade e ajuda técnica e humanitária aos países da semiperiferia e da periferia da ordem mundial neoliberal, na concepção de que, a contribuição da agenda da PEB, deveria perseguir o ideário de um desenvolvimento econômico-social e sustentável, de modo a combater as assimetrias e desigualdades entre as nações, no contexto da globalização neoliberal.

A REBRIP, por sua vez, embora tenha se posicionado contra a assimilação de aspectos hegemônicos do bloco histórico neoliberal na agenda da política externa do governo Lula nas políticas comerciais e multilateralista, identifica o governo Lula como aliado estratégico na luta contra-hegemônica ao neoliberalismo, assim, a Rede ressignificou sua luta contra-hegemônica através do entendimento da necessidade de participar e atuar nas instâncias políticas institucionais propiciadas pelo governo Lula, tendo em vista também de que, a agenda da PEB implementada pela gestão do Partido dos Trabalhadores, trouxe avanços nas demandas e pautas dos setores subalternos da sociedade civil nacional (especialmente a política de integração e cooperação), sendo, portanto, necessária o acúmulo de forças na sociedade civil, visto que as elites políticas e econômicas conservadoras da sociedade civil nacional são hegemônicas, as quais buscaram nortear a inserção internacional do Brasil, na geopolítica internacional, a partir dos seus interesses convergentes com o bloco de poder hegemônico da ordem mundial neoliberal vigente. Sendo assim, a presente pesquisa apontou como compreensão de que o governo Lula (2003-2010) apresentou uma agenda de política externa de um lado, em sua política comercial e multilateralista em convergência à hegemonia da globalização neoliberal, do outro lado, contra-hegemônica aos interesses das frações da burguesia interna produtiva nacional, bem como ao bloco de poder do bloco histórico neoliberal vigente, por meio das suas iniciativas de políticas de integração regional e de cooperação, denotando, assim, a *revolução passiva*, da inserção internacional do Brasil na geopolítica internacional configurada pela globalização neoliberal atual.

Em suma, com base na explicitação dos capítulos acima, a presente pesquisa buscou responder a duas problemáticas centrais, as quais permeiam esta dissertação: “*como* foi engendrada a inserção internacional do Brasil, durante o governo Lula (2003-2010), através de sua política externa, nos processos de hegemonia e contra-hegemonia e *como* a REBRIP construiu seu repertório de luta política contra-hegemônica e seu posicionamento político em relação à agenda internacional da Era Lula, no contexto da globalização neoliberal?”. Este estudo partiu de duas hipóteses: **1ª Hipótese:** A inserção internacional do Brasil durante a

administração de Lula foi permeada por posicionamentos políticos de absorção de aspectos hegemônicos e contra-hegemônicos à governança global neoliberal, visto que os dois mandatos de seu governo foram estabelecidos por um bloco de poder, de contradições, dentro da coalizão de forças sociais hegemônicas e contra-hegemônicas, da sociedade civil brasileira, as quais disputaram os rumos da agenda da PEB, nos assuntos referentes à política comercial, de integração, de cooperação e multilateralista. Esta hipótese foi confirmada conforme analisado no terceiro capítulo, pois este estudo apontou como horizonte de entendimento que o governo Lula: A – Dialogou com as frações da burguesia interna nacional, bem como os atores do bloco de poder do bloco histórico neoliberal vigente, de modo a assegurar os interesses das elites políticas e econômicas conservadoras aliadas de Lula (para a manutenção de sua estabilidade política no bloco de poder nacional), e este manteve diálogo com os agentes do capital global, através da participação e tentativa de influenciar nas prerrogativas políticas das instituições internacionais neoliberais, denotando, neste sentido, a natureza de consonância hegemônica com o neoliberalismo global, por meio de suas políticas de comércio e multilateralismo; B – Dialogou com os grupos sociais subalternos, os partidos de centro-esquerda e esquerda, bem como os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos do Sul global, no sentido de promover uma agenda de desenvolvimento sócio-econômico e sustentável, fundamentada no discurso de solidariedade, soberania e autodeterminação dos povos, no intuito de reduzir (e não eliminar) as assimetrias das relações globais de poder entre as nações, por meio, então, das políticas de integração e cooperação. **2ª Hipótese:** A REBRIP se manteve enquanto coalizão de grupos sociais na luta contra-hegemônica ao capital neoliberal, contudo, a agenda da PEB do governo Lula ressignificou sua luta política de contestação à ordem mundial neoliberal, a partir da ideia de que este governo é aliado na luta contra-hegemônica contra o neoliberalismo, na globalização neoliberal. Esta hipótese também foi igualmente confirmada, pois esta pesquisa apontou para compreensão de que a REBRIP manteve sua luta contra-hegemônica ao bloco de poder do capital global e às frações da burguesia interna produtiva brasileira, se posicionando contrária às iniciativas da convergência neoliberal nas políticas de comércio e multilateralismo da agenda da PEB de Lula, passando a priorizar a sua tática política, na atuação nas instâncias políticas da PEB, convidada pelo governo, sinalizando, assim, sua ressignificação de luta contra-hegemônica ao capital, de modo que esta visualizou que ainda as elites políticas e econômicas são hegemônicas na sociedade civil nacional, sendo, portanto, necessário a criação do Conselho Nacional de Política Externa, como mecanismo de acúmulo de forças e de democratização da

agenda da PEB e a possibilidade dos grupos sociais subalternos influenciarem e incidirem sobre a inserção internacional do Brasil, na geopolítica internacional.

Ademais, no âmbito da academia, o presente estudo é pouco explorado pelos pesquisadores e estudiosos das Relações Internacionais. No campo da Ciência Política e das Relações Internacionais, a maioria dos estudos sobre a inserção internacional do Brasil está voltada para uma análise sobre a PEB, sob a ótica das teorias Realista, Liberal, Construtivista, ou análises da Teoria da Dependência Marxista. De fato, há poucos estudos que buscaram articular a relação entre o governo Lula e a Rede Brasileira pela Integração dos povos, a partir da visão destes agentes sobre a geopolítica internacional. Numa pesquisa bibliográfica, encontrei três artigos e uma Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, os quais abordam uma análise mais sobre o posicionamento político da Rede, no contexto da globalização neoliberal, sendo que, somente dois artigos, analisam brevemente a relação entre o governo Lula e a REBRIP, no concernente à agenda da PEB deste governo e a geopolítica mundial. Sendo assim, esta dissertação buscou contribuir, a partir da análise marxista, sob a perspectiva neogramsciana, um estudo das contradições existentes na relação entre Estado e Sociedade Civil, sobre os processos de hegemonia e contra-hegemonia, da inserção internacional do Brasil, no contexto da globalização neoliberal, tendo como objetos de estudos: o governo Lula (2003-2010) e a REBRIP, colaborando, assim, com estudos críticos sobre os processos políticos contemporâneos, no âmbito da globalização.

Com efeito, a análise do tema da inserção internacional do Brasil, no contexto da globalização neoliberal, a partir dos processos de hegemonia e contra-hegemonia, tendo como base o governo Lula e a REBRIP é ainda um tema recente na academia. Conforme explicitado anteriormente, há poucos estudos sobre a temática, assim, o presente estudo possui como limitação a ausência de uma bibliografia que analisasse, de fato, as contradições existentes na relação entre estes dois agentes políticos. Uma segunda limitação encontrada residiu no fato da não realização de entrevistas com os agentes da Rede, e com os agentes responsáveis pela PEB na era Lula, no sentido de obter mais informações para subsidiar os objetivos específicos deste estudo. Sendo assim, para dar conta de suprir estes desafios, optou-se pela análise bibliográfica e documental, dos estudos sobre PEB, bem como os discursos e artigos dos agentes institucionais da política externa brasileira, e as notas, boletins e documentos da REBRIP, no contexto histórico analisado, para cumprir com os desafios propostos nesta pesquisa acadêmica.

Por fim, esta Dissertação de Mestrado, ainda que limitada pelas situações apresentadas, aponta para a possibilidade de se desenvolverem futuras pesquisas que possam

analisar a relação entre Estado, Sociedade Civil e Política Externa Brasileira, a partir dos processos de hegemonia e contra-hegemonia, tendo em vista a investigação do posicionamento político da REBRIP, durante o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), buscando, então, compreender como se desenvolveu a inserção internacional do Brasil, durante a gestão de Dilma, com o bloco de poder a nível doméstico e internacional, sem perder de vista, se houve (ou não) continuidade ou mudança no repertório tático da luta política contra-hegemônica da Rede. Recomenda-se, também, como horizonte de novas pesquisas, análises sobre o processo de transformismo de forças sociais, no âmbito da sociedade civil ou no Estado, a partir do novo ciclo de governos de esquerda e centro-esquerda, no espaço sul-americano, no contexto da globalização neoliberal.

De certo, espera-se que esta Dissertação possa servir como contribuição ao aprofundamento das temáticas aqui analisadas, e para o acúmulo de estudos críticos marxistas neogramscianos, sobre hegemonia e contra-hegemonia, dos processos políticos contemporâneos, como forma de reflexão sobre as iniciativas de luta política contestatória à ordem mundial neoliberal vigente, por grupos sociais marginalizados e subalternos, que ainda resistem e lutam por um mundo de possibilidades de justiça social e igualdades, na garantia do estabelecimento pleno da soberania e autodeterminação dos povos.

“Verbo por verbo – no presente ou no futuro –, LUTAR ainda é o melhor. Lutar para transformar a nossa pátria na terra da liberdade, da cultura, da fartura, da justiça social, da solidariedade humana. Terra de homens livres, terra da revolução libertadora”. João Amazonas.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados** – Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, Vol.1, 1988.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Classificação da Cooperação Sul-Sul por segmento (2000-2014)**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Gestao/ClassificacaoSegmento>>. Acesso em 12 de março de 2016.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Lista dos 100 Países Parceiros pela Cooperação Sul-Sul Brasileira**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Gestao/PaisesParceiros>>. Acesso em 12 de março de 2016.
- ALMEIDA, Jorge. Estado, hegemonia, luta de classes e os dez meses do governo Lula, **Crítica Social**, nº 3, dezembro 2003, p.27-41.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Uma nova arquitetura diplomática? Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003/2006)”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n.1., 2006. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1603arquitetdiplom.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2016.
- AMORIM, Celso. Agora vamos buscar os tigres asiáticos: Entrevista do Ministro Celso Amorim à revista Isto É [29 de novembro, 2006]. Brasília: **Revista Isto É**. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-entrevistas/7895-entrevista-concedida-pelo-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-a-revista-istoe-publicada-na-sua-edicao-n-1936-de-29-de-novembro-de-2006-brasilia-df>>. Acesso em 15 de março de 2016.
- \_\_\_\_\_. **Discurso de Posse do Embaixador Celso Amorim**. [01 de janeiro, 2003a]. Brasília: Congresso Nacional. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/embaixador-celso-luiz-nunes-amorim/Discurso-proferido-pelo-Embaixador-Celso-Amorim>>. Acesso em 15 de março de 2016.
- \_\_\_\_\_. **Discurso do Ministro Celso Amorim na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): Criação e Inovação na Política Externa Brasileira**. [25 de abril, 2008]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7976-texto-base-da-conferencia-do-ministro-celso-amorim-na-coordenacao-dos-programas-de-pos-graduacao-de-engenharia-coppe-da-universidade-federal-do-rio-de-janeiro-ufrj-criacao-e-inovacao-na-politica-externa-brasileira-rio-de-janeiro-25-04-2008>>. Acesso em 15 de março de 2016.
- \_\_\_\_\_. **Entrevista do Senhor Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim à Agencia Brasil – Com Reforma, Brasil busca mais espaço na ONU e força como líder dos países emergentes**. [22 de setembro, 2003b]. Brasília. Disponível em:<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-entrevistas/7595-entrevista-do-se-ministro-de-estado-embaixador-celso-amorim-a-agencia-brasil-com-reforma-brasil-busca-mais-espaco-na-onu-e-forca-como-lider-dos-paises-emergentes>>. Acesso em 15 de março de 2016.
- \_\_\_\_\_. **Palestra proferida pelo Ministro Celso Amorim por ocasião da II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**. [05 de novembro, 2007]. Rio de Janeiro. Disponível em:<<http://www.itamaraty.gov.br/ptBR/component/content/article?id=7957:palestra-proferida-pelo-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-por>>

ocasio-da-ii-conferencia-nacional-de-politica-externa-e-politica-internacional-rio-de-janeiro-rj-05-11-2007>. Acesso em 15 de março de 2016.

ARAGÃO, Daniel Maurício Cavalcanti de. **Responsabilidade como legitimação: capital transnacional e governança global na Organização das Nações Unidas**. 2010. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais. Rio de Janeiro: 2010.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Livro I e II).

AYLLÓN, Bruno. *Cooperação triangular do Brasil: avanços e precauções*. 2011. Disponível em: <<http://www.southsouth.info/profiles/blogs/cooperacao-triangular-do>>. Acesso em 28 de novembro de 2014.

\_\_\_\_\_. *La coerción de Brasil: un modelo en construcción para una potencia emergente*. **Real Instituto Elcano**, 2010. Disponível em:

<[http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/elcano/elcano\\_es/zonas\\_es/cooperacion+y+desarrollo/ari143-2010](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/cooperacion+y+desarrollo/ari143-2010)>. Acesso em 20 de novembro de 2014.

\_\_\_\_\_. *La cooperación de Brasil: un modelo en construcción para una potencia emergente*. **Análisis Del Real Instituto**, n° 143, octubre 2010.

ANDERSON, Perry. *O Papel das idéias na construção de alternativas*. In: Atilio Boron (org.), **Nova Hegemonia Mundial**. São Paulo, CLACSO, 2005.

AYLLÓN, Bruno; LEITE, Iara Costa. *La cooperación Sur-Sur de Brasil: ¿Instrumento de política exterior y/o manifestación de solidaridad internacional?* *Mural Internacional*, 2010, ano 1, n° 1. Disponível em:

<<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5262/3854>>. Acesso 20 de novembro de 2014.

BANDEIRA, Moniz. **Política Exterior do Brasil: de FHC a Lula**, Plenarium. Brasília: Câmara dos Deputados, ano 2, n° 2, novembro de 2005, p. 64-82, 2005.. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/publicacoes/edicoes/Plenarium2.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2016.

BEDIN, Gilmar Antônio. **A Sociedade Internacional e o Século XXI**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2001.

BERRINGER, Tatiana. **O bloco no poder e política externa nos governos FHC e Lula**. 223 f. Campinas: Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Repertório de Política Externa: Posições do Brasil**. Brasília, 2007.

BURGES, Sean. *Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War*. **International Relations**, v.22, n.1, p. 65-84, 2009.

CAMARGO, Adriane Sousa. **Globalização e Hegemonia nas Relações Internacionais: O caso da Via Campesina por uma perspectiva gramsciana**, 2013. 117f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRI, Universidade de São Paulo, 2013.

CAMPIELO, Renata de Siqueira; PESAVENTO, Fábio. *A Política Externa Brasileira e o BNDES: uma análise da atuação internacional do BNDES durante o governo Lula (2003-2010)*. In: II Seminário de Iniciação Científica da ESPM (SEMIC-ESPM), 2013, São Paulo: Anais II SEMIC ESPM 2013.

CARROLL, William K. *Hegemony and Counter-Hegemony in a Global Field*. **Studies in Social Justice**, Volume 1, Issue 1, Winter 2007. Disponível em:

[[http://www.tni.org/sites/www.tni.org/archives/archives/carrol\\_hegemony.pdf](http://www.tni.org/sites/www.tni.org/archives/archives/carrol_hegemony.pdf)]. Acesso em: 12 maio 2015.



\_\_\_\_\_. Hegemony, counter-hegemony, anti-hegemony, **Annual Meeting of the Society for Socialist Studies**, 31 May - 4 June, York University, Toronto, 2006.

Disponível em:

[<https://ejournals.library.ualberta.ca/index.php/sss/article/viewFile/23790/17675>]. Acesso em: 12 de maio de 2015.

CASON, Jeffrey & POWER, Timothy. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era.

**International Political Science Review**. No. 30, p. 117-140, 2009. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/42365/mod\\_resource/content/1/Presidentialization,%20Pluralization,%20and%20the%20Rollback%20of%20Itamaraty%20Explaining%20Change%20in%20Brazilian%20Foreign%20Policy%20Making%20in%20the%20Cardoso-Lula%20Era.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/42365/mod_resource/content/1/Presidentialization,%20Pluralization,%20and%20the%20Rollback%20of%20Itamaraty%20Explaining%20Change%20in%20Brazilian%20Foreign%20Policy%20Making%20in%20the%20Cardoso-Lula%20Era.pdf)>.

Acesso em 12 de janeiro de 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CERVO, Amado. **Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política. A Dualidade de Poderes**. São Paulo: Cortez, 1994.

COX, Robert. Gramsci, Hegemony, and International Relations. An Essay in Method. In: **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. In: **Neorealism and its Critics**. R. O. Keohane. New York: Columbia University Press, 1983, pp. 204-254.

\_\_\_\_\_. W. Civil Society at the Turn of the Millennium: Prospects for an Alternative, **Review of International Studies**, v.25, n.1, p.3-28, 1999.

DANESE, S. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DINIZ, Eugenio. O Brasil e a Minustah. 2005. Disponível em: <[http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/4212-001\\_g.pdf](http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/4212-001_g.pdf)>. Acesso em 10 de novembro de 2014.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. em 16 de março de 2016.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

GALDEA, Carlos A. O estudo dos movimentos sociais e a esquerda política na América Latina. In: **Caderno CRH** (UFBA, Salvador), n.54, v.21, set/dez de 2008.

GARCIA, Ana E. Saggiaro. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo**. 2012. 413 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, PUC - Rio, Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. IN: **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. Hegemonia e Imperialismo: Caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a Segunda Guerra Mundial. **CONTEXTO INTERNACIONAL**, Rio de Janeiro, vol. 32, no 1, janeiro/junho 2010, p. 155-177. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292010000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292010000100005)>. Acesso em 12 de maio de 2015.

GARCIA, Marco Aurélio. Entrevista a Luiz Antônio Araujo e Rosane de Oliveira. **Zero Hora**, 13 mar. 2004. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/portugues/>

noticiario/nacional/selecao\_detalhe.asp?ID\_RESENHA=39097>. Acesso em 16 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. Política externa e estratégia de desenvolvimento. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 4, n. 39, out. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, vol 2, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, vol 3, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, vol 5, 2002.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 4<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Discurso por ocasião da transmissão do cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores**. [09 de janeiro, 2003]. Brasília. Disponível em:<[http://www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/discursos/discurso\\_detalhe.asp?ID=](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID=)>. Acesso em 16 de março de 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Theory of communicative action**. vol. II: Lifeworld and system: a critique of functionalist reason. Boston, Beacon, 1977.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio**. Trad. Paulo Meneses, Agemir Bavaresco, Alfredo Moraes, Danilo Vaz-Curado R. M. Costa, Greice Ane Barbieri e Paulo Roberto Konzen. São Leopoldo – RS: Ed. UNISINOS, 2010.

HIRST, Mônica & PINHEIRO, Letícia. A política externa do Brasil em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.38, p. 5-23, 1995.

HIRST, Monica. La dimensión política del Mercosur: actores, politización y ideología. **Estud. av.**, São Paulo , v. 10, n. 27, p. 217-250, Aug. 1996 .

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de & PINHEIRO, Letícia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Nueva Sociedad**, dezembro, pp. 22-41, 2010.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JAKOBSEN, Kjeld Aagaard. Desventuras de alguns críticos da política externa do governo Lula. **Lua Nova**, São Paulo, n. 89, p. 275-295, 2013. Janeiro. Fundação Heinrich Böll, 2011.

KALDOR, Mary. **La sociedad civil global: Una respuesta a la guerra**, Barcelona, Kriterion Tusquets Editores, 2005.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua e outros opúsculos**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

KEOHANE, Robert O., NYE, Joseph S., **Power and Interdependence**, Second Edition, Harper Collins Publishers, 1989.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony: cooperation and discord under the world political economy** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984.

LAMAZIÈRE, Georges. **Ordem, Hegemonia e Transgressão**. Brasília: FUNAG, Ed: 2ª revista e atualizada, 2010.

LIMA, Maria Regina Soares de. A Política Externa Brasileira e os Interesses Nacionais. **Observatório Político Sul-Americano Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ/UCAM**, 2008.

- \_\_\_\_\_. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 24-59, jan./jul. 2005.
- \_\_\_\_\_. Tradição e inovação na política externa brasileira. **Plataforma Democrática**, Working Paper n. 3, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Tradicao%20e%20Inovacao%20na%20Politica%20Externa%20Brasileira.pdf>>. Acesso em 05 de abril de 2016.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LIMA, Maria Regina Soares de. A Política Externa Brasileira e os Interesses Nacionais. **Observatório Político Sul-Americano Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ/UCAM**, 2008.
- LUDWIG, Fernando José. A Hegemonia enquanto formação da Arquitetura de Paz das Nações Unidas. **Relações Internacionais**, Lisboa, n.39, p.69-77, set. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S164591992013000300008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164591992013000300008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 20 de maio de 2016.
- MARIANO, Karina Lilia Pasquariello; MARIANO, Marcelo Passini. A formulação da política externa brasileira e as novas lideranças políticas regionais. In: **Perspectivas: revista de Ciências Sociais**. São Paulo: UNESP, 2008.
- MARTINS, Luciano. Globalização: a importância do fenômeno. In: **A Globalização entre o Imaginário e a Realidade** (Coleção Pesquisas), São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, número 13, 1998, pp. 47-51.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 22ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MELLO, Fátima. Alguns pontos para uma avaliação de Miami. **FASE: REBRIP**, Rio de Janeiro, Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. Acordo EU-Mercosul pode gerar mais perdas que Alca. **FASE: Rio de Janeiro**, 2004. (Entrevista de Fátima de Mello).
- \_\_\_\_\_. **Democratização do processo decisório na formação da Política Externa Brasileira**. 2012. Disponível em: <<http://brasilnomundo.org.br/analises-e-opinio/democratizacao-do-processo-decisorio-na-formacao-da-politica-externa-brasileira/#.V9I1wvkrLIU>>. Acesso em 15 de maio de 2016.
- MELUCCI, Alberto. **A Invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MESQUITA, Lucas Ribeiro. Ideias e Política Externa Brasileira: uma tênue relação na nova República. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 1, n. 2, jul./dez., 2012.
- MICHALISZYN, Mario Sergio; TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- MILANI, Carlos Roberto Sanchez. Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **Caderno CRH**, Salvador, v.25, n.65, p.211 Maio/Ago.2012.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e as negociações multilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, p. 119-137, 2000.
- MORAES, Dênis. Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010. Disponível em: [<http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298>]. Acesso em: 12 maio 2015.
- NEVES, Maíra Junqueira. **A participação internacional das organizações não governamentais por meio de redes sociais: A Rede Brasileira pela Integração dos Povos**.

- 116 f. Campinas: Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação, 2007.
- NETO, D. M. A política externa brasileira dos oito anos do governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo. In: “**Nunca antes na história desse país**”...?: um balanço das políticas do governo Lula. Org. Marlene de Paula. Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Böll, 2011.
- NOBRE, Daniela Kohijo. **Bancos de Desenvolvimento e a Integração**: o financiamento nacional de projetos de infraestrutura na América do Sul e novas perspectivas. 63f. (Trabalho de Conclusão de Curso: Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2015.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. Elites econômicas e política externa no Brasil. Texto em fase de elaboração, 2006.
- OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; MILANI, Carlos R. S.. Atores não estatais e trade policy - making no Brasil: análise dos interesses e das estratégias da CEB e da REBRIP. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 367-401, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S001152582012000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582012000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 12 de março de 2016.
- PALERMO, Vicente. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 521-557, 2000.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Concepções e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil**, 2002. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/concepcaoediretrizsdoprog.pdf>>. Acesso em 12 de março de 2016.
- PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. As missões de paz sob a ótica de uma nova Divisão Internacional do Trabalho na área de segurança. **Brazilian Journal of International Relations - BJIR**, Marília, v.4, n.2, p. 236-272, mai/ago. 2015. Disponível em <<http://www.bibliotekevirtual.org/revistas/FFC-UNESP/BJIR/v04n02/v04n02a03.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2016.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 136-153, 2008.
- \_\_\_\_\_. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, 2008, p. 136-153.
- \_\_\_\_\_. A New Strategic Dialogue: Brazil-US Relations in Lula’s Presidency (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**. v.53, (Special Edition), p.138, 2010.
- PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R.S. **Política Externa Brasileira: as práticas da política e as políticas das práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- POLETTI, Emílio R.. A nova territorialidade dos movimentos sociais na América Latina: do ajuste neoliberal à construção de alternativas. In: **XII Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2009, Montevideu. Anais do XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009. v. 1.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Uma análise da Política Externa do Governo Lula da Silva. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 60-80, jul.-dez. 2010.
- RAMOS, Felipe Silva. **¿Sur o no Sur? uma genealogia da política externa brasileira para a construção da América do Sul**. 150 f. Salvador: Dissertação (Mestrado em Ciências

Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

RAMOS, Leonardo César Souza. *Contra-Hegemonia e Política Externa? A Política Externa Brasileira no governo Lula. Carta Internacional*: Rio de Janeiro, Vol. 7, n. 1, jan.-jun, p.69-86, 2012.

REBRIP (REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS). **Construindo Alternativas Solidárias de Integração**. Rio de Janeiro, 2001. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Atribuições dos Entes Constitutivos da REBRIP**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Roteiro para uma avaliação do período outubro 2003 a outubro 2005**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **O Brasil na OMC e perspectivas de bloqueio do acordo de Hong Kong**. Rio de Janeiro, 2006a. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Nota da REBRIP em Resposta às Declarações Recentes do Presidente Lula a respeito da Organização Mundial do Comércio**. Rio de Janeiro, 2006b. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Descarrilhar o acordo de Hong Kong: prioridade para os movimentos e organizações sociais brasileiros**. Rio de Janeiro: **Boletim REBRIP**, n.8, 2006c. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **OMC: 10 Anos Bastam! A Ditadura dos Acordos Comerciais Destrói a Soberania dos Povos**. Rio de Janeiro, 2006d. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Balanço do Período 2005 – 2007: Roteiro para Avaliação e Debate**. Rio de Janeiro, 2007a. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Carta ao Ministro Amorim sobre Rodada Doha**. Rio de Janeiro, 2007b. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Por que Dizer Não à Rodada de Doha da OMC**. Rio de Janeiro, 2008a. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Riscos para Setor de Serviços na OMC: Carta ao Excelentíssimo Sr. Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim**. Rio de Janeiro, 2008b. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais Comemoram mais um Fracasso da Rodada de Doha da OMC**. Rio de Janeiro, 2008c. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Nota da Rebrip ao Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro, 2008d. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Declaração da REBRIP ao governo brasileiro por ocasião do encontro do G20 em Pittsburgh Setembro de 2009. Rio de Janeiro, 2009a**. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Rodada Doha: Todos os motivos são para continuar dizendo não. Rio de Janeiro, 2009b**. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Propuesta de declaración de ASC Cono Sur para enviar a las Cancillerías. Rio de Janeiro, 2009c**. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Avaliação e Propostas para a Política Externa do Brasil**. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Em defesa dos rumos atuais da política externa brasileira**. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em <www.rebrip.org.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. SP: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e luta anti-neoliberal**, 2005. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article125716.html>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

SANTANA, Carlos Ribeiro. Política externa em perspectiva: um balanço sobre a diplomacia dos presidentes Collor, Itamar, Cardoso e Lula. **Carta Internacional**, São Paulo, v. 1, p. 8-14, 2006.

SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos y autonomistas. **Mural Internacional**, v. 1, no. 1, enero-junio, pp. 45-52, 2010.

\_\_\_\_\_. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 42-59, Dec. 2007.

\_\_\_\_\_. Continuidade e mudança na política externa brasileira: As especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 37, p. 63-78, mar. 2013 .

SARAIVA, Miriam Gomes; VALENÇA, Marcelo M. A política externa brasileira e sua projeção internacional: um projeto caracterizado pela continuidade. **Centro Brasileiro de Relações Internacionais**, v. 1, n. 7, p. 15, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória?. In: **Caderno CRH** (UFBA, Salvador), n.54, v.21, set/dez de 2008.

SEMERARO, Giovanni. Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 66, abr, 1999.

SERBIN, Andrés. Globalización y sociedad civil Transnacional: el estado actual del debate. **Papel Político**, nº 14, septiembre de 2002 p.9-24.

\_\_\_\_\_. **Globalizacion, Regionalismo y Sociedad Civil**. Buenos Aires: CRIES, 2004.

SILVA, Luis Inácio Lula da; AMORIM, Celso; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A Política Externa do Brasil**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

SILVA, Luíz Inácio Lula da. **Discurso de Posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. [01 de janeiro, 2003]. Brasília: Congresso Nacional. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N92\\_1Sem\\_2003.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N92_1Sem_2003.pdf)>. Acesso em 15 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Diálogo Aberto dos Presidentes na Cúpula do Mercosul**. [21 de julho, 2006]. Córdoba: Argentina. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10597-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-do-dialogo-aberto-dos-presidentes-na-cupula-do-mercosul-cordoba-argentina-21-07-2006>>. Acesso em 15 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encontro bilateral com o Presidente da Bolívia, Evo Morales**. [15 de janeiro, 2009b]. Ladário: Bolívia. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/11143-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-encontro-bilateral-com-o-presidente-da-bolivia-evo-morales-ladario-15-de-janeiro-de-2009>>. Acesso em 15 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião dos trechos Arroyo Concépcion-El Carmen e El Carmen-Roboré do Corredor Bioceânico.** [15 de janeiro, 2009a]. Arroyo Concépcion: Bolívia. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas?catid=0&id=11147>>. Acesso em 15 de março de 2016

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Durante sessão de abertura da 19º Reunião de Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.** [30 de novembro, 2009c]. Estoril: Portugal. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/9503-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-de-abertura-da-19-reuniao-de-cupula-ibero-americana-de-chefes-de-estado-e-de-governo-estoril-30-11-2009>>. Acesso em 15 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de almoço oferecido ao Presidente da República de Cuba, Raúl Castro.** [18 de dezembro, 2008]. Brasília: Brasil. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/12244-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-almoco-oferecido-ao-presidente-da-republica-de-cuba-raul-castro-brasilia-18-de-dezembro-de-2008>>. Acesso em 15 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Debate Geral da 64º Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas.** [23 de setembro, 2009d]. Nova York: Estados Unidos da América. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10813-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-do-debate-geral-da-64-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-23-de-setembro-de-2009>>. Acesso em 15 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de instalação e primeira Sessão Plenária da Reunião de Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (CARICOM) - Palácio Itamaraty.** [26 de abril, 2010]. Brasília. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/8922-discurso-na-cerimonia-de-instalacao-e-primeira-sessao-plenaria-da-reuniao-de-cupula-brasil-comunidade-do-caribe-caricom-palacio-itamaraty-26-de-abril-de-2010>>. Acesso em 15 de março de 2016.

SOBRINHO, Maria Goreti Juvencio. **A política externa do governo FHC e a reinserção da economia brasileira na mundialização do capital (1995-2002).** 380 f. São Paulo: Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2012

SOUZA, Romênia Oliveira de. **Análise crítica das políticas externas brasileiras, com destaque para os anos Lula.** In: **II Colóquio de Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento: Gestão do território, políticas locais e desenvolvimento sustentável,** 2012, Crato-CE. ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: IDENTIFICANDO LIMITES E NOVAS POSSIBILIDADES, 2012.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. PINTO, Eduardo Costa. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico.** *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **The self-reproduction of society.** Chicago: University of Chicago Press, 1977.

TUDE, João Martins; MILANI, Carlos Sanchez. **A Política Externa Brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional durante o Governo Lula.** *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 56, n. 1, p. 85-103, 2013.

- VEIGA, Pedro da Motta. As negociações comerciais sob Lula: o nacional desenvolvimentismo repaginado. In: **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. N° 87, Ano XX – Abril/ Junho de 2006. Rio de Janeiro: FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), 2006.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**. vol.29. no.2. Rio de Janeiro. Jul/Dez, 2007.
- VILLA, Rafael Duarte; VIANA, Manuela Trindade. Política Externa Brasileira: nuevos y viejos caminos en los aspectos institucionales, en la práctica del multilateralismo y en la política para el Sur. **Revista de Ciencias Políticas**, Vol. 28, No. 2. Santiago, pp. 77-106, 2008.
- VILLA, Rafael Duarte. Política externa do governo Lula: continuidades e rupturas. **Revista Adusp**. São Paulo, Maio, p.12-19, 2005.
- VIZENTINI, Paulo. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- VON BÜLOW, Marisa. The politics of scale shift and coalition building: the case of the Brazilian network for the integration of the peoples. In: SILVA, Eduardo. (org.). **Transnational activism and national movements in Latin America: bridging the divide**. New York: Routledge. Pg 56-76, 2013.
- VROMEN, Ariadne. **Debating Methods: Rediscovering Qualitative Approaches**. IN: Marsh and Stoker, 2010.
- WALLENSTEIN, Immanuel. **Análisis de Sistemas-Mundo: Una introducción**. México, D.F: Editora Siglo XXI, 2005.
- \_\_\_\_\_. Geopolitics, class politics, and the current world disorder. Rio de Janeiro, Seminar International REGGEN 2003a. Disponível em :<<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/geopoliticapoliticadeclasse.pdf>>. Acesso em: 06 fevereiro 2015.
- \_\_\_\_\_. Globalization or the Age of Transition? A Long-Term View of the Trajectory of the World-System. **International Sociology**. Vol 15(2). London, Thousand Oaks and New Delhi: SAGE, June 2000.
- \_\_\_\_\_. **Impensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XIX**. São Paulo: Ideias&Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. Nuevas revueltas contra el sistema. **New Left Review**, 18, 93-104, 2003c.
- \_\_\_\_\_. The Inter-State Structure of the Modern World-System. In: **International Theory: Positivism and Beyond**. SMITH, Steve, BOOTH, Ken. ZALEWSKI, Marysia (Orgs.). Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 87-107.
- \_\_\_\_\_. **The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academic Press, 1976.
- WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading, Addison Wesley, 1983.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora UNB, 2004.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.



## ANEXO A – Atribuições dos Entes Constitutivos da REBRIP

A **REBRIP** é constituída por:

- Assembléia Geral,
- Coordenação,
- Secretaria Executiva.

A **Assembléia Geral** é a instância máxima de decisão da REBRIP. Acontece, ordinariamente, uma vez a cada dois anos, ou em caráter extraordinário, por decisão da Coordenação por maioria simples.

Cabe à Assembléia Geral:

- a) Formular as diretrizes políticas de atuação da REBRIP;
- b) Avaliar a implantação do Programa de Ação do exercício anterior;
- c) Discutir e aprovar o Programa de Ação do período consecutivo, elaborado pela Coordenação em exercício;
- d) Eleger os membros da Coordenação;
- e) Aprovar a entrada de novos membros na REBRIP;
- f) Nomear a Secretaria Executiva.

A **Coordenação** é responsável pela orientação política geral da REBRIP em cumprimento das diretrizes da Assembléia Geral.

É composta por um número ímpar de associadas efetivas escolhidas na Assembléia Geral entre as associadas efetivas, para um mandato de dois anos, sendo obedecidos critérios setoriais, temáticos e de representação regional e nacional.

A Coordenação deve se reunir ordinariamente, no mínimo 4 vezes por ano e funciona com quorum mínimo de 7 dos seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes. Em casos excepcionais, a coordenação geral poderá tomar decisão por consulta ao conjunto dos membros efetivos da REBRIP, a ser referendada pela Assembléia Geral.

Cabe à Coordenação Geral:

- a) Elaborar o plano de ação da REBRIP;
- b) Elaborar projetos de captação de recursos;
- c) Orientar o trabalho da Secretaria Executiva e trabalhar com ela na execução das atividades da REBRIP;
- d) Definir a representação da REBRIP em eventos nacionais e internacionais
- e) Sugerir à Assembléia Geral mudanças na estrutura da REBRIP.

Atualmente, a Coordenação Geral é composta pelas seguintes organizações:

- ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS;
- Actionaid Brasil;
- Associação Civil Alternativa Terrazul;
- CUT-Brasil;
- FASE;
- GTA - Grupo de Trabalho Amazônico;
- INESC - Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos;
- Instituto Equit;
- SOF – Sempreviva Organização Feminista.

A **Secretaria Executiva** é a executora dos trabalhos da REBRIP. É exercida por organização definida pela Assembléia Geral. Atualmente, encontra-se na CUT-Brasil, em São Paulo.

Cabe à Secretaria Executiva:

- a) Realizar as atividades necessárias ao bom andamento da REBRIP, a partir de decisão da Coordenação e/ou de acordo com planejamento definido pela Assembléia Geral;
- b) Apresentar relatório anual;
- c) Levantar e disseminar informações;
- d) Promover e estimular ações de incidência política e a mobilização de ONGs, entidades sindicais, movimentos sociais e outros.
- e) Apoiar campanhas e facilitar a articulação da REBRIP com outras iniciativas de entidades regionais, nacionais ou internacionais,

- f) Identificar atividades potenciais da REBRIP em torno de temas da conjuntura;
- g) Convocar as reuniões da Coordenação com, no mínimo, 15 dias de antecedência.

**Fonte: REBRIP. Disponível em: <[www.rebrip.org.br](http://www.rebrip.org.br)>.**

**ANEXO B – Organizações Membros da REBRIP**

<b>NOME</b>	<b>LOCAL</b>	<b>NATUREZA POLÍTICA</b>
Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS	Nacional	ONG/Saúde
Ação Educativa	Nacional	ONG/Educação e Juventude
Action Aid Brasil	Internacional/Nacional	ONG/Direitos Humanos e Desenvolvimento
AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural	Rio Grande do Sul	ONG/Meio Ambiente
AGENDE - Ações em gênero, cidadania e desenvolvimento	Nacional	ONG/Gênero
AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras	Nacional	Movimento Social/Gênero
Associação Civil Alternativa Terrazul	Nacional	ONG/Meio Ambiente
ATTAC BRASIL - Associação para Taxação de Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos	Internacional/Nacional	Movimento Social/Anti-globalização
Cáritas - Arquidiocesana de Manaus	Amazonas	Organização Religiosa Católica
Casa da Mulher 8 de Março	Tocantins	ONG/Gênero
CDHP – Centro de Direitos Humanos de Palmas	Tocantins	ONG/Direitos Humanos
CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea	Nacional	ONG/Academia: Estudos Políticos e Internacionais
CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação	Nacional	ONG/Academia: Direitos Humanos
CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria	Nacional	ONG/Academia: Gênero
CNTE - Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação	Nacional	Sindicalismo: Educação

CNTSS - Confederação Nacional de Trabalhadores em Seguridade Social	Nacional	Sindicalismo: Trabalhadores da Seguridade Social
Coletivo Leila Diniz	Rio Grande do Norte	Movimento Social: Gênero e Raça
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Nacional	Sindicalismo: Agrário
CORECON/RJ - Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Sindicalismo: Economia
CRIOLA	Rio de Janeiro	ONG: Gênero e Igualdade Racial
CUT NACIONAL - Central Única dos Trabalhadores	Nacional	Sindicalismo: Trabalho
CUT RJ- Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Sindicalismo: Trabalho
DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais	Nacional	ONG/Academia: Agricultura Familiar
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio - Econômicos	Nacional	ONG/Academia: Trabalho, Políticas Públicas
ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria	Ceará	ONG/Academia: Agricultura Familiar
FASE - Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional	Rio de Janeiro, Bahia, Mato Grosso, Pará, Espírito Santo, Pernambuco.	ONG: Academia: Democracia, Desenvolvimento, Gênero, Sustentabilidade
FENAFAR - Federação Nacional dos Farmacêuticos	Nacional	Sindicalismo: Farmacêuticos

FETRAF- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar	Nacional	Sindicalismo: Agricultura Familiar
FNU - Federação Nacional dos Urbanitários da CUT	Nacional	Sindicalismo: Urbanitários
Fórum de Mulheres de Salvador / Coletivo de Mulheres do Calafate	Bahia	Movimento Social: Gênero
Fórum de Mulheres do Piauí	Piauí	Movimento Social: Gênero
Fórum Maranhão de ONGs AIDS	Maranhão	ONG: Saúde
Fundação VPP- Fundação Viver, Produzir e Preservar / Movimento de Mulheres da Transamazônica do Xingu	Pará	ONG: Desenvolvimento Sustentável
FUP - Federação Única dos Petroleiros	Nacional	Sindicalismo: Petroleiros
GAPA – RS	Rio Grande do Sul	ONG: Saúde
GAPA – SP	São Paulo	ONG: Saúde
GEMDAC – Gênero, mulher, Desenvolvimento e Ação para a Cidadania	Piauí	ONG: Gênero
GESTOS	Nacional	ONG: Direitos Humanos, Saúde
GIV – Grupo de Incentivo a Vida	Nacional	ONG: Direitos Humanos, Saúde
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico	Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia,	ONG: Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável

	Acre, Tocantins, Amapá, Mato Grosso	
IBASE - Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas	Nacional	ONG/Academia: Democracia, Desenvolvimento, Justiça Social
IBISS/CO - Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste / Rede Brasil	Centro-Oeste	ONG: Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos, Juventude
ICEM	Norte	ONG: Meio Ambiente/Desenvolvimento Sustentável
IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor	Nacional	ONG: Direitos e cidadania
INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos	Nacional	ONG/Academia: Direitos Humanos, Cidadania, Políticas Públicas e Justiça Global
Instituto EQUIT - Gênero, Economia e Cidadania Global	Nacional	ONG/Academia: Gênero e Justiça Global
Instituto Palmares	Nacional	ONG: Direitos Humanos e Igualdade Racial
Instituto TerraMar	Nacional	ONG: Meio Ambiente
INTERVOZES	Nacional	Movimento Social: Direitos Humanos e Comunicação
ISP BRASIL - Internacional dos Serviços Públicos	Internacional/Nacional	Sindicalismo: Servidores Públicos
MAMA - Movimento de Articulação de Mulheres da Amazônia	Norte	Movimento Social: Gênero e Desenvolvimento Sustentável, Justiça Global
MMM – Marcha Mundial das Mulheres	Internacional/Nacional	Movimento Social: Gênero/Feminista e Justiça Social

		Gloal/Anti-capitalista
MSF - Médicos Sem Fronteiras	Internacional/Nacional	ONG: Saúde
MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	Maranhão	Movimento Social: Indígena, Gênero, Desenvolvimento Sustentável
MMNEPA - Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense	Pará	Movimento Social: Gênero, Desenvolvimento Sustentável, Justiça Global
MST - Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra	Nacional	Movimento Social: Reforma Agrária, Justiça Global, Anti-Capitalista
Nova Pesquisa e Assessoria em Educação	Nacional	ONG: Educação, Cidadania, Direitos Humanos, Proteção à Criança e ao Adolescente
OMIN - Organização de Mulheres Negras Maria do Egito	Sergipe	Movimento Social: Gênero e Igualdade Racial
OXFAM	Internacional/Nacional	ONG: Democracia, Direitos Humanos e Justiça Social Global
PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul	Nacional	ONG/Academia: Democracia, Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável, Política Internacional, Anti-Capitalista.
Pela Vida	Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Goiás, Espírito Santo, Paraná	ONG: Saúde e Direitos Humanos
SER MULHER	Nacional	ONG: Gênero, Cidadania e Juventude
SNMT/CUT - Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora	Nacional	Sindicalismo: Gênero e Trabalho
SOF - Sempre Viva Organizações Feminista	Nacional	Movimento Social: Gênero/Feminista



SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia	Nacional	ONG/Academia: Gênero/Feminismo, Democracia, Direitos Humanos e Justiça Global
Terra de Direitos	Pará, Paraná, Brasília	ONG: Direitos Humanos
<b>FONTE: Quadro elaborado pelo próprio autor com base na indicação dos membros pleno contidos no site da rede: &lt;<a href="http://www.rebrip.org.br">www.rebrip.org.br</a>&gt;.</b>		